

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	3

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	4
3.2 - Medições não contábeis	5
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	6
3.4 - Política de destinação dos resultados	7
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	9
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	10
3.7 - Nível de endividamento	11
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	12
3.9 - Outras informações relevantes	13

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	16
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	33
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	34
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	51
4.5 - Processos sigilosos relevantes	52
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	53
4.7 - Outras contingências relevantes	54
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	55

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	56
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	57
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	59
5.4 - Outras informações relevantes	60
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	63
6.3 - Breve histórico	64
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	66
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	71
6.7 - Outras informações relevantes	72
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	73
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	82
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	85
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	102
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	103
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	108
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	109
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	111
7.9 - Outras informações relevantes	114
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	115
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	117
8.3 - Operações de reestruturação	118
8.4 - Outras informações relevantes	119
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	120
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	121

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	122
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	130
9.2 - Outras informações relevantes	132
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	133
10.2 - Resultado operacional e financeiro	144
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	145
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	146
10.5 - Políticas contábeis críticas	147
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	148
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	149
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	150
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	151
10.10 - Plano de negócios	152
10.11 - Outros fatores com influência relevante	153
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	164
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	165
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	166
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	170
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	172
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	173
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	174
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	175
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	179
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	181

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	182
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	184
12.12 - Outras informações relevantes	185

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	186
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	188
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	190
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	194
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	199
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	200
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	201
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	202
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	203
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	204
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	205
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	206
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	207
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	208
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	209
13.16 - Outras informações relevantes	210

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	211
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	214
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	215

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	217
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	218
15.3 - Distribuição de capital	220
15.4 - Organograma dos acionistas	221
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	222
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	223
15.7 - Outras informações relevantes	224
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	225
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	237
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	238
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	239
17.2 - Aumentos do capital social	240
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	241
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	242
17.5 - Outras informações relevantes	243
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	247
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	248
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	249
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	250
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	251
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	252

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	253
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	254
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	256
18.10 - Outras informações relevantes	257
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	258
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	259
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	260
19.4 - Outras informações relevantes	261
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	262
20.2 - Outras informações relevantes	263
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	264
21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas	265
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	270
21.4 - Outras informações relevantes	271
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	272
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	273
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	274
22.4 - Outras informações relevantes	275

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Dolivar Coraucci Neto

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Fábio Lopes Júnior

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0012-83
Período de prestação de serviço	04/08/2014
Descrição do serviço contratado	(i) Exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2014 e 30 de junho de 2014, das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas em 31 de dezembro de 2014, 2013, 2012, 2011 e 30 de junho de 2014; (ii) Revisão limitada das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do trimestre findo em 30 de setembro de 2014 e das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas do trimestre findo em 30 de setembro de 2014; (iii) Asseguração das informações financeiras combinadas-consolidadas pro forma em 31 de dezembro de 2013, 30 de setembro de 2013 e 30 de junho de 2013; (iv) Emissão de laudo contábil para fins da cisão; e (v) Emissão de carta de conforto em conexão com a oferta pública inicial de ações da Companhia.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total da remuneração paga aos auditores independentes no último exercício social foi de R\$1.562, sendo: (i) R\$842 mil para a auditoria e asseguração das demonstrações financeiras; (ii) R\$42 mil para a emissão de laudo contábil para fins da cisão; e (iii) R\$678 mil para a emissão de carta de conforto.
Justificativa da substituição	Não houve substituição dos auditores independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve substituição dos auditores independentes.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Maurício Cardoso de Moraes	04/08/2014	795.008.389-15	Avenida Antônio Diederichsen, 400, 21° e 22° andares, Jardim América, Ribeirão Preto, SP, Brasil, CEP 14020-250, Telefone (16) 21336600, Fax (16) 21336685, e-mail: mauricio.moraes@br.pwc.com

2.3 - Outras informações relevantes

Tendo em vista que a Companhia foi constituída em 10 de abril de 2014, não foram apresentadas, nos itens 2.1/2.2 deste Formulário de Referência, as informações sobre auditoria nas demonstrações contábeis anuais individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais de 2013 e 2012. Pelo mesmo motivo, foi apresentada de forma consolidada a informação referente ao serviço de auditoria das demonstrações financeiras consolidadas referentes ao período que se inicia em 10 de abril de 2014 e se encerra em 31 de dezembro de 2014.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2014)	Exercício social (31/12/2013)	Exercício social (31/12/2012)
Patrimônio Líquido	330.156.956,00	218.294.180,00	0,00
Ativo Total	627.261.082,00	533.574.747,00	0,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	327.360.478,00	88.207.510,00	0,00
Resultado Bruto	193.948.573,00	49.683.414,00	0,00
Resultado Líquido	38.189.333,00	15.386.005,00	0,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	53.942.307	188.627.485	0
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	6,120000	1,157277	0,000000
Resultado Líquido por Ação	0,710000	0,081568	0,000000

3.2 - Medições não contábeis

Tendo em vista que a Companhia foi constituída em 10 de abril de 2014 e que apenas em 30 de junho de 2014, por meio da cisão parcial da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. ("**Ouro Fino Participações**"), passou a ter como controladas a Ouro Fino Saúde Animal Ltda. (e sua controlada Ouro Fino de México, S.A. de CV), Ouro Fino Agronegócio Ltda. e Ouro Fino Pet Ltda. (em conjunto, "**Empresas Combinadas**"), apresentamos no item 3.9 deste Formulário de Referência informações sobre as medições não contábeis da Companhia derivadas de suas (i) demonstrações financeiras combinadas-consolidadas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, as quais apresentam, para fins comparativos, o exercício social findo em 31 de dezembro de 2013 e para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, as quais apresentam, para fins comparativos, o exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, e (ii) demonstrações financeiras combinadas-consolidadas *pro forma* para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Para mais informações sobre as demonstrações financeiras combinadas-consolidadas e sobre as demonstrações financeiras combinadas-consolidadas *pro forma* ver itens 3.9 e 10.11 deste Formulário de Referência.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Em 10 de fevereiro de 2015, foi aprovado o aumento de capital social da controlada Ouro Fino Agronegócio Ltda. com adiantamentos para futuro aumento de capital realizado pela Companhia no montante de R\$850 mil, passando o capital social de R\$79.772 mil para R\$80.622 mil.

Em 25 de fevereiro de 2015, foi aprovado o aumento de capital social da controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. com adiantamentos para futuro aumento de capital realizado pela Companhia no montante de R\$103.410 mil, passando o capital social de R\$87.064 mil para R\$190.474 mil.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2014, os acionistas aprovaram uma distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 3.931 (R\$0,07286693 por ação), totalizando uma distribuição de dividendos no montante de R\$ 12.889 (R\$0,23893959 por ação) sobre o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

	2014	2013	2012
a. regras sobre retenção de lucros	O Estatuto Social da Companhia prevê que o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, terá a seguinte destinação: (i) 5% para a reserva legal, que não excederá 20% do capital social; e (ii) 25% para pagamento do dividendo obrigatório. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, R\$1.886 mil foram destinados para a constituição da reserva legal da Companhia.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia foi constituída em 10 de abril de 2014.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia foi constituída em 10 de abril de 2014.
b. regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia assegura aos acionistas o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual, não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído da importância destinada à constituição da reserva legal. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, R\$8.959 mil foram deliberados a título de dividendos mínimos obrigatórios.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia foi constituída em 10 de abril de 2014.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia foi constituída em 10 de abril de 2014.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais ou referentes a períodos menores e declarar dividendos à conta de lucro acumulados ou reservas de lucros existentes nesses balanços, observadas as limitações previstas em lei. Os dividendos assim declarados constituirão antecipação do dividendo obrigatório. Adicionalmente, por meio de proposta do Conselho de Administração, ad referendum da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar a seus acionistas juros sobre capital próprio, respeitadas as regras e limites impostos pela legislação aplicável.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia foi constituída em 10 de abril de 2014.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia foi constituída em 10 de abril de 2014.
d. eventuais	A Lei das Sociedades por Ações permite que a	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia foi	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia foi

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2014	2013	2012
restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Companhia suspenda a distribuição do dividendo obrigatório caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com sua situação financeira. O Conselho Fiscal, se instalado, deve emitir seu parecer de recomendação do Conselho de Administração. Ademais, o Conselho de Administração deverá apresentar à Comissão de Valores Mobiliários justificativa para suspensão da distribuição dos dividendos, dentro de cinco dias da realização da Assembleia Geral. Os lucros não distribuídos, em razão da suspensão na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da Companhia o permita.	constituída em 10 de abril de 2014.	constituída em 10 de abril de 2014.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2014	Exercício social 31/12/2013	Exercício social 31/12/2012
Lucro líquido ajustado	37.719.336,66		
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	34,170000		
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	3,900000		
Dividendo distribuído total	12.888.972,73		
Lucro líquido retido	22.432.303,27		
Data da aprovação da retenção	28/04/2015		

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	8.958.362,46	08/05/2015				
Outros						
Ordinária	3.930.610,27	08/05/2015				

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não foram declarados dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas desde a constituição da Companhia em 10 de abril de 2014.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2014	297.104.126,21	Índice de Endividamento	0,89988753	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2014)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	6.023.231,09	1.999.118,47	317.722,54	20.366,72	8.360.438,82
Quirografárias	170.880.287,10	117.863.400,29	0,00	0,00	288.743.687,39
Total	176.903.518,19	119.862.518,76	317.722,54	20.366,72	297.104.126,21
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

Foram apresentadas nos itens 3.1 a 3.8 acima as informações financeiras sobre a Companhia derivadas de suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao período compreendido entre 10 de abril de 2014 (data de constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2014.

No entanto, para uma melhor compreensão e comparabilidade do desempenho operacional da Companhia, foram incluídas neste item:

- informações derivadas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 (saldos patrimoniais) e informações derivadas das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas das controladas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2014 (demonstração do resultado ajustado por eventos extraordinários, em especial, despesas da controladora, não incluídas no combinado, e despesas relacionadas ao processo de abertura de capital, consideradas como extraordinárias, ajustada para melhor refletir o lucro líquido das operações continuadas), 2013 e 2012.
- informações derivadas das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas *pro forma* das controladas da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas em conformidade com o disposto na Deliberação CVM 709, a qual aprovou a Orientação Técnica OCPC 06 - Apresentação de Informações Financeiras Pro Forma, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Tais demonstrações financeiras *pro forma* visam ilustrar os impactos na demonstração do resultado combinado-consolidado da Companhia do compartilhamento de despesas entre as controladas da Companhia e outras sociedades sob controle comum que utilizam serviços administrativos formalizado em 30 de junho de 2014, caso tal compartilhamento tivesse ocorrido no período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2013.

Informações Financeiras

Combinado-consolidado (em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2014	2013	2012
Patrimônio Líquido	330.157	209.420	194.835
Ativo Total	627.261	538.681	452.130

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	Combinado-consolidado	<i>Pro forma</i>	Combinado-consolidado
(em R\$ milhares, exceto %)	2014	2013	2012
Receita líquida das vendas	432.241	384.021	320.215
Lucro Bruto	260.311	234.923	194.979
Lucro das operações continuadas	54.269	57.320	43.217

3.9 - Outras informações relevantes

Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

EBITDA

O EBITDA é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 (“**Instrução CVM 527**”), conciliada com suas demonstrações financeiras, que consiste no lucro ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pelas receitas líquidas das vendas.

O EBITDA e a margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser consideradas como alternativa ao lucro líquido, ao fluxo de caixa operacional, assim como não devem ser consideradas como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia.

Não obstante o EBITDA possuir um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA preparado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527.

Seguem abaixo os valores do EBITDA e da margem EBITDA da Companhia para os períodos indicados:

Combinado-consolidado <i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2014	2013	2012
EBITDA	94.427	67.255	54.095
Margem EBITDA	21,9%	17,5%	16,9%

EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado foi calculado para excluir os resultados líquidos das operações descontinuadas, ajustes por eventos extraordinários, em especial, despesas da controladora, não incluídas no combinado, e despesas relacionadas ao processo de abertura de capital, consideradas como extraordinárias para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 e ajustes *pro forma* para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2013 relativos a compartilhamento de despesas conforme anteriormente mencionado e provisão para *impairment* do ativo intangível. A margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pelas receitas líquidas das vendas.

3.9 - Outras informações relevantes

Seguem abaixo os valores do EBITDA Ajustado e da margem EBITDA Ajustado da Companhia para os períodos indicados:

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	Combinado-consolidado (ajustado)	<i>Pro forma</i>	Combinado-consolidado
(em R\$ milhares, exceto %)	2014	2013	2012
EBITDA Ajustado	98.165	85.145	66.738
Margem EBITDA Ajustado	22,7%	22,2%	20,8%

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas auditadas

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2014	2013	2012
(em R\$ milhares, exceto %)			
Lucro líquido	51.302	42.005	31.907
(+) Resultado financeiro líquido	11.443	8.662	8.343
(+) Imposto de renda e contribuição social	15.058	4.103	3.227
(+) Depreciação e amortização	16.624	12.485	10.618
EBITDA	94.427	67.255	54.095
(+) Operações descontinuadas	1.211	11.884	11.310
(+) Ajustes <i>Pro Forma</i> , antes do imposto de renda e contribuição social	n.a.	5.198	n.a.
(-) Despesas operacionais da controladora	(7.093)	n.a.	n.a.
(+) Despesas relacionadas ao IPO	8.844	n.a.	n.a.
(+) Provisão para <i>impairment</i> do ativo intangível	776	808	1.333
EBITDA Ajustado	98.165	85.145	66.738
Receitas líquidas das vendas	432.241	384.021	320.215
Margem EBITDA	21,9%	17,5%	16,9%
Margem EBITDA Ajustado	22,7%	22,2%	20,8%

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Nós utilizamos o EBITDA e o EBITDA Ajustado para analisar nosso desempenho financeiro e operacional, bem como uma base para algumas das nossas decisões administrativas. Além disso, acreditamos que o EBITDA e o EBITDA Ajustado oferecem aos investidores uma melhor compreensão da nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações e nossa capacidade de obter novos financiamentos para nossos investimentos e capital de giro. No entanto, o EBITDA e o EBITDA Ajustado apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, uma vez que não leva em conta certos custos decorrentes de nossos negócios, o que poderia afetar adversamente nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão poderá diminuir em razão de quaisquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipótese em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de nossa emissão. Os riscos descritos abaixo são aqueles que nós conhecemos e acreditamos que, na data deste Formulário de Referência, podem nos afetar adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos por nós atualmente ou considerados irrelevantes neste momento também poderão nos afetar adversamente no futuro.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco” e da seção “5. Riscos de Mercado”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa neste Formulário de Referência ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter “efeito adverso” ou “negativo” para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e/ou das suas controladas, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” e na seção “5. Riscos de Mercado” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante à subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco” e da seção “5. Riscos de Mercado”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

Os riscos descritos abaixo se aplicam não somente a nós, mas também às nossas controladas.

(a) a Nós

Nossos direitos de propriedade intelectual são valiosos, e qualquer incapacidade de protegê-los poderia reduzir o valor dos nossos produtos, serviços e marcas.

A nossa incapacidade de proteger ou obter proteção adequada para nossas marcas, patentes, produtos, *know-how*, tecnologias ou novas funcionalidades de nossos produtos e processos pode diminuir a nossa competitividade.

Dadas as especificidades referentes à legislação de propriedade intelectual de cada país, poderemos enfrentar maiores dificuldades em garantir a não infringência de direitos de terceiros e em acompanhar ou evitar eventual infringência de nossos direitos de propriedade intelectual no exterior. Os sistemas jurídicos de alguns países não favorecem a obtenção e/ou proteção de patentes e outros direitos de propriedade intelectual, em especial com relação a produtos biofarmacêuticos, o que poderia tornar difícil para nós a cessação de eventual violação de patentes e outros direitos de propriedade intelectual ou a comercialização de produtos concorrentes que violem esses direitos. As medidas necessárias para proteger os nossos direitos de propriedade intelectual no Brasil ou no exterior podem desviar a atenção da nossa administração e os custos relacionados à proteção de nossos direitos de propriedade intelectual podem aumentar substancialmente.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Em vista das características da legislação relativa à proteção de propriedade intelectual, que determina períodos de sigilo em que não se pode obter informações sobre tecnologias em processo de registro ou obtenção de proteção, não podemos garantir que nossas pesquisas não venham a infringir direitos de terceiros nem que, em razão de tal fato, os produtos objeto dessas pesquisas poderão ser explorados comercialmente.

Podemos ser obrigados a alterar, no todo ou em parte, alguns dos nossos produtos que supostamente infrinjam os direitos de propriedade intelectual de terceiros, e podemos ser obrigados a pagar multas expressivas, *royalties* ou taxas de licenciamento para o uso de patentes ou direitos autorais de terceiros que, eventualmente venham a ser cobrados ou requeridos a título indenizatório. Qualquer alteração nos nossos produtos ou nas receitas atribuíveis a qualquer de nossos produtos que eventualmente violem direitos de propriedade intelectual de terceiros poderá afetar adversamente nossa reputação e a demanda por nossos produtos. Além disso, tais alterações poderão requerer a atenção do nossa administração e/ou levar-nos a incorrer em despesas legais adicionais, fatos que podem afetar adversamente nossos resultados.

Nosso departamento de pesquisa e desenvolvimento (“P&D”) poderá não obter êxito no desenvolvimento de novos produtos, o que poderá afetar adversamente nossos negócios.

Nossos resultados dependem tanto do nosso portfólio atual quanto do desenvolvimento de novos produtos. Assim, investimos e alocamos recursos financeiros e humanos relevantes, próprios ou de terceiros, não só em nosso departamento de P&D, mas também em vários laboratórios internos, um centro de pesquisa em biotecnologia e uma fazenda experimental, além de parcerias com centros de pesquisa externos. Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, nossos investimentos com P&D foram de R\$27,1 milhões, R\$24,6 milhões e R\$20,5 milhões, respectivamente.

Poderemos não ser capazes de determinar com precisão quando ou se os nossos produtos atualmente em desenvolvimento serão aprovados ou lançados, e poderemos não ser capazes de desenvolver, licenciar ou adquirir outros produtos. Além disso, não podemos prever se qualquer produto, quando lançado, obterá êxito comercial ou alcançará índices de venda e receita consistentes com nossas expectativas. A indústria de saúde animal está sujeita a tendências e regulamentações, bem como aos trâmites e estruturas disponibilizados pelos órgãos regulatórios ou mesmo mudanças em suas diretrizes, o que pode impactar adversamente o cronograma de desenvolvimento, registro e comercialização de novos produtos. Nossas pesquisas e testes realizados em animais, fundamentais para o desenvolvimento de novos produtos, podem ser paralisados temporariamente ou até mesmo interrompidos definitivamente por alterações na legislação regulatória. Qualquer atraso na conclusão de nossos esforços de desenvolvimento poderá aumentar nossos custos, retardar o processo de aprovação ou levar à negação de aprovação regulatória de um novo produto. As questões acima mencionadas podem impactar adversamente nossos resultados operacionais e nossa condição financeira.

Poderemos ser afetados adversamente em decorrência de operações de sociedades sob controle comum ao nosso.

Fomos formados pela cisão parcial da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. (“OF Par”). Como resultado da cisão, passamos a operar, por meio de nossas subsidiárias, o negócio de saúde animal antes operado pela OF Par, a qual permaneceu operando o negócio de agroquímicos por meio de sua subsidiária Ouro Fino Química Ltda. (“OF Química”), ambas sociedades sob controle comum ao nosso. Ainda, celebramos com OF Par e OF Química um

4.1 - Descrição dos fatores de risco

contrato de licença de uso de marca por meio do qual licenciamos o uso da marca "Ouro Fino" para tais sociedades, de forma que tais sociedades possam continuar a utilizá-la na condução de suas atividades no ramo de produtos agroquímicos, após a cisão. Para mais informações acerca da cisão, veja item 6.4 deste Formulário de Referência, e para mais informações acerca de referido contrato de licença de uso de marca, veja item 16.1 deste Formulário de Referência.

Assim, estamos sujeitos a certos riscos relacionados às operações de OF Química e OF Par, decorrentes de (i) eventual determinação de responsabilidade solidária ou subsidiária por determinadas contingências (de caráter ambiental, por exemplo), presentes e futuras, originadas em períodos anteriores à cisão, (ii) responsabilidade solidária, para efeitos trabalhistas, por tratarem-se de empresas sob controle comum, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, (iii) problemas relacionados à produção, comercialização e uso de produtos agroquímicos identificados pela marca "Ouro Fino", que tragam associação negativa e dano de imagem à nossa marca e aos nossos produtos de saúde animal, e (iv) responsabilidade solidária resultante de atos praticados pela OF Química ou OF Par, ou por qualquer terceiro que as represente, em violação à Lei 12.846/14, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências (nos termos do §2º do artigo 4º da Lei 12.846/2014, há responsabilidade solidária das sociedades controladoras, controladas, coligadas e consorciadas na obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado).

Estamos sujeitos a riscos normalmente associados a contratos de transferência de tecnologia em desenvolvimento e parcerias com centros de pesquisa.

Alguns dos produtos em nosso *pipeline* dependem de tecnologia que está sendo desenvolvida, isoladamente ou em conjunto com a Companhia, por empresas de base tecnológica com as quais possuímos contratos de transferência de tecnologia de *know how* ou licenciamento. Caso tais empresas, isoladamente ou em conjunto com a Companhia, não sejam capazes de desenvolver com sucesso as tecnologias necessárias, podemos não ser capazes de encontrar ou desenvolver tecnologias substitutas e, em consequência, a nossa estratégia de criação de novos produtos e de aprimoramento dos já existentes poderá ser adversamente afetada e, conseqüentemente, poderemos perder parte de nossas receitas.

Também detemos parcerias com diversos centros de pesquisa, como a Fundação Oswaldo Cruz, IPT, Embrapa e Instituto Butantã, além de universidades como a Unicamp, USP, Unesp, Universidade Católica de Brasília, UFPR, UNAERP e UFSCar. Tendo em vista principalmente a natureza de nosso relacionamento, em alguns casos temos capacidade limitada para controlar a quantidade de tempo ou recursos alocados por nossos parceiros a projetos de nosso interesse, bem como para gerenciar de forma efetiva alguns riscos a eles relacionados. Alguns desses acordos de parceria permitem rescisão com pouco ou nenhum aviso prévio em determinadas circunstâncias. Tendo em vista a relativa escassez de centros de excelência para determinados tipos de pesquisa, caso algumas de nossas parcerias sejam encerradas e não sejamos capazes de negociar outras de mesmo nível em sua substituição, a nossa estratégia de criação de novos produtos e de aprimoramento dos já existentes também poderá ser adversamente afetada e, conseqüentemente, poderemos perder parte de nossas receitas.

Poderemos ser afetados adversamente caso ocorram falhas nos sistemas ou caso um de nossos colaboradores da área de biossegurança deixe de cumprir as práticas exigidas pelo MAPA ou regulamentações específicas com relação à produção de vacinas contra febre aftosa.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (“**MAPA**”) exige rigoroso controle de biossegurança (NBS4) para a manipulação e produção de vacinas contra febre aftosa. Em razão de tal fato, nossos sistemas (como por exemplo, automação, HVAC, elétrico) e colaboradores da área de biossegurança, nos quais o vírus ativo da febre aftosa é manipulado, estão obrigados a cumprir todas as regulamentações aplicáveis para esse segmento. Contudo, não podemos assegurar que não ocorrerão falhas em nossos sistemas ou no cumprimento das rotinas e protocolos de biossegurança por parte de nossos colaboradores, que são obrigatórios pela legislação e regulamentação aplicáveis. Assim, caso qualquer desses fatos ocorra, estaremos sujeitos a risco de acidentes que podem ocasionar o escape do vírus manipulado em nossa fábrica, o que poderá gerar sanções dentre as quais o embargo ou interdição de nossa produção de vacinas, a suspensão ou cancelamento da licença de operação da nossa fábrica de vacinas, ou a proibição de contratar com a administração pública, o que acarretaria um impacto adverso em nossas operações e imagem.

Poderemos não ser bem sucedidos na execução de nossa estratégia de negócios, o que poderá afetar negativamente nossos planos para aumentar nossa receita e rentabilidade.

Nosso crescimento e desempenho financeiro dependem do sucesso na implementação de diversos elementos de nossa estratégia de crescimento que estão sujeitos a vários fatores, dentre os quais se destacam a nossa capacidade de (i) proteger o poder de nossa marca e cultura, (ii) consolidar nossa participação de mercado e expandir nossa cobertura geográfica, nacional e internacionalmente, (iii) alavancar as vendas de nossos produtos e aumentar a rentabilidade de nossas operações e (iv) fortalecer e expandir a oferta de produtos para nossa base de clientes.

O setor de saúde animal é influenciado por diversos fatores, como condições climáticas e econômicas e variações na demanda dos mercados consumidores, principalmente no setor de produção de proteína animal. Além disso, alguns aspectos de nossa estratégia de crescimento também podem resultar no aumento dos nossos gastos operacionais, tais como despesas com equipe de vendas, pessoal e fretes, que pode não ser compensado por um aumento equivalente de nossa receita, tendo como resultado em uma diminuição de nossas margens operacionais.

Assim, caso não sejamos bem sucedidos na execução de nossa estratégia de negócios, nossos planos para aumentar nossa receita e rentabilidade poderão ser afetados de forma adversa.

Poderemos não obter êxito na aquisição e integração de outros negócios.

Poderemos buscar aquisições ou alianças estratégicas para captar sinergias como parte de nossa estratégia de negócios. Poderemos não concluir essas transações oportunamente ou de forma rentável, ou mesmo não efetivá-las. Além disso, poderemos estar sujeitos a restrições ou limites regulatórios ou outros fatores não previstos que nos impeçam de gozar dos benefícios esperados. Poderemos não obter êxito na integração de funcionários ou dos produtos e tecnologias adquiridos, ou referida integração poderá exigir recursos e investimentos significativamente maiores do que aqueles originalmente previstos. Poderemos não ser capazes de integrar com êxito os negócios adquiridos aos nossos negócios atuais, assim como poderemos não ser capazes de alcançar as sinergias, melhorias ou eficiências esperadas. Poderemos também contrair dívidas significativas, além de passivos ou contingências desconhecidas, e tais dívidas, passivos e/ou contingências podem nos sujeitar a cláusulas restritivas que limitem nossas futuras atividades. Nossos resultados operacionais podem ser afetados negativamente por encargos relativos à aquisição, amortização de despesas relativas a ativos intangíveis e depreciação de ativos. Poderemos estar sujeitos a litígios relacionados a

4.1 - Descrição dos fatores de risco

tais aquisições, licenciamentos ou outras alianças, inclusive reivindicações de ex-funcionários, clientes e terceiros. Dependendo da operação, poderemos ainda estar sujeitos à obtenção de aprovação das autoridades brasileiras de defesa da concorrência, sendo que tal aprovação poderá ser concedida com uma série de medidas restritivas, tais como alienação de parte dos ativos adquiridos, ou não ser concedida em tempo hábil. Assim, caso não consigamos integrar com êxito o negócio adquirido ou captar sinergias conforme planejado, podemos ser afetados adversamente. Ademais, eventuais cláusulas de indenização de passivos e contingências negociadas no âmbito da aquisição podem ser insuficientes para compensar custos e despesas incorridos ou prejuízos sofridos, o que poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

Dependemos de membros de nossa administração, os quais podemos não ser capazes de reter ou substituir por pessoas com a mesma experiência e qualificação.

Grande parte de nosso sucesso depende das habilidades e esforços da nossa administração. Contudo, os nossos administradores poderão se desligar da Companhia no futuro. Se qualquer de nossos administradores se desligar da Companhia, poderemos não ser capazes de substituí-lo por profissional igualmente qualificado. Para mais informações sobre os nossos administradores, ver item 12.6 deste Formulário de Referência. A concorrência por pessoal qualificado na indústria de saúde animal é forte porque há um número limitado de profissionais com formação e/ou experiência nessa área. A perda de qualquer membro de nossa administração e nossa incapacidade de substituí-lo por profissional com experiência e qualificação semelhantes poderá ter um efeito prejudicial significativo sobre nosso negócio.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos nos nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Somos réus em processos judiciais e administrativos de natureza cível, tributária e trabalhista, cujos resultados não se pode garantir que serão favoráveis à Companhia. Constituímos provisões para os processos nos quais a possibilidade de perda seja avaliada por nossos assessores jurídicos internos e externos como provável, ou seja, cuja probabilidade de perda seja superior à possibilidade de êxito. As provisões constituídas podem ser insuficientes para fazer frente ao custo total decorrente dos processos. Adicionalmente, podemos estar sujeitos a contingências por outros motivos que nos obriguem a despendar valores significativos. Decisões contrárias aos nossos interesses que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização de negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso em nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais. Para maiores informações a respeito dos processos judiciais e administrativos nos quais somos parte, vide seção 4.3 deste Formulário de Referência.

Nossos negócios estão sujeitos a riscos decorrentes de alterações nas condições econômicas globais, nas condições climáticas e de mercado de commodities.

A indústria de saúde animal e a demanda por diversos de nossos produtos em uma determinada região poderão ser afetadas por condições globais de diversas naturezas, que fogem do controle da Companhia.

O mercado financeiro global observou e poderá continuar a observar significantes níveis de volatilidade e incertezas. O momento e a sustentabilidade de uma recuperação econômica são incertos e transtornos de ordem macroeconômica, comercial e financeira poderão afetar a demanda por nossos produtos nos mercados doméstico e externo devido a fatores como: (i) interrupções ou alterações nos mercados de crédito; (ii) alterações nas políticas de risco de crédito de nossos credores que dificultem ou encareçam a obtenção de financiamentos para nossas operações ou investimentos futuros; (iii) deterioração da situação financeira de alguns

4.1 - Descrição dos fatores de risco

de nossos clientes, que poderão compensar eventuais aumentos de custos com a redução nos gastos com nossos produtos; (iii) deterioração da situação financeira de alguns de nossos fornecedores; e (iv) diminuição do valor de nossos investimentos.

Adicionalmente, a indústria de saúde animal e a demanda por diversos de nossos produtos em uma determinada região poderão ser afetadas por mudanças nas condições climáticas e pelo surgimento ou aumento de pestes ou anomalias associadas ao clima, o que pode afetar a produção e distribuição de nossos produtos e os rendimentos do mercado pecuário, bem como resultar em regulamentação adicional que aumente os custos dos produtores pecuários. Como resultado, poderemos verificar diminuições ou flutuações regionais e sazonais em nossos resultados operacionais.

Além disso, produtores pecuários dependem de condições favoráveis do mercado de *commodities* e da disponibilidade de recursos naturais. A saúde de seus animais e sua capacidade operacional podem ser afetadas adversamente caso ocorram condições desfavoráveis no mercado de *commodities* ou a indisponibilidade de recursos naturais ocasionada pelo crescimento populacional humano, inundações, secas ou outras condições climáticas adversas. Nesses casos, os produtores poderão diminuir a demanda por nossos produtos, impactando negativamente nossos resultados operacionais.

Todos esses fatores poderão elevar os nossos custos operacionais ou diminuir a disponibilidade das matérias primas de que necessitamos ou a demanda por nossos produtos, prejudicando nossos resultados operacionais.

Nosso desempenho depende de relações trabalhistas favoráveis com nossos empregados. Qualquer deterioração dessas relações, ou aumento dos custos do trabalho, pode afetar adversamente nosso negócio.

Em 31 de dezembro de 2014, possuíamos 1.230 empregados. Grande parte de nossos empregados pertencem a sindicatos, sendo abrangidos por acordos de negociação coletiva. Qualquer aumento significativo nos custos trabalhistas, deterioração das relações trabalhistas, paralisações em qualquer de nossas unidades operacionais, sejam devidos a atividades sindicais, rotatividade de empregados ou a outros fatores, podem prejudicar de forma negativa nossos resultados operacionais e nossa situação financeira.

Nosso departamento de P&D realiza testes em animais. Alterações nas regulamentações de tais testes poderão estar sujeitos a proibições ou novas regulamentações, o que poderá afetar negativamente os nossos negócios.

Conforme legislação aplicável, por atuarmos no ramo de medicamentos e vacinas para saúde animal, antes de registrarmos novos produtos veterinários perante o MAPA, e conseqüentemente, iniciar a sua fabricação e comercialização, somos obrigados a realizar testes em animais com a finalidade de pesquisar e desenvolver tais novos produtos, bem como testar sua eficácia e segurança além de melhorar o manejo e a criação de animais. A legislação aplicável, estabelecida pelo Conselho Nacional de Controle e Experimentação Animal – CONCEA e pelo MAPA, elenca os procedimentos e as condições que devem ser observados durante a realização dos testes em animais. A realização de testes em animais em algumas indústrias vem sendo objeto de controvérsias e publicidade negativa. Não podemos garantir que não sofreremos publicidade negativa no futuro. Algumas organizações buscam a proibição de tais testes ou estimulam a adoção de regras mais rígidas para a sua realização. Na medida em que estas organizações obtenham êxito em suas proposições, nosso departamento de P&D e, conseqüentemente, nossos resultados operacionais e situação financeira, poderão ser afetados adversamente. Além disso, a publicidade negativa para nós ou para o setor em que atuamos poderá prejudicar nossa reputação.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Podemos ser afetados adversamente em caso de alterações na carga e incentivos tributários atualmente aplicáveis ao setor.

Atualmente, o setor de saúde animal possui carga tributária com determinadas características e incentivos, como, no caso do ICMS, o Convênio nº 100/97, que prevê isenção nas operações internas e redução de base de cálculo nas operações interestaduais; e, no caso do IRPJ e da CSLL, a possibilidade do benefício fiscal de Pesquisa e Desenvolvimento, nos termos da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (“**Lei do Bem**”), que possibilita a todas as pessoas jurídicas que realizarem pesquisa e desenvolvimento a exclusão adicional da base desses tributos de valores correspondentes a até 80% de seus dispêndios dessa natureza. Mudanças na atual estrutura tributária aplicável a nossas atividades poderão afetar de maneira adversa a nossa situação financeira e resultados. Para maiores informações a respeito de benefícios e incentivos fiscais, vide seção 7 deste Formulário de Referência.

Danos não cobertos pelas nossas apólices de seguros podem resultar em perdas que podem ter efeito adverso sobre os nossos negócios.

Contratamos seguros com o objetivo compensar perdas decorrentes de eventuais sinistros. Na ocorrência de evento não segurado, tais como de quebra de equipamentos, ou quando os danos a serem indenizados forem maiores que os limites de cobertura previstos em nossas apólices, poderemos incorrer em gastos relevantes para pagamento de indenizações, mitigação de perdas ou reparo ou aquisição de equipamentos e instalações, os quais podem afetar adversamente nossas receitas, investimentos e situação financeira.

Eventual reconhecimento de vínculo empregatício com relação a representantes comerciais, decorrente de condições fáticas específicas, poderá impactar negativamente nossa condição financeira e resultado operacional.

Nossos representantes comerciais são contratados e atuam na qualidade de trabalhadores autônomos, sem vínculo empregatício, nos termos da Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965. De acordo com precedentes jurisprudenciais, o vínculo empregatício com representantes comerciais pode ser reconhecido dependendo das condições fáticas sob as quais os serviços são prestados. Caso este entendimento fático venha a se confirmar em relação a algum de nossos representantes comerciais, poderemos experimentar custos adicionais, causando um efeito adverso em nossa condição financeira e resultados operacionais.

(b) aos nossos controladores, diretos e indiretos

Os interesses dos nossos acionistas controladores podem ser conflitantes com os interesses de nossos investidores.

Somos controlados por dois acionistas, Jardel Massari e Norival Bonamichi, cada um com participação societária de 27,5% de nossas ações. Nossos acionistas controladores possuem poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração e determinar o resultado de determinadas deliberações que exijam aprovação de nossos acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e a época, condições e valores para pagamento de quaisquer dividendos futuros. Nossos acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos ou parcerias, buscar financiamentos ou realizar operações similares que podem ser conflitantes com os interesses de nossos investidores.

(c) aos nossos acionistas

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Os titulares das nossas ações poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com a Lei de Sociedades por Ações e com o nosso estatuto social, nossos acionistas fazem jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual ajustado. O ajuste do lucro líquido para os fins de cálculo da base dos dividendos inclui contribuições a diversas reservas que efetivamente reduzem o valor disponível para a deliberação de dividendos. O lucro líquido também pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações, e pode não ser disponibilizado para a deliberação de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Nesse sentido, podemos não pagar dividendos acima da distribuição obrigatória prevista em nosso estatuto social ou mesmo não distribuir dividendos a nossos acionistas em qualquer exercício fiscal, caso nosso Conselho de Administração determine que essas distribuições não seriam aconselháveis em vista de nossa condição financeira.

A captação de recursos adicionais por meio de uma oferta de ações ou títulos conversíveis em ações poderá diluir a participação acionária dos nossos acionistas.

Poderemos, no futuro, captar recursos por meio da emissão pública ou privada de títulos de dívida, conversíveis ou não em ações, ou de ações. A captação de recursos adicionais por meio de oferta pública de ações ou de títulos conversíveis em ações poderá, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, ser feita com exclusão do direito de preferência de nossos acionistas, inclusive dos investidores em nossas ações, e poderá, portanto, diluir a participação acionária dos investidores em nossas ações.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos nossos acionistas de venderem ações de nossa emissão pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tal investimento considerado, em geral, de natureza mais especulativa. Além disso, o mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado que os mercados de países mais desenvolvidos, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. Por conseguinte, a capacidade dos nossos acionistas de venderem ações de nossa emissão pelo preço e no momento desejado poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá, ainda, afetar negativamente o preço de negociação das ações de nossa emissão. Adicionalmente, vendas ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das nossas ações poderão prejudicar o valor de negociação das ações de nossa emissão.

(d) às nossas controladas e coligadas

Dependemos da distribuição de resultados de nossas controladas e poderemos ser afetados adversamente caso nossas controladas tenham o seu desempenho prejudicado.

Somos controladores de sociedades que desenvolvem atividades específicas. Nossa capacidade de cumprir nossas obrigações financeiras e de pagar dividendos aos nossos acionistas está diretamente relacionada ao fluxo de caixa e lucros de nossas controladas, as quais estão sujeitas, dentre outros, aos mesmos riscos operacionais, societários e regulamentares a que estamos sujeitos, conforme descritos neste item 4.1. Não há garantia de que o fluxo de caixa e os lucros das nossas controladas serão positivos ou que serão

4.1 - Descrição dos fatores de risco

suficientes para o cumprimento de nossas obrigações financeiras e para a deliberação de dividendos aos nossos acionistas.

(e) aos nossos fornecedores

Dependemos do fornecimento de matérias-primas provenientes de países estrangeiros para a consecução de nossos negócios.

Nosso suprimento de matérias-primas importadas está concentrado com fornecedores de alguns poucos países estrangeiros, sendo que fornecedores chineses representam aproximadamente 33,0% de nossos gastos com matérias-primas. Alterações nas condições macroeconômicas e regulatórias nos países em que estão localizados nossos fornecedores relevantes podem impactá-los negativamente, de modo que eles reduzam, deixem de fornecer ou encareçam a matéria-prima. Adicionalmente, nossos fornecedores são independentes e têm seus próprios objetivos financeiros, e as ações tomadas ou sofridas por eles, tais como controle de qualidade inconsistente ou inadequado, paralisações e o não cumprimento de suas obrigações contratuais, poderão ter um efeito negativo sobre nossos resultados. Verificadas tais condições, poderemos sofrer impactos adversos nos nossos custos e resultados operacionais e na nossa reputação.

As nossas operações podem ser afetadas por eventual ineficiência logística e por falhas de infraestrutura.

Dependemos do transporte rodoviário, marítimo e aéreo para termos acesso a matérias-primas nacionais e importadas e para a distribuição de nossos produtos. Qualquer atraso, problema ou falha nesses sistemas logísticos poderá afetar negativamente a obtenção de insumos, impedir a entrega de nossos produtos ou impor a nós custos adicionais. A infraestrutura e o sistema de transporte brasileiros estão subdesenvolvidos e necessitam de investimentos por parte do governo brasileiro para que operem com eficiência e atendam às necessidades dos nossos negócios.

Adicionalmente, caso os concessionários de serviços públicos que operam ativos na cadeia de infraestrutura logística na qual as nossas operações estão inseridas não sejam capazes de (i) operar de maneira satisfatória, (ii) efetuar os investimentos necessários para manutenção e expansão de suas operações ou (iii) atender os requisitos e obrigações relacionadas às suas concessões, os nossos negócios podem ser negativamente afetados.

Por fim, a operação de transporte de carga, seja terrestre, marítimo ou aéreo, apresenta riscos inerentes de acidentes, falhas mecânicas, colisões, perdas de ativos, vazamentos de combustível e outros incidentes ambientais, perda ou dano de carga, interrupção de negócios devido a fatores políticos, bem como reivindicações trabalhistas, reivindicações de natureza social ou ambiental, greves, condições meteorológicas adversas e desastres naturais que podem nos afetar, resultando em perda de receitas, assunção de responsabilidades ou aumento de custos.

(f) aos nossos clientes

A concentração de nossos clientes poderá afetar negativamente a cotação de nossos produtos.

Nossos clientes, diretos e indiretos, incluem revendas agropecuárias, distribuidores, cooperativas, agroindústrias, *pet shops* e produtores pecuários. Uma tendência de concentração de nossos clientes no mercado pode impactar adversamente nossa capacidade de negociação dos preços de nossos produtos. Nos últimos anos, verificamos que houve maior

4.1 - Descrição dos fatores de risco

concentração em relação aos produtores pecuários, particularmente na suinocultura e na avicultura. Caso essa tendência de concentração continue, esses clientes poderão tentar melhorar sua rentabilidade por meio da alavancagem de seu poder de compra para a obtenção de cotações favoráveis, forçando-nos a reduzir os preços de nossos produtos, o que poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

Mudanças nas preferências dos consumidores poderia afetar adversamente nosso negócio.

A demanda para a produção de produtos saúde animal é fortemente ligada à demanda de consumidores por carne e produtos lácteos. A indústria de alimentos em geral está sujeita a mudanças na demanda, tendências e preferências do consumidor. Tendências na mudança da indústria de alimentos e muitas vezes a nossa incapacidade de prever, identificar ou reagir a mudanças pode levar, entre outras coisas, à redução na demanda e redução nos preços de nossos produtos de saúde animal, o que pode afetar adversamente nossos negócios.

Mudanças nos canais de distribuição de produtos destinados a animais de estimação podem impactar negativamente a participação de mercado, as margens e a distribuição dos produtos da Companhia.

Os proprietários de animais de estimação compram os produtos para seus *pets* em lojas especializadas, como *pet shops*, lojas agropecuárias e super/hipermercados. A compra realizada diretamente com o veterinário ocorre apenas quando se trata de produtos relacionados a serviços e tratamentos específicos, como venda de biofármacos (vacinas).

Atualmente, nossa distribuição de produtos no segmento de animais de estimação é realizada por distribuidores que atuam como intermediários entre os laboratórios e os lojistas (*pet shops*). A entrada no Brasil de grandes redes de *pet shops* internacionais e o fortalecimento de redes de *pet shop* nacionais pode provocar uma necessidade de mudança na nossa estrutura de distribuição atual, incluindo a utilização da internet como canal de distribuição, a qual corresponde a apenas 0,4% das vendas desse segmento. Alterações dessa natureza poderão acarretar uma maior concentração nos canais de distribuição, que por sua vez poderá impactar negativamente nossos resultados operacionais.

(g) ao nosso setor de atuação

Efeitos adversos observados na saúde humana relacionados ao consumo de alimentos derivados de animais que utilizem produtos veterinários poderão resultar na redução das vendas de tais produtos.

Nossos negócios dependem fortemente do setor de produção de proteína animal saudável e em desenvolvimento. Caso o público entenda que o consumo de alimentos derivados de animais que utilizem produtos veterinários, como os nossos, traz riscos à saúde humana, poderá ocorrer uma redução na produção de tais alimentos, e, conseqüentemente, na demanda de nossos produtos. Poderá também haver uma redução na demanda de produtos pecuários ou estes poderão ter sua reputação afetada em decorrência da evolução da percepção dos consumidores sobre questões relacionadas aos direitos dos animais, à nutrição, à saúde ou a outras questões. Qualquer dano à reputação do setor de produção de proteína animal também poderá se estender a companhias que atuam em setores relacionados, inclusive a nós. Uma percepção negativa dos consumidores com relação ao uso de um ou mais de nossos produtos no setor de produção de proteína animal também poderá resultar na redução do uso de tais produtos, e poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O surto de doenças infecciosas transmitidas por animais poderá afetar adversamente a venda de nossos produtos.

As vendas de nossos produtos destinados à indústria pecuária poderão ser afetadas adversamente pelo surto de doenças transmitidas por animais, tais como a gripe aviária e suína, febre aftosa, encefalopatia espongiforme bovina (popularmente conhecida como “doença da vaca louca”), *porcine epidemic diarrhea*, dentre outras, que podem levar a inúmeras mortes ou ao sacrifício preventivo de animais de produção. Consequentemente, poderá haver uma redução na demanda de produtos destinados à indústria de proteína animal devido a restrições mais rigorosas para exportação e proibição de importação, o que poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

O mercado de saúde animal é altamente competitivo.

O mercado de saúde animal é altamente competitivo e composto por empresas brasileiras e multinacionais. Acreditamos que muitos de nossos concorrentes conduzem atividades de P&D em áreas atendidas por nossos produtos e nas áreas para as quais estamos desenvolvendo produtos, e as vendas de nossos produtos podem ser impactadas negativamente pela introdução e/ou ampla aceitação pelo mercado de produtos alternativos ou recém-desenvolvidos destinados ao mesmo público ao qual nossos produtos são destinados.

Dentre nossos concorrentes encontram-se grandes companhias farmacêuticas globais, além de empresas especializadas em saúde animal. Esses concorrentes poderão ter maior acesso a recursos financeiros, de *marketing*, técnicos e outros, e, como resultado, poderão ser capazes de atribuir mais recursos ao desenvolvimento, produção, *marketing* e venda de seus produtos, iniciando ou mantendo concorrência de preços ou beneficiando-se com aquisições e outras oportunidades. Concorrentes multinacionais também poderão ter maior economia de escala, devido ao seu tamanho e nível de participação no mercado global. Além da concorrência com participantes estabelecidos no mercado, novas empresas podem ingressar em nosso segmento e reduzir substancialmente nossa participação de mercado ou tornar nossos produtos obsoletos.

Caso qualquer de nossos concorrentes se destaque no mercado ou caso sejamos forçados a reduzir ou sejamos incapazes de estabelecer preços competitivos aos nossos produtos, nossos resultados operacionais e situação financeira poderão ser afetados adversamente.

Produtos destinados à saúde animal estão sujeitos a impactos gerados por eventuais alterações regulatórias e questões relacionadas com resíduos, segurança, eficácia ou bem estar-animal, o que poderá prejudicar a fabricação e/ou comercialização de nossos produtos, bem como nossa reputação.

Alterações regulatórias e questões não previstas de resíduos, segurança, eficácia e bem-estar animal podem surgir mesmo após a aprovação do produto, independentemente de serem científica ou clinicamente suportadas, resultando em *recalls*, retiradas de produtos do mercado, suspensão ou redução de vendas, bem como em atribuição de responsabilidades pelos danos causados pelo produto e outras reivindicações. Além disso, dependemos de perspectivas positivas sobre segurança e qualidade de nossos produtos e dos produtos de saúde animal em geral por parte de nossos clientes, veterinários e consumidores finais, e a falta de tais perspectivas poderá prejudicar a comercialização de nossos produtos e a nossa reputação, independentemente da efetiva existência de problemas de resíduos, segurança, eficácia ou bem-estar animal. Essas questões e os prejuízos a elas relacionados podem afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Podemos ser afetados adversamente caso a febre aftosa seja erradicada do país e a vacinação do rebanho bovino deixe de ser obrigatória.

Atualmente, a aplicação da vacina contra febre aftosa é obrigatória na maioria dos Estados brasileiros, sendo que, de acordo com o MAPA, aproximadamente de 350 milhões de doses por ano da vacina são aplicadas no rebanho bovino brasileiro. As vendas dessa vacina responderam por aproximadamente 10,2% de nossa receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014. Assim, caso a febre aftosa seja erradicada ou a vacinação deixe de ser obrigatória no país, poderemos ter um efeito adverso em nossos resultados operacionais.

Nossas operações e/ou produtos podem impactar o meio ambiente ou causar, ou contribuir para, a contaminação ou exposição a substâncias perigosas.

A natureza de nossas operações também nos expõe ao risco de sinistros ambientais. Podemos estar sujeitos a reclamações por parte do poder público, autoridades ambientais, empregados, prestadores de serviços e terceiros por suposta lesão corporal, danos a propriedade e danos a recursos naturais decorrentes de exposição a, ou contaminação por, substâncias perigosas, causadas por nossas operações, instalações ou produtos, e pode não haver garantia de que custos e responsabilidades materiais não serão incorridos em conexão com tais reivindicações. Além disso, órgãos do governo e agências reguladoras estão mostrando crescente preocupação com o impacto dos produtos de saúde animal e de operações de gado sobre o meio ambiente. O estabelecimento de dispositivos regulatórios mais rígidos pode exigir tempo e recursos adicionais de nossa parte para responder a essas exigências, tanto para produtos novos quanto para produtos existentes, e pode afetar as vendas de nossos produtos e os nossos negócios, condição financeira ou resultados operacionais.

Podemos não conseguir obter ou renovar todas as licenças de operação necessárias à condução dos nossos negócios.

Não é possível assegurar que os alvarás de licença de funcionamento obtidos para cada um de nossos estabelecimentos serão regularmente mantidos em vigor ou facilmente renovados junto às autoridades públicas competentes. A não obtenção ou a não renovação de tais licenças pode resultar na aplicação de sucessivas multas e, conforme o caso, no fechamento dos respectivos estabelecimentos. Podemos ser adversamente afetados caso ocorra o fechamento de algum estabelecimento relevante para o desempenho de nossas atividades em decorrência da não renovação ou não obtenção das licenças de operação legalmente exigidas.

Nossas operações dependem do fornecimento de água e energia elétrica. O racionamento de água e/ou energia elétrica pode nos afetar de maneira adversa.

Nosso processo produtivo consome grandes quantidades de água e energia elétrica. A capacidade operacional de geração das usinas hidrelétricas brasileiras, bem como o próprio fornecimento de água, depende dos níveis do recurso armazenados nos reservatórios e nos fluxos dos rios. Existe conseqüentemente uma forte relação de dependência com os índices pluviométricos. O nível inferior de chuvas e o período de estiagem, poderá levar a uma queda nos níveis dos reservatórios e redução da capacidade operacional das hidrelétricas e no fornecimento de água em determinadas regiões no país, trazendo uma crise ao setor e forçando a população e indústria a um racionamento de energia.

O eventual racionamento de água e/ou energia poderá impactar diretamente nosso processo produtivo, o que poderá afetar adversamente nossa receita e nossos resultados operacionais.

(h) à regulamentação dos setores em que atuamos

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Atuamos na indústria brasileira farmacêutica veterinária, setor da economia sujeito a legislação e regulação extensivas e caracterizado pela necessidade de frequente interação com autoridades governamentais, de modo que alterações nas regulamentações aplicáveis às nossas atividades, atrasos dos órgãos governamentais na emissão de licenças ou registro de nossos produtos ou descumprimento alegado ou efetivo de referidas normas podem nos afetar de modo adverso e relevante.

Estamos sujeitos às leis e regulamentos locais, estaduais e federais, a permissões e exigências para a obtenção e renovação de licenças de estabelecimentos e registro de produtos, inclusive junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária (“**CRMV**”), e aos padrões operacionais e de segurança do MAPA. Estamos sujeitos, ainda, à fiscalização ou inspeção periódica dessas entidades em nossas plantas industriais para verificar o cumprimento das normas e regulamentações vigentes e emissão de certificados de boas práticas de fabricação. A regulamentação do setor farmacêutico veterinário inclui regras para aprovação de produtos e unidades industriais.

Caso descumpramos qualquer de nossas obrigações perante o MAPA, seja por não manter vigentes as licenças aplicáveis ou por não manter vigentes ou renovar os registros de nossos produtos, ou, ainda, em caso de não observância da legislação setorial, estaremos sujeitos não apenas às sanções civis e penais cabíveis, mas também às sanções previstas no Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004, e no Decreto nº 6.296, de 11 de dezembro de 2007, tais como: (i) advertência, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má-fé; (ii) multa no valor de R\$900,00, dobrados sucessivamente nas reincidências, até três vezes, sem prejuízo, quando for o caso, do cancelamento do registro do produto ou da cassação do registro do estabelecimento; (iii) apreensão do produto; (iv) inutilização do produto; (v) suspensão da venda ou da fabricação do produto; (vi) cancelamento do registro e licenciamento do produto; (vii) interdição do estabelecimento; (viii) cancelamento do registro e licenciamento do estabelecimento; e (ix) apreensão e inutilização do material de propaganda.

Não podemos assegurar que o governo não irá alterar a regulamentação aplicável às nossas atividades, bem como as exigências para obtenção ou renovação de licenças de nossos estabelecimentos ou registro para fabricação e comercialização de nossos produtos, ou, ainda, atrasar a emissão dessas licenças ou registro de produtos. Qualquer mudança significativa na regulamentação ou em tais exigências, bem como a inabilidade em atendê-las, pode nos impedir de vender e distribuir determinado(s) produto(s) e/ou causar atrasos no lançamento de produto(s) e/ou aumentar os custos para obter ou renovar licenças ou registro de nosso(s) produto(s), o que pode nos afetar adversamente.

Como exemplo da possibilidade de alteração na regulamentação aplicável a nossas atividades, podemos citar a já revogada Instrução Normativa nº 13 do MAPA, de 29 de maio de 2014 (“**Instrução Normativa 13**”), publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2014, e que proibiu a fabricação, manipulação, fracionamento, comercialização, importação e uso de produtos antiparasitários de longa ação que contenham como princípios ativos as lactonas macrocíclicas (avermectinas) para uso veterinário e que são suscetíveis de emprego na alimentação de todos os animais e insetos. Possuímos em nosso portfólio três produtos endectocidas (antiparasitários de ação interna e externa) de longa ação, destinados aos segmentos de ruminantes e suínos, que possuem como principal composto a ivermectina, substância derivada da avermectina, e que foram afetados por tal norma até sua revogação pela Instrução Normativa nº 6 do MAPA, de 27 de março de 2015, publicada no DOU em 30 de março de 2015.

Podemos também citar a publicação do Decreto 8.848 de 06 de maio de 2015, que alterou alguns artigos do Decreto 5.053 de 22 de abril de 2004 e regulamentou a Lei 12.689 de 19 de

4.1 - Descrição dos fatores de risco

julho de 2012 (“**Lei dos Genéricos**”), permitindo a entrada de medicamentos genéricos no mercado veterinário.

Por fim, estamos também sujeitos à Lei 12.846/2013, ou Lei Anticorrupção, que entrou em vigor em janeiro de 2014, bem como outras leis anticorrupção que sejam aplicáveis a nossas atividades em outras jurisdições, agora ou no futuro. Visto que nossas atividades são amplamente reguladas e que tal regulação nos sujeita à interação constante com autoridades públicas, desenvolvemos um código de conduta, políticas e práticas para atendimento da nova legislação e estamos desenvolvendo um programa de compliance com consultor externo. Tendo em vista que a Lei Anticorrupção é bastante recente, não há regulamentação, histórico de aplicação ou quaisquer precedentes judiciais que sirvam de orientação sobre como a lei deverá ser aplicada. Portanto, não temos como prever se será necessário adotar políticas ou manuais adicionais para o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis.

De acordo com a opinião da Companhia, a regulamentação da Lei dos Genéricos por meio do Decreto 8.848 de 06 de maio de 2015 potencializou o risco de lançamento de novos produtos genéricos por concorrentes. Interpretação esta que difere daquela tida na época anterior à regulamentação da lei.

Nossos negócios estão sujeitos a regulamentação relevante, bem como a tendências regulatórias e de mercado.

Os novos produtos que estamos desenvolvendo somente poderão ser fabricados e comercializados caso sejamos capazes de obter todas as aprovações regulatórias exigidas em cada jurisdição em que atuamos. Mesmo após o registro e comercialização de um produto, ele poderá estar sujeito a novas revisões e eventualmente necessitará de aprovações adicionais para manutenção no mercado. A falha ou atraso no processo de obtenção e manutenção de aprovações em qualquer jurisdição poderá nos impedir de vender nossos produtos em tal jurisdição até que sua aprovação ou manutenção seja regularizada. A alteração de leis e regulamentações federais, estaduais, locais e estrangeiras aplicáveis podem ter um efeito adverso relevante sobre nossos resultados operacionais e situação financeira.

Adicionalmente, a utilização de produtos de nosso portfólio pode ser reduzida em razão de mudanças comportamentais de nossos clientes e em decorrência de tendências regulatórias ou de mercado, como a adesão voluntária da não utilização de antimicrobianos como aditivos alimentares. Caso algum desses fatores ocorra, nossa receita poderá ser negativamente impactada.

Uma regulamentação mais severa ou a diminuição de apoio financeiro governamental com relação à criação, processamento ou utilização de animais para produção de alimentos poderá reduzir a demanda de nossos produtos para a indústria pecuária.

O setor de produção de proteína animal está sujeito a uma regulamentação extensa e cada vez mais rigorosa. Caso os produtores pecuários sejam afetados adversamente por nova regulamentação ou por alterações à regulamentação existente que restrinjam ou limitem a utilização de nossos produtos, a nossa capacidade de comercializar tais produtos poderá ser reduzida ou se tornar menos rentável, e, como resultado, poderemos ter nossos resultados operacionais e situação financeira afetados adversamente.

Uma regulamentação mais rigorosa relacionada à indústria pecuária ou aos nossos produtos poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira. Ainda, muitas companhias de produtos alimentícios, inclusive produtores pecuários, se beneficiam de subsídios governamentais e linhas de crédito diferenciadas para a produção, comercialização e investimento em animais de produção ou em insumos utilizados na cadeia de produção de

4.1 - Descrição dos fatores de risco

proteína animal. Caso tais subsídios e benefícios sejam reduzidos ou eliminados, essas companhias e produtores poderão se tornar menos rentáveis, e, como resultado, a utilização de nossos produtos poderá ser reduzida.

Alterações nas leis e regulamentos ambientais podem causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Nossas atividades estão sujeitas à legislação e regulamentação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, a legislação e regulamentação em vigor estabelecem exigências de licenças ambientais e padrões para o descarte de efluentes, emissões atmosféricas, gestão de resíduos sólidos, bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas. Incorremos em custos para a prevenção, controle, redução ou eliminação de emissões no ar, solo e água, bem como para o descarte e manejo de resíduos em nossos laboratórios e em nossa fazenda experimental. O cumprimento dessa legislação e regulamentação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem nos impor sanções administrativas em razão de sua eventual inobservância. Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva de nossas atividades. Como as leis ambientais e sua aplicação vêm se tornando mais rigorosas, o valor e a época de investimentos e despesas relativos ao meio ambiente poderão variar significativamente em relação à sua previsão atual. Os investimentos necessários para atendimento à legislação ambiental poderão reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos estratégicos que tenhamos planejado, com possível impacto no resultado de nossas operações. Quaisquer custos ambientais relevantes não previstos poderão prejudicar nosso negócio, resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas.

O não cumprimento da legislação relativa à proteção do meio ambiente também pode sujeitar o infrator a sanções penais, sem prejuízo da obrigação de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, a prisão dos responsáveis, bem como a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito públicos e privados, o que pode ter impacto negativo em nossas receitas ou, ainda, inviabilizar a captação de recursos no mercado financeiro.

Sem prejuízo do disposto acima, a inobservância da legislação ambiental ou das obrigações que nos tenham sido impostas em razão do licenciamento de nossos complexos industriais, ou ainda que venhamos a assumir em razão de termos de ajustamento de conduta ou de acordos judiciais, poderá causar impacto adverso relevante em nossa imagem, em nossas receitas e em nossos resultados operacionais.

O uso incorreto ou contraindicado de nossos produtos poderá prejudicar nossa reputação ou resultar em danos financeiros.

Nossos produtos foram aprovados para uso em circunstâncias específicas no tratamento de determinadas doenças e condições em espécies alvo. Poderá ocorrer um aumento no risco da responsabilidade do produto caso os veterinários, produtores pecuários, proprietários de animais de estimação ou outros indivíduos tentem utilizar nossos produtos de forma incorreta e/ou contraindicada, incluindo a utilização em espécies para as quais não tenham sido aprovados (inclusive humanos). Além disso, o uso de nossos produtos para indicações além daquelas para as quais foram aprovados poderá ser prejudicial ou não ser eficiente, o que pode afetar adversamente nossa reputação e levar ao aumento de risco de litígios. Caso sejamos considerados envolvidos, por qualquer agência governamental ou reguladora, na promoção de quaisquer de nossos produtos para utilização contraindicada, tal agência poderá

4.1 - Descrição dos fatores de risco

eventualmente exigir a alteração de nosso procedimento de treinamento ou de nossos materiais e práticas promocionais, sendo que poderemos ainda estar sujeitos a multas e penalidades significativas. A imposição de tais sanções também pode afetar nossa reputação e nossa posição no mercado. Qualquer dessas hipóteses poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

(i) os países estrangeiros em que atuamos

Uma parcela de nossas vendas e lucros é atribuída a produtos comercializados no México por nossa controlada localizada naquele país.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, nossa operação comercial mexicana representou 0,8% de nossos ativos consolidados e 1,4% de nossas vendas líquidas combinadas-consolidadas. Nossas operações mexicanas são dependentes desse mercado e, conseqüentemente, nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais no México podem ser negativamente afetados por fatores fora de nosso controle, tais como flutuações cambiais, falta de energia e outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que afetem o país.

Nossas exportações estão sujeitas a uma ampla gama de riscos ligados às operações internacionais.

As exportações corresponderam a 6,2% da nossa receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014. Nos principais mercados para os quais exportamos estamos sujeitos a fatores que não dependem de nosso controle, tais como: (i) variações das taxas de câmbio; (ii) deterioração da conjuntura econômica; (iii) imposição de aumento de tarifas, tarifas *antidumping* ou outras barreiras comerciais e/ou fitossanitárias; (iv) imposição de controles cambiais e restrições para realização de operações de câmbio; (v) greves ou outros eventos que possam afetar os portos e meios de transporte; (vi) o atendimento de diferentes regimes legais e regulatórios estrangeiros; e (vii) sabotagens de produtos. Nosso desempenho financeiro futuro dependerá, em extensão significativa, da conjuntura econômica, condições política e social existente nos nossos principais mercados de exportação.

Além disso, nossas operações podem ser afetadas por greves de funcionários portuários ou de agentes alfandegários, agentes de inspeção sanitária e demais agentes públicos nos portos brasileiros a partir dos quais exportamos nossos produtos, ou nos portos estrangeiros que os recebem. Greves prolongadas de tais agentes poderão prejudicar nossos negócios e resultados operacionais.

Poderemos ser afetados adversamente pelo uso indevido ou má representação de nossos produtos nos países para os quais nossos produtos são exportados.

Devido a exigências legais e regulatórias existentes em determinados países para os quais exportamos, somos obrigados a registrar nossos produtos perante os órgãos locais competentes (e.g. ministérios da agricultura) em nome de terceiros, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, residentes nesses países. Nesses casos, como a titularidade do registro de nossos produtos está em nome de terceiros, nossa representatividade perante órgãos estrangeiros também é por eles exercida. Não podemos assegurar o cumprimento da legislação e regulamentações aplicáveis nos países para os quais exportamos nossos produtos por parte desses terceiros. Eventual descumprimento por tais terceiros da legislação e regulamentação aplicáveis nos respectivos países pode, independente de termos ou não contratos que regulem nossa relação com esses terceiros, impactar negativamente nossos negócios, deteriorar nossa marca e imagem por estarem associadas a esses produtos no

4.1 - Descrição dos fatores de risco

exterior, e resultar em efeitos materiais adversos em nossa situação financeira e resultados operacionais.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

A Companhia monitora constantemente os riscos do negócio que possam impactar de forma adversa em suas operações e resultados, inclusive mudanças no cenário macroeconômico e setorial. A Companhia não identifica atualmente cenário de aumento ou redução de exposição aos riscos mencionados no item 4.1 deste Formulário de Referência, exceto pelo disposto abaixo:

Instrução Normativa 13

Após sentença de 1º instância, datada de 24 de março de 2015, na qual o Tribunal Regional Federal da Primeira Região julgou parcialmente procedente a demanda proposta pelo Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (“**SINDAN**”) contra a União, no sentido de suspender os efeitos da Instrução Normativa 13 com relação aos seus associados, o MAPA, por meio da Instrução Normativa nº 6, de 27 de março de 2015, publicada no DOU em 30 de março de 2015, revogou a Instrução Normativa 13.

A revogação da Instrução Normativa 13 possibilitou a retomada da fabricação, manipulação, fracionamento, comercialização, importação e uso dos produtos de longa ação à base de avermectinas, observado o disposto na Instrução Normativa nº 12 do MAPA, de 6 de maio de 2014, que incluiu tais produtos na lista de medicamentos veterinários cuja comercialização é sujeita a controle especial e que já vigorava antes da edição da Instrução Normativa 13.

Recomenda-se que o item 4 seja lido em conjunto com o item 5 deste Formulário de Referência.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais no desenvolvimento normal de suas atividades. Tais processos dizem respeito principalmente a demandas de natureza tributária, trabalhista e cível. Em 31 de dezembro de 2014, o valor total envolvido nos processos classificadas como perdas remotas, possíveis e prováveis era de aproximadamente R\$23 milhões, dos quais R\$2,6 foram provisionados.

As provisões da Companhia são registradas conforme Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza.

Foram considerados relevantes, nos termos da regulamentação em vigor, os processos que podem impactar de forma significativa nosso patrimônio, nossa capacidade financeira ou nossos negócios, devendo ser considerados outros fatores que podem influenciar a decisão do investidor, como, por exemplo, os riscos de imagem inerentes a certa prática ou riscos jurídicos diversos.

Processos de natureza tributária

A Companhia possui processos tributários em trâmite na esfera administrativa e judicial onde discute contingências passivas (débitos tributários) no montante total de aproximadamente R\$39,8 milhões. Conforme avaliação de perda da tese em debate feita pelos advogados externos da Companhia, do valor total da contingência em questão, aproximadamente, R\$11,9 milhões são avaliados como remota e aproximadamente R\$27,9 milhões como possível.

Processos Tributários Relevantes

No tocante aos processos acima mencionados, a Companhia informa que suas contingências passivas consideradas de maior relevância representam montante por tema debatido superior a R\$1 milhão. Foram considerados também, para fins de relevância, assuntos em debate que podem impactar negativamente as atividades da Companhia.

Destas contingências passivas, as mais relevantes tratam de débitos de ICMS decorrentes de entendimento diverso pela fiscalização sobre a aplicação da isenção prevista no Convênio ICMS nº 100/97 para importações de produtos técnicos destinados à formulação de produtos para o setor pecuário. Em suas defesas, a Companhia apresentou provas de que as operações realizadas tiveram destinação para a produção de produtos do setor agrícola, sendo claramente aplicável a norma de isenção contida no Convênio ICMS nº 100/97. Os advogados externos da Companhia que patrocinam estas demandas avaliam as chances de perda destas como possível. A discussão travada nestes casos representa uma contingência de aproximadamente R\$25,9 milhões.

A Companhia descreve infra as informações mais relevantes destas demandas.

Ação Anulatória de Débito Fiscal: nº 0019171-66.2009.8.26.0053	
a. juízo	Fazenda Pública do Estado de São Paulo
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	02/06/2009
d. partes no processo	Ouro Fino Saúde Animal Ltda. X Fazenda do Estado de São Paulo

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

e. valores, bens ou direitos envolvidos	Vide Execução Fiscal nº 153.01.2009.004739-9 (abaixo)
f. principais fatos	<p>Trata-se de Ação Anulatória de Débito Fiscal que tem como objetivo anular a cobrança constituída pelo AIIM 2.028.151-1 objeto da Execução Fiscal 153.01.2009.004739-9 que discute, por sua vez, falta de recolhimento de ICMS decorrente de supostos equívocos cometidos na aplicação da isenção prevista no convênio ICMS 100/97 na importação de produtos técnicos, utilizados na elaboração de produtos finais comercializados pela Companhia. Segundo o entendimento da Fazenda do Estado de São Paulo, as mercadorias importadas seriam simples matérias primas, sendo que a isenção do tributo é permitida apenas para os produtos acabados. O pedido de tutela antecipada foi indeferido, razão pela qual foi apresentado pedido de reconsideração da decisão, restando este também indeferido.</p> <p>Contra tal decisão foi interposto agravo de instrumento em 21.07.2009 (processo nº 153.01.2009.004739-9), no qual foi indeferida a tutela recursal em decisão proferida em 19.06.2009. Em 27.10.2009 foi publicado acórdão negando provimento ao agravo.</p> <p>A Fazenda do Estado de São Paulo apresentou, nos autos da Ação Anulatória sua contestação, a qual foi replicada pela Companhia em 15.04.2011.</p> <p>Em 15.09.2011 foi publicada sentença julgando improcedente a Ação e condenando a Companhia ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 20% sobre o valor da causa.</p> <p>Contra tal sentença a Companhia interpôs Recurso de Apelação em 04.04.2012, a qual foi recebida em seu efeito devolutivo.</p> <p>A Fazenda do Estado apresentou suas contrarrazões ao Recurso de Apelação em 24.01.2014.</p> <p>Atualmente, o processo está aguardando a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para processamento e julgamento do Recurso de Apelação.</p>
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda	Companhia estaria sujeita ao pagamento dos débitos em questão devidamente atualizados.
i. valor provisionado (se houver)	Não há.

Execução Fiscal nº 0004739-33.2009.8.26.0153	
a. juízo	Anexo Fiscal do Foro da Comarca de Cravinhos/SP
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	28/05/2009
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$10.427.874,47
f. principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal do auto de infração objeto da Ação Anulatória 0019171-66.2009.8.26.0053 acima descrita, que discute a falta de recolhimento de ICMS decorrente de supostos equívocos cometidos na aplicação da isenção na importação de produtos técnicos, utilizados na elaboração de produtos finais comercializados pela Companhia. Segundo o

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	<p>entendimento da Fazenda do Estado de São Paulo, as mercadorias importadas seriam simples matérias primas, sendo que a isenção do tributo é permitida apenas para os produtos acabados. Em 22.06.2009 foi apresentada petição oferecendo seguro-garantia judicial para fins de garantia do juízo e requerendo a suspensão do curso da Execução Fiscal até o trânsito em julgado da Ação Anulatória.</p> <p>A garantia apresentada foi rejeitada, motivo pelo qual a Companhia ofereceu bens à penhora em adição ao seguro garantia.</p> <p>Em 30.03.2010 foi proferida a decisão determinando a suspensão da Execução Fiscal até o trânsito em julgado da Ação Anulatória nº 0019171-66.2009.8.26.0053.</p> <p>Em 14.05.2013 a Companhia requereu a substituição de todas as garantias por carta de fiança bancária. A Fazenda do Estado concordou com a substituição e em 21.08.2013 foi proferido despacho acatando o pedido da Companhia de substituição das garantias.</p> <p>Atualmente, aguarda-se o julgamento da Ação Anulatória acima descrita.</p>
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda	Companhia estaria sujeita ao pagamento dos débitos em questão devidamente atualizados.
i. valor provisionado (se houver)	Não há.

Processo: AIIM nº 4.030.406-1	
a. juízo	Posto Fiscal de Ribeirão Preto – DRT 6 – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	03/10/2013
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$3.312.736,05
f. principais fatos	<p>Trata-se de auto de infração que discute a falta de recolhimento de ICMS supostamente incidente sobre a importação de produto técnico, utilizado na elaboração de produto final comercializado pela Companhia. De acordo com a fiscalização, a isenção de que trata o inciso I do Artigo 41 do Anexo I do RICMS de São Paulo, com base no Convênio 100/97, não se aplicaria a este produto que também tem aplicação na fabricação de produtos da linha "pet" e, portanto, não seria destinado exclusivamente à agropecuária.</p> <p>O auto de infração foi lavrado em 03.10.2013, tendo sido apresentada impugnação em 06.11.2013.</p> <p>Em 16.12.2013, foi publicada decisão que manteve integralmente o auto de infração. Contra tal decisão foi interposto Recurso Ordinário em 15.01.2014. A Fazenda Estadual apresentou suas contrarrazões ao referido recurso que aguarda julgamento pelo Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo.</p> <p>A Companhia efetuou o pagamento parcial da exigência fiscal, relacionada à parte do produto empregada na fabricação de produtos da linha "pet".</p>
g. chance de perda	Possível

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

h. análise do impacto em caso de perda	Companhia estaria sujeita ao pagamento dos débitos em questão devidamente atualizados.
i. valor provisionado (se houver)	Não há.

Processo: AIIM nº 4.025.788-5	
a. juízo	Posto Fiscal de Ribeirão Preto – DRT 6 – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	17/07/2013
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$4.630.246,98
f. principais fatos	<p>Trata-se de auto de infração que discute a falta de recolhimento de ICMS supostamente incidente sobre a importação de produto técnico, utilizado na elaboração de produto final comercializado pela Companhia. De acordo com a fiscalização, a isenção de que trata o inciso I do Artigo 41 do Anexo I do RICMS de São Paulo, com base no Convênio 100/97, não se aplicaria a este produto que também tem aplicação na fabricação de produtos da linha "pet" e, portanto, não seria destinado exclusivamente à agropecuária.</p> <p>O auto de infração foi lavrado em 17.07.2013, tendo sido apresentada impugnação em 19.08.2013.</p> <p>Em 03.10.2013, foi publicada decisão que manteve integralmente o auto de infração. Contra tal decisão foi interposto Recurso Ordinário em 01.11.2013. A Fazenda Estadual apresentou suas contrarrazões em 22.01.2014 e em 16.04.2014 foi proferida decisão anulando a decisão de primeira instância que houve por manter integralmente o auto de infração. Aguarda-se a publicação de referida decisão. A Companhia efetuou o pagamento parcial da exigência fiscal, relacionada à parte do produto empregada na fabricação de produtos da linha de Animais de Companhia.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Companhia estaria sujeita ao pagamento dos débitos em questão devidamente atualizados.
i. valor provisionado (se houver)	Não há.

Processo: AIIM nº 4.032.618-4	
a. juízo	Posto Fiscal de Ribeirão Preto – DRT 6 – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	12.11.2013
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$902.046,48

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	<p>Trata-se de auto de infração que discute a falta de recolhimento de ICMS supostamente incidente sobre a importação de produto técnico, utilizado na elaboração de produto final comercializado pela Companhia. De acordo com a fiscalização, a isenção de que trata o inciso I do Artigo 41 do Anexo I do RICMS de São Paulo, com base no Convênio 100/97, não se aplicaria a este produto que também tem aplicação na fabricação de produtos da linha “pet” e, portanto, não seria destinado exclusivamente à agropecuária. O auto de infração foi lavrado em 12.11.2013, tendo sido apresentada impugnação em 19.12.2013.</p> <p>Em 27.02.2014, foi publicada decisão que manteve parcialmente o auto de infração. Contra tal decisão foi interposto Recurso Ordinário em 09.04.2013 e Recurso de Ofício pela Fazenda do Estado em 07.03.2014. Foram apresentadas pela Companhia contrarrazões ao Recurso de Ofício em 09.04.2014. Aguarda-se a julgamento de referidos recursos.</p> <p>A Companhia efetuou o pagamento parcial da exigência fiscal, relacionada à parte do produto empregada na fabricação de produtos da linha “pet”.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Companhia estaria sujeita ao pagamento dos débitos em questão devidamente atualizados.
i. valor provisionado (se houver)	Não há.

Processo: AIIM nº 4.036.962-6

a. juízo	Posto Fiscal de Ribeirão Preto – DRT 6 – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	07.04.2013
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$856.793,55
f. principais fatos	<p>Trata-se de auto de infração que discute a falta de recolhimento de ICMS decorrente de supostos equívocos cometidos na aplicação da isenção prevista no Convênio ICMS nº 100/97 para importações de insumos destinados a produção de produtos para o setor agrícola e pecuário.</p> <p>O auto de infração foi lavrado em 07.04.2013, tendo sido apresentada impugnação em 19.12.2013.</p> <p>Em 01.08.2014, foi publicada decisão que manteve parcialmente o auto de infração. Os itens I.1, I.4 e II.7 do AIIM foram inseridos no PEP e pagos à vista.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Companhia estaria sujeita ao pagamento dos débitos em questão devidamente atualizados.
i. valor provisionado (se houver)	Não há.

Processo: AIIM nº 4.032.148-4

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

a. juízo	Posto Fiscal de Ribeirão Preto – DRT 6 – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	14/11/2013
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$685.655,44
f. principais fatos	<p>Trata-se de auto de infração que discute a falta de recolhimento de ICMS supostamente incidente sobre a importação de produto técnico. De acordo com a fiscalização, a isenção de que trata o inciso I do Artigo 41 do Anexo I do RICMS de São Paulo, com base no Convênio 100/97, não se aplicaria a este produto que também tem aplicação na fabricação de produtos da linha “pet” e, portanto, não seria destinado exclusivamente à agropecuária. O auto de infração foi lavrado em 14.11.2013 tendo sido apresentada impugnação em 16.12.2013.</p> <p>Em 17.02.2014, foi publicada decisão que converteu o julgamento em diligência. Em 14.05.2014 foi publicada decisão que manteve integralmente o lançamento tributário. A Companhia interpôs Recurso Ordinário contra tal decisão. Atualmente, a Companhia aguarda seu julgamento pelo tribunal de impostos e taxas</p> <p>A Companhia efetuou o pagamento parcial da exigência fiscal, relacionada à parte do produto empregada na fabricação de produtos da linha Animais de Companhia.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Companhia estaria sujeita ao pagamento dos débitos em questão devidamente atualizados.
i. valor provisionado (se houver)	Não há.

Além dos processos acima descritos, a Companhia é parte em outros processos tributários relevantes que tratam de débitos de ICMS. Estes, por sua vez, discutem temas recorrentes de (i) supostos equívocos cometidos pela Companhia na transferência de créditos de ICMS apurados de forma centralizada pelo seu estabelecimento matriz para suas filiais, (ii) supostas incongruências verificadas pelas autoridades fiscais no recolhimento do ICMS-ST devido e (iii) transferência de bens para estabelecimentos de armazéns gerais.

A Companhia descreve infra as informações mais relevantes destas demandas.

Processo: AIIM nºs 4.007.428-6, 4.007.430-4, 4.007.427-4	
a. juízo	Posto Fiscal de Ribeirão Preto – DRT 6 – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	17/07/2012
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$1.913.465,33

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	<p>Tratam-se de autos de infração relativos a supostos equívocos cometidos pela Companhia na transferência de créditos de ICMS apurados de forma centralizada pelo seu estabelecimento matriz para suas filiais.</p> <p><u>AIIM nº 4.007.428-6:</u></p> <p>O auto de infração foi lavrado em 17.07.2012, tendo sido apresentada impugnação pela Companhia em 15.08.2012. Foi proferida decisão cancelando integralmente o lançamento em 01.10.2014. Em face dessa decisão, a Fazenda do Estado interpôs Recurso de Ofício. Em 18.12.2012 foram apresentadas contrarrazões pela Companhia. Aguarda-se julgamento de tal recurso pelo Tribunal de Impostos e Taxas (TIT).</p> <p><u>AIIM nº 4.007.430-4:</u></p> <p>O auto de infração foi lavrado em 17.07.2012, tendo sido apresentada impugnação pela Companhia em 15.08.2012. Foi proferida decisão mantendo integralmente o lançamento em 07.11.2012. Em face dessa decisão, a Companhia interpôs Recurso Ordinário em 05.12.2012 o qual foi admitido em 02.01.2013. Em 04.03.2013 foram apresentadas contrarrazões pela Fazenda do Estado. Aguarda-se julgamento de tal recurso pelo Tribunal de Impostos e Taxas (TIT).</p> <p><u>AIIM nº 4.007.427-4:</u></p> <p>O auto de infração foi lavrado em 17.07.2012, tendo sido apresentada impugnação pela Companhia em 15.08.2012. Foi proferida decisão em 28.03.2013 mantendo parcialmente o lançamento, reduzindo a multa para R\$100.000,00. Em face dessa decisão, a Fazenda do Estado interpôs Recurso de Ofício e a Companhia interpôs Recurso Ordinário em 13.06.2013, o qual foi admitido em 30.07.2013. Juntamente com o Recurso Ordinário a Companhia apresentou suas contrarrazões ao Recurso de Ofício da Fazenda Estadual,. Em 18.09.2013 a Fazenda apresentou suas contrarrazões ao Recurso Ordinário da Companhia. Aguarda-se julgamento de tais recursos pelo Tribunal de Impostos e Taxas (TIT).</p>
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda	Companhia estaria sujeita ao pagamento dos débitos em questão devidamente atualizados.
i. valor provisionado (se houver)	Não há.

Processo: AIIM nº 4.020.394-3	
a. juízo	Posto Fiscal de Ribeirão Preto – DRT 6 – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	20/06/2013
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Sementes Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$1.126.590, 61
f. principais fatos	<p>Trata-se de auto de infração para cobrança supostos equívocos cometidos pela Companhia na transferência de créditos de ICMS apurados de forma centralizada pelo seu estabelecimento matriz para suas filiais.</p> <p>O auto de infração foi lavrado em 20.06.2013, tendo sido apresentada impugnação pela Companhia em 01.08.2013. Foi proferida decisão</p>

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	mantendo integralmente o lançamento em 17.10.2013. Em face dessa decisão, a Companhia interpôs Recurso Ordinário em 14.11.2013. Em 07.01.2014 foram apresentadas contrarrazões pela Fazenda do Estado. Aguarda-se julgamento de tal recurso pelo Tribunal de Impostos e Taxas (TIT).
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda	Companhia estaria sujeita ao pagamento dos débitos em questão devidamente atualizados.
i. valor provisionado (se houver)	Não há.

Processo: AIIM nº 3.145.538-4	
a. juízo	Posto Fiscal de Ribeirão Preto – DRT 6 – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. instância	Câmara Superior
c. data de instauração	28/02/2011
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$1.271.458,56
f. principais fatos	<p>Trata-se de auto de infração lavrado para cobrança de supostas incongruências verificadas pelas autoridades fiscais no recolhimento do ICMS-ST devido.</p> <p>O auto de infração foi lavrado em 27.01.2011, tendo sido apresentada impugnação pela Companhia em 28.02.2011. Foi proferida decisão mantendo integralmente o lançamento em 10.05.2011. Em face dessa decisão, a Companhia interpôs Recurso Ordinário em 13.06.2011. Em 04.07.2012 foi proferida decisão mantendo o lançamento. Contra tal decisão foi interposto Recurso Especial que foi admitido e julgado procedente, reconhecendo a nulidade do julgamento do Recurso Ordinário e determinando a redistribuição dos autos para novo julgamento. Contudo, o processo foi encaminhado para a mesma câmara, de modo que, sobrevindo novo julgamento, este o foi nos mesmos moldes do acórdão outrora anulado. Contra tal decisão foi interposto novo Recurso Especial que já foi admitido e aguarda julgamento pela Câmara Superior do TIT.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	A Companhia estaria sujeita ao pagamento dos débitos em questão devidamente atualizados.
i. valor provisionado (se houver)	Não há.

Processo: AIIM nº 4.020.249-5	
a. juízo	Posto Fiscal de Ribeirão Preto – DRT 6 – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	24/09/2013

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$3.777.116,64
f. principais fatos	<p>Trata-se de auto de infração por meio do qual o Fisco acusa a Companhia de (i) falta de pagamento do ICMS nas saídas de mercadorias a título de remessa para armazém geral, sendo que os destinatários não estariam registrados como tal na JUCESP e no Cadastro de Contribuintes; (ii) falta de pagamento de ICMS sobre importação de produtos supostamente não abrangidos pela isenção de que trata o inciso I do artigo 41, do Anexo I do RICMS; (iii) falta de pagamento do ICMS-ST na saída de mercadorias tidas pela fiscalização como materiais de limpeza; (iv) recebimento de saldo credor transferido por outro estabelecimento da mesma Companhia em hipótese não permitida pela legislação, uma vez que o estabelecimento centralizador apurou saldo credor em GIA, em razão das referidas transferências; (v) crédito indevido de ICMS destacado em notas fiscais referentes à entrada de mercadorias sujeitas à isenção de que trata o inciso I do artigo 41, do Anexo I do RICMS; (vi) crédito indevido de ICMS relativo à entrada de mercadorias para uso e consumo no estabelecimento e (vii) crédito tributário do ICMS relativo à aquisição de bens do ativo imobilizado em montante superior ao limite.</p> <p>O auto de infração foi lavrado em 24.09.2013, tendo sido apresentada impugnação pela Companhia em 25.10.2013. Foi proferida decisão convertendo o julgamento em diligência em 29.11.2013, tendo o processo retornado para julgamento em 02.01.2014. Em 24.03.2014 foi publicada decisão convertendo novamente o julgamento em diligência. Aguarda-se o julgamento da Impugnação apresentada pela Companhia. A Companhia efetuou o pagamento da exigência fiscal relacionada à linha pet do auto de infração.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Companhia estaria sujeita ao pagamento dos débitos em questão devidamente atualizados.
i. valor provisionado (se houver)	Não há.

Processos de natureza trabalhista e previdenciária

Tendo em vista sua constituição em 10 de abril de 2014, a Companhia não é, nesta data, parte em nenhuma ação de natureza trabalhista.

No entanto, em 31 de dezembro de 2014, as controladas da Companhia figuravam como parte em 42 processos de natureza trabalhista e 1 processo de natureza previdenciária.

De acordo com a análise dos advogados externos da Companhia, em 31 de dezembro de 2014, o valor total envolvido nos processos com chance de perda remota, possível e provável era de R\$1,9 milhões, R\$3,0 milhões e R\$2,2 milhões, respectivamente, dos quais R\$2,2 milhões foram provisionados por se tratarem de perdas prováveis, conforme avaliação dos advogados externos da Companhia.

Estes processos versam, principalmente, sobre reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas trabalhistas, diferenças no pagamento das verbas rescisórias e horas extras, salvo o processo previdenciário que se trata de ação regressiva contra a Companhia, em que a autarquia visa ao recebimento dos valores pagos e aqueles que serão pagos por auxílio acidente, decorrente de acidente de trabalho..

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Conforme já adiantado acima, tendo em vista que a Companhia e as suas controladas são parte do mesmo grupo econômico, são solidariamente responsáveis pelos débitos trabalhistas decorrentes dos referidos processos.

Configura-se grupo econômico quando uma ou mais empresas estão sob a administração, controle ou direção de outra, de forma que possuem interesses comuns. Assim, para fins trabalhistas, todas as empresas integrantes do grupo econômico são solidariamente responsáveis pelo pagamento de obrigações trabalhistas, sejam elas decorrentes de litígios ou não.

Dentre os processos de natureza trabalhista e previdenciário e outros individualmente relevantes para a Companhia, em 31 de dezembro de 2014, destacam-se em razão do valor e/ou de seu objeto os seguintes:

Reclamação trabalhista nº 0000244-38.2012.5.15.0042	
a. juízo	2ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	14/02/2012
d. partes no processo	C. J. dos S. (espólio de) X Ouro Fino Agronegócio Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$1.636.130,00
f. principais fatos	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida pelo espólio de C. J. dos S., bem como seus herdeiros menores de idade regularmente representados, na qual pleiteia a responsabilidade solidária e subsidiária da reclamada e da Companhia (2ª reclamada) pelos débitos oriundos desta ação.</p> <p>O pedido do reclamante consiste em pagamento de danos morais e materiais em razão de alegado acidente de trabalho que resultou na morte de C. J. dos S.</p> <p>Em 1ª instância os pedidos foram julgados improcedentes, absolvendo os réus dos pagamentos das referidas verbas.</p> <p>Os reclamantes interpuseram recurso ordinário, os quais foram conhecidos pelo Tribunal. O acórdão proferido reformou a decisão de primeira instância, condenando a Companhia, subsidiariamente, ao pagamento das verbas decorrentes do acidente de trabalho, tendo sido arbitrado à condenação o valor de R\$500.000,00.</p> <p>A Companhia interpôs recurso de revista que atualmente aguarda julgamento.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos.
i. valor provisionado (se houver)	Não há.

Reclamação trabalhista nº 0002433-28.2012.5.03.0137	
a. juízo	37ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte
b. instância	Execução

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

c. data de instauração	18/12/2012
d. partes no processo	E. C. G. X Ouro Fino Agronegócio Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$990.000,00
f. principais fatos	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por E. C. G. pleiteando reconhecimento de vínculo empregatício, pagamento de verbas salariais referentes ao período da prestação de serviços e reflexos, pagamento de verbas rescisórias e pagamento de comissões.</p> <p>Em 1ª instância os pedidos foram julgados parcialmente procedentes, condenando a reclamada ao pagamento de parte das verbas acima descritas, arbitrando o valor da condenação em R\$ 50.000,00.</p> <p>A Companhia interpôs recurso ordinário, o qual foi parcialmente provido, excluindo da sentença a condenação por danos morais em razão de erro material.</p> <p>O referido acórdão transitou em julgado, ao passo que foi dado início à execução da sentença, que está em fase de apuração de valores.</p> <p>Execução iniciada, o perito apurou o valor R\$ 1.031.413,09, já atualizado até a data do depósito para oposição de Embargos à Execução.</p> <p>Aguardando análise dos Embargos opostos pela reclamada.</p>
g. chance de perda	Possível: R\$218.000,00 / Provável: R\$772.000,00
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos.
i. valor provisionado (se houver)	R\$772.000,00

Reclamação trabalhista nº 0002067-30.2013.5.03.0112	
a. juízo	33ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	20/10/2013
d. partes no processo	J. A. R. M. X Ouro Fino Agronegócio Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$613.087,00
f. principais fatos	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por J. A. R. M. pleiteando reconhecimento de vínculo empregatício, pagamento de verbas salariais referentes ao período da prestação de serviços e reflexos, pagamento de verbas rescisórias e pagamento de comissões.</p> <p>Aguardando audiência de instrução na 1ª instância.</p> <p>Em 1ª instância os pedidos foram julgados parcialmente procedentes, condenando a reclamada ao pagamento de parte das verbas acima descritas, arbitrando o valor da condenação, para fins recursais, em R\$ 100.000,00.</p> <p>A Companhia interpôs recurso ordinário, o qual foi parcialmente provido, excluindo da sentença a condenação ao pagamento pelo período afastado do trabalho por doença; adicionais de horas extras e reflexos, reduzindo a condenação para R\$ 60.000,00 pra fins recursais.</p>

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	Interposto Recurso de Revista e não provido. Concomitantemente foi iniciada a execução provisória trabalhista, de maneira que diante da divergência dos cálculos da parte, foi nomeado perito para a apuração do quanto devido.
g. chance de perda	Possível: R\$373.686,00 / Provável: R\$239.401,00
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos.
i. valor provisionado (se houver)	R\$239.401,00

Reclamação trabalhista nº 0000728-30.2013.5.03.0017

a. juízo	17ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	15/04/2013
d. partes no processo	S. H. C. P. X Ouro Fino Agronegócio Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$397.110,00
f. principais fatos	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por S. H. C. P. pleiteando reconhecimento de vínculo empregatício, pagamento de verbas salariais referentes ao período da prestação de serviços e reflexos, pagamento de verbas rescisórias e pagamento de comissões.</p> <p>Em 1ª instância os pedidos foram julgados parcialmente procedentes, reconhecendo o vínculo empregatício entre as partes, condenando a Companhia ao pagamento de parte das verbas mencionadas acima, arbitrando a condenação no valor de R\$200.000,00.</p> <p>A Companhia interpôs recurso ordinário, ao qual foi negado provimento através de acórdão que transitou em julgado, ao passo que a Companhia aguarda o início da execução.</p> <p>Iniciada a execução, concordamos com os cálculos do perito, vez que favoráveis à Companhia. Execução quitada e opostos Embargos à execução somente em face dos honorários arbitrados, já que abusivos.</p>
g. chance de perda	Provável – R\$460.251,43 – pagamento da execução e garantia para oposição de Embargos à Execução.
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos.
i. valor provisionado (se houver)	Não há diante do pagamento da execução

Reclamação trabalhista nº 0000300-03.2014.5.15.0042

a. juízo	2ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	20/02/2014
d. partes no processo	W. B. X Ouro Fino Agronegócio Ltda.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$757.440,00
f. principais fatos	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por W. B. pleiteando a declaração de nulidade do contrato de representação comercial entre as partes, reconhecendo o vínculo empregatício e o pagamento de verbas salariais e rescisórias.</p> <p>Aguarda-se realização de audiência.</p> <p>Realizado acordo na primeira audiência, no valor de R\$ 90.000, 00, o qual já foi quitado. A Companhia aguarda manifestação do INSS.</p>
g. chance de perda	Acordo no valor de R\$ 90.000,00.
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos.
i. valor provisionado (se houver)	Não há em virtude do acordo celebrado.

Reclamação trabalhista nº 0001490-31.2011.5.15.0066

a. juízo	3ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	14/09/2011
d. partes no processo	S. R. G. O. X Ouro Fino Agronegócio Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$413.002,72
f. principais fatos	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por S. R. G. O. pleiteando reconhecimento de vínculo empregatício, pagamento de verbas salariais referentes ao período da prestação de serviços e reflexos, pagamento de verbas rescisórias, pagamento de comissões, indenização por danos morais e materiais.</p> <p>Em 1ª instância os pedidos foram julgados improcedentes, absolvendo a Companhia do pagamento dos débitos pleiteados.</p> <p>O reclamante interpôs recurso ordinário desta decisão. Em 2ª instância o Tribunal proferiu acórdão reconhecendo o vínculo empregatício e determinou a remessa dos autos para a primeira instância para a reapreciação dos pedidos decorrentes do vínculo, e por esta razão a Companhia registrou, oportunamente, seus protestos.</p> <p>A Companhia interpôs recurso ordinário em face da decisão proferida e aguarda julgamento.</p>
g. chance de perda	Possível: R\$301.002,72 / Provável: R\$112.000,00
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos.
i. valor provisionado (se houver)	R\$112.000,00

Reclamação trabalhista nº 0001470-61.2013.5.03.0015

a. juízo	15ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte
-----------------	--

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	18/07/2013
d. partes no processo	W. F. R. X Ouro Fino Agronegócio Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$506.833,00
f. principais fatos	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por W. F. R. pleiteando a declaração de nulidade do contrato de representação comercial entre as partes, reconhecendo o vínculo empregatício e o pagamento de verbas salariais e rescisórias e pagamento de comissões.</p> <p>A Companhia apresentou contestação e aguarda realização de audiência de julgamento.</p> <p>Em 1ª instância foi julgada parcialmente procedente reconhecendo o vínculo empregatício e condenando a reclamada ao pagamento das verbas rescisórias, férias vencidas, 13º salários, FGTS + 40%, recolhimentos previdenciários, pagamentos horas extras e reflexos, bem como pagamento de 1 hora extra pela violação do intervalo intrajornada.</p> <p>Interposto Recurso Ordinário pela Companhia, foi dado provimento e revertida a decisão para improcedente.</p> <p>Acompanhar eventual interposição de recurso pelo reclamante ou o trânsito em julgado da decisão.</p>
g. chance de perda	Remota: R\$506.833,00.
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos.
i. valor provisionado (se houver)	Não há.

Reclamação trabalhista nº 0000998-27.2011.5.01.0002	
a. juízo	2ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	12/08/2011
d. partes no processo	C. M. X Ouro Fino Pet Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$370.000,00
f. principais fatos	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por C. M. pleiteando a declaração de nulidade do contrato de prestação de serviços celebrado entre as partes, reconhecendo o vínculo empregatício e o pagamento de verbas salariais e rescisórias, pagamento de comissões, indenização por danos morais e materiais em decorrência de doença ocupacional e consequente redução da capacidade laborativa, bem como pensão mensal vitalícia.</p> <p>A Companhia apresentou contestação e aguarda realização de perícia médica e oitiva das testemunhas.</p> <p>A perícia médica foi realizada e satisfatória à Companhia, já que não foi identificada nenhuma doença ocupacional. Aguardar audiência de instrução.</p>
g. chance de perda	Possível: R\$290.000,00 / Provável: R\$80.000,00

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos.
i. valor provisionado (se houver)	R\$80.000,00

Reclamação trabalhista nº 0001026-06.2011.5.06.0018	
a. juízo	18ª Vara do Trabalho de Recife
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	20/07/2011
d. partes no processo	K. M. J. de S. X Ouro Fino Pet Ltda. e Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$318.000,00
f. principais fatos	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por K. M. J. de S. pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício, pagamento de verbas salariais e rescisórias, pagamento de comissões e indenização por danos morais.</p> <p>Em 1ª instância os pedidos foram julgados parcialmente procedentes, condenado a reclamada ao pagamento de parte das verbas salariais e rescisórias e das comissões em razão do reconhecimento do vínculo de emprego.</p> <p>A Companhia interpôs recurso ordinário, o qual aguarda apreciação.</p> <p>Apreciado o recurso, a decisão foi mantida. A Companhia interpôs recurso de revista e, posteriormente, agravo de instrumento e aguarda apreciação.</p>
g. chance de perda	Possível: R\$139.376,00 / Provável: R\$178.624,00
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos.
i. valor provisionado (se houver)	R\$178.624,00

Reclamação trabalhista nº 0020736-55.2014.5.04.0020	
a. juízo	20ª Vara do Trabalho de Porto Alegre
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	10/06/2014
d. partes no processo	T.R.A. X Ouro Fino Agronegócio Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$508.717,00
f. principais fatos	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por T.R.A.. pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício, pagamento de verbas salariais e rescisórias, pagamento de comissões, horas extras e reflexos, intervalo entrejornada, domingos e feriados laborados, nulidade do pedido de demissão, pagamento das verbas rescisórias e diferença salarial, pagamento de quilometragem, pagamento de refeição e indenização por danos morais.</p> <p>Aguardando audiência de instrução.</p>

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

g. chance de perda	Possível: R\$388.717,00 / Provável: R\$120.000,00
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos.
i. valor provisionado (se houver)	R\$120.000,00

Reclamação trabalhista nº 0025186-37.2014.5.24.0003	
a. juízo	3ª Vara do Trabalho de Campo Grande
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	23/07/2014
d. partes no processo	A.C.C.C. X Ouro Fino Agronegócio Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$204.693,00
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida por A.C.C.C., pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício, pagamento de verbas salariais e rescisórias, indenizações pela abertura de PJ e redução de salário. Aguardando audiência de instrução.
g. chance de perda	Possível: R\$104.693,00 / Provável: R\$100.000,00
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos.
i. valor provisionado (se houver)	R\$100.000,00

Processos de natureza cível e outros

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia era ré em 11 processos cíveis judiciais e 4 processos cíveis administrativos. Os objetos dos referidos processos envolvem a quantia de aproximadamente R\$4,7 milhões.

De acordo com a análise dos advogados externos da Companhia, em 31 de dezembro de 2014 o valor total envolvido nos processos com chance de perda remota e provável era de R\$333,9 mil e R\$250 mil, respectivamente.

Dentre os processos de natureza cível e outros individualmente relevantes para a Companhia, em 31 de dezembro de 2014, destacam-se em razão do valor e/ou de seu objeto os seguintes:

Processo nº 0038170-24.2011.8.13.0388	
a. juízo	Vara Cível da Comarca de Luz/MG
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	22.11.2011
d. partes no processo	Geraldo Magela Cortes Carvalho (Autor) e Ouro Fino Agronegócio Ltda. (Ré)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$3.000.000,00
f. principais fatos	Ação de indenização com pedido de condenação da Companhia por dano

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	<p>moral e material em razão de ter inserido o nome do Sr. Geraldo como autor de artigos científicos sobre doenças de animais e produtos no site da Companhia, que não teriam sido escritos por ele. O Autor requer a exclusão imediata de seu nome dos artigos e a condenação da Companhia ao pagamento de indenização em decorrência do suposto uso indevido do nome do Autor.</p> <p>A Companhia contestou a ação esclarecendo que a inserção do nome do Autor foi feita de boa-fé, uma vez que ocorreu erroneamente apenas em razão da transição dos sistemas da Companhia. A Companhia também informou que excluiu o nome do Autor assim que notou o equívoco, não tendo, portanto, gerado qualquer tipo de dano ao Autor. O processo encontra-se aguardando despacho após audiência de instrução de oitiva das partes e de testemunhas.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Perda financeira, já que a Autor pretende a condenação da Companhia ao ressarcimento de hipotéticos danos materiais e morais que alega ter sofrido.
i. valor provisionado (se houver)	Não há.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou controladas fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Até a data deste Formulário de Referência, não há processos sigilosos relevantes em que nós sejamos parte.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Na data deste Formulário de Referência, figurávamos como parte em 23 processos de natureza trabalhista que versam sobre reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas trabalhistas. O valor total agregado envolvido é de R\$6,1 milhões, dos quais R\$2,0 milhões encontram-se provisionados.

Do ponto de vista tributário, os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, repetitivos ou conexos relevantes em conjunto são os casos de ICMS, já descritos no item 4.3 deste Formulário de Referência.

4.7 - Outras contingências relevantes

Programas de Parcelamento

De acordo com as informações disponibilizadas, a Companhia não possui débitos tributários inseridos em parcelamentos.

Contingências de natureza concorrencial

Não existem contingências de ordem concorrencial atinentes à Companhia ou suas controladas, porquanto nenhuma delas:

- Está ou esteve envolvida nas condutas anticompetitivas previstas nos artigos 20 e 21 da Lei nº 8.884/94 (Lei Antitruste Revogada) e/ou no artigo 36 da Lei nº 12.529/11 (Nova Lei Antitruste), nos últimos cinco anos;
- É ou foi parte de contratos de exclusividade com efeito de fechamento de mercado, nos últimos cinco anos; e
- Está em processo de negociação ou realizou qualquer operação societária passível de notificação ao CADE que, nos termos da Lei Antitruste Revogada e da Nova Lei Antitruste, não tenham sido notificadas, ou tenham sido notificadas intempestivamente.

A Companhia e suas controladas, no que concerne a procedimentos administrativos perante o CADE, figuraram nos seguintes expedientes, na qualidade de parte:

Empresa do Grupo Ourofino	Tipo e nº do procedimento	Descrição da operação e seu status atualizado
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	Ato de Concentração nº 08012.006151/2009-91	Aquisição, pela Ouro Fino Saúde Animal Ltda., da formulação e marca do produto "Lepecid BR Spray" da Dow Agrosciences Industrial Ltda.

Quanto aos processos administrativos para imposição de sanções, nem a Companhia nem suas controladas figuraram como parte; tão somente como informante, em atendimento a ofício do CADE, para prestar esclarecimentos acerca do mercado em que atua.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

(a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(c) hipóteses de cancelamento de registro

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(d) outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Estamos expostos a riscos de mercado que representam a perda potencial decorrente de oscilações negativas nas taxas de mercado, tais como taxas de câmbio e de juros.

Risco de Taxa de Câmbio

Estamos sujeitos a flutuações na taxa de câmbio, o que pode afetar desfavoravelmente nossos negócios, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais, bem como nossa capacidade de pagamentos.

Nós e nossas controladas estamos expostas principalmente a variações na taxa de câmbio do dólar norte-americano, de modo que tais oscilações possam fazer com que incorramos em perdas não esperadas, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos de empréstimos em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2014, cerca de R\$64,5 milhões dos empréstimos e financiamentos bancários eram denominados em dólares norte-americanos. Do total desse endividamento em moeda estrangeira, 98,7% possuía instrumento derivativo vinculado (*swap* cambial) com vistas a mitigação da exposição líquida da Companhia em moeda estrangeira nos empréstimos e financiamentos.

Risco de Taxa de Juros

Estamos expostos a riscos decorrentes de oscilações nas taxas de juros, que poderão afetar negativamente nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

Nós e nossas controladas estamos expostas a potenciais perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, principalmente as dívidas referenciadas em CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro) e TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo. Esse risco está atrelado predominantemente aos empréstimos e aos financiamentos que nós e nossas controladas contratamos junto a instituições financeiras para fazer frente à necessidade de caixa para investimentos e crescimento. Alguns dos nossos passivos têm taxas de juros pós-fixadas, o que gera uma exposição às oscilações de mercado. Em 31 de dezembro de 2014, tínhamos R\$215,6 milhões em endividamento bancário, dos quais aproximadamente 47,4% estavam sujeitos a instrumentos ligados à taxa CDI e TJLP. Caso esses índices e taxas de juros venham a subir, poderão afetar negativamente a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Risco de Crédito

Estamos expostos a riscos de crédito, o que pode afetar desfavoravelmente nossa condição financeira e nossos resultados operacionais, bem como nossa capacidade de pagamentos.

Estamos sujeitos a riscos de crédito relacionados aos recebíveis de nossos clientes às contas de créditos detidos por instituições financeiras derivadas de seus investimentos de curto prazo. Considerando-se que o valor contábil dos nossos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito, a exposição máxima do risco do crédito em 31 de dezembro de 2014 era de R\$4,5 milhões em depósitos bancários e R\$67,9 milhões em aplicações financeiras e ainda R\$178,1 milhões em contas a receber.

Caso nossos clientes ou as contrapartes nos instrumentos financeiros detidos por nós venham a descumprir suas obrigações, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais, bem como nossa capacidade de pagamentos, poderão ser negativamente afetados.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) riscos para os quais se busca proteção

Buscamos proteção para os riscos de taxa de juros, taxa de câmbio e de crédito, conforme qualitativa e quantitativamente descritos no item 5.1 deste Formulário de Referência.

(b) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Com relação ao risco de taxa de juros, buscamos manter aplicações financeiras indexadas ao CDI, de modo a neutralizar parcialmente o efeito das flutuações de juros sobre as dívidas referenciadas em CDI e os contratos de *swap*. Adicionalmente, buscamos monitorar as taxas de juros de maneira contínua, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

No tocante ao risco de taxa de câmbio, temos como prática utilizar operações de derivativos, substancialmente, contratos de *swap* cambial para troca de encargos de empréstimo e financiamentos originalmente em moeda estrangeira para a moeda real mais encargos com base na variação do CDI. Eventualmente, quando necessário for, poderemos contratar operações de termo de moeda do tipo NDF (*Non Deliverable Forward*) para proteção de variações no resultado decorrentes de desequilíbrio de ativos e passivos em moeda estrangeira, que são originadas das exportações de nossos produtos (conta clientes) e da importação de matérias-primas para produção (conta fornecedores).

No que se refere ao risco de crédito relacionado ao contas a receber, além de análises de crédito com estabelecimento de limites de exposição individuais para cada cliente, de acordo com o *rating* estabelecido pela área de análise de crédito e gestão da carteira de clientes, possuíamos vigente, em 31 de dezembro de 2014, uma apólice de seguro de crédito que cobria parcialmente a carteira de recebíveis. Para mitigar o risco de crédito associado com os ativos financeiros, especialmente as aplicações financeiras, optamos por instituições financeiras de primeira linha.

(c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Os instrumentos financeiros derivativos preferencialmente utilizados para proteção da exposição cambial são os swaps cambiais e NDF (*Non Deliverable Forward*), por terem características de demanda de caixa somente no vencimento final da operação, ou quando revertido.

Nas proteções das exposições a taxas de juros, o instrumento financeiro derivativo *swap* é o usualmente utilizado.

(d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Para o gerenciamento dos riscos de variação cambial, utilizamos como parâmetro para proteção o descasamento líquido em moeda estrangeira, buscando reduzir a exposição excessiva aos riscos de variações cambiais, equilibrando nossos ativos não denominados em reais contra nossas obrigações não denominadas em reais, o que protege nosso balanço patrimonial. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo para acompanhamento das operações efetuadas.

No tocante ao gerenciamento dos riscos de taxas de juros, o parâmetro utilizado considera a relevância da exposição líquida, baseados em valores, prazos e taxas de juros comparados com a taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os controles internos utilizados para

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

gerenciamento do risco e cobertura são feitos por meio de planilhas de cálculo para acompanhamento das operações efetuadas.

Os parâmetros e controles internos utilizados para o gerenciamento do risco de crédito do contas a receber consideram o monitoramento do perfil da carteira por *rating* e suas respectivas exposições.

(e) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos.

Não operamos instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção (*hedge*).

(f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Nossa política de riscos financeiros define as diretrizes para a exposição máxima aos fatores de riscos financeiros e foi estabelecida pelo Comitê Financeiro, composto pela Administração da Companhia e Diretoria Financeira. No que se refere aos riscos de crédito, possuímos uma política específica que estabelece alçadas para o estabelecimento dos limites de crédito por cliente, de acordo com o *rating* estabelecido pela área de crédito. O gerenciamento desses riscos financeiros são de responsabilidade da Diretoria Financeira.

Uma vez identificadas nossas exposições ao riscos financeiros, a Tesouraria e a área de crédito são responsáveis por consolidar todos os parâmetros, buscar proteção com operações no mercado e tomar as decisões de modo a mitigar esses riscos.

(g) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Avaliamos a efetividade da política de gerenciamento de riscos financeiros através da nossa Tesouraria e Departamento de Crédito, áreas subordinadas à Diretoria Financeira. Nossa estrutura financeira é centralizada e todas as decisões financeiras, contratos e os fluxos de caixa passam Tesouraria. A Administração considera que a estrutura operacional e os controles internos para a verificação da efetividade da política adotada é adequada.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

Desde nossa constituição, em 10 de abril de 2014, até 31 de dezembro de 2014, não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado aos quais estamos expostos ou na política de gerenciamento de riscos.

5.4 - Outras informações relevantes

Principais riscos macroeconômicos a que estamos expostos

Eventos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, especialmente nos Estados Unidos e em países de economia emergente, podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações de nossa emissão.

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras é influenciado, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive os Estados Unidos, países da América Latina e países de economia emergente. Embora a conjuntura econômica nesses países possa ser significativamente diferente da conjuntura econômica no Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, em especial, aqueles negociados em bolsa de valores. Crises nos Estados Unidos ou nos países de economia emergente podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive os de nossa emissão. Os preços das ações na BM&FBOVESPA, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Isso poderia prejudicar o preço de mercado das ações de nossa emissão, além de dificultar ou impedir totalmente nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de operações no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

A economia brasileira também é afetada por condições econômicas e de mercado internacionais de modo geral, especialmente dos Estados Unidos, haja vista a sensibilidade das ações na BM&FBOVESPA às flutuações das taxas de juros daquele país. A perspectiva de crescimento da economia dos Estados Unidos permanece baixa, considerando determinados requisitos de poupança, política fiscal mais firme e as baixas taxas de crescimento global. Ainda, reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, incluindo a crise da dívida que afeta alguns países da União Europeia, podem prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações de nossa emissão. Adicionalmente, o risco de *default* de países em crise financeira pode reduzir a confiança dos investidores internacionais e trazer volatilidade para os mercados.

Oscilações das taxas de juros poderão provocar efeito prejudicial nos nossos negócios e, por consequência, nos preços de mercado das ações de nossa emissão.

O Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil estabelece as taxas básicas de juros para o sistema bancário brasileiro em geral. O risco de taxas de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e CDI e aplicações financeiras em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. Qualquer aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos nossos empréstimos, reduzir a demanda por nossos produtos ou ter um impacto significativo sobre nossas despesas financeiras e resultados operacionais, podendo refletir-se nos preços de mercado das ações de nossa emissão.

A inflação e certas medidas tomadas pelo governo federal do Brasil para combatê-la, incluindo aumentos nas taxas de juros, poderão contribuir para a incerteza econômica no Brasil, e podem gerar um efeito adverso relevante sobre a condição financeira, resultados operacionais e o preço de mercado das ações de nossa emissão.

5.4 - Outras informações relevantes

No passado, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente altas. A inflação e certos atos do governo para combatê-la causaram, no passado, efeitos significativamente negativos sobre a economia brasileira, inclusive uma das mais altas taxas de juros reais do mundo. Desde a introdução do Plano Real, em julho de 1994, no entanto, a inflação brasileira tem sido substancialmente menor do que nos períodos anteriores. No ano de 1993, por exemplo, a inflação atingiu taxas de 2.477,2%, enquanto nos anos mais recentes de 2012, 2013 e 2014, atingiu taxas de 5,8%, 5,9% e 6,41%, respectivamente, medidas pelo IPCA, segundo dados do IBGE. No entanto, pressões inflacionárias persistem e, entre 2005 e 2014 a taxa básica de juros (“SELIC”) no Brasil apresentou variação entre 19,75% ao ano e 7,25% ao ano. Medidas adotadas para combatê-las, bem como a especulação sobre as medidas futuras que possam vir a ser adotadas pelo governo federal, têm gerado ao longo dos últimos anos um clima de incerteza econômica no Brasil e aumentado a volatilidade do mercado de capitais brasileiro. O Brasil poderá vivenciar altos índices de inflação no futuro. Assim, o risco de inflação decorre da parcela de nossa dívida referenciada a tais índices, o que pode afetar negativamente nossas despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nos índices de inflação. Adicionalmente, as pressões inflacionárias podem levar a intervenções governamentais sobre a economia, incluindo a introdução de políticas que podem afetar adversamente o desempenho geral da economia brasileira, o que, por sua vez, poderia afetar adversamente as operações e o valor de mercado das ações de nossa emissão.

Podemos não ser capazes de reajustar os preços que cobramos de nossos clientes para compensar os efeitos da inflação sobre nossa estrutura de custos. Além disso, as medidas do governo brasileiro para combater a inflação que resultem no aumento nas taxas de juros poderão ter um efeito negativo sobre nossos resultados, pois nosso endividamento está indexado ao CDI. As pressões inflacionárias também poderão dificultar a nossa capacidade de acessar os mercados financeiros estrangeiros ou gerar políticas governamentais de combate à inflação que podem nos prejudicar ou afetar negativamente nossos negócios.

A volatilidade do real em relação ao dólar, euro e outras moedas pode ter um efeito adverso sobre nossas operações e sobre o preço de mercado das ações de nossa emissão.

Historicamente, a moeda brasileira sofreu frequentes desvalorizações. O governo federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio paralelo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o real e o dólar e outras moedas. Segundo dados do Banco Central, no fechamento dos anos de 2012, 2013 e 2014, a taxa de câmbio entre o real e o dólar eram de R\$2,04, R\$2,34 e R\$2,65, respectivamente. Em 31 de março de 2014, a taxa de câmbio entre o real e o dólar era de R\$3,20 por US\$1,00. O real poderá se valorizar ou desvalorizar substancialmente frente ao dólar norte-americano no futuro, e esta instabilidade cambial poderá ter um efeito prejudicial relevante sobre nossos resultados.

A desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias no Brasil e provocar aumentos das taxas de juros, o que pode afetar negativamente o crescimento da economia brasileira como um todo e resultar em efeito adverso relevante sobre nós.

Condições econômicas e políticas no Brasil e a percepção dessas condições no mercado internacional têm um impacto direto sobre nossos negócios e sobre nosso acesso ao capital internacional e aos mercados de dívida, e pode afetar negativamente os resultados de nossas operações e nossa condição financeira.

5.4 - Outras informações relevantes

A situação financeira e resultados operacionais podem ser afetados pelas condições econômicas no país. O PIB brasileiro, em termos reais, cresceu 0,9% em 2012, 2,3% em 2013 e 0,1% em 2014. Futuras reduções nas taxas de crescimento do Brasil podem afetar o consumo dos nossos produtos e, conseqüentemente, poderiam afetar negativamente nossa estratégia de negócio, nossos resultados operacionais, ou nossa condição financeira.

O governo brasileiro intervém frequentemente na economia brasileira e ocasionalmente faz alterações significativas nas políticas e regulamentações. A política econômica brasileira pode ter efeitos importantes sobre as empresas brasileiras, e sobre as condições e preços de mercado dos títulos do governo brasileiro, detidos por nós. Nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira poderão ser adversamente afetados de forma relevante por mudanças nas políticas governamentais, bem como os fatores econômicos globais, incluindo:

- liquidez nos mercados de capital, empréstimos e crédito;
- política monetária;
- taxas de inflação;
- instabilidade social ou econômica;
- escassez de energia;
- políticas fiscais e regulatórias ;
- desvalorizações e outros movimentos da taxa de câmbio; e
- outras eventualidades, diplomáticas, políticas econômicas e sociais dentro de ou afetando o Brasil.

Historicamente, o cenário político do país tem influenciado o desempenho da economia brasileira e as crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, que resultou na desaceleração econômica e maior volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras. Futuras alterações nas políticas do governo brasileiro e/ou a incerteza de saber se e quando tais políticas e regulamentos podem ser aplicados, as quais estão além de nosso controle, poderiam contribuir para a alta volatilidade no mercado de capitais brasileiro e ter um efeito material adverso sobre nossos resultados. Esta incerteza e outros eventos futuros que afetam a economia brasileira e as políticas adotadas pelo governo brasileiro poderão causar um impacto adverso nos nossos negócios, resultados das operações e preço de nossas ações.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	10/04/2014
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por ações.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	17/10/2014

6.3 - Breve histórico

O Grupo Ouro Fino foi constituído em 1987 por seus sócios fundadores, Norival Bonamichi e Jardel Massari, inicialmente com seus negócios voltados para a fabricação de medicamentos e outros produtos veterinários para animais de produção, especialmente direcionados para ruminantes (gado de corte, gado de leite, ovinos e caprinos), equinos, aves e suínos. O Grupo Ouro Fino teve, nos últimos 28 anos, uma trajetória de forte crescimento orgânico, sustentado principalmente pela ampliação de sua participação em diversos nichos do mercado veterinário, bem como por meio da entrada no segmento de defensivos agrícolas. Assim, os negócios do Grupo Ouro Fino estão concentrados em dois grandes segmentos controlados por duas *holdings* independentes sob controle comum, a Companhia (segmento de saúde animal) e a Ouro Fino Participações (segmento de defensivos agrícolas). Descrevemos abaixo um breve histórico com relação ao segmento de saúde animal, concentrado na Companhia.

No período de 1987 a 1999, o crescimento do segmento de saúde animal se deu de forma orgânica e substancialmente em animais de produção. No ano de 2000, iniciou-se também a fabricação de produtos veterinários direcionados ao segmento de animais de companhia.

Entre 2001 a 2004, acreditando na inovação e no desenvolvimento tecnológico como diferenciais estratégicos, investimos na construção, em Cravinhos, no estado de São Paulo, de um novo e moderno parque industrial e tecnológico, uma vez que as antigas instalações já não comportavam nosso crescimento. Dessa forma, ao final do ano de 2004, nossas operações industriais foram transferidas para a nova planta da cidade de Cravinhos, consideradas uma das mais modernas do setor e cuja construção foi norteadas pelo atendimento a padrões nacionais e internacionais de qualidade, tais como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, *Good Manufacturing Practices - GMP*, *Food and Drug Administration - FDA* e *European Medicines Agency - EMA*.

No mesmo ano, a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, nos conferiu o prêmio de inovação tecnológica na categoria grande empresa, como reconhecimento aos contínuos esforços e investimentos na área de inovação. No ano seguinte, fomos eleitos, também pela FINEP, uma das 40 empresas mais inovadoras do Brasil.

No ano de 2007, após 20 anos de nossa fundação, nosso segmento de saúde animal já nos posicionava como a 7ª maior empresa do mercado veterinário brasileiro. Até aquele momento, atuávamos substancialmente no segmento de medicamentos veterinários.

Considerando a necessidade de consolidar nossos negócios no mercado veterinário e a entrada em outros segmentos do agronegócio, mais especificamente no setor de defensivos agrícolas, ainda no ano de 2007, celebramos acordo com a BNDESPar por meio do qual passou a compor nosso quadro acionário. O plano de investimentos acordado com a BNDESPar referente ao segmento de saúde animal, compreendia, principalmente, a introdução nas linhas de biológicos (vacinas) e de terapêuticos hormonais.

Os investimentos para a entrada na linha de biológicos tiveram início com a construção de uma moderna planta industrial, compreendendo um laboratório biosseguro e unidade industrial, para a produção de vacina contra a febre aftosa, que representava, à época, aproximadamente 35% do mercado veterinário de biológicos brasileiro. Com a conclusão das obras em 2008 e a concessão de certificação pela Comissão de Biossegurança do MAPA nos tornamos aptos ao desenvolvimento da vacina. Posteriormente, em 2010, obtivemos junto ao MAPA a licença para a comercialização da vacina.

6.3 - Breve histórico

A linha de terapêuticos hormonais também foi desenvolvida no ano de 2007, com a construção de planta industrial, com o objetivo de desenvolver um portfólio para protocolo completo de Inseminação Artificial por Tempo Fixo - IATF. A construção da fábrica foi concluída no início de 2008 e a comercialização da produção própria iniciada no segundo semestre daquele ano.

Nossos esforços resultaram no nosso reconhecimento, em 2010, como “a empresa mais admirada” no segmento de saúde animal, de acordo com a Revista Carta Capital, pela qualidade de nossos produtos, atendimento de nossos clientes e gestão de nossos negócios.

Em 2012, completamos 25 anos de atuação no segmento de saúde animal como a 4ª maior empresa do segmento no *ranking* nacional, de acordo com dados da SINDAN. Já no ano de 2013, subimos uma posição nesse *ranking*, passando a ocupar a 3ª posição, de acordo com dados da SINDAN, com uma receita líquida de R\$384,0 milhões e um *market share* de 9,8%.

Em outubro de 2014 concluímos nosso processo de abertura de capital ao ingressar no Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. Nossa receita líquida no exercício de 2014 foi de R\$432,2 milhões e o *market share* de 9,9%.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

2014

a. evento	Celebração de Acordo de Investimento
b. principais condições do negócio	<p>Em 26 de setembro de 2014, a Companhia e seus acionistas controladores, Jardel Massari e Norival Bonamichi, celebraram com a firma de <i>private equity</i> GA Latin America Investments, LLC (“General Atlantic”) um Acordo de Investimento por meio do qual, sujeito a determinadas condições abaixo descritas, a General Atlantic firmou um compromisso de efetuar um investimento na Companhia, mediante a subscrição e/ou aquisição de ações ordinárias, direta ou indiretamente, por meio de fundo de investimento em participações constituído nos termos da Instrução CVM 391, de 16 de julho de 2003, ou por uma subsidiária, no montante de R\$200 milhões (“Acordo de Investimento”).</p> <p>O referido Acordo de Investimento foi firmado como resultado de uma negociação privada entre as partes, mas o compromisso de investimento da General Atlantic foi liquidado no âmbito da oferta pública inicial de ações ordinárias de emissão da Companhia (“IPO”). A General Atlantic não participou do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, no âmbito do IPO.</p> <p>A obrigação da General Atlantic de subscrever e/ou adquirir R\$200 milhões em ações ordinárias de emissão da Companhia, com base em uma avaliação <i>pre money</i> da Companhia de R\$1.300 milhões, sujeitou-se às seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) a conclusão do IPO com liquidação simultânea à liquidação da aquisição e/ou subscrição das ações ordinárias de emissão da Companhia pela General Atlantic; (ii) a celebração pelos acionistas controladores da Companhia e pela General Atlantic de um acordo de acionistas da Companhia, eficaz a partir da conclusão do IPO, assim entendida a data de liquidação do IPO, nos termos do qual (a) a General Atlantic terá o direito de indicar um membro do Conselho de Administração da Companhia, bem como seu respectivo suplente, se aplicável; e (b) estarão sempre sujeitas à aprovação prévia da General Atlantic, a deliberação de (i) qualquer alteração nos contratos de rateio e de licenciamento de marcas, os quais se encontram descritos nos itens 3.3 e 16.1 deste Formulário de Referência, respectivamente; (ii) qualquer operação entre a Companhia e partes relacionadas que exceda o valor de R\$5 milhões anuais, individualmente ou no agregado; ou (iii) qualquer alteração das disposições estatutárias da Companhia estabelecendo que tais transações entre parte relacionadas deverão ser aprovadas pela maioria dos conselheiros independentes do Conselho de Administração e, se aplicável, pela assembleia geral de acionistas, sem que o voto do Jardel Massari e Norival Bonamichi sejam computados; (iii) o preço máximo a ser pago pela General Atlantic, no âmbito do Acordo de Investimento, de R\$26,00 por ação ordinária de emissão da Companhia; (iv) na hipótese da precificação do IPO indicar uma avaliação implícita <i>pre money</i> acima de R\$1.300 milhões, a General Atlantic ficará desobrigada a realizar a subscrição e/ou aquisição referida acima, mas terá o direito de subscrever e/ou adquirir ações da Companhia no valor de até R\$200 milhões; (v) o atual Diretor Presidente da Companhia, Sr. Dolivar Coraucci Neto e o atual Diretor de Relações com Investidores da Companhia, Sr. Fabio Lopes

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

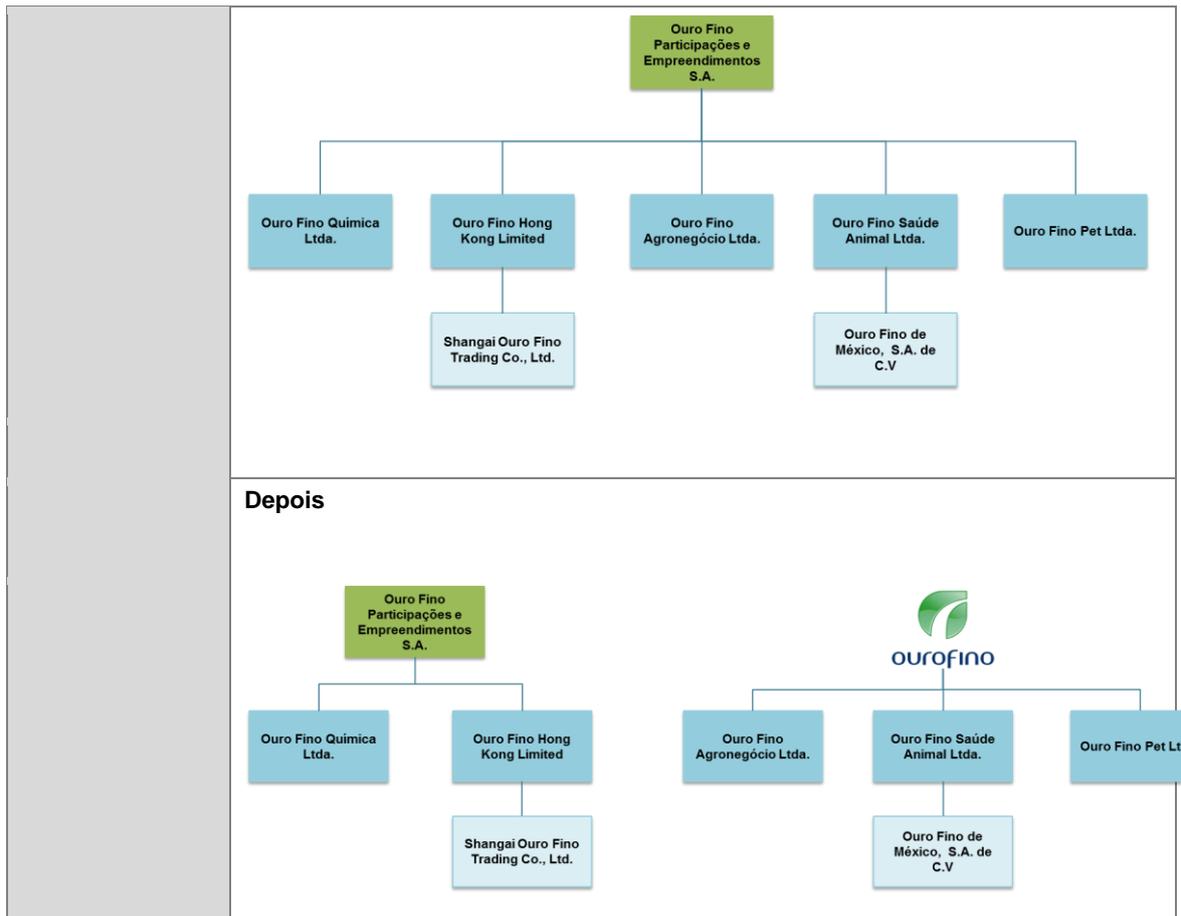
	<p>Júnior, bem como o Sr. Carlos Henrique Henrique (“Vendedores”) e/ou os Srs. Jardel Massari e Norival Bonamichi, (a) não tenham resiliado ou de qualquer forma rescindido o Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado, em 26 de setembro de 2014, por meio do qual os Vendedores se comprometeram a alienar a totalidade de suas respectivas participações na Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A.; e (b) liquidem referida compra e venda, com pagamento do preço e transferência das respectivas ações em até 90 dias contados a partir do IPO; e</p> <p>(vi) a não ocorrência de alterações relevantes e/ou adversas na situação financeira, negocial, econômica, patrimonial e jurídica da Companhia desde 30 de junho de 2014.</p> <p>Tendo em vista que o preço por ação ordinária de emissão da Companhia no âmbito do IPO foi fixado em R\$27,00, a General Atlantic subscreveu e/ou adquiriu, por meio do G.A. BRASIL VII Fundo de Investimento em Participações e sua investida General Atlantic Ouro Fino Participações S.A., 7.407.407 ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito da Oferta, que corresponde a um investimento de R\$199.999.989,00 na Companhia.</p> <p>O acordo de acionistas entrou em vigor mediante a conclusão do IPO e será extinto caso a General Atlantic e qualquer de suas afiliadas se tornem titulares de menos de (i) 50% da participação acionária por eles detida na data de conclusão do IPO, sendo certo que nenhum evento de diluição no âmbito do qual direitos de preferência ou prioridade não sejam concedidos à General Atlantic será considerado para o cálculo do limite estabelecido acima; ou (ii) 5% do capital social da Companhia, o que ocorrer primeiro.</p> <p>Foi estabelecido no Acordo de Investimento, ainda, que a General Atlantic não poderá alienar ou de qualquer outra forma dispor das ações ordinárias de emissão da Companhia por ela subscritas e/ou adquiridas por um período de nove meses após a conclusão do IPO (exceto por transferências para afiliadas ou para partes relacionadas).</p> <p>Para maiores informações sobre o Acordo de Investimento e sobre o Acordo de Acionistas, vide o item 15.5 deste Formulário de Referência.</p>																											
c. sociedades envolvidas	Companhia e General Atlantic.																											
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Entrada da General Atlantic no quadro societário da Companhia.																											
e. quadro societário antes e depois da operação	<p>Antes do IPO</p> <table border="1" data-bbox="459 1653 1353 2018"> <thead> <tr> <th></th> <th>Ações Ordinárias</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Jardel Massari</td> <td>18.438.557</td> <td>36,88</td> </tr> <tr> <td>Norival Bonamichi</td> <td>18.438.557</td> <td>36,88</td> </tr> <tr> <td>BNDESPAR</td> <td>9.966.788</td> <td>19,93</td> </tr> <tr> <td>Dolivar Coraucci Neto</td> <td>996.679</td> <td>1,99</td> </tr> <tr> <td>Fábio Lopes Júnior</td> <td>996.679</td> <td>1,99</td> </tr> <tr> <td>Carlos Henrique</td> <td>996.678</td> <td>1,99</td> </tr> <tr> <td>General Atlantic</td> <td>0</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>166.062</td> <td>0,33</td> </tr> </tbody> </table>		Ações Ordinárias	%	Jardel Massari	18.438.557	36,88	Norival Bonamichi	18.438.557	36,88	BNDESPAR	9.966.788	19,93	Dolivar Coraucci Neto	996.679	1,99	Fábio Lopes Júnior	996.679	1,99	Carlos Henrique	996.678	1,99	General Atlantic	0	0,00	Outros	166.062	0,33
	Ações Ordinárias	%																										
Jardel Massari	18.438.557	36,88																										
Norival Bonamichi	18.438.557	36,88																										
BNDESPAR	9.966.788	19,93																										
Dolivar Coraucci Neto	996.679	1,99																										
Fábio Lopes Júnior	996.679	1,99																										
Carlos Henrique	996.678	1,99																										
General Atlantic	0	0,00																										
Outros	166.062	0,33																										

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Total	50.000.000	100,00
Após o IPO		
	Ações Ordinárias	%
Jardel Massari	14.834.135	27,50
Norival Bonamichi	14.834.135	27,50
BNDESPAR	6.666.788	12,36
Dolivar Coraucci Neto	801.845	1,49
Fábio Lopes Júnior	801.845	1,49
Carlos Henrique	356.728	0,66
General Atlantic	7.407.407	13,73
Outros	8.239.424	15,27
Total	53.942.307	100,00

a. evento	Cisão parcial da Ouro Fino Participações e posterior incorporação pela Companhia
b. principais condições do negócio	<p>Em 30 de junho de 2014, a Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. sofreu cisão parcial no valor contábil de R\$188.626.985,84, especificamente relacionada às empresas do Grupo Ouro Fino do segmento de saúde animal, quais sejam, a Ouro Fino Saúde Animal Ltda., a Ouro Fino Pet Ltda., a Ouro Fino Agronegócio Ltda. e a Ouro Fino de México, S.A. de C.V.. Ato contínuo, as participações anteriormente detidas pela Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. foram incorporadas pela Companhia através de um aumento de capital no mesmo valor da cisão, passando a Companhia a possuir um capital social de R\$188.627.285,84.</p> <p>As atas das assembleias gerais da Companhia e da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. que aprovaram a cisão foram publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Diário Comercial" em 5 de setembro de 2014. Nos termos do artigo 233 da Lei das Sociedades por Ações, o prazo para oposição de credores com relação à operação se encerra em 4 de dezembro de 2014.</p>
c. sociedades envolvidas	Companhia, Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A., Ouro Fino Saúde Animal Ltda., Ouro Fino Pet Ltda., Ouro Fino Agronegócio Ltda. e Ouro Fino de México, S.A. de C.V.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Após a cisão parcial da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A., a Companhia passou a ser controladora direta da Ouro Fino Saúde Animal Ltda., da Ouro Fino Pet Ltda. e da Ouro Fino Agronegócio Ltda. e controladora indireta da Ouro Fino de México, S.A. de C.V.
e. quadro societário antes e depois da operação	Antes

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas



2013

a. evento	Alienação de ativos relevantes
b. principais condições do negócio	Em 10 de dezembro de 2013, o Conselho de Administração da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. aprovou a descontinuação da divisão de genética do Grupo Ouro Fino, exercida especificamente pela Ouro Fino Agronegócio Ltda., que compreendia atividades de criação e comercialização de gado puro de origem e cavalo raça crioulo.
c. sociedades envolvidas	Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. e Ouro Fino Agronegócio Ltda.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não houve efeitos da operação no nosso quadro acionário.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve efeitos da operação no nosso quadro acionário.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia fundado em valor relevante.

6.7 - Outras informações relevantes

Informações Sobre a General Atlantic

General Atlantic é uma das empresas globais líderes em investimentos em companhias de crescimento, que fornece capital e apoio estratégico para empresas de seu portfólio. General Atlantic combina uma abordagem de colaboração global, conhecimento específico do setor, horizonte de investimento de longo prazo, e um profundo entendimento dos fatores de crescimento com o objetivo de realizar parcerias e ajudar cada uma das empresas do portfólio a tornarem-se líderes de mercado. Fundada em 1980, a General Atlantic tem aproximadamente US\$17 bilhões em ativos sob gestão e mais de 95 profissionais de investimento com sede em Nova York, Greenwich, Palo Alto, São Paulo, Londres, Munique, Amsterdã, Pequim, Hong Kong, Mumbai e Cingapura.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

VISÃO GERAL

Somos a maior companhia de capital nacional no mercado de saúde animal da América Latina em termos de faturamento, de acordo com dados da Animal Pharm Animal Health Industry Ranking 2013, publicado em maio de 2014. Ocupamos o terceiro lugar no *ranking* nacional, considerando-se inclusive multinacionais estrangeiras (geralmente, grandes companhias farmacêuticas globais), de acordo com dados do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal – SINDAN (“**SINDAN**”).

Em 31 de dezembro de 2014, possuíamos participação de 9,9% no mercado de saúde animal brasileiro, que é altamente pulverizado, de acordo com dados do SINDAN. Possuímos um portfólio completo de produtos para saúde animal, composto por 121 produtos veterinários, em 31 de março de 2015, bem como marcas altamente reconhecidas no mercado nacional.

Atuamos na (i) fabricação e comercialização, no mercado nacional, de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para uso em animais de produção, que incluem, substancialmente, bovinos, equinos, aves e suínos (“**Animais de Produção**”); (ii) fabricação e comercialização, no mercado nacional, de medicamentos e outros produtos veterinários para uso em animais de companhia, que incluem cães e gatos (“**Animais de Companhia**”); e (iii) exportação de produtos do segmento de Animais de Produção (“**Operações Internacionais**”).

Iniciamos nossas operações em 1987, e, ao longo desses 28 anos de trajetória, consolidamos nossa posição de liderança no mercado brasileiro de saúde animal principalmente em razão da qualidade e diferenciação dos nossos produtos e do atendimento especializado aos nossos clientes, decorrente de nosso amplo conhecimento das necessidades do mercado nacional. Nosso sucesso decorre, dentre outros fatores, dos seguintes diferenciais competitivos:

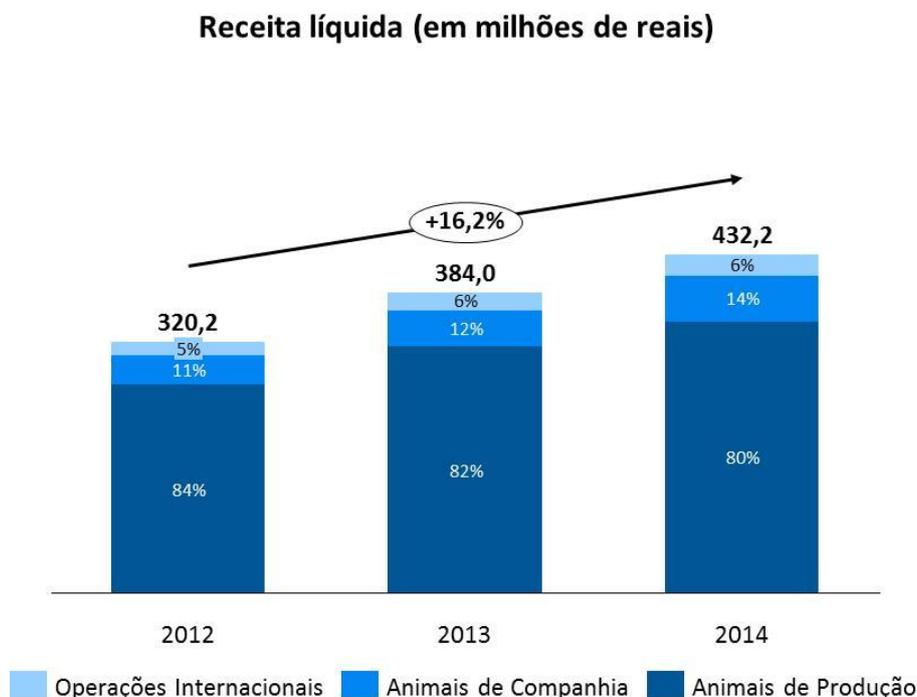
- portfólio de produtos especificamente desenvolvidos para os mercados em que atuamos e em constante evolução tecnológica, resultado da qualidade de nossa equipe de Pesquisa e Desenvolvimento (“**P&D**”) e de sua capacidade multidisciplinar de desenvolvimento de produtos. Tal equipe é formada principalmente por farmacêuticos, veterinários, químicos, biólogos e biotecnólogos;
- grande proximidade com nossos clientes, o que nos proporciona melhor conhecimento das suas necessidades;
- plantas industriais novas, as quais acreditamos estar entre as mais modernas do setor na América Latina e que são operadas por equipe técnica altamente especializada, o que garante o alto padrão de qualidade dos nossos produtos;
- alta capilaridade e extensa força de vendas no Brasil, com uma equipe comercial própria e de representantes comerciais que atende, diretamente, aproximadamente 4.700 pontos de venda, incluindo revendas agropecuárias, cooperativas, agroindústrias, distribuidores e grandes consumidores finais; e
- marca altamente reconhecida no mercado, resultado da alta qualidade de nossos produtos, de nossa estratégia de *marketing* diferenciada, da nossa sólida base de clientes, construída ao longo desses 28 anos de história, e de nosso relacionamento próximo e de longa data com os compradores de nossos produtos.

Nossa receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$432,2 milhões, representando um aumento de 12,6% em relação à receita líquida do

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

exercício social anterior, que foi de R\$384,0 milhões. No período que compreende os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014, registramos uma taxa anual de crescimento médio composto (CAGR) em nossa receita líquida de 16,2%.

O gráfico a seguir demonstra a evolução da representatividade percentual de nossas vendas líquidas consolidadas e combinadas nos segmentos de Animais de Produção, Animais de Companhia e Operações Internacionais:



A tabela a seguir apresenta, para os períodos indicados, uma seleção de informações financeiras combinadas-consolidadas.

(em R\$ milhões, exceto se de outra maneira indicado)	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro				
	2014	2014 x 2013	2013	2013 x 2012	2012
Receita líquida	432,2	13%	384,0	20%	320,2
<i>Animais de produção</i>	346,2	10%	315,4	18%	267,2
<i>Animais de companhia</i>	59,3	29%	45,9	27%	36,1
<i>Operações Internacionais</i>	26,7	18%	22,7	34%	16,9
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	98,2	15%	85,1	28%	66,7
Margem EBITDA Ajustado ⁽²⁾	22,7%	0,5 p.p.	22,2%	1,4 p.p.	20,8%

⁽¹⁾ Calculamos o EBITDA como o lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, das despesas financeiras líquidas, da depreciação e amortização, e o EBITDA Ajustado excluindo adicionalmente resultados de operações descontinuadas, custos de *back office* rateados para outras partes relacionadas (*services sharing agreement*) relativamente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, e provisão para *impairment* de ativos intangíveis. Em razão desse cálculo, o EBITDA Ajustado funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social, flutuações das taxas de juros, dos níveis de depreciação e amortização e também pelas nossas operações descontinuadas e outros itens julgados não recorrentes. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA Ajustado funciona como uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA Ajustado oferece uma melhor comparabilidade e permite um melhor entendimento não apenas do nosso desempenho financeiro, mas também de nossa

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

capacidade de pagamento dos juros e principal da nossa dívida e para contrair mais dívidas para financiar os nossos dispêndios de capital e o nosso capital de giro. Para uma reconciliação do EBITDA Ajustado com o nosso lucro líquido, vide item 3.2 – Medições não contábeis – do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

⁽²⁾ A Margem EBITDA Ajustado é calculada pelo EBITDA Ajustado do período ou exercício, conforme aplicável, dividido pela receita líquida do respectivo período ou exercício.

Oportunidades de Mercado

Crescimento do agronegócio brasileiro.

O mercado do agronegócio brasileiro cresceu 34% nos últimos 10 anos, atingindo um volume de negócios de aproximadamente R\$1,0 trilhão em 2013, de acordo com dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA, equivalente a aproximadamente 22% do PIB brasileiro no mesmo período. Esse mercado é composto pela produção de alimentos, fibras e bioenergia, destinados tanto para o mercado interno quanto para o externo. As exportações do segmento atingiram, em 2014, o montante de aproximadamente US\$96,7 bilhões, e representaram cerca de 42,3% do valor total das exportações brasileiras segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O mercado mundial de consumo de proteína animal apresentou um CAGR de 1,7% nos últimos quatro anos, passando de 240 milhões de toneladas em 2012 para 252 milhões de toneladas em 2014, de acordo com dados do *United States Department of Agriculture - USDA*. O Brasil foi, em 2013, o terceiro país com maior consumo de proteína animal *per capita*, correspondente a 102 quilos, enquanto que o primeiro colocado, a União Europeia, teve um consumo correspondente a 119 quilos. Dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA apontam um progressivo aumento da participação do Brasil no mercado mundial de alimentos. A expectativa do MAPA é de que, até 2020, as produções nacionais de carne bovina, de frango e suína atendam 44,5%, 48,1% e 14,2% da demanda mundial, respectivamente.

Nesse contexto, o Brasil, que atualmente ocupa a posição de maior exportador de carne bovina do mundo, precisará aumentar a produtividade da indústria de proteína animal por meio de investimentos em tecnologia e prevenção e tratamento de enfermidades animais, a fim de acelerar o ganho de peso do rebanho e diminuir o tempo para abate.

Crescimento do mercado veterinário brasileiro.

Segundo o SINDAN, o mercado veterinário brasileiro movimentou cerca de R\$3,6 bilhões em 2013, apresentando crescimento de 9,7% em relação a 2012. Acreditamos que o crescimento do mercado brasileiro de saúde animal será impulsionado, principalmente, pelos seguintes fatores:

- aumento da produção de proteína animal para atender o crescimento do consumo dos mercados interno e externo;
- aumento do nível de tecnologia aplicada no campo em busca de maior produtividade, com consequente aumento na utilização de produtos para saúde animal;
- maior utilização de biotecnologia (produtos biológicos e biofármacos inovadores) com foco na prevenção de doenças; e
- expectativa de crescimento contínuo do segmento de Animais de Companhia.

Com relação ao segmento de Animais de Companhia, o Brasil é o país com a segunda maior população de cães e gatos do mundo, estimada em 58,3 milhões de animais domiciliares, de acordo com dados da Euromonitor. Consideramos uma população de 50 milhões de cães e

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

gatos domicilizados. A crescente preocupação da sociedade brasileira com a saúde dos Animais de Companhia, que são considerados como “membros da família”, proporciona uma oportunidade de investimento para a indústria veterinária, conforme Informe Setorial divulgado pelo BNDES em 2013.

Dinâmica da indústria farmacêutica veterinária.

A estrutura da oferta na indústria farmacêutica veterinária é caracterizada por empresas que lideraram o processo de inovação de produtos e por empresas seguidoras. Acreditamos ocupar posição de destaque, como a principal empresa nacional, no grupo das empresas que lideram o processo de inovação, que é composto majoritariamente por empresas multinacionais.

Importante ressaltar também que, devido às diferenças entre os padrões de raças e peculiaridades sanitárias, climáticas e nutricionais de cada país, há uma necessidade de desenvolvimento de produtos que atendam a essas especificidades, e que se diferenciem daqueles desenvolvidos nos países de origem das empresas farmacêuticas multinacionais. Uma maior capacidade de atendimento a especificidades locais constitui diferencial competitivo importante para a maior aceitação dos produtos nesses mercados. Acreditamos que a *expertise* de nossa equipe comercial, aliada ao relacionamento de longo prazo com nossos clientes, constituem um diferencial competitivo para entender e antecipar as necessidades do mercado em que atuamos.

NOSSOS PONTOS FORTES

Acreditamos que nossos principais pontos fortes são os seguintes:

Posição de liderança no atrativo mercado de saúde animal no Brasil.

De acordo com dados do SINDAN, ocupamos a terceira posição no mercado nacional de saúde animal, que possui predominância de grandes companhias farmacêuticas globais, com receita líquida de R\$432,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014. Com crescimento histórico acima da média do mercado, conseguimos melhorar nosso posicionamento em relação aos nossos concorrentes no mercado brasileiro. Com um crescimento de participação de mercado de um ponto percentual entre dezembro de 2012 e dezembro de 2014, passamos do quarto para o terceiro lugar no *ranking* nacional de saúde animal, de acordo com dados do SINDAN. Devido ao nosso posicionamento de liderança, acreditamos possuir vantagens competitivas em relação aos nossos concorrentes para acompanhar o acelerado crescimento da demanda nacional por produtos de saúde animal, tanto no segmento de Animais de Produção, quanto no de Animais de Companhia. Acreditamos que possuímos estruturas adequadas que nos permitirão aumentar nossa produção e atender ao crescimento da demanda por produtos de saúde animal. Acreditamos que nossos centros de P&D têm tecnologia adequada para nos permitir antecipar as necessidades de nossos clientes e desenvolver produtos que tenham boa aceitação no mercado.

Marca altamente reconhecida.

Acreditamos ser reconhecidos no mercado pela qualidade de nossos produtos, pela nossa característica inovadora e pelo atendimento próximo e diferenciado a nossos clientes. Ao longo de nossos 28 anos de atuação, adquirimos prestígio e reconhecimento no mercado de saúde animal, traduzidos, inclusive, em diversos prêmios que nos foram atribuídos, tais como:

- o Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica na categoria Grande Empresa em 2005 e o reconhecimento como uma das 40 empresas mais inovadoras do Brasil em 2006, segundo a FINEP;

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

- a “Melhor Indústria Farmacêutica para Trabalhar no Brasil”, segundo o Guia Você S/A de 2013, e
- o primeiro lugar entre as empresas mais admiradas do segmento veterinário em 2010, de acordo com a revista Carta Capital.

Nossa marca possui grande aceitação, que é demonstrada através de nossa alta capacidade de inserir novos produtos no mercado. Nos últimos cinco anos, lançamos 35 novos produtos no mercado.

Equipe comercial altamente qualificada e sólida base de clientes.

No segmento de Animais de Produção, nossos produtos são vendidos por uma equipe comercial com mais de 220 profissionais altamente especializados, composta em sua grande maioria por veterinários espalhados por todos os estados brasileiros. Essa equipe atende, diretamente, mais de 4.700 pontos de venda, que incluem revendas, cooperativas, agroindústrias e produtores rurais presentes em todo o território nacional. Possuímos um relacionamento de longo prazo e de confiança com nossos clientes (os principais adquirem nossos produtos há mais de 14 anos), dentre os quais o maior representa apenas cerca de 2,77% de nossa receita, não havendo, portanto, concentração que gere dependência com relação a clientes específicos.

No que diz respeito ao segmento de Animais de Companhia, mantemos uma relação de longo prazo com 45 distribuidores estrategicamente localizados em todo o território brasileiro, responsáveis por distribuir nossos produtos para aproximadamente 23 mil pontos de venda.

Com relação às nossas exportações, possuímos clientes em 13 países, sendo México e Colômbia os mais importantes para nossa estratégia de crescimento.

Parque industrial com avançado padrão tecnológico e nova planta de biotecnologia.

Buscamos, à época da construção de nossa fábrica de produtos farmacêuticos veterinários, o atendimento aos mais atuais preceitos das *Good Manufacturing Practices – GMP* e das mais rigorosas normas regulatórias mundiais, tais como as emitidas pela *Food and Drugs Administration (FDA)*, dos Estados Unidos da América, e pela *European Medicines Agency Home – EMEA*, da União Europeia.

Ainda dentro de nosso parque industrial, concluímos em 2010 a construção de uma fábrica de biológicos certificada pelo MAPA para a produção da vacina contra a febre aftosa, equipada com um laboratório biosseguro classificado no mais alto nível de biossegurança, o NBS4 ou NB4, e com capacidade de produção de 44 milhões de doses por ano.

Em junho de 2014, concluímos, também em nossa planta de Cravinhos, um novo centro de pesquisa em biotecnologia para desenvolvimento de vacinas e moléculas funcionais biológicas para Animais de Produção (principalmente, bovinos e suínos) e Animais de Companhia, com vistas não somente ao desenvolvimento de novas tecnologias, mas também à viabilização da produção dessas vacinas e moléculas funcionais em escala industrial. Em complemento a este centro de pesquisa em biotecnologia, planejamos construir uma planta de produção segura de produtos biotecnológicos que foi projetada para ser uma das maiores e mais modernas da América Latina.

Excelência em P&D de produtos.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Adotamos uma estrutura de P&D focada na busca e captação de oportunidades alinhadas às nossas estratégias de negócio, e que tem demonstrado ser capaz de desenvolver produtos inovadores e de alto valor agregado.

Nos últimos três anos, investimos aproximadamente 6,35% de nossa receita líquida em P&D, totalizando cerca de R\$72,2 milhões. Em 31 de dezembro de 2014, tínhamos 154 projetos de P&D em *pipeline*, dos quais 46 encontravam-se em fase de desenvolvimento, sendo 33 novos produtos destinados ao segmento de Animais de Produção, e 13 para o segmento de Animais de Companhia.

Em nossa experiência com P&D, temos observado que o ciclo médio da fase de desenvolvimento de novos produtos é de 30 meses, contados a partir do encerramento da fase de pesquisa até a aprovação final no MAPA e início da comercialização do produto. Nos últimos cinco anos, lançamos no mercado 18 novos produtos para Animais de Produção e 17 para Animais de Companhia. Em 2014, esses 35 produtos lançados representaram 32,3% do total da nossa receita líquida.

Possuímos parcerias com diversos e prestigiados pesquisadores, universidades e centros de pesquisa localizados nas Américas, Europa e Ásia, dentre os quais destacamos: Universidade de São Paulo, Universidade de Campinas, Universidade Federal de Viçosa, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Ouro Preto, Universidade Católica de Brasília, Embrapa, Fiocruz, Unesp, Instituto Butantan, University of Cambridge, Washington State University.

Comprovado crescimento financeiro.

Possuímos sólida estrutura de capital, com um histórico comprovado de crescimento de receita líquida. Nos últimos três anos, registramos uma taxa anual de crescimento médio composto (CAGR) em nossa receita líquida de 16,2%. A receita líquida do segmento de Animais de Produção aumentou de R\$315,4 milhões em 2013 para R\$346,2 milhões em 2014, enquanto que a do segmento de Animais de Companhia aumentou de R\$45,9 milhões em 2013 para R\$59,3 milhões em 2014. No nosso segmento de Operações Internacionais, a receita líquida aumentou de R\$22,7 milhões em 2013 para R\$26,7 milhões em 2014.

Em 31 de dezembro de 2014, nossa dívida líquida bancária representava apenas 1,46 vezes nosso EBITDA ajustado, e o custo médio ponderado da dívida era de 7,54% a.a.

Fundadores com histórico de sucesso comprovado, administração com ampla experiência e alto nível de governança corporativa.

Nossos fundadores, os Srs. Norival Bonamichi e Jardel Massari, atualmente conselheiros da administração da Companhia, demonstraram, ao longo desses 28 anos de história, empreendedorismo, capacidade e *know how* para expandir nossos negócios e explorar novos nichos do mercado de saúde animal, o que resultou em forte e consolidado crescimento orgânico da Companhia.

Além disso, contamos com uma equipe de administração profissional composta por executivos qualificados e experientes no mercado de saúde animal, que acreditamos nos proporcionar uma maior capacidade de explorar oportunidades em nosso setor e agilidade para adequar nossos planos de negócios às demandas de mercado. Acreditamos que a aliança entre o empreendedorismo de nossos fundadores e a capacidade e experiência de nossos administradores possibilita uma grande geração de valor para a Companhia, impulsionando cada vez mais seu faturamento e reconhecimento no mercado em que atuamos.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Há vários anos, temos adotado sólidas práticas de governança corporativa. Desde 2005, somos auditados por empresa de auditoria externa das chamadas “*big four*”, além de continuarmos conduzindo auditorias internas. Em 2007, a BNDESPar tornou-se acionista da Companhia, e, desde então, tem contribuído com nossas estratégias de negócios e práticas de governança corporativa. Em 2010, passamos a seguir as normas internacionais de contabilidade (IFRS) publicadas e revisadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Adicionalmente, em nossa antiga estrutura societária, já adotávamos determinadas práticas de companhias de capital aberto, como, por exemplo, a elaboração de formulários de informações trimestrais (ITR) desde 2013. Em 2012, implantamos na Companhia o Conselho de Administração, que possui atualmente cinco membros, dos quais dois são independentes e, em 2013, implantamos o Conselho Fiscal, que atualmente possui três membros. Em janeiro de 2014, implantamos um novo sistema de gestão integrado (ERP) para a Companhia, o SAP, visando uma melhor tecnologia da informação e maior controle nos processos internos, cujo projeto de implantação recebeu o prêmio “*Impact Awards 2014*” durante a 17ª Conferência Anual da ASUG Brasil (Associação de Usuários SAP).

NOSSA ESTRATÉGIA

Temos como objetivo o crescimento contínuo de nossos negócios com o desenvolvimento e expansão das nossas atividades, aprimorando continuamente nossos produtos e desenvolvendo nossa atuação no segmento de biológicos em saúde animal, a fim de proporcionar lucratividade e geração de valor para nossos acionistas. Para tal fim, seguimos uma estratégia baseada nos seguintes pontos:

Segmento de Animais de Produção.

Temos como objetivo ampliar nossa participação de mercado no segmento de Animais de Produção por meio do aumento de nosso atual portfólio de produtos e expansão de penetração na base de clientes. Acreditamos que o segmento de Animais de Produção no Brasil ainda está muito distante dos países mais desenvolvidos, tanto em termos do tamanho do rebanho quanto em termos da tecnologia empregada na criação dos animais, de modo que cremos que a demanda interna por nossos produtos tende a aumentar significativamente na medida em que os produtores pecuários se tornem mais tecnificados. Também acreditamos que o Brasil, devido a questões de competitividade na cadeia de produção de proteínas, tem condições de aumentar sua participação no mercado internacional, e que, para isso, investirá ainda mais em sanidade animal, o que sem dúvida trará grandes oportunidades para a Companhia.

Continuaremos investindo em P&D de novos produtos e no aprimoramento daqueles que atualmente compõem o nosso portfólio para Animais de Produção, que atualmente é composto por 85 produtos, tendo ainda, atualmente, 33 novos produtos em fase final de desenvolvimento e com lançamento previsto para os próximos anos.

Como forma de expandirmos nossos negócios no segmento de Animais de Produção, planejamos ainda expandir nosso portfólio de produtos farmacêuticos e biológicos (vacinas), nesse último caso especialmente para bovinos e suínos, aumentar nossa presença de mercado em áreas e regiões parcialmente exploradas e fortalecer nossa participação no segmentos de aditivos para melhor eficiência em bovinos.

Destacamos o nosso novo centro de P&D em biotecnologia, que irá permitir o desenvolvimento de novos produtos de alto valor agregado, bem como a avaliação de oportunidades de aquisições seletivas de tecnologias promissoras nesse segmento.

Segmento de Animais de Companhia.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Pretendemos continuar expandindo nossa participação de mercado no segmento de Animais de Companhia, que era de 9,6% em 31 de dezembro de 2014, de acordo com dados do SINDAN. Para tanto, pretendemos continuar aproveitando tendências como a humanização dos animais de estimação, que são considerados cada vez mais como “membros da família”, e o aumento da renda da população brasileira, com a consequente ascensão de classes sociais.

Possuímos um portfólio de 36 produtos para Animais de Companhia, e temos, atualmente, 13 produtos em fase final de desenvolvimento com lançamento previsto para os próximos anos. Pretendemos continuar com nossa P&D de novos produtos e com o aprimoramento dos produtos-chave de nosso atual portfólio, além de entrar no importante mercado de biológicos (vacinas) para consolidação de nossa marca no segmento. Ressaltamos que o aumento do nosso portfólio permitirá ampliarmos a nossa participação no mercado.

Planejamos expandir a venda de nossos produtos para Animais de Companhia nos 23 mil pontos de vendas atualmente abrangidos pela nossa rede de distribuidores, além de atingirmos pontos de venda que ainda não disponibilizam nossos produtos.

Segmento de Operações Internacionais.

Pretendemos iniciar a expansão de nossa presença internacional por meio de uma estratégia “go-to-market” local, nos mercados-chave de saúde animal da América Latina, principalmente México e Colômbia, conforme abaixo:

México. O México possui um dos maiores mercados de saúde animal da América Latina com um rebanho bovino de aproximadamente 32 milhões de cabeças em 2013, de acordo com dados da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO).

Diferentemente do mercado brasileiro de saúde animal, a venda direta para grandes produtores pecuários e para distribuidores, no mercado de saúde animal mexicano, é significativa. Diante disso, torna-se fundamental o fortalecimento de equipe própria para maior aproximação com esses canais de distribuição. Além disso, parte importante de nossa estratégia de crescimento para o país reside no desenvolvimento de novos produtos e seu licenciamento para comercialização junto aos órgãos regulatórios locais, com os quais possuímos contato desde 1997, quando obtivemos nosso primeiro registro de produto no país.

Adotaremos como estratégia de crescimento a reestruturação de nossa controlada mexicana, com a contratação de equipes comerciais, de assistência técnica e *marketing* próprias, viabilizando dessa forma um controle direto das nossas operações comerciais no país e uma maior aproximação com o consumidor final que aumentará nossa influência no processo de sua decisão de compra.

Colômbia. A Colômbia possui outro dos maiores mercados de saúde animal da América Latina, com um rebanho bovino de aproximadamente 23 milhões de cabeças em 2013, de acordo com dados da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO).

No mercado colombiano de saúde animal, os grandes participantes do mercado global possuem subsidiárias instaladas para atender o mercado local, o que demonstra a atratividade desse mercado. Além disso, parte importante de nossa estratégia de crescimento para o país, assim como no mercado mexicano, reside no desenvolvimento de novos produtos e seu licenciamento para comercialização junto aos órgãos regulatórios locais, com os quais possuímos contato desde 1998, quando obtivemos nosso primeiro registro de produto no país. Com o objetivo de aumentar nossa participação de mercado na Colômbia, temos como estratégia instalar uma controlada no país, adquirindo controle das políticas de comércio, *marketing* e assistência técnica locais, e provendo maior agilidade em nossos processos decisórios de captura de oportunidades. Buscaremos, assim, aumentar nossas margens e

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

participação de mercado, eliminando intermediários e nos aproximando dos consumidores finais.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) produtos e serviços comercializados

Os produtos por nós comercializados são segmentados em três categorias de destinação: (i) animais de produção; (ii) animais de companhia; e (ii) operações internacionais.

Animais de Produção

Este segmento representa a fabricação e comercialização no mercado interno de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção, que consistem em:

- equinos
- ruminantes (bovinos, ovinos e caprinos);
- aves; e
- suínos.

Ademais, este segmento compreende também a prestação de serviços de industrialização para outras empresas do setor. Atendemos, para este segmento, cerca de 4.700 pontos de venda de varejo e atacado no Brasil, contando com um portfólio de 85 produtos veterinários em mais de 109 apresentações diferentes, que compreendem, dentre outros, vacinas, antiparasiticidas, antibióticos, terapêuticos e nutricionais.

Animais de Companhia

Este segmento representa a fabricação e comercialização no mercado nacional de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de companhia, que consistem em:

- cães; e
- gatos.

Atendemos, para este segmento, aproximadamente 45 distribuidores no país, que chegam a atingir mais de 23 mil pontos de vendas, contando com um portfólio de 36 produtos veterinários em mais de 74 apresentações diferentes, que compreendem, dentre outros, otológicos, dermatológicos, nutricionais, antibióticos, anti-inflamatórios, antiparasiticidas e desinfetantes.

Operações Internacionais

Esse segmento representa a fabricação e comercialização de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para Animais de Produção para o mercado externo. Atualmente, exportamos nossos produtos para 13 países, sendo os mais importantes para nossa estratégia de crescimento, o México e a Colômbia.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de					
	2014	% do total	2013	% do total	2012	% do total
Animais de Produção	346.175	80,1%	315.426	82,1%	267.231	83,4%
Animais de Companhia	59.360	13,7%	45.931	12,0%	36.133	11,3%

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Operações Internacionais	26.706	6,2%	22.664	5,9%	16.851	5,3%
Receita líquida	432.241	100%	384.021	100%	320.215	100%

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Tendo em vista que as despesas gerais e administrativas, o resultado financeiro e o imposto de renda e contribuição social são geridos de forma única, não temos por prática a segregação destas para nossos diferentes segmentos. Assim, não é possível auferir a participação de cada segmento no nosso lucro líquido. No entanto, apresentamos abaixo o lucro operacional de cada segmento antes das despesas gerais e administrativas, bem como o lucro líquido total de nossas atividades.

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 (combinado-consolidado)						
	Animais de Produção	% do total	Animais de Companhia	% do total	Operações Internacionais	% do total	Total
Lucro bruto	193.812	74,5%	50.186	19,3%	16.313	6,2%	260.311
Despesas com vendas	(125.604)	85,6%	(15.417)	10,5%	(5.655)	3,9%	(146.676)
Despesas gerais e administrativas (não segmentadas)	-	-	-	-	-	-	(34.831)
Outras receitas, líquidas (não segmentadas)	-	-	-	-	-	-	211
Lucro operacional	-	-	-	-	-	-	79.015
Resultado financeiro (não segmentado)	-	-	-	-	-	-	(11.443)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	-	-	-	67.572
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	(15.058)
Lucro líquido das operações continuadas	-	-	-	-	-	-	52.514

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2013 (pro forma)						
	Animais de Produção	% do total	Animais de Companhia	% do total	Operações Internacionais	% do total	Total
Lucro bruto	180.725	76,9%	38.912	16,6%	15.286	6,5%	234.923
Despesas com vendas	(111.365)	84,5%	(13.591)	10,3%	(6.782)	5,1%	(131.738)
Despesas gerais e administrativas (não segmentadas)	-	-	-	-	-	-	(32.433)
Outras receitas, líquidas (não segmentadas)	-	-	-	-	-	-	11
Lucro operacional	-	-	-	-	-	-	71.852
Resultado financeiro (não segmentado)	-	-	-	-	-	-	(8.662)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	-	-	-	63.190

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	(5.870)
Lucro líquido das operações continuadas	-	-	-	-	-	-	57.320

<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2012						
	Animais de Produção	% do total	Animais de Companhia	% do total	Operações Internacionais	% do total	Total
Lucro bruto	154.088	79,0%	30.151	15,5%	10.740	5,5%	194.979
Despesas com vendas	(89.997)	84,3%	(11.487)	10,8%	(5.217)	4,9%	(106.701)
Despesas gerais e administrativas (não segmentadas)	-	-	-	-	-	-	(32.826)
Outras receitas, líquidas (não segmentadas)	-	-	-	-	-	-	(665)
Lucro operacional	-	-	-	-	-	-	54.787
Resultado financeiro (não segmentado)	-	-	-	-	-	-	(8.343)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	-	-	-	46.444
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	(3.227)
Lucro líquido das operações continuadas	-	-	-	-	-	-	43.217

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) características do processo de produção

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Nossa cadeia produtiva está intimamente relacionada com o nosso setor de P&D. Os projetos de pesquisa e desenvolvimento de produtos passam por uma triagem com o objetivo de aprimorar ou lançar no mercado um produto capaz de atender a real necessidade de nossos clientes, além de manter nosso portfólio de produtos atualizado com a demanda natural do mercado por produtos inovadores. Contamos com uma equipe com mais de 115 especialistas em pesquisa e desenvolvimento para a saúde animal, os quais interagem diretamente com nossos clientes, o que nos permite entender com maior rapidez as necessidades de nossos clientes, transformando uma ideia em um produto final por meio de nosso setor de P&D.

A estrutura organizacional do setor de P&D compreende uma diretoria de P&D e uma diretoria de novos negócios, responsável pela atuação no planejamento estratégico, análise estratégica do portfólio de produtos e projetos, aprovação de ideias e projetos internos e externos e interface com departamentos de marketing, técnico veterinário e de pesquisa e desenvolvimento.

A diretoria de P&D compreende a área de prospecção tecnológica, responsável pela captação externa de ideias e tecnologias; o núcleo de propriedade intelectual, responsável pelo registro de marcas e patentes no Brasil e no exterior; a área de gestão de projetos, responsável pelo mapeamento de processos, captação interna de ideias e tecnologias, bem como pela definição e acompanhamento de projetos de P&D; a área de regulatório veterinário, responsável pela submissão do pacote regulatório para registro de novos produtos aos órgãos regulatórios competentes no Brasil e no exterior, bem como pela vigilância regulatória e manutenção das licenças vigentes, tanto para produtos, quanto para estabelecimentos; a área de estudos clínicos e pré-clínicos, responsável pela definição de formulações em desenvolvimento e provas de conceito (pré-clínicos) e pelo desenvolvimento e atendimento regulatório para registro de novos produtos; e, por fim, a gerência de pesquisa e desenvolvimento, responsável pela tecnologia farmacêutica, desenvolvimento analítico, regulatório farmacêutico, estudos de estabilidade, biotecnologia e qualificação de fornecedores de insumos para produção e desenvolvimento de produtos veterinários.

Com o intuito de tornar nosso setor de P&D mais eficiente, firmamos parcerias com diversos pesquisadores, universidades e centros de pesquisa espalhados nas Américas, Europa e Ásia, dentre os quais destacamos a: Universidade de São Paulo, Universidade de Campinas, Universidade Federal de Viscoça, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Ouro Preto, Universidade Católica de Brasília, Embrapa, Fiocruz, Unesp, Instituto Butantan, University of Cambridge, Washington State University. Adicionalmente, conduzimos estudos clínicos e pré-clínicos em bovinos, suínos e ovinos, além de realizar análises laboratoriais de suporte, em uma fazenda experimental localizada na cidade de Guatapará, no Estado de São Paulo.

Nosso processo de pesquisa e desenvolvimento pode ser dividido em 4 fases:

(1) Abordagem inicial: essa fase consiste (a) na identificação de demanda do mercado por meio de contato direto com os clientes; (b) em inovações realizadas pelo nosso time de P&D; e (c) desenvolvimento de nosso portfólio de produtos por meio de avaliações e pesquisas frequentes.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

- (2) **Discussão de viabilidade:** essa fase consiste na discussão da análise de viabilidade das inovações potenciais identificadas na primeira fase. Este processo compreende uma análise técnica e comercial do projeto pelos nossas áreas técnicas, comercial e marketing.
- (3) **Análise Técnica:** essa fase consiste na produção do protótipo do produto em nossa linha piloto. Nessa fase o produto tem seu conceito e eficiência aprovados ou rejeitados por nossa equipe técnica.
- (4) **Pré-comercialização:** essa fase consiste avaliação do mercado e dos canais de distribuição, incluindo (a) a identificação de demanda do mercado por meio de contato direto com os clientes; e (c) desenvolvimento de nosso portfólio de produtos por meio de avaliações e pesquisas frequentes.

Uma vez concluído esse processo, caso aprovado, o produto passa a integrar nosso portfólio e é comercializado.

Nos últimos três anos, investimos aproximadamente 6,35% de nossa receita líquida em P&D, totalizando cerca de R\$72,2 milhões. Em 31 de dezembro de 2014, tínhamos 154 projetos de P&D em *pipeline*, dos quais 46 encontravam-se em fase de desenvolvimento, sendo 33 novos produtos destinados ao segmento de Animais de Produção, e 13 para o segmento de Animais de Companhia.

Em nossa experiência com P&D, temos observado que o ciclo médio da fase de desenvolvimento de novos produtos é de 30 meses, contados a partir do encerramento da fase de pesquisa até a aprovação final no MAPA e início da comercialização do produto. Nos últimos cinco anos, lançamos no mercado 18 novos produtos para Animais de Produção e 17 para Animais de Companhia. Em 2014, esses 35 produtos lançados representaram 32,3% do total da nossa receita líquida.

Com relação ao nosso processo de produção, este é conduzido em nosso parque industrial, localizado na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, que conta com uma infraestrutura moderna, construída em uma área de mais de 178.500 m², separada em diferentes blocos onde estão nossas plantas de biológicos e de farmacêuticos, que incluem os produtos terapêuticos hormonais e defensivos animais.

Biológicos

Nosso processo de produção de biológicos atualmente consiste na produção de vacinas contra febre aftosa. Sua produção tem início com o escalonamento de cultivo de células BHK₂₁, provenientes do banco de células, até obter volume de 5.000 litros. Este volume é atingido acrescentando-se meio de cultivo para células, que é uma mistura de vários componentes, como proteínas, vitaminas e fatores de crescimento. Estes, por sua vez, são dissolvidos em água para injetáveis (WFI), suplementando com soro bovino e esterilizado por filtração.

Posteriormente, as células são transferidas para a área de máxima biossegurança (nível 4 NBS), onde são infectadas com vírus da febre aftosa para a produção do cultivo de vírus. O cultivo viral é clarificado por centrifugação para retirada do debrí celular e, posteriormente, inativado com adição de etilenimina binária – BEI para impossibilitar sua capacidade de replicação e transferidos para área de quarentena.

Depois de conferir a inativação do vírus, por parte do laboratório de controle de processo, estes são transferidos para a área de formulação, onde são concentrados e purificados. Posteriormente, eles são misturados com o adjuvante oleoso para obtenção da vacina granel, que é envasada em duas apresentações 10 doses (50 ml) e 50 doses (250 ml).

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Todo esse processo de produção das vacinas contra febre aftosa passa por um rígido controle de qualidade, desde a produção de células e vírus até a vacina envasada, para então serem enviadas para testes oficiais no MAPA.

Farmacêuticos

Buscamos nortear o processo de fabricação de nossos produtos farmacêuticos por práticas denominadas BPF (Boas Práticas de Fabricação) estabelecidas pelo MAPA que têm como objetivo assegurar que nossos produtos tenham a mais alta qualidade e eficiência do mercado. A totalidade dos insumos produtivos passa pelo nosso controle de qualidade e, do mesmo modo, todos os produtos acabados são testados pelo controle de qualidade antes do envio ao mercado.

Injetáveis. Os insumos são misturados em reatores de aço inox 316 L para a obtenção da substância formulada. Posteriormente, esta substância é enviada via tubulação para salas de envase com área classificada quanto à esterilidade. Temos linha de alta capacidade produtiva que dispõe de túnel de lavadora automática, túnel de esterilização, envase e recave automáticos. Ainda, temos outras duas linhas de envase para processo de produtos de grandes volumes e frascaria de plástico.

Líquidos orais. Os insumos são misturados em reatores de aço inox 316 L para a obtenção da substância formulada. Posteriormente, esta substância é enviada via tubulação para salas de envase. Dispomos de duas linhas de envase segregadas.

Crems e pomadas. Os insumos são misturados em reatores de aço inox 316 L para a obtenção da substância formulada. Temos duas salas de envase segregadas: uma com processo estéril para a produção de antimastíticos e uma segunda para a produção de pomadas. Na primeira sala a substância formulada é enviada via tubulação para o envase em máquina automática e na segunda o produto é transportado em tanques móveis (Bins) para a sala de envase. Há produção de seringas, bisnagas plásticas e metalizadas.

Sólidos. O setor de sólidos é dividido em comprimidos e pós. No setor de comprimidos a substância de formulação é produzida em misturadores em “V” de aço inox 316L e transferidos para a sala de compressão. Caso seja requerido o revestimento das drágeas executamos este processo em área adjacente. Após a drágea pronta é executado o processo de embalagem final. No setor de pós, os insumos são misturados em equipamentos em “V” e Ribbons Blenders. Após a mistura, a substância pode ser envasada em sacos, potes ou sachês.

Hormônios. Os insumos são misturados em reatores de aço inox 316 L para a obtenção da substância formulada. Posteriormente, esta substância é enviada via tubulação para salas de envase com área classificada quanto à esterilidade. Neste mesmo setor temos uma linha de produção de implantes sólidos. Os insumos são misturados em bateadeiras de aço inox 316 L e posteriormente moldados.

Defensivos Animais. Os insumos são misturados em reatores de aço inox 316 L para a obtenção da substância formulada. Posteriormente, esta substância é enviada via tubulação para salas de envase. Há três salas de envase distintas para cada classe de produto: aerossóis, pequenos volumes e grandes volumes.

O processo produtivo de nossos medicamentos é do tipo batelada, ou seja, trabalhamos com lotes de produção sequenciais. Estes processos produtivos são, por força da legislação aplicável, únicos e padronizados e têm sua origem no momento de desenvolvimento dos produtos. Sendo assim, após a definição da fórmula e dos processos produtivos correspondentes a determinado produto, qualquer alteração posterior devera ser previamente aprovada pelo MAPA

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Buscamos realizar durante todo o ano em nossas plantas manutenções preditivas e preventivas. Paradas momentâneas de equipamentos para reparos ocorrem ocasionalmente e são executados em sua maioria por colaboradores qualificados da própria empresa. Todo o nosso parque fabril possui coberturas de seguros para os principais riscos relacionados ao nosso negócio.

Nossas instalações produtivas são bastante flexíveis, o que nos permite produzir uma grande quantidade de formas farmacêuticas e apresentações. Atualmente, operamos em média com 70% de nossa capacidade instalada, a qual pode ser ampliada basicamente com investimentos em máquinas e equipamentos.

(b) características do processo de distribuição

As vendas de nossos produtos são altamente pulverizadas, abrangendo todo o território nacional e alguns países estrangeiros. Nossa equipe comercial realiza visitas mensais aos nossos clientes e vende diretamente para os canais de atendimento, que incluem revendas agropecuárias, cooperativas, agroindústrias, distribuidores e produtores pecuários. Assim, nossa estrutura logística precisa ser capaz de atender diferentes volumes e tipos de pedidos em todo o território nacional e internacional. Para tanto, adotamos uma operação logística descentralizada, por meio de quatro centros de distribuição alugados de terceiros, localizados em Vinhedo, Porto Alegre, Goiânia e Ribeirão Preto. Esses centros de distribuição são abastecidos de acordo com a previsão de demanda.

Dessa forma, após a fabricação, a grande maioria dos produtos é enviada para os centros de distribuição referidos acima, e uma parte fica armazenada na fábrica, funcionando como uma reserva de abastecimento complementar, o que permite mais rapidez no abastecimento dos centros de distribuição em caso de rupturas de estoques.

Além disso, estabelecemos os centros de distribuição de acordo com a nossa estratégia de negócio, buscando novas oportunidades e ganhos de eficiência logística por meio de aproximação dos mercados mais relevantes para nossos produtos. Com estoques mais próximos aos mercados, conseguimos reduzir os prazos de entrega, diminuir os custos dos pedidos, aumentar o nível de serviço e a satisfação de nossos clientes.

Nossa malha logística nos permite atender a praticamente todos os municípios do Brasil, com alto nível de serviço. Operamos atualmente com transportadoras terceirizadas, que são selecionadas com base no custo de pedido e, principalmente, no nível de serviço para cada região, evitando concentração e dependência de determinadas transportadoras.

Para produtos destinados ao mercado externo, contratamos empresas de exportação especializadas. Atualmente, contamos com três fornecedores de serviços (transportadoras) para a realização de exportações, que são efetuadas em três diferentes modais: marítimo, aéreo e rodoviário, dependendo do destino e necessidade do importador.

A contratação dos fretes internacionais se dá por meio de agentes de cargas, enquanto a emissão do RE (registro de exportação), do SD (solicitação de despacho) e a liberação da carga propriamente dita são realizadas por despachante aduaneiro contratado pela empresa.

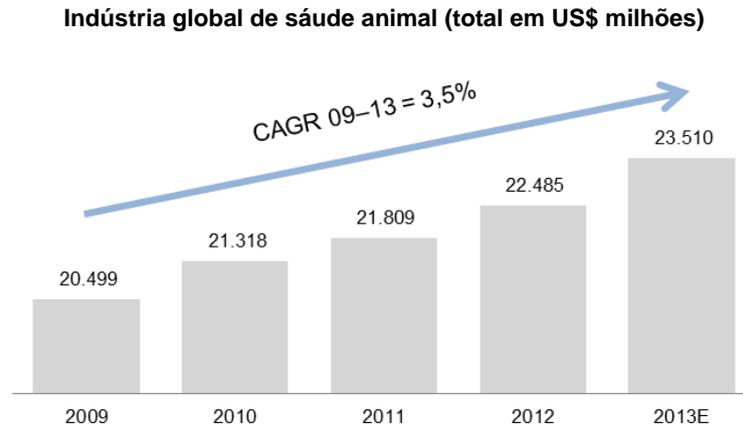
(c) características dos mercados de atuação

Visão Geral

A indústria de saúde animal, que compreende a fabricação e comercialização de produtos médicos veterinários destinados a animais de produção e animais de companhia (*pets*), é um setor econômico global em crescimento iminente. No final de 2013, a indústria global de saúde

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

animal registrou receitas de aproximadamente US\$23,5 bilhões, representando uma taxa composta de crescimento anual real de 3,5% desde 2009, conforme gráfico abaixo:



Fonte: Vetnosis

O setor global de saúde animal possui como característica a volatilidade no desenvolvimento, elaboração e fabricação de novos produtos ou aprimoramento dos produtos já existentes, adequando-se às necessidades dos clientes em diferentes regiões e países pelo mundo. O Brasil, sendo um país de proporções continentais, também apresenta tais variações:

- diferenças econômicas, tais como padrões de vida em regiões mais ou menos desenvolvidas;
- diferenças culturais, tais como preferências alimentares para diferentes animais em cada região;
- diferenças epidemiológicas, como a prevalência de certas cepas bacterianas e virais;
- diferenças de tratamento, como a utilização de diferentes tipos de medicamentos e vacinas, em particular os produtos de alta tecnologia;
- diferenças ambientais, tais como a sazonalidade, o clima e a disponibilidade de terra arável e de água doce; e
- diferenças regulamentares, como as normas para a aprovação de produto e manufatura, no caso de produção orientada à exportação.

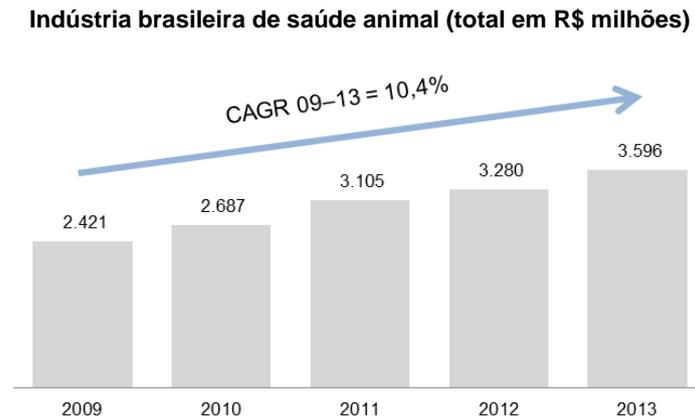
Tem-se observado, nos últimos anos, um crescente aumento na demanda por proteína animal e laticínios na alimentação da população mundial, ocasionado principalmente pelo aumento populacional no mundo, pelo aumento de poder aquisitivo de uma parte significativa de população mundial e de estudos que orientam o consumo de maior quantidade de proteína animal na dieta alimentar. Aliado a este fator, acreditamos que o forte crescimento econômico mundial ao longo dos últimos anos também tem levado ao aumento do rendimento disponível dos cidadãos mundiais, acarretando no aumento de animais domésticos, ou *pets*, à escala global.

Para conseguir responder a este aumento na demanda por proteína animal e laticínios à escala global, a utilização de medicamentos e produtos veterinários, bem como de vacinas animais, é fundamental para suportar o crescimento esperado das manadas e rebanhos e aumentar a eficiência do processo de criação a abate de animais, mantendo os animais livres de doenças.

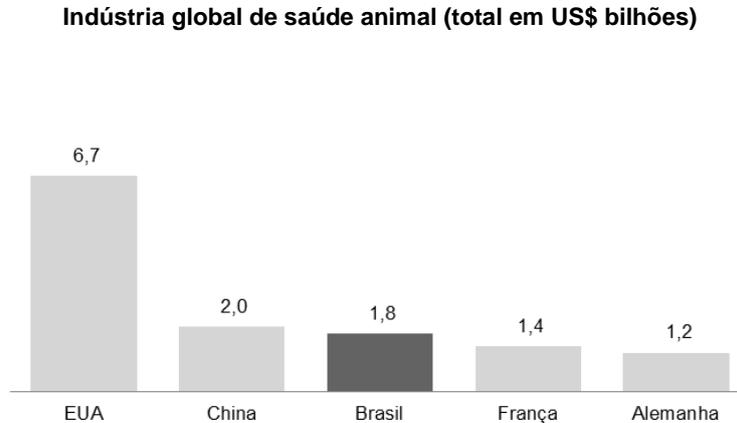
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

No mesmo sentido, o aumento no número de animais domésticos tem levado a uma crescente demanda por tratamentos médicos para *pets*, ocasionando o desenvolvimento da medicina veterinária e o surgimento constante de novas vacinas e medicamentos.

O mercado brasileiro de saúde animal é um dos mais importantes no cenário mundial, tendo atingido a terceira posição no mercado de saúde animal, em termos de vendas, no final de 2013. Em termos nominais, desde 2009 o mercado brasileiro registrou uma taxa composta de crescimento anual acima do crescimento do mercado global, representativos de um percentual de 10,4%, chegando em 2013 a um valor de aproximadamente R\$3,6 bilhões ou US\$1,8 bilhões, conforme gráficos abaixo:



Fonte: SINDAN



Fonte: Vetnosis

Animais de produção

O segmento de animais de produção subdivide-se em ruminantes (gado de corte, gado de leite, ovinos e caprinos), equinos, aves e suínos. Os níveis de produção e qualidade deste segmento de mercado são críticos para responder ao aumento da demanda à escala global, fruto do aumento da população mundial e dos padrões de vida da mesma, particularmente nos mercados emergentes.

O atendimento às demandas do segmento de animais de produção para consumo depende altamente do sucesso do mercado de saúde animal e conseqüentemente do desenvolvimento e aprimoramento dos medicamentos e vacinas veterinárias, com o intuito de impedir a proliferação de doenças, tanto nos animais como nos consumidores finais. Nos últimos anos o

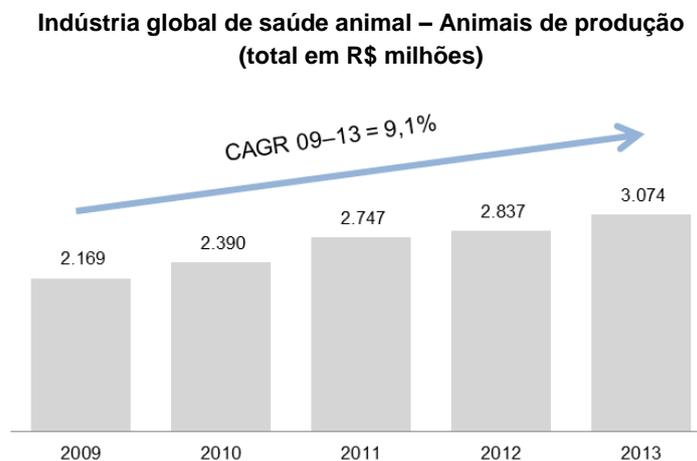
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

nível das exigências em relação a barreiras fitossanitárias pelos países importadores de proteína animal e laticínios, tem aumentado consideravelmente, levando os produtores a terem um maior cuidado com a saúde dos seus rebanhos.

Atualmente o segmento de animais de produção apresenta receitas de aproximadamente US\$14 bilhões. No Brasil este segmento representa perto de aproximadamente 85% do mercado nacional de saúde animal, com receitas de aproximadamente R\$3,1 bilhões em 2013.

Entre 2009 e 2013 este mercado tem crescido no Brasil, em termos nominais, a uma taxa anual de aproximadamente 9,1%, com fortes fatores a justificar este crescimento, dentre os quais destacam-se:

- aumento do consumo de proteína animal e laticínios;
- necessidade no aumento da produtividade; e
- crescente escassez de área mundial disponível para a produção animal.



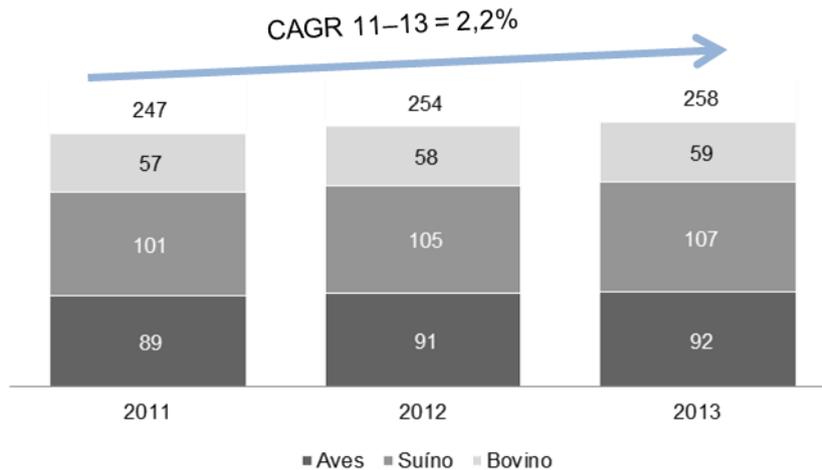
Fonte: Vetnosis

O consumo de proteína animal e laticínios tem apresentado tendência de crescimento, ocasionada pelo aumento da população mundial, particularmente nos países emergentes, e do aumento da economia em escala global. Espera-se que a população mundial atinja dez bilhões de pessoas em 2050 contra uma população atual de sete bilhões.

De acordo com dados da USDA, estima-se que o consumo global de carne cresça a uma taxa anual de 3,6% de 2013 a 2016, comparado à taxa de crescimento anual de 2,2% de 2012 a 2014, com destaque para o crescimento do consumo de proteína de aves, que representará uma taxa de crescimento anual de 4,8%, contra 2,8% e 3,8% da carne suína e bovina, respectivamente.

Evolução do consumo mundial de carnes (em milhões de toneladas)

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



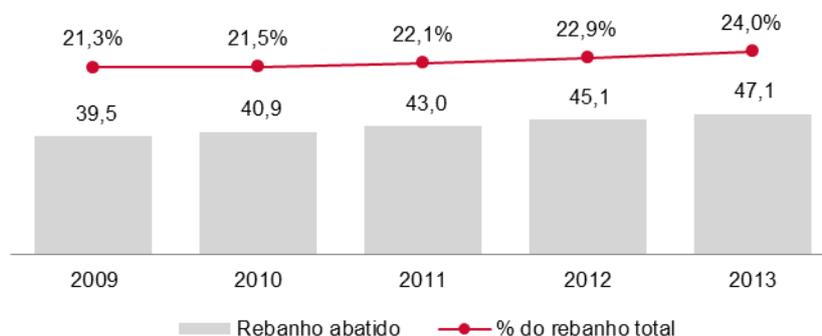
Fonte: USDA

Atualmente, o mercado brasileiro de consumo de carne é um dos mais importantes do mundo, ocupando a quarta posição em termos de produção, com um *market share* de aproximadamente 10%, atrás apenas da China, União Europeia e Estados Unidos da América, e a segunda posição em termos de exportação, com um *market share* de aproximadamente 23%, atrás apenas do Estados Unidos da América. Adicionalmente, o crescimento no consumo e consequente aumento na produção mundial de leite nos últimos anos, também registrou números significativos. A produção de leite no Brasil cresceu 21,2% entre os anos de 2000 e 2010, contra 16,2% nos Estados Unidos da América no mesmo período.

Observa-se, portanto, que o crescimento do mercado de animais de produção no Brasil sofrerá impacto tanto pelo aumento de consumo no Brasil, como pelo aumento do consumo global de carne, leite e derivados.

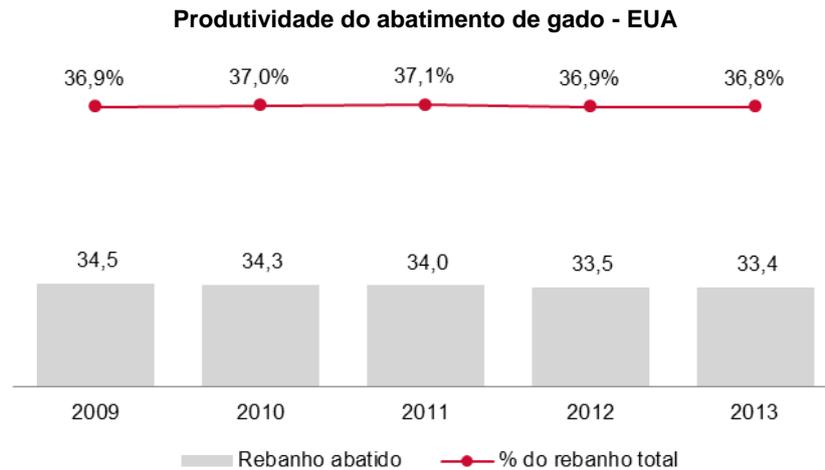
As vendas no mercado de saúde animal também são impactadas de forma relevante pela evidente tendência de aumento de produtividade e crescimento do mercado de animais de produção no Brasil e no mundo. Os produtores e criadores de animais de produção estão cada vez mais conscientes da importância dos produtos de saúde animal para a melhoria dos seus resultados operacionais, como se pode constatar pelo aumento dos seus indicadores de produtividade tanto no mercado de leite como no mercado de carne nos últimos anos.

Produtividade do abatimento de gado - Brasil



Fonte: Vetnosis

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: Vetnosis

Animais de Companhia

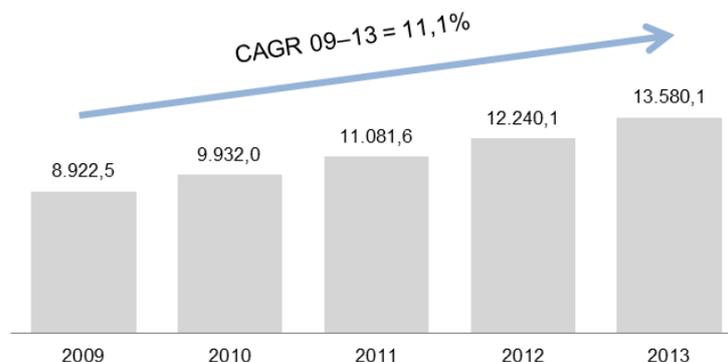
O segmento de animais de companhia, ou *pets*, subdivide-se em cães e gatos. Um termo mais amplo, definido como animais domésticos, que inclui também outros pequenos animais, como peixes, aves, pequenos mamíferos e répteis, é utilizado por agências internacionais como o Euromonitor e a Vetnosis.

Acreditamos que o forte crescimento econômico mundial ao longo dos últimos anos, em particular nos países emergentes, levou ao aumento do rendimento disponível dos cidadãos mundiais, acarretando no aumento de animais domésticos, ou *pets*, à escala global. Outro fator a ser considerado é a proximidade da relação de convivência do ser humano com esses animais dentro de suas residências.

Esses pontos levam ao aumento de demanda por tratamentos médicos para *pets*, ocasionando o desenvolvimento da medicina veterinária e da indústria do segmento com o surgimento constante de novas soluções para os animais de companhia incluindo vacinas e medicamentos capazes de aumentar a expectativa e a qualidade de vida desses animais.

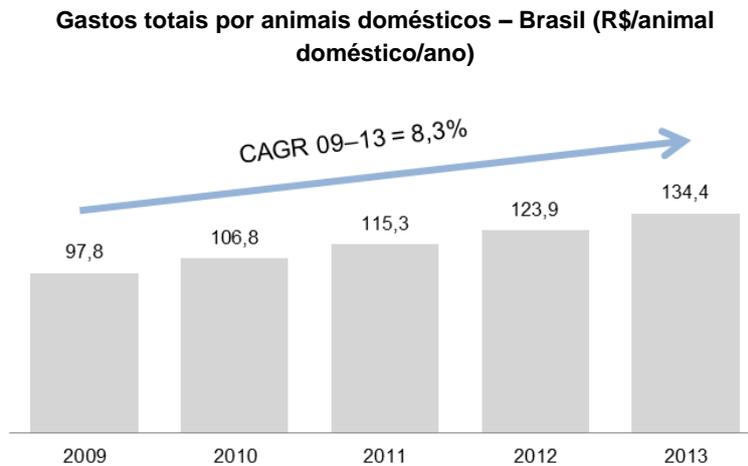
No Brasil, com o aumento da renda disponível e melhoria do padrão de vida, o gasto com *pets* apresenta tendência crescente, tanto em termos absolutos, com o aumento da número de animais de companhia, quanto unitariamente, considerando os gastos incorridos pelos donos de animais domésticos.

Gastos totais com animais domésticos – Brasil (R\$ milhões)



7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

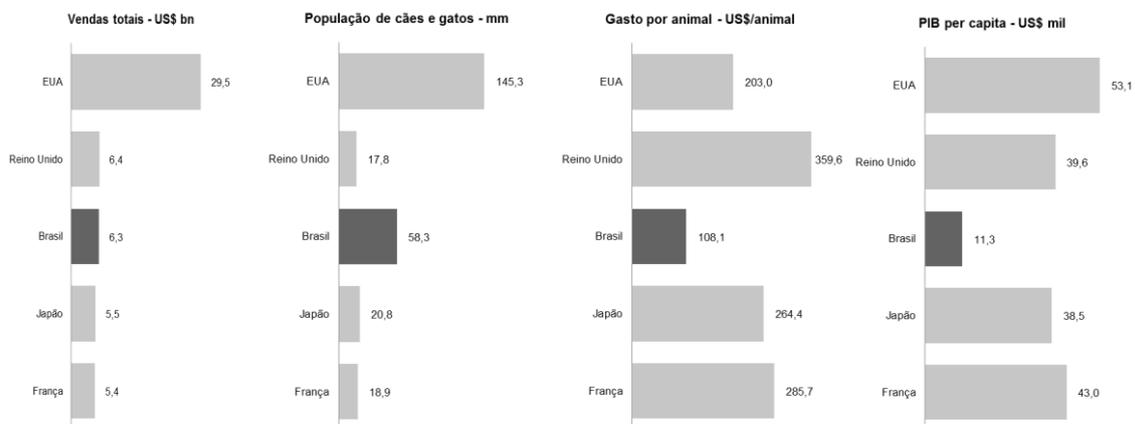
Fonte: Euromonitor



Fonte: Euromonitor

Os cinco maiores mercados mundiais no segmento de animais domésticos, compreendidos por Estados Unidos da América, Reino Unido, Japão, França, além do Brasil, somaram juntos cerca de US\$53,1 bilhões em vendas em 2013, com o Brasil figurando na terceira posição de maior mercado, com vendas de US\$6,3 bilhões. Em 2014, o valor estimado de gastos totais foi de R\$16,7 bilhões. Comparado aos Estados Unidos da América, o maior mercado mundial no segmento de *pets*, o Brasil apresenta grande potencial de expansão, sendo atualmente apenas cerca de 5,0x menor.

Dados comparativos entre os 5 maiores mercados globais de pets



Fonte: Euromonitor e IMF

O Brasil apresenta, atualmente, um dos maiores números de animais de companhia no mundo, sendo o segundo país em números absolutos, logo atrás dos Estados Unidos, entretanto com gastos por animal inferiores quando comparado com outros mercados. Além disso, o Brasil apresenta o maior índice de penetração de cães no mundo, com um percentual de aproximadamente 46,0% de famílias possuindo esse tipo de animal de companhia.

Não obstante o setor de saúde animal representar apenas aproximadamente 6% do segmento de animais domésticos no Brasil (que abrange, ainda, os setores de alimentação para animais domésticos e demais produtos), observa-se um crescimento brasileiro superior ao do mercado

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

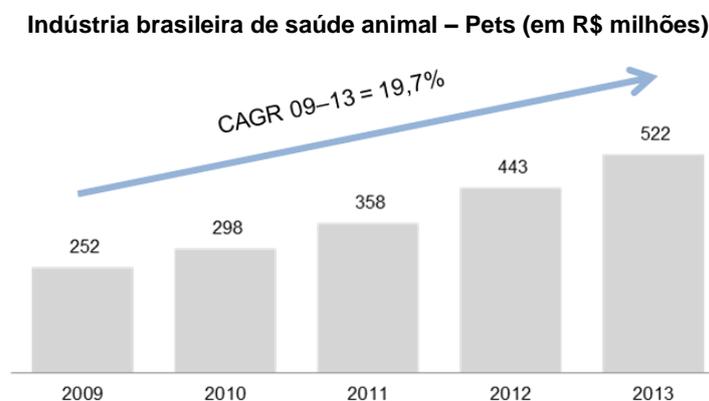
mundial. Comparado ao mercado norte-americano, que possui um mercado apenas 3% mais penetrado que o brasileiro, percebe-se um grande potencial de captura de mercados.

O aumento do gasto *per capita* com animais de companhia está diretamente relacionado ao comportamento da sociedade o que é potencializado com a variação de classe social e a renda disponível da população, com uma variação de cerca de 30% de gasto *per capita* para cada classe social, entre as classes C, B e A. No Brasil, desde o ano de 2003 até 2013, verificou-se uma migração de 14 milhões de pessoas para a classe A, provenientes da classe B, e a migração de 48 milhões de pessoas para a classe B, provenientes da classe C. Cerca de 62 milhões de pessoas aumentaram significativamente os seus níveis de consumo durante este período, inclusive relacionado ao segmento de *pets*.

Atualmente o segmento de animais de companhia representa aproximadamente 40% do mercado atual global de saúde animal, com receitas de aproximadamente US\$9,5 bilhões. No Brasil este segmento representa aproximadamente apenas 15% do mercado total de saúde animal, com receitas de aproximadamente R\$0,5 bilhão.

Desde 2009 até a 2013 o mercado de saúde animal para o segmento de *pets* tem crescido no Brasil, em termos nominais, a uma taxa anual composta de 19,7%, com fortes fatores para justificar este crescimento, dentre os quais destacam-se:

- mudança de comportamento na formação de novos perfis de famílias;
- aumento da renda disponível dos consumidores donos de animais de companhia;
- aumento da expectativa de vida das pessoas;
- valorização da relação entre pessoas e seus *pets* colocando-os como membros da família e consequentemente parte do orçamento;
- verticalização dos grandes centros urbanos o que exige maior cuidados com os animais domésticos.

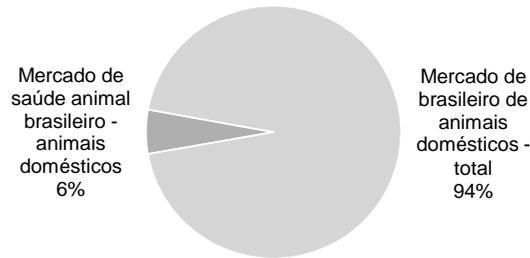


Fonte: SINDAN

Fatores como a conscientização sobre a necessidade de cuidados com os animais de companhia através de campanhas informativas para a população, gerando maior preocupação dos donos destes animais em manterem sua saúde, aliado a uma tendência crescente da população em estabelecer residências em espaços mais restritos e localizados em zonas urbanas, estimula o crescimento do segmento de animais domésticos.

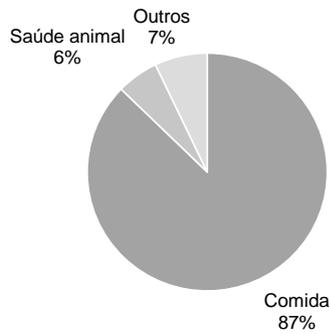
Mercado brasileiro de saúde de animais domésticos vs. Mercado brasileiro total de animais domésticos

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



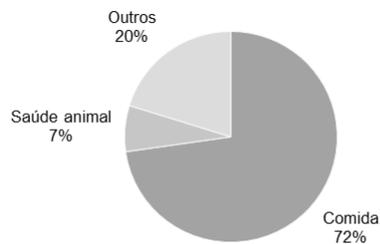
Fonte: Euromonitor

Segmentação do mercado de animais domésticos em 2014 – Brasil



Fonte: Euromonitor

Segmentação do mercado de animais domésticos em 2014 - EUA



Fonte: Euromonitor

Fortes Barreiras à Entrada no Mercado de Saúde Animal

O mercado de saúde animal oferece fortes barreiras para a entrada de novos participantes. Tais barreiras defendem nossa posição como o principal *player* nacional e um dos principais no contexto global. Uma potencial entrada no mercado de saúde animal no Brasil irá sempre exigir

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

do novo participante, um processo de autorização e legal extenso e oneroso, com um significativo investimento de recursos.

Entre as barreiras mais relevantes podemos destacar:

Registro dos produtos

A entrada de novos *players* está limitada a diversas autorizações legais e regulatórias. O registro de produtos junto aos órgãos competentes são concedidos, em média, no prazo de dois anos.

A fabricação de um novo produto no mercado brasileiro de saúde animal requer a construção de uma fábrica totalmente operacional. A construção de uma planta industrial pode levar até dois anos para ser satisfatoriamente concluída.

Marcas

O estabelecimento de marcas fortes, com um *track record* de sucesso, aliado à fidelidade e uma boa relação com clientes, é essencial para a penetração no mercado de saúde animal.

Rede de distribuição/vendas

A presença de uma rede de distribuição que abrange todo o território nacional, bem como de uma equipe de forças de venda capacitada e de uma rede sólida de clientes, mostram-se essenciais para a entrada no mercado de saúde animal.

Produtos

O desenvolvimento de novos produtos ou aprimoramento dos já existentes, obtidos a partir do conhecimento de realidade local e da percepção das necessidades dos clientes, que pode apenas ser atingida com a atuação ao longo de muitos anos no mercado, são necessários para a consolidação no setor de saúde animal.

Os novos *players* devem possuir um vasto portfólio de produtos, com uma completa rede de fórmulas e dosagens, e com diferentes métodos de aplicação adaptáveis a diferentes produtores.

Contexto regulatório

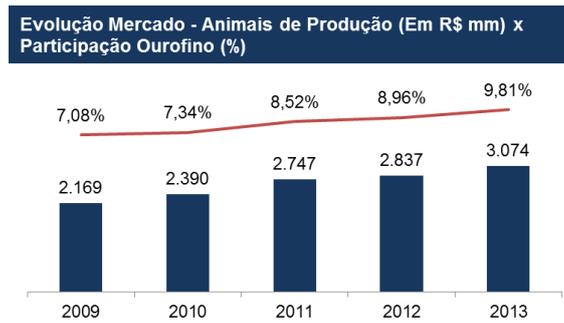
O Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004, regula e estabelece orientações para a inspeção de produtos veterinários e de instalações produtivas. Neste contexto, todas as unidades produtivas e plantas industriais do setor de saúde animal devem respeitar as "Boas Regras de Produção" definidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

(i) participação em cada um dos mercados

Animais de produção

Nosso crescimento médio em participação no segmento de animais de produção, no período compreendido entre os anos de 2009 e 2013, foi de aproximadamente 18,4% contra aproximadamente 9,1% referentes ao crescimento do mercado no setor. Como consequência, nosso *market share* no segmento de animais de produção passou de 7,08% para 9,8% de 2009 para 2013.

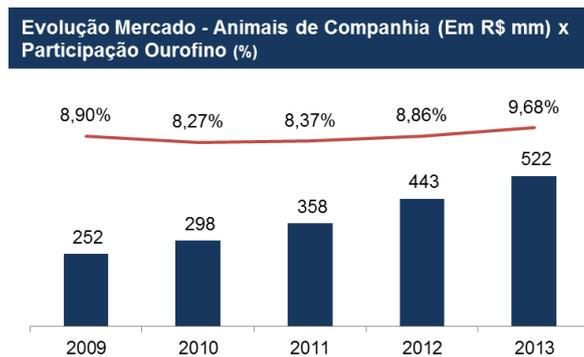
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: SINDAN e Companhia

Animais de Companhia

Nosso crescimento médio em participação no segmento de animais de companhia, no período compreendido entre os anos de 2009 e 2013, foi de aproximadamente 22,5% contra aproximadamente 19,9% referentes ao crescimento do mercado no setor. Como consequência, nosso *market share* no segmento de animais de companhia passou 8,9% para 9,7% de 2009 para 2013.



Fonte: SINDAN e Companhia

(ii) condições de competição nos mercados

Nossos principais concorrentes possuem uma forte presença tanto nos segmentos de animais de produção como no segmento de Animais de Companhia. De acordo com os resultados do SINDAN, ocupávamos, no final de 2014 a terceira posição no mercado veterinário brasileiro, com um *market share* de aproximadamente 9,9% no Brasil.

Somos a principal participante brasileira no mercado global de saúde animal, possuindo como principal competidor nacional, a Vallée. Nossos principais competidores internacionais, por sua vez, são a Zoetis, a MSD Saúde Animal, a Merial, a Elanco e a Hertape.

(d) eventual sazonalidade

A sazonalidade em nosso setor decorre principalmente de fatores como: clima tropical, sistema extensivo de produção e manejo, além de características regionais.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Os produtos que comercializamos são destinados, em sua maioria, ao controle de agentes (parasitas e/ou microrganismos) que acometem os animais nas diferentes fases do seu ciclo de vida. Estes agentes tem o seu desenvolvimento e proliferação ligados a condições climáticas, tais como temperatura e umidade. Assim, as vendas de nossos produtos podem sofrer variações ao longo do ano de acordo com as condições predominantes em cada estação e em cada região do país.

O ciclo de vida dos agentes causadores de doenças se desenvolve com maior ou menor intensidade em decorrência de fatores e condições climáticas, como por exemplo:

- Ectoparasitas externos (moscas, carrapatos, berne, sarna, piolho e pulga): necessitam de calor e umidade para o seu desenvolvimento, portanto se desenvolverão com maior intensidade nas estações da primavera e verão quando estas condições estarão presentes com maior intensidade criando um ambiente propício para sua multiplicação. Em consequência deste fato, as nossas vendas de produtos para controle destes agentes se intensificarão nestas épocas em decorrência da maior procura dos pecuaristas pelos medicamentos.
- Agentes causadores de doenças respiratórias: estão presentes no meio ambiente ao longo de todo o ano, todavia encontram os meios para multiplicação nos animais durante o inverno quando os mesmos apresentam seu sistema respiratório debilitado em virtude da baixa umidade e temperatura, sendo assim a venda de antibióticos para controle destas doenças aumenta nesta época do ano;
- Agentes causadores de doenças gastrintestinais: estão presentes no meio ambiente ao longo de todo ano, mas encontram condições ideais para acometimento dos animais durante o verão e primavera quando os mesmos apresentam este sistema mais debilitado em virtude das altas temperaturas e ingestão de alimentos com alto teor de umidade, consequentemente a venda de produtos para controle destas doenças é potencializada nestas épocas do ano;
- Produtos para reprodução: para que os animais se reproduzam é necessário que tenhamos alimento em abundância e esta situação, em sistemas extensivos de criação, predomina durante a primavera, o verão e parte do outono, portanto os produtos voltados para reprodução serão utilizados com maior intensidade nestas estações.

A sazonalidade também pode ser encontrada devido aos programas oficiais de prevenção e controle de doenças do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Destaca-se a febre aftosa, cujo controle se dá através do uso obrigatório de vacina em todo rebanho bovino, sob pena do produtor ter a comercialização de sua produção interrompida em caso de não cumprimento. Para aumentar o controle o governo determina datas específicas ao longo do ano (campanhas) para a vacinação, que no caso da febre aftosa tem o seu calendário estipulado, majoritariamente, em dois períodos ao longo do ano: 1º semestre (abril e maio) e 2º semestre (outubro e novembro). Tal fato influencia de forma direta a comercialização deste produto.

O manejo do rebanho bovino para utilização dos produtos é outro ponto importante que influencia de forma significativa a venda de produtos veterinários. Vivemos em um país de grandes dimensões onde predomina uma produção de caráter extensivo, consequentemente os produtores, de forma geral, escolhem momentos específicos do ano, como a campanha de vacinação contra febre aftosa, para também fazer uso dos demais produtos de uso habitual nos animais (vacinas não obrigatórias, endectocidas, vermífugos, entre outros). Tal fato concentra a venda destes demais produtos nestas épocas do ano.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Possuímos também em nosso portfólio, produtos que não sofrem impacto dos fatores acima mas apresentam uma sazonalidade relacionada aos diferentes programas sanitários adotados pelos produtores de determinadas regiões, sendo que este fenômeno é mais comum nas criações com sistemas mais intensivos como nos casos da avicultura, suinocultura e bovinocultura de leite.

A profissionalização dos produtores e, conseqüente, aumento do uso de tecnologias é fator importante neste processo, pois tende a diminuir o impacto da sazonalidade das doenças à medida que os produtores passam a se preocupar mais com o controle estratégico (prevenção da doença) do que com o tratamento. Neste caso o uso dos produtos deixa de estar relacionado ao aparecimento das doenças e migra para fases mais específicas de controle, o que tende a diluir o uso dos produtos durante o ano.

De forma geral, possuímos produtos para uso em vários segmentos e que podem ser usados para o tratamento ou controle de mais de uma doença o que faz com que a sazonalidade apresente um efeito muito mais pronunciado para determinados produtos e/ou segmentos do que para o faturamento global do negócio.

Apenas para fins ilustrativos, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, a receita da Companhia foi distribuída da seguinte forma entre os trimestres: (a) 14,4% no primeiro trimestre; (b) 25,4% no segundo trimestre; (c) 24,6% no terceiro trimestre e (d) 35,6% no quarto trimestre.

Em animais de companhia também há uma sazonalidade de produtos relacionada a condições climáticas, principalmente produtos relacionados à controle de ectoparasitocidas, que têm venda mais forte no verão, e produtos para doenças articulares e controle da dor no inverno.

(e) principais insumos e matérias primas, informando:

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Temos um relacionamento de qualidade e de longo prazo com nossos fornecedores, sendo que muitos deles são parceiros de longa data. A relação com nossos fornecedores é regida pelos valores por nós adotados, mas primordialmente pela necessidade de qualidade de fornecimento.

Seguimos um modelo de “*supply* colaborativo” e possuímos um programa de desenvolvimento e qualificação de fornecedores, através do qual são realizadas ações de treinamento, transferência de conhecimento e de tecnologia, bem como são realizadas auditorias de qualidade. Adquirimos matérias primas de fornecedores qualificados, que tenham passado pelo programa de qualificação e que atendam aos nossos requisitos de qualidade.

Nossas relações com fornecedores não estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, mas os insumos que adquirimos, bem como nossas atividades, estão sujeitas à regulamentação aplicável. Para mais informações ver item 7.5 abaixo.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores

Possuímos uma base diversificada de fornecedores e, devido ao esforço ativo na gestão de compras em cada elo da nossa cadeia produtiva, não possuímos forte dependência de um único fornecedor. Somos capazes de responder com considerável agilidade às interrupções de abastecimento de um determinado fornecedor, deslocando o fornecimento do insumo para

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

outro fornecedor qualificado. Adotamos como prática buscar pelo menos dois fornecedores para cada matéria prima, mitigando, assim, o risco de fornecimento.

Nossos fornecedores estão situados no Brasil e em mais 11 países diferentes, com destaque para China, Alemanha, Uruguai e Índia, sendo que esses 5 países representam 93% de todas as nossas compras de insumos.

Apresentamos abaixo a representatividade de cada país em relação ao total de todas as nossas compras de insumos:

País	Total	%
Brasil	52.064.526,07	45%
China	38.853.395,39	33%
Alemanha	6.911.590,26	6%
Uruguay	5.507.226,24	5%
India	4.694.795,15	4%
Estados Unidos	1.921.690,35	2%
Hong Kong	1.746.380,24	1%
Taiwan	1.579.029,24	1%
Grã-Bretanha	1.382.148,48	1%
Nova Zelândia	1.026.154,96	1%
Itália	607.858,15	1%
Argentina	354.339,34	0%

(iii) eventual volatilidade em seus preços

Historicamente, não observamos volatilidade relevante nos preços dos insumos que adquirimos para a fabricação de nossos produtos. Aproximadamente 45% do total de insumos, incluindo matéria-prima, material de embalagem e produtos acabados, que utilizamos são adquiridos no Brasil. Por sua vez, cerca de 55% do volume total de insumos adquiridos são provenientes do exterior, de modo que seus preços podem ser impactados pela volatilidade da taxa de câmbio do real em relação ao dólar norte-americano e ao euro.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**(a) montante total de receitas provenientes do cliente**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total. A Companhia acredita possuir um bom relacionamento com seus clientes.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Regulamentação Regulatória

A fiscalização da indústria, do comércio e do emprego de produtos de uso veterinário e de alimentação animal em território nacional é realizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (“MAPA”) por meio da Secretaria de Defesa Agropecuária.

De acordo com os Decretos de nº 5.053, de 22 de abril de 2004 (“Decreto nº 5.053/2004”), e nº 6.296, de 11 de dezembro de 2007 (“Decreto nº. 6.296/2007”), todo estabelecimento que fabrique, manipule, fracione, envase, rotule, controle a qualidade, comercie, armazene, distribua, importe ou exporte produtos de uso veterinário e produtos destinado à alimentação animal para si ou para terceiros deve, obrigatoriamente, estar registrado no MAPA, para efeito de licenciamento. As licenças para funcionamento dos estabelecimentos das indústrias farmacêutica veterinária e nutrição animal somente serão concedidas após inspeção e aprovação das instalações que devem ser adequadas ao estabelecido pelos mencionados Decretos, atendendo às normas de Boas Práticas de Fabricação (“BPF”) estabelecidas pelo MAPA, aos regulamentos específicos de produção, ao controle de qualidade e biossegurança por ele definidos, e também às normas de higiene e segurança do trabalho, estabelecidas pelos órgãos oficiais competentes. Uma vez concedida a licença para o funcionamento do estabelecimento da indústria farmacêutica veterinária, esta deverá ser renovada anualmente, devendo a empresa proprietária requerer sua renovação em até sessenta dias antes do seu vencimento. No caso do estabelecimento que produz, fabrica, manipula, fraciona, importa e comercia produto destinado à alimentação animal, o registro de estabelecimento será efetuado por unidade fabril e terá prazo de validade de cinco anos, podendo ser renovado, pelo mesmo período, sucessivamente.

Todos os produtos de uso veterinário, nacionais ou importados, incluindo vacinas, devem também ser devidamente registrados e aprovados pelo MAPA, especificamente pela Coordenação de Fiscalização de Produtos Veterinários (“CPV”) do Departamento de Defesa Animal (“DDA”) do MAPA. O registro concedido ao produto nacional terá validade por dez anos, renovável, a pedido do interessado, por períodos sucessivos de igual duração, por meio da apresentação de requerimento protocolizado em até 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua validade. Tratando-se de produto importado, o registro terá a mesma validade do certificado emitido no país de origem, limitado ao prazo de três anos. Ademais, a Instrução Normativa SDA Nº 25, de 8 de novembro de 2012, estabelece procedimentos especiais e fiscalização mais rigorosa do MAPA para fabricação, manipulação, comercialização, distribuição, importação e exportação de determinadas substâncias sujeitas a controle especial quando destinadas ao uso veterinário.

Dada a importância dos produtos veterinários no diagnóstico, na prevenção, no tratamento e na erradicação das enfermidades dos animais, na produção de alimentos e nas questões sobre seu impacto na saúde pública, todo produto deverá cumprir com as mais exigentes normas de qualidade, matérias-primas, processos de produção e de produtos terminados, para o qual se tomarão por referência as reconhecidas internacionalmente.

Além dos produtos de uso veterinário, os produtos da Companhia destinados à alimentação animal para serem comercializados também devem, obrigatoriamente, estar registrados no MAPA, com exceção de ingredientes, suplementos para ruminantes, premix, núcleos, concentrados e rações destinados à alimentação animal que são isentos de registro, conforme

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

disposto na Instrução Normativa nº 42/2010. O registro destes produtos terá validade de cinco anos, podendo ser renovado, pelo mesmo período, sucessivamente, desde que pleiteado com antecedência de até sessenta dias do seu vencimento. Caso a Companhia descumpra quaisquer de suas obrigações perante o MAPA, seja por não manter vigentes os alvarás dos estabelecimentos, ou por não manter vigentes ou renovar os registros dos produtos, ou ainda em caso de não observância da legislação setorial, estará sujeita não apenas a sanções civis e penais cabíveis, como também às sanções previstas no Decreto nº 5.053/2004, tais como: (i) advertência, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má-fé; (ii) multa no valor de R\$900,00, dobrados sucessivamente nas reincidências, até três vezes, sem prejuízo, quando for o caso, do cancelamento do registro do produto ou da cassação do registro do estabelecimento; (iii) apreensão do produto; (iv) inutilização do produto; (v) suspensão da venda ou da fabricação do produto; (vi) cancelamento do registro e licenciamento do produto; (vii) interdição do estabelecimento; (viii) cancelamento do registro e licenciamento do estabelecimento; e (ix) apreensão e inutilização do material de propaganda.

Conforme estabelece a Lei nº 6.839 de 30 de outubro de 1980, da Lei nº 5.517 de 23 de outubro de 1968 e da Resolução nº 592, de 26 de junho de 1992, as entidades que fabricam e/ou manipulam produtos de uso veterinários devem, obrigatoriamente, estar registradas perante o Conselho de Medicina Veterinária, correspondente aos Estados/Regiões onde funcionarem.

Conforme estabelece a Lei nº 11.974, de 08 de outubro de 2008, compete ao Conselho Nacional de Controle e Experimentação Animal – CONCEA, credenciar e monitorar as instituições que realizam pesquisas científicas e testes em animais. Cumpre ressaltar que nossos estabelecimentos que realizam pesquisas científicas e testes em animais estão devidamente registrados perante o CONCEA, bem como tais atividades são realizadas em conformidade com a legislação aplicável. Ademais, nossas atividades de pesquisa científica e a realização de testes em animais são devidamente supervisionados por nossas Comissões de Ética no Uso de Animais – CEUAs, constituídas para garantir que todas as normas e exigências legais sejam respeitadas durante a realização dos testes.

Na data deste Formulário de Referência, a maioria de nossos estabelecimentos está devidamente cadastrada e regular perante o MAPA e do Conselho Regional de Medicina Veterinária, de forma que estamos aplicando nossos melhores esforços e tomando as medidas necessárias para regularizar todos os nossos estabelecimentos. Ademais, nossos 137 registros de produtos estão em vigor e foram validamente emitidos perante o MAPA.

Histórico de Relacionamento com Órgãos Governamentais

A nossa Administração entende ter bom relacionamento com o MAPA, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, bem como com os órgãos ligados ao MAPA e ao Ministério da Saúde. Isso se reflete no curso normal de obtenção das autorizações e registros necessários para a condução de nossas atividades.

Regulamentação Ambiental

Estamos sujeitos a diversas leis e regulamentos ambientais nas esferas municipal, estadual e federal em nossos segmentos de atuação. Essas normas estabelecem restrições e condições para nossas operações referentes, por exemplo, preservação; utilização de recursos hídricos, a emissões atmosféricas, ao gerenciamento de resíduos, ao uso de substâncias químicas controladas e ao tratamento de efluentes.

A aprovação de leis e regulamentos mais rígidos, ou a interpretação mais rígida das atuais leis e regulamentos, pode impor novos riscos ou custos sobre a Companhia ou exigir mais

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

investimentos relacionados a equipamentos de controle de poluição. A Companhia não tem como garantir que os custos por ela incorridos no cumprimento da legislação ambiental, em vigor e futura, não irão afetar de maneira adversa seus resultados operacionais e situação financeira.

Licenciamento Ambiental

Estamos sujeitos ao licenciamento ambiental, o que é aplicável para a construção, a implantação, a modificação, a ampliação e a operação de atividades e/ou empreendimentos potencialmente poluidores. O processo de licenciamento envolve a emissão consecutiva de três licenças (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação), de acordo com as fases do empreendimento (planejamento, implantação/construção e operação), as quais estão sujeitas renovação periódica. O processo de licenciamento ambiental costuma ser custoso e longo, envolvendo a apresentação de estudos técnicos. Ainda, as licenças impõem restrições e exigências técnicas para o exercício de nossas atividades que condicionam a validade das licenças.

Cumprimos substancialmente com as exigências do licenciamento ambiental e possuímos licenças ambientais válidas, em fase de renovação ou em processo de obtenção, para nossas principais atividades. No entanto, não temos garantia de que conseguiremos renovar licenças vencidas, bem como não podemos assegurar a obtenção de eventuais licenças exigíveis.

A ausência de licenças ou autorizações dos órgãos ambientais competentes, bem como a operação em desacordo com as licenças concedidas, sujeita a Companhia a sanções penais e administrativas que podem resultar em multas de R\$500,00 a R\$10.000.000,00, além de outras penalidades administrativas, como a suspensão parcial ou total da atividade. Em geral, o valor máximo da multa é aplicado somente quando a falta do licenciamento adequado ocasiona um alto risco ambiental ou pode vir a ocasionar sérios danos ambientais.

Responsabilidade Ambiental

Em caso de descumprimento de quaisquer normas ambientais aplicáveis, podemos ser responsabilizados em três esferas: (i) civil; (ii) administrativa; e (iii) criminal.

Na esfera civil, aquele que causar dano ao meio ambiente é responsável por reparar ou indenizar o dano causado, independentemente de culpa. Aplica-se a responsabilidade de forma objetiva e solidária em relação a todas as partes direta ou indiretamente envolvidas na geração do dano. Nesse cenário, tendo mais de uma empresa contribuído para um dano ao meio ambiente, ou tendo o dano sido cometido por um prestador de serviço (por exemplo, responsável pela destinação de resíduos), poderá ser demandada à remediação ou pagamento de indenização aquela que tiver maiores condições financeiras para fazê-lo, cabendo, posteriormente, direito de regresso contra as demais empresas envolvidas. Não existe, na legislação brasileira, previsão de teto ou limitação no valor a ser fixado a título de indenização pelo dano ambiental, o qual será proporcional ao dano causado.

Na esfera administrativa, as multas por dano ambiental podem chegar a R\$50.000.000,00, sendo que a multa máxima é aplicada, geralmente, em casos que causam grande impacto ambiental ou risco à saúde humana.

Por fim, a Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/1998) prevê a responsabilização de todos aqueles que, de qualquer forma, concorrem para a prática de crimes contra o meio ambiente, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade. Tal lei prevê, ainda, a responsabilidade da pessoa jurídica, caracterizada se a infração for cometida (i) por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado; ou (ii) no interesse ou benefício da pessoa jurídica que representa. A responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que estende a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos. Por fim, é possível a desconsideração da pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados ao meio ambiente, havendo responsabilização dos sócios e administradores da empresa.

(b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Buscamos, em nossas práticas diárias, não comprometer as futuras gerações, principalmente por meio de investimentos para a atualização contínua de nossos equipamentos e nos programas de estímulo à conscientização ambiental da comunidade em que estamos inseridos e de nossos colaboradores.

Mantemos procedimentos documentados específicos para identificar os aspectos ambientais e avaliar os impactos, incluindo critérios para ponderar sua significância e manter essas informações atualizadas. Os resultados das avaliações dos aspectos e impactos ambientais significativos são considerados no estabelecimento dos nossos controles operacionais, objetivos, metas e programas de gestão. Além disso, mantemos procedimento documentado específico para identificar e acessar os requisitos legais aplicáveis e outros requisitos por nós subscritos, relacionados aos aspectos ambientais associados às nossas atividades, produtos e serviços.

Tais procedimentos por nós adotados preveem o uso de serviços profissionais contratados para atualização e acompanhamento dos requisitos legais pertinentes, incluindo a análise de como a obrigação legal se relaciona aos aspectos ambientais identificados em nossas operações.

Os requisitos legais aplicáveis e outros requisitos por nós subscritos são levados em consideração nas etapas de estabelecimento, implementação e manutenção de nossas atividades, produtos e serviços relacionados ao sistema de gestão.

A definição de objetivos e metas ambientais é estabelecida nas funções e níveis pertinentes, aprovados pela nossa Administração e acompanhados, sistematicamente, nas reuniões de análise crítica.

A comunicação ambiental interna e externa mantém procedimento documentado específico para as partes envolvidas, incluindo os prestadores de serviços e visitantes no local de trabalho, o qual define as responsabilidades envolvidas, bem como o ciclo de recebimento, documentação, resposta e registro das decisões tomadas por nós.

Nosso investimento em proteção ambiental inclui ampliação e manutenção de infraestrutura para captação de recursos e tratamento de efluentes, terceirização de serviços especializados e capacitação de colaboradores, tanto aos que lidam diretamente com a área observada, como para os demais como forma de conscientização.

Investimentos com Proteção Ambiental		
	2014	2013
	<i>(em R\$)</i>	
Despoluição	139.423	128.998
Gestão de resíduos	639.138	760.561

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Total	778.561	889.559
-------	---------	---------

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Contamos com uma combinação de segredos industriais, *know-how*, marcas e também as patentes para proteger nossos direitos de propriedade intelectual. Acreditamos que nossas marcas têm valor significativo e desempenham um papel considerável na manutenção e melhoria da posição competitiva de nossos produtos. Nos últimos anos, temos feito substanciais investimentos para melhorar a identidade e reconhecimento de nossas marcas. Esses investimentos incluem várias aquisições e a diversificação de nosso portfólio de produtos, incluindo o lançamento de novos produtos, a ampliação das linhas de produtos existentes, a melhora da qualidade de nossos produtos, o aprimoramento da apresentação de nossas marcas e embalagens, promoção de campanhas publicitárias e campanhas promocionais. Para maiores informações sobre os nossos registros e pedidos de registro de marcas, assim como nossos pedidos de patentes mais relevantes, vide item 9.1 (b) deste Formulário de Referência.

Parte significativa de nossa propriedade intelectual é composta de *know-how* e segredos industriais. Muitas vezes contamos com as competências tecnológicas e de inovação de nosso pessoal e/ou de terceiros, bem como a manutenção dos nossos segredos industriais, em contraposição a exploração de tecnologia patenteada. Dependemos, assim, de acordos de confidencialidade celebrados com funcionários ou terceiros e das leis de proteção à propriedade industrial e concorrência desleal para proteger esse aspecto do nosso negócio. Acreditamos que o nosso sucesso contínuo depende em grande parte os nossos relacionamentos com clientes, capacidade de produção e de apoio, assim como os conhecimentos técnicos que temos desenvolvido na fabricação e concepção de produtos. A ausência de proteção de patentes para a maior parte da tecnologia embarcada em nossos produtos implica em, apesar de tomarmos todas as medidas cabíveis para proteger a nossa tecnologia, não podermos evitar que nossos concorrentes dupliquem nossos processos e/ou produtos, desde que isso seja feito de forma independente.

Entendemos como de alta relevância as marcas utilizadas em nossos produtos de maior margem e de alto valor de faturamento, bem como as solicitações de pedidos de patentes que recaem sobre nossos produtos ou plataformas tecnológicas.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

A receita líquida combinada-consolidada proveniente dos clientes atribuídos ao Brasil foi de R\$361,4 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, o que corresponde a 94,10% da receita líquida total no período.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

De acordo com os critérios de divulgação de nossas informações financeiras adotados por nós, apresentamos abaixo as informações solicitadas nos itens (b) e (c), conforme aplicável:

<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2014	
	Receita líquida	% do total da receita líquida total da Companhia
México	6.225	1,4%
Colômbia	2.859	0,7%
Venezuela	6.551	1,5%
Paraguai	1.897	0,4%
Sudão	1.886	0,4%
Outros	7.288	1,7%
Receita líquida total do segmento de Operações Internacionais	26.706	6,2%
Receita líquida total da Companhia	432.241	100%

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Alterações na legislação e regulamentação que regem as atividades de nossos principais fornecedores estrangeiros, localizados principalmente na China e Índia, podem causar efeitos em nossas atividades locais. Normas mais exigentes quanto a controle ambiental, por exemplo, podem levar a aumento de preços, reduções de capacidade produtiva e suspensões temporárias de produção em algumas fábricas para adaptação e modernização.

As operações da Companhia de vendas no mercado exterior representados pelo segmento de Operações Internacionais estão sujeitas a uma extensa regulamentação local, que estabelece a necessidade de obtenção de registros sanitários perante órgãos reguladores locais (geralmente, Ministérios de Agricultura). Cada país tem sua legislação e regulamentação próprias com relação a uma série de questões que afetam nossos produtos, tanto na obtenção e manutenção de registro, como na comercialização (por exemplo, exigências quanto a rótulos e bulas).

Tendo em vista a particularidade da legislação em cada país para o qual a Companhia realiza exportação, podemos ser obrigados, como ocorre em alguns países, a termos representantes locais cuja função é representar a Companhia perante o respectivo órgão regulatório. Outros ainda requerem que o registro seja realizado e mantido por uma empresa local, o que nos obriga a celebrar contratos com os terceiros que cumprem essa função.

Para obtenção de registro, de acordo com a regulamentação de cada país, é exigida a apresentação de um dossiê técnico, contemplando dados sobre a fabricação do produto, controle de qualidade, estabilidade, assim como estudos e/ou dados que comprovem a segurança, eficácia e período de carência dos mesmos. Além disso, geralmente é exigido o envio de amostras dos produtos a serem registrados, para que sejam realizados testes de controle de qualidade pelos órgãos oficiais locais.

Além disso, para alguns países da América Latina, como, por exemplo, o México e a Colômbia, existe uma regulamentação específica para o registro de produtos antiparasitários que se enquadram na classe de pesticidas. No caso do México, se faz necessário primeiramente o registro dos produtos técnicos, ou seja, das moléculas, no COFEPRIS - Comisión Federal para la Protección contra Riesgos Sanitarios, ou Comissão Federal para Proteção contra Riscos Sanitários, mediante a apresentação de uma série de dados referentes a caracterização, segurança e toxicidade dos princípios ativos, para que posteriormente seja possível o requerimento de registro do produto perante o SAGARPA - Secretaría de Agricultura, Ganaderia, Desarrollo Rural, Pesca y Alimentacion, ou Secretaria da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural, Pesca e Alimentação, contemplando os dados referentes à fabricação, controle de qualidade, estabilidade e estudos clínicos. Já no caso da Colômbia, o produto deve ser licenciado em três Ministérios diferentes, sendo estes: Ministério da Saúde, mediante a apresentação de estudos toxicológicos, Ministério do Meio Ambiente, mediante apresentação de estudo de impacto ambiental e Ministério da Agricultura, mediante a apresentação, além dos demais dados já mencionados, de estudos de eficácia que devem ser realizados no local.

Em virtude dos pontos acima apresentados, o tempo médio para registro de um produto antiparasitário pesticida no México e na Colômbia é de dois anos, após o protocolo do dossiê de solicitação de registro inicial.

A vigência dos registros também é variável, e sua renovação deve ocorrer de acordo com a regra de cada localidade, por exemplo, para os produtos licenciados no México, foi publicada em 2012 regulamentação estabelecendo a necessidade de renovação das licenças a cada 5 anos, já as licenças de produtos na Colômbia não possuem prazo de validade, não sendo necessária a renovação. Cabe lembrar que, para todos os países, os registros podem ser

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

suspensos ou cancelados pelos órgãos regulatórios a qualquer momento, em consequência de alterações no cenário regulatório (tais como publicações de normativas contemplando a proibição de classes de produtos ou moléculas).

Em que pesem nossas receitas provenientes do comércio exterior tenham representado 6,2% de nossas receitas totais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, possuímos uma pulverização nas vendas na qual o principal país destino, a Venezuela, representou apenas 1,5% de nossas receitas líquidas do exercício. Diante deste cenário de pulverização, eventuais condições adversas na regulamentação de algum país para o qual exportamos nossos produtos produzirão efeitos mitigados, não afetando de maneira relevante o faturamento global do nosso negócio.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

Parcerias com Universidades

As atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica por nós realizadas tornaram possível a melhoria de nossa produtividade, ao mesmo tempo em que tornaram nosso portfólio de produtos mais eficiente no atendimento da demanda de nossos clientes. Por este motivo, buscamos constantemente a melhoria e expansão tecnológica de nossos centros de pesquisa, bem como a celebração de novas parcerias com universidades.

Além da Fazenda Experimental, que inclui um centro de pesquisa veterinária, possuímos parcerias com diversos centros de pesquisa, dentre eles: a Fundação Oswaldo Cruz, IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas, a Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, o Instituto Butantã e a Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, além de universidades, como a Unicamp, a USP, a Unesp, a Universidade Católica de Brasília, a UFPR, a UNAERP e a Ufscar.

Oferecemos curso de inseminação artificial, por meio de nossa controlada, Ouro Fino Agronegócio Ltda., na Fazenda Experimental, iniciado em 2012, que capacita profissionais da área, permitindo o alcance de melhores oportunidades de trabalho. Adicionalmente, abrimos as portas de nossas plantas, mediante nosso programa de visitas, que recebeu 905, 1.775 e 837 visitantes, em 2012, 2013 e 2014, respectivamente e objetiva oferecer aos visitantes um conhecimento acerca de nosso processo produtivo, gestão ambiental de corporação, reforçando nossos laços com a comunidade.

Tais parcerias, em colaboração com nosso departamento de pesquisa, desenvolvimento e inovação, são essenciais para a estratégia de criação de novos produtos e aprimoramento dos já existentes. Pretendemos manter tais parcerias, além de buscar novos colaboradores que nos auxiliem no aprimoramento e expansão desse processo de pesquisa e desenvolvimento.

Sustentabilidade

Em todos os nossos negócios incentivamos práticas que abranjam dimensões econômicas, sociais e ambientais (formando o tripé da sustentabilidade ou *triple bottom line*). Dessa maneira, somos vistos pela sociedade como geradores de valor, além de controlarmos os riscos a que estamos expostos.

Nosso compromisso com a sustentabilidade está presente, de forma transversal, no planejamento, na gestão, nas operações e nos relacionamentos com nossos *stakeholders*. Ao incluir a sustentabilidade como eixo inerente à estratégia, buscamos ir além do tradicional enfoque direcionado aos resultados econômicos, ampliando o olhar para os aspectos intangíveis que nos envolvem.

De forma constante, inspiramos e conscientizamos nossos colaboradores e parceiros rumo à sustentabilidade, dando exemplos de postura e geração de valor para o presente e futuro, em todos os aspectos. Conduta ética, transparência, produtos com qualidade e comunicação clara e contínua são fatores que marcam a gestão da Ourofino Saúde Animal.

Como empresa do agronegócio, contribuimos para a segurança alimentar da população por meio de inovações, tecnologias e aprimoramento genético. Sabemos que esses três elementos viabilizam soluções no campo que ampliam a produtividade, a lucratividade e melhoram a eficiência no uso de recursos naturais. Esse ciclo torna a produção mais sustentável, viabilizando soluções e ampliando a produtividade.

Um de nossos principais objetivos foi mapear, sistematizar a gestão e identificar oportunidades para que as operações pudessem ser aprimoradas em desempenho sustentável. Assim,

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

elaboramos o estudo de materialidade completo de nosso negócio, já contemplado para o modelo da GRI-G4, tratando com uma visão holística a empresa e o negócio, para entendermos os aspectos e riscos intangíveis que devem ser controlados com mais intensidade.

O departamento de Sustentabilidade iniciou o estudo da implantação dos requisitos de responsabilidade social da norma SA 8000, com a estruturação de mecanismos para avaliar os impactos sociais positivos dos projetos desenvolvidos.

Sociedade

Acima de tudo, sabemos de nossa participação no desenvolvimento socioeconômico do meio em que estamos. Para isso destinamos recursos próprios, ou oriundos de leis de incentivos fiscais, para diversos projetos socioeducativos, contribuindo para a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Investimentos em Projetos Sociais ¹	2013	2014
Investimento Privado	R\$ 671.695,03	R\$ 673.986,50
Projetos Incentivados	R\$ 326.301,31	R\$ 235.362,57
Total	R\$ 997.996,34	R\$ 909.349,07

	2014
Percentual de operações que implantaram programas de engajamento da comunidade, avaliação de impactos e desenvolvimento	40%

Estamos envolvidos em diversos programas e projetos sociais intensificando nosso compromisso de trabalhar juntos à comunidade.

Programa Jovens de Ouro

Atendemos anualmente a 150 crianças na sede da Ourofino Saúde Animal, com a missão de contribuir para o desenvolvimento da comunidade da cidade de Cravinhos-SP, através de oficinas culturais e valores de cidadania.

Programa Cidadãos de Ouro

É uma extensão do Jovens de Ouro e atende anualmente 30 adolescentes por meio da formação de uma orquestra de flautas e oficina de cidadania. Nesta etapa de continuidade, os jovens são cadastrados para trabalharem, futuramente, como menores aprendizes (a partir dos 14 anos) nas empresas da região e na Ourofino.

Programa de Inseminação Artificial

Com viés social, oferecemos o curso de inseminação artificial em uma fazenda arrendada em Guataparã (SP). Promovemos a capacitação de profissionais de todo o Brasil possibilitando o acesso ao conhecimento técnico, com certificação da ASBIA (Associação Brasileira de Inseminação Artificial), relativo ao campo de reprodução bovina. Investimos na capacitação deste pessoal arcando com todas as despesas como estadia, alimentação e materiais utilizados no curso. Contamos com o apoio de seis universidades e centros de pesquisa que contribuem na aplicação prática dos conceitos trabalhados em sala de aula. No último dia do treinamento oferecemos aos participantes uma visita à nossa sede, para que conheçam o

¹ Dados não incluem as despesas com o Projeto de Inseminação Artificial.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

processo de fabricação dos produtos que utilizaram. Foram capacitadas 94 pessoas em 2012, 389 em 2013, e 567 pessoas em 2014.

Programa de Equoterapia

É um programa que atendemos anualmente 35 pessoas com deficiência física ou mental, em parceria com o Pelotão de Cavalaria do 3º Batalhão da Polícia Militar do Interior, localizado em Ribeirão Preto (SP). Participamos com a disponibilização de uma educadora para a execução das terapias, com os uniformes dos praticantes e terapeutas e com medicamentos para o tratamento dos animais.

Programa Oficina do Futuro

Em parceria com o Centro de Educação Especial e Ensino Fundamental Egydio Pedreschi, o Programa Oficina do Futuro atendeu, no ano de 2014, 12 jovens com deficiência mental, com o objetivo de prepará-los para o mercado de trabalho. Em decorrência do programa, vários ex-alunos estão inseridos no mercado, tanto na Ourofino, como em outras empresas da região.

Projetos incentivados

Por meio de incentivos fiscais colaboramos ainda com os seguintes projetos:

Apoiamos	Lei de Incentivo
Hospital do Câncer de Barretos	Lei Pronon e Lei do Idoso
Projeto "Ciranda na Praça"	Lei do Programa de Ação Cultural-SP
Projeto "Herdeiros do Futuro"	Lei de Incentivo à Cultura
Associação de Equoterapia Vassoural	Lei de Desporto
Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do Hospital das Clínicas, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – FAEPA/USP	Programa Nacional de Apoio à Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Relatório de Sustentabilidade

No âmbito do processo de listagem das ações de nossa emissão no segmento de negociação do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, nos comprometemos a passar a divulgar um relatório anual de sustentabilidade de acordo com o padrão GRI (*Global Reporting Initiative*). A divulgação do relatório de sustentabilidade da Companhia passou a ser divulgado em 2015 reportando-se ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

O relatório de sustentabilidade está disponível no website da Companhia, no seguinte endereço: <http://ri.ourofino.com/>

7.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que sejam relevantes para a Companhia, além das descritas neste Item 7.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

(a) controladores diretos e indiretos

A tabela abaixo contém informações sobre a titularidade das nossas ações ordinárias na data deste Formulário de Referência:

Acionistas	Ações	Capital Total (%)
Jardel Massari	14.834.135	27,50
Norival Bonamichi	14.834.135	27,50

(b) controladas e coligadas

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia detinha participações diretas e indiretas nas controladas e coligadas, conforme abaixo descritas:

	Participação direta (%)	Participação indireta (%)
Ouro Fino Agronegócio Ltda.	100,00	-
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	99,99	-
Ouro Fino Pet Ltda.	100,00	-
Ouro Fino de México S.A. de C.V.	-	96,4

A Ouro Fino Agronegócio Ltda., sediada na cidade de Cravinhos, Estado de São Paulo, tem como atividade preponderante a comercialização, distribuição e logística no mercado interno de medicamentos, produtos veterinários para animais de produção (bovinos, suínos, aves, ovinos, equinos e caprinos) e produtos agropecuários, sementes e produtos de uso fitossanitário adquiridos da Ouro Fino Saúde Animal.

A Ouro Fino Saúde Animal Ltda., sediada na cidade de Cravinhos, Estado de São Paulo, tem como atividade preponderante a industrialização, a comercialização, importação e exportação de medicamentos, vacinas e demais produtos de uso veterinários e para alimentação animal, sendo responsável também por sua pesquisa e desenvolvimento. Além de também prestar serviços de industrialização por encomenda para outras empresas do setor (terceirização).

A Ouro Fino Pet Ltda. é situada na cidade de Vinhedo, estado de São Paulo, e tem como principal atividade a comercialização no mercado interno de medicamentos, produtos veterinários e artigos correlatos para animais de companhia (cães e gatos) adquiridos da Ouro Fino Saúde Animal Ltda..

A Ouro Fino México S.A. de C.V., controlada diretamente pela Ouro Fino Saúde Animal Ltda., possui sede na cidade de Guadalajara, no México, e possui como principal atividade a comercialização de medicamentos e outros produtos veterinários adquiridos da Ouro Fino Saúde Animal Ltda., exclusivamente no mercado mexicano.

Para maiores informações sobre as controladas e coligadas da Companhia relevantes para o desenvolvimento de suas atividades, veja o item 9.1(c) deste Formulário de Referência.

(c) participação da Companhia em sociedades do grupo

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía participação em outras sociedades do grupo econômico em que se insere, além daquelas mencionadas no item (b) acima.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

(d) participação de sociedades do grupo na Companhia

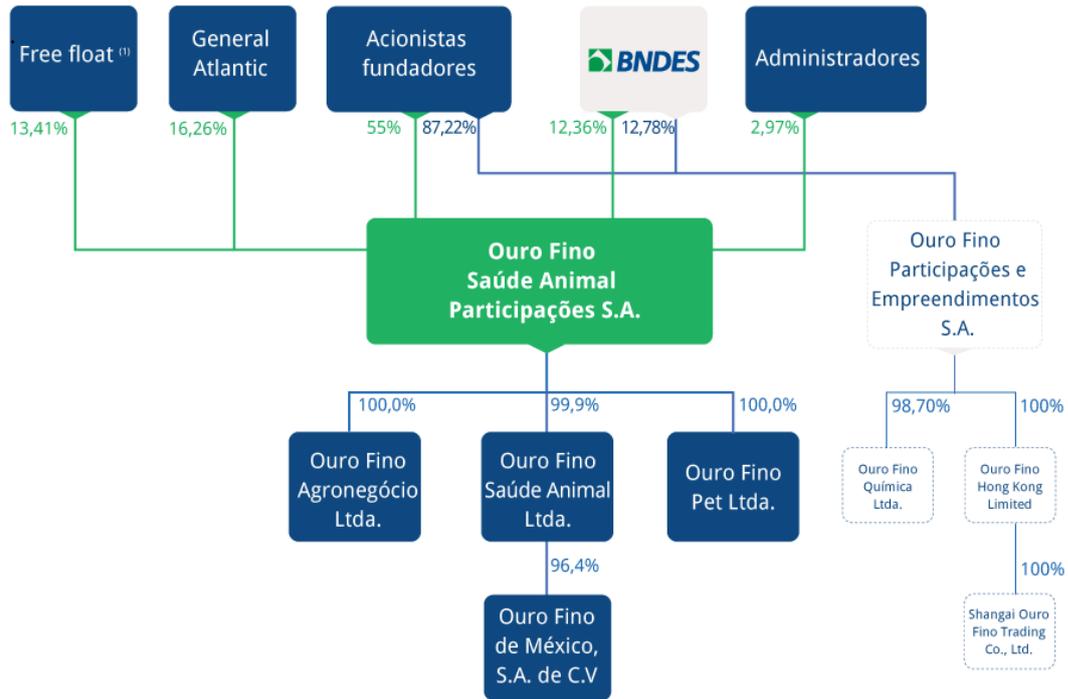
Na data de apresentação deste Formulário de Referência, não havia outros acionistas do grupo econômico que participassem da Companhia, além dos controladores identificados no item (a) acima.

(e) sociedades sob controle comum

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, as sociedades abaixo indicadas são controladas pelos controladores diretos ou indiretos da Companhia:

Sociedades sob controle comum
Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico



(1) BNDES e General Atlantic também estão incluídos no free float.

8.3 - Operações de reestruturação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Todas as informações sobre operações de reestruturação envolvendo a Companhia e sociedade de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 6.5 deste Formulário de Referência.

8.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 8.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Os ativos imobilizados, patentes, marcas, licenças e participação em sociedades relevantes estão descritos a seguir.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Imóvel	Brasil	SP	Cravinhos	Própria
Imóvel	Brasil	SP	Cravinhos	Própria
Imóvel	Brasil	SP	Cravinhos	Própria
Imóvel	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Própria
Imóvel	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Própria
Imóvel	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Própria
Imóvel	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Arrendada
Imóvel	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Arrendada

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"MAXICAN", nº 826286526, classe NCL (8) 05	Brasil	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"NEOPET", nº 905243030, classe NCL (10) 05	Brasil	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"PREDIDERM", nº 904221040, classe NCL (9) 05	Brasil	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"HERBALVET TA", nº 826881041, classe NCL (8) 05	Brasil	Registro válido até 11/03/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"HERBALVET 80", nº 826881050, classe NCL (8) 05	Brasil	Registro válido até 24/05/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"PROTETOR OF PET", n.º 900467142, classe NCL(9) 05	Brasil	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"PROTETOR PET", n.º 905243188, classe NCL(10) 05	Brasil	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"TOP DOG", n.º 901362387, classe NCL(9) 05	Brasil	Registro válido até 15/03/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"COLOSSO FC30", n.º 906168368, classe NCL(10) 05	Brasil	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"COLOSSO", n.º 823871444, classe NCL(7) 05	Brasil	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"COLOSSO", n.º 825083133, classe NCL(8) 05	Brasil	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"MASTER-LP", n.º 827176724, classe NCL(8) 05	Brasil	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"FLUATAC", n.º 900901977, classe NCL(9) 05	Brasil	Registro válido até 08/09/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"FLUATAC DUO", n.º 901309680, classe NCL(9) 05	Brasil	Registro válido até 08/02/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"MASTIFIN", n.º 815476736, classe NCL(8) 05	Brasil	Registro válido até 13/10/2012	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"CIPROLAC", n.º 901393568, classe NCL(9) 05	Brasil	Registro válido até 12/06/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"TRISSULFIN", n.º 814682944, classe NCL(8) 05	Brasil	Registro válido até 26/12/2010	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"TRISSULFIN SID", n.º 904603202, classe NCL(10) 05	Brasil	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"SINCROCIO", n.º 820610186, classe NCL(7) 05	Brasil	Registro válido até 17/10/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"ISOCOX", n.º 828632774, classe NCL(8) 05	Brasil	Registro válido até 04/05/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"LEPECID", n.º 006078605, classe 01:50	Brasil	Registro válido até 10/05/2015	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"LEPECID", n.º 004037030, classe NCL(8) 05	Brasil	Registro válido até 04/05/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"CYPERMIL", n.º 816331154, classe 05:70	Brasil	Registro válido até 28/09/2013	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"SINCROGEST", n.º 827884796, classe NCL(8) 05	Brasil	Registro válido até 19/02/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"SINCROECG", n.º 903858282, classe NCL(9) 05	Brasil	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"OUROFINO AGRONEGÓCIO", n.º 901149802, classe NCL (9) 01	Brasil	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"OUROFINO AGRONEGÓCIO", n.º 901149667, classe NCL (9) 01	Brasil	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"OUROFINO AGRONEGÓCIO", n.º 901148997, classe NCL (9) 03	Brasil	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"OUROFINO AGRONEGÓCIO", n.º 901148695, classe NCL (9) 03	Brasil	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	“OUROFINO AGRONEGÓCIO”, nº 901149837, classe NCL (9) 05	Brasil	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	“OUROFINO AGRONEGÓCIO”, nº 901149861, classe NCL (9) 05	Brasil	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	“OUROFINO AGRONEGÓCIO”, nº 901148830, classe NCL (9) 05	Brasil	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	“OUROFINO AGRONEGÓCIO”, nº 901148954, classe NCL (9) 05	Brasil	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	“OUROFINO AGRONEGÓCIO”, nº 901164402, classe NCL (9) 31	Brasil	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	“OUROFINO AGRONEGÓCIO”, nº 901194352, classe NCL (9) 31	Brasil	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	“OUROFINO AGRONEGÓCIO”, nº 901149004, classe NCL (9) 31	Brasil	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	“OUROFINO AGRONEGÓCIO”, nº 901148946, classe NCL (9) 31	Brasil	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	“OUROFINO AGRONEGÓCIO”, nº 901193240, classe NCL (9) 35	Brasil	Registro válido até 09/04/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	“OUROFINO AGRONEGÓCIO”, nº 901127825, classe NCL (9) 36	Brasil	Registro válido até 21/06/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	“OUROFINO AGRONEGÓCIO”, nº 901149047, classe NCL (9) 39	Brasil	Registro válido até 21/06/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	“OUROFINO AGRONEGÓCIO”, nº 901149241, classe NCL (9) 39	Brasil	Registro válido até 21/06/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	“OUROFINO AGRONEGÓCIO”, nº 901149888, classe NCL (9) 44	Brasil	Registro válido até 09/04/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	“OUROFINO AGRONEGÓCIO”, nº 901149900, classe NCL (9) 44	Brasil	Registro válido até 09/04/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	“OUROFINO AGRONEGÓCIO”, nº 901130257, classe NCL (9) 45	Brasil	Registro válido até 09/04/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	“OUROFINO AGRONEGÓCIO”, nº 901127868, classe NCL (9) 45	Brasil	Registro válido até 09/04/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"OUROFINO ANIMAL HEALTH", nº 900542578, classe NCL (9) 05	Brasil	Registro válido até 19/01/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"OUROFINO SAÚDE ANIMAL", nº 901194786, classe NCL (9) 05	Brasil	Registro válido até 07/12/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"OUROFINO", nº 822070260, classe NCL (7) 31	Brasil	Registro válido até 19/10/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"OUROFINO", nº 822070278, classe NCL (7) 05	Brasil	Registro válido até 03/01/2016	De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido no INPI. Assim, os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiro de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	"AURIGEN", nº 826587801, classe NCL (8) 05	Brasil	Registro válido até 11/03/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	AURITOP", nº 826803741, classe NCL (8) 05	Brasil	Registro válido até 11/03/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"CELESPORIN", nº 826607217, classe NCL (8) 05	Brasil	Registro válido até 11/03/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"DERMOTRAT", nº 903894750, classe NCL (9) 05	Brasil	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"DOXIFIN", nº 820699527, classe NCL (9) 05	Brasil	Registro válido até 27/01/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Ouro Fino Agronegócio Ltda.	05.480.599/0001-21	-	Controlada	Brasil	SP	Cravinhos	Comercialização, distribuição e logística no mercado interno e externo de medicamentos e produtos veterinários para animais de produção (bovinos, suínos, aves, ovínos, equinos e caprinos) e produtos agropecuários, sementes e produtos de uso fitossanitário, adquiridos da Ouro Fino Saúde Animal.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2014	99.364.000,00			
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição da participação da Ouro Fino Agronegócio Ltda. se justifica pela cisão da Ouro Fino Participações Empreendimentos S.A. e consequente segregação dos segmentos de saúde animal e agroquímica.								
Ouro Fino de México, S.A. de C.V.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	México		Guadalajara	Comercialização de medicamentos e outros produtos veterinários.	96,400000
				Valor mercado				
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2014	2.479.000,00			
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição da participação da Ouro Fino de México, S.A. de C.V. se justifica pela cisão da Ouro Fino Participações Empreendimentos S.A. e consequente segregação dos segmentos de saúde animal e agroquímica.								
Ouro Fino Pet Ltda.	07.380.067/0001-48	-	Controlada	Brasil	SP	Vinhedo	Comercialização no mercado interno de medicamentos, produtos veterinários e artigos correlatos para animais de companhia (cães e gatos).	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2014	28.163.000,00			
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição da participação da Ouro Fino Pet Ltda. se justifica pela cisão da Ouro Fino Participações Empreendimentos S.A. e consequente segregação dos segmentos de saúde animal e agroquímica.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	57.624.462/0001-05	-	Controlada	Brasil	SP	Cravinhos	Pesquisa, desenvolvimento, industrialização, comercialização, importação e exportação de medicamentos, vacinas e demais produtos de uso veterinários.	99,900000
				Valor mercado				
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	103.642.000,00		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição da participação da Ouro Fino Saúde Animal Ltda. se justifica pela cisão da Ouro Fino Participações Empreendimentos S.A. e conseqüente segregação dos segmentos de saúde animal e agroquímica.

9.2 - Outras informações relevantes

Com relação ao item 9.1.b, todos os registros de marcas que se encontram expirados na data deste Formulário de Referência foram objeto de solicitação de prorrogação, as quais, no entanto, ainda não haviam sido publicadas até a presente data.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia

A Companhia foi constituída em 10 de abril de 2014 sob a denominação social A.H.N.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (“**AHNSPE**”), tendo como objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no Brasil ou no exterior. Em 18 de junho de 2014, a AHNSPE (antiga denominação da Companhia) foi adquirida pelos Srs. Norival Bonamichi e Jardel Massari, os quais doaram parte de sua participação para os demais acionistas que compunham, na época, o quadro societário da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. Em 30 de junho de 2014, por meio da cisão parcial da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A., especificamente relacionada às empresas do segmento de saúde animal, seguida de incorporação da parcela cindida pela Companhia, conforme descrita nos itens 6.1 e 6.5 deste Formulário de Referência, a Companhia passou a ter como controladas: Ouro Fino Saúde Animal Ltda. (e sua controlada Ouro Fino de México, S.A. de C.V.), Ouro Fino Agronegócio Ltda. e Ouro Fino Pet Ltda. Para informações detalhadas sobre as controladas da Companhia, vide item 9.1 (c) deste Formulário de Referência.

Nos itens 10.1 a 10.10 deste Formulário de Referência serão apresentadas informações relativas ao balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o período compreendido entre 10 de abril (data de constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2014. Essas informações derivam das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o período indicado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)* e pelos respectivos órgãos antecessores.

Demonstrações financeiras combinadas-consolidadas históricas

Considerando que a Companhia foi constituída em 10 de abril de 2014, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (“**Consolidado**”) para o período compreendido entre a data de sua constituição e o encerramento do exercício não refletem adequadamente o resultado histórico das operações do negócio de saúde animal. Nesse contexto, a Administração optou por apresentar no item 10.11 deste Formulário de Referência, quando aplicável, informações derivadas das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas (“**Combinado**”) das controladas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

As informações financeiras apresentadas também foram ajustadas para melhor refletir o lucro líquido das operações continuadas, ajustados por eventos extraordinários, em especial, no exercício de 2014, para considerar despesas da controladora, não incluídas no combinado, e para desconsiderar despesas específicas relacionadas ao processo de abertura de capital, consideradas como extraordinárias.

Tais informações contábeis têm o objetivo de proporcionar informações mais úteis e representativas aos seus destinatários, para que as operações, a gestão e a posição patrimonial da Companhia e suas controladas sejam compreendidas dentro de sua atual estrutura societária, além de propiciar comparabilidade às demonstrações financeiras, demonstrar o histórico das atuais operações da Companhia, sua posição financeira, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa, de forma combinada-consolidada, bem como comentar os fatores que influenciaram o seu desempenho nos períodos indicados, possibilitando uma análise razoável para tomada de decisão de investimento nas ações de emissão da Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As demonstrações financeiras combinadas-consolidadas também foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)* e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras combinadas-consolidadas não devem ser utilizadas em última análise para a tomada de qualquer decisão de investimento na Companhia, pois não são indicativas de resultados que teriam ocorrido se os negócios tivessem sido conduzidos como uma única unidade de negócios durante o período apresentado e não representam indicativos dos resultados ou posição financeira consolidados futuros da Companhia.

Informações financeiras combinadas-consolidadas *pro forma*

Com o objetivo de aumentar sua eficiência administrativa, em 30 de junho de 2014 a Companhia e suas controladas Ouro Fino Saúde Animal Ltda., Ouro Fino Agronegócio Ltda. e Ouro Fino Pet Ltda., juntamente com suas partes relacionadas Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. e Ouro Fino Química Ltda., celebraram contrato de rateio de despesas para implementação de um centro de serviços compartilhados.

Neste sentido, a fim de ilustrar os impactos na demonstração do resultado combinado-consolidado do compartilhamento de despesas, caso este tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2013, também foram elaboradas demonstrações financeiras combinadas-consolidadas *pro forma* para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, segundo os critérios definidos na Orientação Técnica OCPC 06 – Apresentação de Informações Financeiras *Pro Forma* do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

As atividades operacionais da Companhia tiveram início em 30 de junho de 2014, quando da reorganização societária do Grupo Ouro Fino, conforme descrita nos itens 6.3 e 6.5 deste Formulário de Referência.

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia nesta data são suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo. Sua geração de caixa, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, são suficientes para atender ao financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócio.

Em 31 de dezembro de 2014, o índice de endividamento total era de 0,90 (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido). Na mesma data, a Companhia tinha uma posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 72.453 mil e sua dívida líquida bancária totalizava R\$ 134.000 mil, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 0,41.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresenta baixo nível de alavancagem. A relação da dívida líquida (empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes líquidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa) e patrimônio líquido em 31 de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

dezembro de 2014 era de 0,41. A tabela a seguir apresenta a estrutura do endividamento da Companhia na data indicada:

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2014
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	103.093
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	112.560
Total de empréstimos e financiamentos	215.653
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	(9.200)
Caixa e equivalentes de caixa	(72.453)
(=) Dívida líquida	134.000
Patrimônio líquido	330.157
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido	0,41

A Companhia apresentava, em 31 de dezembro de 2014, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, na proporção apresentada na tabela abaixo, resultante da capitalização ocorrida no IPO e, na visão da Diretoria, essa estrutura pouco alavancada será alterada em decorrência da execução do seu plano de negócios.

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2014
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	297.104
Capital próprio (patrimônio líquido)	330.157
Capital total (terceiros + próprio)	627.261
Parcela de capital de terceiros	47,37%
Parcela de capital próprio	52,63%

i. hipóteses de resgate de ações ou quotas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuiu ações resgatáveis emitidas.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate de ações ou quotas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuiu ações resgatáveis emitidas.

(c) comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir seus compromissos financeiros. Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2014 eram de 2,11 e 2,14, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía aproximadamente R\$ 215,7 milhões de empréstimos e financiamentos tomados e dispunha de um contrato de financiamento firmado com a FINEP no valor de R\$ 106,9 milhões cujo desembolso ainda não havia sido realizado. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Na data deste Formulário de Referência, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia são o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais e a utilização de instrumentos bancários de financiamento, tais como linhas de capital de giro de bancos comerciais, bancos de desenvolvimento e agências de financiamento governamentais, como a FINEP.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos no mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2014:

(em R\$ mil)	Encargos financeiros	Vencimento final	31 de dezembro de 2014
Em moeda estrangeira			
BNDES - FINEM	Média das variações cambiais dos recursos captados pelo BNDES e taxa média ponderada de 2,57% a.a.	2016	817
Nota de Crédito à Exportação (NCE)	Variação Cambial + 4,28% a.a.	2016	10.111
Capital de giro	Variação cambial + 1,68% a.a.	2015	53.537
Em moeda nacional			
FINEP (Inovação tecnológica)	Taxa média ponderada de 4,44% a.a.	2018	122.555
BNDES - FINEM	Taxa média ponderada de 2,89% a.a.	2016	6.268
BNDES - FINAME	Taxa média ponderada de 4,50% a.a.	2022	1.276
Nota de Crédito à Exportação (NCE)	Taxa média ponderada de 8% a.a.	2016	20.889
Arrendamento mercantil financeiro	Taxa média ponderada de 12,32% a.a.	2015	200

Descrevemos a seguir os contratos financeiros relevantes da Companhia e suas controladas, em vigor em 31 de dezembro de 2014:

Cédula de Crédito Bancário (crédito externo) com o Banco Santander (Brasil) S.A.

Em 26 de junho de 2014, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. contratou uma cédula de crédito bancário com o Banco Santander (Brasil) S.A., no valor de US\$ 8 milhões (aproximadamente R\$ 17,6 milhões), com vencimento em 27 de março de 2015, e taxa de juros em dólar norte-americano de 1,95% ao ano. Esta cédula de crédito é garantida por aval da Ouro Fino Agronegócio Ltda. O contrato encontra-se quitado na data deste Formulário de Referência.

Nessa mesma data, Ouro Fino Saúde Animal Ltda. celebrou um contrato de *swap* de taxa de câmbio com o Banco Santander (Brasil) S.A. no valor nominal de R\$ 17,6 milhões (US\$ 8 milhões) que prevê que a Companhia receba a variação do dólar norte-americano mais juros de 1,95% ao ano e pague a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescida

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

de 1,11% ao ano sobre o valor nominal. A nota poderá ser considerada antecipadamente vencida no evento que Ouro Fino Saúde Animal Ltda. esteja inadimplente em qualquer obrigação contraída com o Banco Santander (Brasil) S.A. ou com uma empresa relacionada com o Banco Santander (Brasil) S.A. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo devedor desta cédula era de aproximadamente R\$ 21,4 milhões.

Assunção de Dívida e Nota de Crédito à Exportação em favor do Itaú Unibanco S.A.

Em 24 de fevereiro de 2014, as controladas Ouro Fino Saúde Animal Ltda. e Ouro Fino Agronegócio Ltda. firmaram com o Itaú Unibanco S.A. um instrumento particular de assunção de dívida, no qual a Ouro Fino Saúde Animal Ltda. assumiu dívida constituída pela Ouro Fino Agronegócio Ltda. Tal nota de crédito à exportação foi emitida em 23 de agosto de 2011, com valor aproximado de US\$ 9,3 milhões (valor histórico de R\$ 15,0 milhões), vencimento final em 24 de agosto de 2015 e taxa de juros em dólar norte-americano de 4,28% ao ano (*swap* para 1,15% ao ano acrescido do CDI). Esta nota de crédito é garantida por aval da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. e Jardel Massari. A nota poderá ser considerada antecipadamente vencida no evento que Ouro Fino Saúde Animal Ltda. esteja inadimplente em qualquer obrigação contraída com o Itaú Unibanco S.A. ou com uma empresa relacionada com o Itaú Unibanco S.A. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo devedor deste contrato era de aproximadamente R\$ 10,1 milhões.

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

Em 21 de março de 2007, 18 de julho de 2008, 25 de março de 2010, 9 de dezembro de 2011 e 11 de fevereiro de 2014, as controladas Ouro Fino Saúde Animal Ltda. e Ouro Fino Agronegócio Ltda. firmaram contratos com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP voltados ao financiamento de projetos de desenvolvimento e inovação de produtos, com valor histórico agregado de R\$ 243,1 milhões, com vencimentos entre 15 de março de 2015 e 15 de dezembro de 2018. Dois destes contratos possuem taxas de juros pré-fixadas entre 4,0% e 5,0% ao ano e os demais contratos são vinculados à taxa de juros longo prazo (“TJLP”), com equalização que produz uma taxa de juros final entre 3,5% e 4,0% ao ano. Esses contratos são garantidos por fiança da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. e/ou por fiança bancária parcial. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo devedor desses contratos era de aproximadamente R\$ 122,6 milhões.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Em 25 de maio de 2007, 15 de fevereiro de 2007 e 12 de fevereiro de 2010, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou contratos com o BNDES para o financiamento de: (i) implantação de duas novas unidades industriais para a produção de medicamentos terapêuticos hormonais e para o desenvolvimento e produção de vacinas contra a febre aftosa, (ii) construção de prédio corporativo para abrigar todas as unidades de negócio, internalização da produção de comprimidos, e outras beneficiações à propriedade e (iii) aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, com valor histórico agregado de aproximadamente R\$ 33,3 milhões com vencimentos entre 15 de janeiro de 2016 e 15 de agosto de 2016. Os contratos são divididos em subcréditos com diferentes taxas de juros. Os juros incidentes sobre aproximadamente 90% dos contratos variam de 1,95% a 4,50% ao ano acima da TJLP e sobre o restante recaem juros entre 2,23% e 3,20% ao ano acima da taxa variável reajustada trimestralmente nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, tendo como base o custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira. Esses contratos são garantidos por (a) aval do Sr. Norival Bonamichi, Sra. Lucinéia Garcia Ribeiro Bonamichi, Sr. Jardel Massari e Sra. Cilene Regina Cerantola Biasi Massari; (b) hipoteca sobre a unidade industrial situada no Município de Cravinhos, Estado de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

São Paulo; e (c) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos. Um desses contratos requer que a beneficiária mantenha, durante a vigência do contrato, os seguintes índices financeiros: liquidez corrente igual ou maior que 1,0 e endividamento geral igual ou menor que 0,75. A Ouro Fino Saúde Animal Ltda. também está sujeita às condições estipuladas nos artigos 39 e 40 das Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES, que especificam que o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado do contrato, e exigir imediatamente a dívida, no evento do inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias por parte de qualquer das empresas do nosso grupo econômico. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo devedor desses contratos era de aproximadamente R\$ 7,1 milhões.

Nota de Crédito de Exportação N° 1214-13 em favor do HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo

Em 18 de fevereiro de 2013, a controlada Ouro Fino Agronegócio Ltda. emitiu Nota de Crédito à Exportação Direta Tradicional N° 1214-13 em favor do HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, no valor histórico de R\$ 17 milhões, com vencimento em 3 de fevereiro de 2016, taxa de juros de 8,0% ao ano (*swap* para 93,4% do CDI) e devendo ser quitado em parcela única na data de vencimento. Esta nota de crédito é garantida por aval da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. A nota poderá ser declarada antecipadamente vencida no evento que Ouro Fino Agronegócio Ltda. ou os avalistas descumprirem qualquer obrigação contraída com o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo devedor deste contrato era de R\$ 17,5 milhões.

Contrato de Empréstimo Internacional com o Itaú Unibanco S.A.

Em 11 de julho de 2014, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou um contrato de empréstimo com o Itaú Unibanco S.A. no valor de US\$ 7 milhões (aproximadamente R\$ 15,6 milhões), com vencimento em 07 de abril de 2015 e taxa de juros em dólar norte-americano de 1,51% ao ano. Este empréstimo é garantido por Nota Promissória no valor de US\$ 7 milhões avalizada pela Ouro Fino Agronegócio Ltda e Sr. Jardel Massari.

Nessa mesma data, a Ouro Fino Saúde Animal Ltda. celebrou um contrato de *swap* de taxa de câmbio com o Itaú Unibanco S.A. no valor nominal de R\$ 15,6 milhões (US\$ 7 milhões), que prevê que a Companhia receberá a variação do dólar norte-americano mais juros de 1,51% ao ano e pagará a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescida de 0,62% ao ano sobre o valor nominal. O contrato poderá ser considerado antecipadamente vencido no evento que Ouro Fino Saúde Animal Ltda. esteja inadimplente em qualquer obrigação contraída com o Itaú Unibanco S.A. ou com uma empresa relacionada com o Itaú Unibanco S.A. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo devedor deste contrato era de R\$ 18,7 milhões.

Contrato de Empréstimo Internacional com o Itaú Unibanco S.A.

Em 02 de setembro de 2014, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou um contrato de empréstimo com o Itaú Unibanco S.A., no valor de US\$ 5 milhões (aproximadamente R\$ 11,2 milhões), com vencimento em 02 de março de 2015, e taxa de juros em dólar norte-americano de 1,50% ao ano. Este empréstimo é garantido por Nota Promissória no valor de US\$ 5 milhões avalizada pelo Sr. Jardel Massari.

Nessa mesma data, a Ouro Fino Saúde Animal Ltda. celebrou um contrato de *swap* de taxa de câmbio com o Itaú Unibanco S.A. no valor nominal de R\$ 11,2 milhões (US\$ 5 milhões) que prevê que ela receba a variação do dólar norte-americano mais juros de 1,50% ao ano e pague a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescida de 0,68% ao ano sobre o valor nominal. O contrato poderá ser considerado antecipadamente vencido no evento que Ouro Fino Saúde Animal Ltda. esteja inadimplente em qualquer obrigação contraída com o Itaú

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Unibanco S.A. ou com uma empresa relacionada com o Itaú Unibanco S.A. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo devedor deste contrato era de R\$ 13,3 milhões.

ii. outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Os Diretores informam que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e/ou suas controladas com instituições financeiras que não aquelas descritas no item 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

iii. grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Os Diretores informam que o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

iv. restrições impostas à Companhia, em especial em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Alguns empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia ou suas controladas possuem cláusulas restritivas relacionadas à mudança do controle societário consideradas usuais para este tipo de operação. Além disso, o contrato firmado com o BNDES em 12 de fevereiro de 2010 requer que a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. mantenha, durante a vigência do contrato, os seguintes índices financeiros: liquidez corrente igual ou maior que 1,0 e endividamento geral igual ou menor que 0,75. Tais níveis de endividamento são verificados pelo credor por meio de balanço auditado por empresa de auditoria independente.

(g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía R\$ 215,7 milhões de empréstimos e financiamentos tomados e dispunha de um contrato de financiamento firmado com a FINEP no valor de R\$ 106,9 milhões cujo desembolso ainda não havia sido realizado.

O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014 foram preparadas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro – *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Para uma melhor compreensão do desempenho operacional na Companhia veja o item 10.11 deste Formulário de Referência, que apresenta uma análise completa das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas.

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 10 DE ABRIL E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Demonstração do Resultado Consolidado

A tabela a seguir apresenta os valores relativos à demonstração do resultado consolidado para o período indicado:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	Período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014	AV (%) ⁽¹⁾
	(em R\$ milhares)	
Receitas líquidas das vendas	327.360	100,00%
Custos das vendas	(133.411)	-40,75%
Lucro Bruto	193.949	59,25%
Despesas com vendas	(103.597)	-31,65%
Despesas gerais e administrativas	(28.168)	-8,60%
Outras despesas	(5)	0,00%
Resultado Financeiro	(8.074)	-2,47%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	54.105	16,53%
Imposto de renda e contribuição social	(15.227)	-4,65%
Lucro líquido do período	38.878	11,88%
⁽¹⁾ Análise Vertical – percentual em relação ao total da receita.		

Receita Líquida

A receita líquida no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 327,4 milhões. Este valor é atribuído aos segmentos de Animais de Produção, no montante de R\$ 264,1 milhões, de Animais de Companhia, no montante de R\$ 43,7 milhões e de Operações Internacionais no montante de R\$ 19,6 milhões.

Animais de Produção

Esse segmento representa a fabricação e comercialização no mercado interno de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção (ruminantes, que compreendem bovinos, equinos e outros), aves e suínos e prestação de serviços de industrialização para outras empresas do setor.

Animais de Companhia

Esse segmento representa a fabricação e comercialização no mercado nacional de medicamentos e outros produtos veterinários para animais de companhia (cães e gatos).

Operações Internacionais

Este segmento representa a fabricação e comercialização no mercado externo de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção. As vendas ocorrem substancialmente para a América Latina.

Custo das vendas

O custo das vendas no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 133,4 milhões. O custo das vendas representou 40,75% da nossa receita operacional líquida neste período.

Lucro bruto

Como resultado do acima descrito, nosso lucro bruto no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 193,9 milhões.

Despesas operacionais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Nossas despesas operacionais, que compreendem despesas com vendas, gerais e administrativas e outras, no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014 foram de R\$ 131,8 milhões, atribuído substancialmente às despesas com vendas no montante de R\$ 103,6 milhões.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido apresentou uma despesa de R\$ 8,1 milhões no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014. Este valor decorre substancialmente de despesa de variação cambial passiva, no montante de R\$ 10,1 milhões e juros sobre empréstimos e financiamentos, no montante de R\$ 6,2 milhões, compensados por ganhos com derivativos, no montante de R\$ 7,5 milhões e receita de aplicações financeiras, no montante de R\$ 1,6 milhões. O resultado financeiro líquido representou 2,47% de nossa receita líquida no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Como resultado do acima mencionado, registramos lucro antes do imposto de renda e da contribuição social no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014 de R\$ 54,1 milhões. O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social representou 16,53% de nossa receita líquida no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014.

Imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social, que compreendem os correntes e diferidos, no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014, totalizou R\$ 15,2 milhões.

Lucro líquido do período

Como resultado do acima mencionado, nosso lucro líquido no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 38,9 milhões.

Balanco Patrimonial Consolidado

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao balanço patrimonial consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2014:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(em R\$ milhares, exceto %)	31 de dezembro de 2014	AV (%) ⁽¹⁾		31 de dezembro de 2014	AV (%) ⁽²⁾
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	72.453	11,55%	Fornecedores	22.390	3,57%
Contas a receber de clientes	178.111	28,40%	Instrumentos financeiros derivativos	12	0,00%
Instrumentos financeiros derivativos	10.376	1,65%	Empréstimos e financiamentos	103.093	16,44%
Estoques	86.848	13,85%	Salários e encargos sociais	24.912	3,97%
Tributos a recuperar	9.391	1,50%	Tributos a recolher	5.638	0,90%
Partes relacioandas	998	0,16%	Imposto de renda e contribuição social a pagar	763	0,12%
Outros ativos	7.439	1,19%	Dividendos e juros sobre o capital próprio	8.959	1,43%
			Comissões sobre as vendas	5.669	0,90%
Não circulante			Outros passivos	5.468	0,87%
Realizável a longo prazo					
Tributos a recuperar	22.529	3,59%	Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.920	0,31%	Instrumentos financeiros derivativos	1.164	0,19%
Outros ativos	261	0,04%	Empréstimos e financiamentos	112.560	17,94%
			Provisão para contingências	2.664	0,42%
Intangível	66.300	10,57%	Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.812	0,61%
Imobilizado	170.635	27,20%			
			Total do passivo	297.104	47,37%
			Patrimônio líquido		
			Capital Social	298.889	47,65%
			Reserva de capital	(6.275)	-1,00%
			Reservas de lucros	22.136	3,53%
			Ajustes de avaliação patrimonial	15.319	2,44%
			Participação dos não controladores	88	0,01%
			Total do patrimônio líquido	330.157	52,63%
Total do ativo	627.261	100,00%	Total do passivo e patrimônio líquido	627.261	100,00%

(1) Análise Vertical sobre ativo – percentual em relação ao ativo total.
(2) Análise Vertical sobre passivo e patrimônio líquido – percentual em relação ao passivo e patrimônio líquido total.

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2014, o ativo circulante era de R\$ 365,6 milhões, representando 58,29% do total do ativo. O valor é composto substancialmente por caixa e equivalente de caixa, no montante de R\$ 72,5 milhões, contas a receber de clientes, no montante de R\$ 178,1 milhões e estoques, no montante de R\$ 86,8 milhões.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2014, o ativo não circulante era de R\$ 261,6 milhões, representando 41,71% do total do ativo. O valor é composto substancialmente por imobilizado, no montante de R\$ 170,6 milhões, intangível, no montante de R\$ 66,3 milhões e tributos a recuperar, no montante de R\$ 22,5 milhões.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2014, o passivo circulante era de R\$ 176,9 milhões. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 28,20% em 31 de dezembro de 2014, composto substancialmente por empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 103,1 milhões, fornecedores no montante de R\$ 22,4 milhões e salários e encargos sociais no montante de R\$ 24,9 milhões.

Passivo não circulante

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de dezembro de 2014, o passivo não circulante era de R\$ 120,2 milhões. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 19,16% em 31 de dezembro de 2014, composto substancialmente por empréstimo e financiamentos de longo prazo no montante de R\$ 112,6 milhões.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2014, o patrimônio líquido era de R\$ 330,2 milhões. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, este era de 52,63%, representado por capital social no montante de R\$ 298,9 milhões, reservas de lucros, no montante de R\$ 22,1 milhões e ajustes de avaliação patrimonial no montante de R\$ 15,3 milhões, compensados por reserva de capital no montante de R\$ 6,2 milhões.

Fluxo de Caixa

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado para o período indicado:

(em milhares de reais)	Período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014
Caixa líquido gerados pelas operacionais	853
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(4.478)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	75.908
Ganhos cambiais sobre caixa e equivalentes de caixa	170
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	72.453

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 0,8 milhão no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014, representado substancialmente pelo lucro antes dos impostos do período no montante de R\$ 53,4 milhões e variações monetárias e cambiais, no montante de R\$ 18,6 milhões, compensados por aplicações em contas a receber, no montante de R\$ 55,3 milhões e fornecedores, no montante de R\$ 16,7 milhões.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 4,5 milhões para o período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014. Este valor é representado por aplicações no intangível e imobilizado, nos montantes de R\$ 15,5 milhões e R\$ 14,3 milhões, respectivamente, compensados por valores recebidos na alienação de imobilizados, no montante de R\$ 10,9 milhões e caixa e equivalentes de caixa incorporados na operação descrita no item 6 deste formulário, no montante de R\$ 14,4 milhões.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R\$ 75,9 milhões para o período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014. Este valor é representado substancialmente pelos aumentos de capital no montante total de R\$ 106,4 milhões em decorrência da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia, incluindo a emissão de ações no âmbito do lote suplementar, compensado pelos custos de captação no montante de R\$ 6,3 milhões, pela obtenção líquida de empréstimos e financiamentos, no montante de R\$ 0,2 milhão e pelo pagamento de mútuo com partes relacionadas, no montante de R\$ 24,0 milhões.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Tendo em vista que a Companhia foi constituída em 10 de abril de 2014, e por entender que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o período compreendido entre a data de sua constituição e 31 de dezembro de 2014 não reflete de modo adequado e completo o desempenho histórico da Companhia e de suas controladas, a Administração optou por apresentar no item 10.11 deste Formulário de Referência informações a respeito do resultado operacional e financeiro da Companhia derivadas das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas das controladas da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, as quais apresentam, para fins comparativos, os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respectivamente.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Introdução do Segmento de Saúde Animal

Conforme descrito no item 6.5 acima, em 30 de junho de 2014, em decorrência da cisão parcial da Ouro Fino Participações, foram introduzidos os 3 seguintes segmentos operacionais geradores de caixa para a Companhia:

Animais de Produção: Compreende a fabricação e comercialização no mercado interno de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção, que consistem em: (i) ruminantes (bovinos, equinos, ovinos e caprinos); (ii) aves; e (iii) suínos. Este segmento também compreende a prestação de serviços de industrialização para outras empresas do setor.

Animais de Companhia: Compreende a fabricação e comercialização no mercado nacional de medicamentos e outros produtos veterinários para animais de companhia, que consistem em: (i) cães; e (ii) gatos.

Operações Internacionais: Compreende a fabricação e comercialização de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para Animais de Produção para o mercado externo.

Para maiores informações acerca dos nossos segmentos de atuação, ver item 7 deste Formulário de Referência.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 6.5 deste Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve, no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014, quaisquer eventos ou operações não usuais relacionadas à Companhia e suas controladas ou suas atividades que tenham causado ou espera-se que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 2014, novas normas e revisões dos CPCs/IFRS entraram em vigor e foram adotadas pela Companhia e suas controladas, quando aplicável. Dessas normas, a única relevante para a Companhia e suas controladas foi a revisão do CPC 07 – “Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas”. Tal norma tem por objetivo alterar a redação do CPC 35 – “Demonstrações Separadas” para incorporar as modificações efetuadas pelo IASB no IAS 27 – *Separate Financial Statements*, que passa a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não existem efeitos significativos de alterações em práticas contábeis para o período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014 foi emitido sem ressalvas.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas-consolidadas da Companhia exige que os Diretores façam julgamentos, estimativas e utilizem premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes nos períodos apresentados, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos, estimativas e premissas, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas-consolidadas:

Perda (*impairment*) do ativo intangível

Anualmente, é avaliada a recuperabilidade (*impairment*) dos saldos de desenvolvimento de produtos no intangível, sempre que praticável por meio do método de fluxo de caixa descontado, considerando dentre outros aspectos:

- (i) premissas de geração futura de receitas, fundamentadas nos tamanhos dos mercados (atual e previsto), e na participação de mercado que a Companhia espera atingir;
- (ii) estimativas dos custos diretos e indiretos de fabricação; e
- (iii) gastos associados à comercialização, tais como, despesas de marketing, comissões e fretes e armazenagens.

O exercício das projeções abrange cinco ou mais anos, a partir da data estimada de lançamento, dependendo da estimativa do ciclo de vida do produto, desenvolvimento de mercado e grau de inovação tecnológica associada. O registro de provisões é feito quando o valor de recuperação (valor presente líquido do fluxo de caixa) for inferior ao valor do ativo registrado, de acordo com a política contábil das empresas combinadas.

Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferido, calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas, foram contabilizados no ativo com base em expectativa de realização futura, baseada em projeções de resultados preparadas pela Administração, que consideram o desenvolvimento normal dos negócios e mercados de atuação, de acordo com os cenários atualmente conhecidos.

Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os Diretores confiam na eficiência dos procedimentos e controles internos adotados para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, as demonstrações financeiras da Companhia apresentam adequadamente o resultado de suas operações e sua situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2014. Ainda, os Diretores não identificaram quaisquer tipos de imperfeições que possam comprometer as demonstrações financeiras da Companhia.

(b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presente no relatório do auditor independente

A Companhia foi constituída em 10 de abril de 2014 e desde então não houve menção dos auditores independentes sobre deficiências nos seus controles internos. Os pareceres de nossos auditores independentes com relação às nossas demonstrações contábeis não apontam quaisquer deficiências significativas ou recomendações relevantes sobre os procedimentos e controles internos que utilizamos para elaboração das nossas demonstrações contábeis.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Em 17 de outubro de 2014, a Companhia concluiu a oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de sua emissão (“Oferta”). A Oferta foi realizada em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003. Como resultado da Oferta, no âmbito da distribuição primária, foram emitidas de 1.923.077 ações ordinárias de emissão da Companhia, ao preço de R\$ 27,00 por ação, representando um aumento de capital social no montante de R\$51.923.079,00, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 17 de outubro de 2014.

Adicionalmente, em 13 de novembro de 2014, houve o exercício da opção de ações do lote suplementar, com a emissão, também no âmbito da distribuição primária, de 2.019.230 ações ordinárias de emissão da Companhia, ao preço por ação de R\$27,00, representando um aumento de capital no montante de R\$54.519.210,00, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada na mesma data.

Nesse sentido, e conforme divulgado no Prospecto Definitivo disponibilizado em 17 de outubro de 2014, os recursos provenientes da distribuição primária, no montante total de R\$106.442.289,00, após a dedução de comissões e despesas relacionadas à Oferta, foram destinados: (i) à aceleração do plano de crescimento no mercado local, por meio do desenvolvimento da plataforma de biotecnologia, e expansão internacional em mercados-chave, como México e Colômbia; e (ii) à redução do nível de endividamento, com a amortização de alguns contratos de empréstimo e mútuos que possuíamos. Cabe ressaltar que os recursos ainda disponíveis continuarão a ser destinados para os objetivos propostos.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, tendo em vista que não houve desvios entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas no Prospecto Definitivo da Oferta.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, tendo em vista que não houve desvios entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas no Prospecto Definitivo da Oferta.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2014.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantinha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2014.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2014.

(iv) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existia construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2014.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que foi firmado, em 18 de dezembro de 2014, um contrato de financiamento com a FINEP no valor de R\$ 106,9 milhões, e cujo desembolso dos recursos ainda não havia sido realizado até 31 de dezembro de 2014.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não existiam outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas da Companhia, relativas ao período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas da Companhia, relativas ao período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas da Companhia, relativas ao período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014.

10.10 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores informam que, no exercício social de 2015, a Companhia pretende efetuar investimentos no montante aproximado de R\$60,9 milhões, os quais serão destinados: (i) à construção da nova fábrica para produção de vacinas; (ii) à aquisição de equipamentos, melhorias e expansões das unidades produtivas atuais; (iii) ao desenvolvimento de novos produtos; e (iv) a novos módulos e funcionalidades do sistema de gestão SAP.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores esclarecem que os investimentos serão financiados principalmente por meio de recursos próprios e de agências de financiamento, como a FINEP.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Tendo em vista o mercado altamente tecnológico em que esta inserida, a Companhia está permanentemente envolvida em projetos de pesquisa e desenvolvimento de diversos tipos de produto para saúde animal, tanto na categoria de terapêuticos, aditivos e suplementos alimentares, bem como de biológicos. Nos últimos 4 anos, a Companhia e suas controladas investiram aproximadamente 6% de sua receita líquida em atividades de pesquisa e desenvolvimento, correspondente a cerca de R\$89 milhões. Dos 129 produtos que a Companhia detém, 10 foram lançados em 2014, superando a expectativa inicial de lançar 6 produtos. Para os próximos anos, a expectativa é de lançamento de 42 produtos que estão no nosso *pipeline*.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia

A Companhia foi constituída em 10 de abril de 2014 sob a denominação social A.H.N.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (“**AHNSPE**”), tendo como objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no Brasil ou no exterior. Em 18 de junho de 2014, a AHNSPE (antiga denominação da Companhia) foi adquirida pelos Srs. Norival Bonamichi e Jardel Massari, os quais doaram parte de sua participação para os demais acionistas que compunham, na época, o quadro societário da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. Em 30 de junho de 2014, por meio da cisão parcial da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A., especificamente relacionada às empresas do segmento de saúde animal, seguida de incorporação da parcela cindida pela Companhia, conforme descrita nos itens 6.1 e 6.5 deste Formulário de Referência, a Companhia passou a ter como controladas: Ouro Fino Saúde Animal Ltda. (e sua controlada Ouro Fino de México, S.A. de C.V.), Ouro Fino Agronegócio Ltda. e Ouro Fino Pet Ltda. Para informações detalhadas sobre as controladas da Companhia, vide item 9.1 (c) deste Formulário de Referência.

Nos itens 10.1 a 10.10 deste Formulário de Referência serão apresentadas informações relativas ao balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o período compreendido entre 10 de abril (data de constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2014. Essas informações derivam das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o período indicado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)* e pelos respectivos órgãos antecessores.

Demonstrações financeiras combinadas-consolidadas históricas

Considerando que a Companhia foi constituída em 10 de abril de 2014, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (“**Consolidado**”) para o período compreendido entre a data de sua constituição e o encerramento do exercício não refletem adequadamente o resultado histórico das operações do negócio de saúde animal. Nesse contexto, a Administração optou por apresentar no item 10.11 deste Formulário de Referência, quando aplicável, informações derivadas das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas (“**Combinado**”) das controladas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

As informações financeiras apresentadas também foram ajustadas para melhor refletir o lucro líquido das operações continuadas, ajustados por eventos extraordinários, em especial, no exercício de 2014, para considerar despesas da controladora, não incluídas no combinado, e para desconsiderar despesas específicas relacionadas ao processo de abertura de capital, consideradas como extraordinárias.

Tais informações contábeis têm o objetivo de proporcionar informações mais úteis e representativas aos seus destinatários, para que as operações, a gestão e a posição patrimonial da Companhia e suas controladas sejam compreendidas dentro de sua atual estrutura societária, além de propiciar comparabilidade às demonstrações financeiras, demonstrar o histórico das atuais operações da Companhia, sua posição financeira, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa, de forma combinada-consolidada, bem como comentar os fatores que influenciaram o seu desempenho nos períodos indicados, possibilitando uma análise razoável para tomada de decisão de investimento nas ações de emissão da Companhia.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

As demonstrações financeiras combinadas-consolidadas também foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)* e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras combinadas-consolidadas não devem ser utilizadas em última análise para a tomada de qualquer decisão de investimento na Companhia, pois não são indicativas de resultados que teriam ocorrido se os negócios tivessem sido conduzidos como uma única unidade de negócios durante o período apresentado e não representam indicativos dos resultados ou posição financeira consolidados futuros da Companhia.

Informações financeiras combinadas-consolidadas *pro forma*

Com o objetivo de aumentar sua eficiência administrativa, em 30 de junho de 2014 a Companhia e suas controladas Ouro Fino Saúde Animal Ltda., Ouro Fino Agronegócio Ltda. e Ouro Fino Pet Ltda., juntamente com suas partes relacionadas Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. e Ouro Fino Química Ltda., celebraram contrato de rateio de despesas para implementação de um centro de serviços compartilhados.

Neste sentido, a fim de ilustrar os impactos na demonstração do resultado combinado-consolidado do compartilhamento de despesas, caso este tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2013, também foram elaboradas demonstrações financeiras combinadas-consolidadas *pro forma* para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, segundo os critérios definidos na Orientação Técnica OCPC 06 – Apresentação de Informações Financeiras *Pro Forma* do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

As atividades operacionais da Companhia tiveram início em 30 de junho de 2014, quando da reorganização societária do Grupo Ouro Fino, conforme descrita nos itens 6.3 e 6.5 deste Formulário de Referência.

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia nesta data são suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo. Sua geração de caixa, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, são suficientes para atender ao financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócio.

Em 31 de dezembro de 2014, o índice de endividamento total era de 0,90 (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido). Na mesma data, a Companhia tinha uma posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 72.453 mil e sua dívida líquida bancária totalizava R\$ 134.000 mil, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 0,41.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresenta baixo nível de alavancagem. A relação da dívida líquida (empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes líquidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa) e patrimônio líquido em 31 de

10.11 - Outros fatores com influência relevante

dezembro de 2014 era de 0,41. A tabela a seguir apresenta a estrutura do endividamento da Companhia na data indicada:

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2014
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	103.093
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	112.560
Total de empréstimos e financiamentos	215.653
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	(9.200)
Caixa e equivalentes de caixa	(72.453)
(=) Dívida líquida	134.000
Patrimônio líquido	330.157
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido	0,41

A Companhia apresentava, em 31 de dezembro de 2014, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, na proporção apresentada na tabela abaixo, resultante da capitalização ocorrida no IPO e, na visão da Diretoria, essa estrutura pouco alavancada será alterada em decorrência da execução do seu plano de negócios.

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2014
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	297.104
Capital próprio (patrimônio líquido)	330.157
Capital total (terceiros + próprio)	627.261
Parcela de capital de terceiros	47,37%
Parcela de capital próprio	52,63%

i. hipóteses de resgate de ações ou quotas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuiu ações resgatáveis emitidas.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate de ações ou quotas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuiu ações resgatáveis emitidas.

(c) comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir seus compromissos financeiros. Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2014 eram de 2,11 e 2,14, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía aproximadamente R\$ 215,7 milhões de empréstimos e financiamentos tomados e dispunha de um contrato de financiamento firmado com a FINEP no valor de R\$ 106,9 milhões cujo desembolso ainda não havia sido realizado. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Na data deste Formulário de Referência, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia são o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais e a utilização de instrumentos bancários de financiamento, tais como linhas de capital de giro de bancos comerciais, bancos de desenvolvimento e agências de financiamento governamentais, como a FINEP.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos no mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2014:

(em R\$ mil)	Encargos financeiros	Vencimento final	31 de dezembro de 2014
Em moeda estrangeira			
BNDES - FINEM	Média das variações cambiais dos recursos captados pelo BNDES e taxa média ponderada de 2,57% a.a.	2016	817
Nota de Crédito à Exportação (NCE)	Variação Cambial + 4,28% a.a.	2016	10.111
Capital de giro	Variação cambial + 1,68% a.a.	2015	53.537
Em moeda nacional			
FINEP (Inovação tecnológica)	Taxa média ponderada de 4,44% a.a.	2018	122.555
BNDES - FINEM	Taxa média ponderada de 2,89% a.a.	2016	6.268
BNDES - FINAME	Taxa média ponderada de 4,50% a.a.	2022	1.276
Nota de Crédito à Exportação (NCE)	Taxa média ponderada de 8% a.a.	2016	20.889
Arrendamento mercantil financeiro	Taxa média ponderada de 12,32% a.a.	2015	200

Descrevemos a seguir os contratos financeiros relevantes da Companhia e suas controladas, em vigor em 31 de dezembro de 2014:

Cédula de Crédito Bancário (crédito externo) com o Banco Santander (Brasil) S.A.

Em 26 de junho de 2014, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. contratou uma cédula de crédito bancário com o Banco Santander (Brasil) S.A., no valor de US\$ 8 milhões (aproximadamente R\$ 17,6 milhões), com vencimento em 27 de março de 2015, e taxa de juros em dólar norte-americano de 1,95% ao ano. Esta cédula de crédito é garantida por aval da Ouro Fino Agronegócio Ltda. O contrato encontra-se quitado na data deste Formulário de Referência.

Nessa mesma data, Ouro Fino Saúde Animal Ltda. celebrou um contrato de *swap* de taxa de câmbio com o Banco Santander (Brasil) S.A. no valor nominal de R\$ 17,6 milhões (US\$ 8 milhões) que prevê que a Companhia receba a variação do dólar norte-americano mais juros de 1,95% ao ano e pague a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescida

10.11 - Outros fatores com influência relevante

de 1,11% ao ano sobre o valor nominal. A nota poderá ser considerada antecipadamente vencida no evento que Ouro Fino Saúde Animal Ltda. esteja inadimplente em qualquer obrigação contraída com o Banco Santander (Brasil) S.A. ou com uma empresa relacionada com o Banco Santander (Brasil) S.A. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo devedor desta cédula era de aproximadamente R\$ 21,4 milhões.

Assunção de Dívida e Nota de Crédito à Exportação em favor do Itaú Unibanco S.A.

Em 24 de fevereiro de 2014, as controladas Ouro Fino Saúde Animal Ltda. e Ouro Fino Agronegócio Ltda. firmaram com o Itaú Unibanco S.A. um instrumento particular de assunção de dívida, no qual a Ouro Fino Saúde Animal Ltda. assumiu dívida constituída pela Ouro Fino Agronegócio Ltda. Tal nota de crédito à exportação foi emitida em 23 de agosto de 2011, com valor aproximado de US\$ 9,3 milhões (valor histórico de R\$ 15,0 milhões), vencimento final em 24 de agosto de 2015 e taxa de juros em dólar norte-americano de 4,28% ao ano (*swap* para 1,15% ao ano acrescido do CDI). Esta nota de crédito é garantida por aval da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. e Jardel Massari. A nota poderá ser considerada antecipadamente vencida no evento que Ouro Fino Saúde Animal Ltda. esteja inadimplente em qualquer obrigação contraída com o Itaú Unibanco S.A. ou com uma empresa relacionada com o Itaú Unibanco S.A. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo devedor deste contrato era de aproximadamente R\$ 10,1 milhões.

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

Em 21 de março de 2007, 18 de julho de 2008, 25 de março de 2010, 9 de dezembro de 2011 e 11 de fevereiro de 2014, as controladas Ouro Fino Saúde Animal Ltda. e Ouro Fino Agronegócio Ltda. firmaram contratos com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP voltados ao financiamento de projetos de desenvolvimento e inovação de produtos, com valor histórico agregado de R\$ 243,1 milhões, com vencimentos entre 15 de março de 2015 e 15 de dezembro de 2018. Dois destes contratos possuem taxas de juros pré-fixadas entre 4,0% e 5,0% ao ano e os demais contratos são vinculados à taxa de juros longo prazo (“TJLP”), com equalização que produz uma taxa de juros final entre 3,5% e 4,0% ao ano. Esses contratos são garantidos por fiança da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. e/ou por fiança bancária parcial. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo devedor desses contratos era de aproximadamente R\$ 122,6 milhões.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Em 25 de maio de 2007, 15 de fevereiro de 2007 e 12 de fevereiro de 2010, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou contratos com o BNDES para o financiamento de: (i) implantação de duas novas unidades industriais para a produção de medicamentos terapêuticos hormonais e para o desenvolvimento e produção de vacinas contra a febre aftosa, (ii) construção de prédio corporativo para abrigar todas as unidades de negócio, internalização da produção de comprimidos, e outras beneficiações à propriedade e (iii) aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, com valor histórico agregado de aproximadamente R\$ 33,3 milhões com vencimentos entre 15 de janeiro de 2016 e 15 de agosto de 2016. Os contratos são divididos em subcréditos com diferentes taxas de juros. Os juros incidentes sobre aproximadamente 90% dos contratos variam de 1,95% a 4,50% ao ano acima da TJLP e sobre o restante recaem juros entre 2,23% e 3,20% ao ano acima da taxa variável reajustada trimestralmente nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, tendo como base o custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira. Esses contratos são garantidos por (a) aval do Sr. Norival Bonamichi, Sra. Lucinéia Garcia Ribeiro Bonamichi, Sr. Jardel Massari e Sra. Cilene Regina Cerantola Biasi Massari; (b) hipoteca sobre a unidade industrial situada no Município de Cravinhos, Estado de

10.11 - Outros fatores com influência relevante

São Paulo; e (c) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos. Um desses contratos requer que a beneficiária mantenha, durante a vigência do contrato, os seguintes índices financeiros: liquidez corrente igual ou maior que 1,0 e endividamento geral igual ou menor que 0,75. A Ouro Fino Saúde Animal Ltda. também está sujeita às condições estipuladas nos artigos 39 e 40 das Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES, que especificam que o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado do contrato, e exigir imediatamente a dívida, no evento do inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias por parte de qualquer das empresas do nosso grupo econômico. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo devedor desses contratos era de aproximadamente R\$ 7,1 milhões.

Nota de Crédito de Exportação N° 1214-13 em favor do HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo

Em 18 de fevereiro de 2013, a controlada Ouro Fino Agronegócio Ltda. emitiu Nota de Crédito à Exportação Direta Tradicional N° 1214-13 em favor do HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, no valor histórico de R\$ 17 milhões, com vencimento em 3 de fevereiro de 2016, taxa de juros de 8,0% ao ano (*swap* para 93,4% do CDI) e devendo ser quitado em parcela única na data de vencimento. Esta nota de crédito é garantida por aval da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. A nota poderá ser declarada antecipadamente vencida no evento que Ouro Fino Agronegócio Ltda. ou os avalistas descumprirem qualquer obrigação contraída com o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo devedor deste contrato era de R\$ 17,5 milhões.

Contrato de Empréstimo Internacional com o Itaú Unibanco S.A.

Em 11 de julho de 2014, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou um contrato de empréstimo com o Itaú Unibanco S.A. no valor de US\$ 7 milhões (aproximadamente R\$ 15,6 milhões), com vencimento em 07 de abril de 2015 e taxa de juros em dólar norte-americano de 1,51% ao ano. Este empréstimo é garantido por Nota Promissória no valor de US\$ 7 milhões avalizada pela Ouro Fino Agronegócio Ltda e Sr. Jardel Massari.

Nessa mesma data, a Ouro Fino Saúde Animal Ltda. celebrou um contrato de *swap* de taxa de câmbio com o Itaú Unibanco S.A. no valor nominal de R\$ 15,6 milhões (US\$ 7 milhões), que prevê que a Companhia receberá a variação do dólar norte-americano mais juros de 1,51% ao ano e pagará a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescida de 0,62% ao ano sobre o valor nominal. O contrato poderá ser considerado antecipadamente vencido no evento que Ouro Fino Saúde Animal Ltda. esteja inadimplente em qualquer obrigação contraída com o Itaú Unibanco S.A. ou com uma empresa relacionada com o Itaú Unibanco S.A. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo devedor deste contrato era de R\$ 18,7 milhões.

Contrato de Empréstimo Internacional com o Itaú Unibanco S.A.

Em 02 de setembro de 2014, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou um contrato de empréstimo com o Itaú Unibanco S.A., no valor de US\$ 5 milhões (aproximadamente R\$ 11,2 milhões), com vencimento em 02 de março de 2015, e taxa de juros em dólar norte-americano de 1,50% ao ano. Este empréstimo é garantido por Nota Promissória no valor de US\$ 5 milhões avalizada pelo Sr. Jardel Massari.

Nessa mesma data, a Ouro Fino Saúde Animal Ltda. celebrou um contrato de *swap* de taxa de câmbio com o Itaú Unibanco S.A. no valor nominal de R\$ 11,2 milhões (US\$ 5 milhões) que prevê que ela receba a variação do dólar norte-americano mais juros de 1,50% ao ano e pague a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescida de 0,68% ao ano sobre o valor nominal. O contrato poderá ser considerado antecipadamente vencido no evento que Ouro Fino Saúde Animal Ltda. esteja inadimplente em qualquer obrigação contraída com o Itaú

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Unibanco S.A. ou com uma empresa relacionada com o Itaú Unibanco S.A. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo devedor deste contrato era de R\$ 13,3 milhões.

ii. outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Os Diretores informam que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e/ou suas controladas com instituições financeiras que não aquelas descritas no item 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

iii. grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Os Diretores informam que o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

iv. restrições impostas à Companhia, em especial em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Alguns empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia ou suas controladas possuem cláusulas restritivas relacionadas à mudança do controle societário consideradas usuais para este tipo de operação. Além disso, o contrato firmado com o BNDES em 12 de fevereiro de 2010 requer que a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. mantenha, durante a vigência do contrato, os seguintes índices financeiros: liquidez corrente igual ou maior que 1,0 e endividamento geral igual ou menor que 0,75. Tais níveis de endividamento são verificados pelo credor por meio de balanço auditado por empresa de auditoria independente.

(g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía R\$ 215,7 milhões de empréstimos e financiamentos tomados e dispunha de um contrato de financiamento firmado com a FINEP no valor de R\$ 106,9 milhões cujo desembolso ainda não havia sido realizado.

O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014 foram preparadas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro – *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Para uma melhor compreensão do desempenho operacional na Companhia veja o item 10.11 deste Formulário de Referência, que apresenta uma análise completa das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas.

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 10 DE ABRIL E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Demonstração do Resultado Consolidado

A tabela a seguir apresenta os valores relativos à demonstração do resultado consolidado para o período indicado:

10.11 - Outros fatores com influência relevante

	Período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014	AV (%) ⁽¹⁾
	(em R\$ milhares)	
Receitas líquidas das vendas	327.360	100,00%
Custos das vendas	(133.411)	-40,75%
Lucro Bruto	193.949	59,25%
Despesas com vendas	(103.597)	-31,65%
Despesas gerais e administrativas	(28.168)	-8,60%
Outras despesas	(5)	0,00%
Resultado Financeiro	(8.074)	-2,47%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	54.105	16,53%
Imposto de renda e contribuição social	(15.227)	-4,65%
Lucro líquido do período	38.878	11,88%
⁽¹⁾ Análise Vertical – percentual em relação ao total da receita.		

Receita Líquida

A receita líquida no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 327,4 milhões. Este valor é atribuído aos segmentos de Animais de Produção, no montante de R\$ 264,1 milhões, de Animais de Companhia, no montante de R\$ 43,7 milhões e de Operações Internacionais no montante de R\$ 19,6 milhões.

Animais de Produção

Esse segmento representa a fabricação e comercialização no mercado interno de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção (ruminantes, que compreendem bovinos, equinos e outros), aves e suínos e prestação de serviços de industrialização para outras empresas do setor.

Animais de Companhia

Esse segmento representa a fabricação e comercialização no mercado nacional de medicamentos e outros produtos veterinários para animais de companhia (cães e gatos).

Operações Internacionais

Este segmento representa a fabricação e comercialização no mercado externo de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção. As vendas ocorrem substancialmente para a América Latina.

Custo das vendas

O custo das vendas no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 133,4 milhões. O custo das vendas representou 40,75% da nossa receita operacional líquida neste período.

Lucro bruto

Como resultado do acima descrito, nosso lucro bruto no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 193,9 milhões.

Despesas operacionais

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Nossas despesas operacionais, que compreendem despesas com vendas, gerais e administrativas e outras, no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014 foram de R\$ 131,8 milhões, atribuído substancialmente às despesas com vendas no montante de R\$ 103,6 milhões.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido apresentou uma despesa de R\$ 8,1 milhões no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014. Este valor decorre substancialmente de despesa de variação cambial passiva, no montante de R\$ 10,1 milhões e juros sobre empréstimos e financiamentos, no montante de R\$ 6,2 milhões, compensados por ganhos com derivativos, no montante de R\$ 7,5 milhões e receita de aplicações financeiras, no montante de R\$ 1,6 milhões. O resultado financeiro líquido representou 2,47% de nossa receita líquida no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Como resultado do acima mencionado, registramos lucro antes do imposto de renda e da contribuição social no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014 de R\$ 54,1 milhões. O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social representou 16,53% de nossa receita líquida no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014.

Imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social, que compreendem os correntes e diferidos, no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014, totalizou R\$ 15,2 milhões.

Lucro líquido do período

Como resultado do acima mencionado, nosso lucro líquido no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 38,9 milhões.

Balanco Patrimonial Consolidado

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao balanço patrimonial consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2014:

10.11 - Outros fatores com influência relevante

(em R\$ milhares, exceto %)	31 de dezembro de 2014	AV (%) ⁽¹⁾		31 de dezembro de 2014	AV (%) ⁽²⁾
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	72.453	11,55%	Fornecedores	22.390	3,57%
Contas a receber de clientes	178.111	28,40%	Instrumentos financeiros derivativos	12	0,00%
Instrumentos financeiros derivativos	10.376	1,65%	Empréstimos e financiamentos	103.093	16,44%
Estoques	86.848	13,85%	Salários e encargos sociais	24.912	3,97%
Tributos a recuperar	9.391	1,50%	Tributos a recolher	5.638	0,90%
Partes relacioandas	998	0,16%	Imposto de renda e contribuição social a pagar	763	0,12%
Outros ativos	7.439	1,19%	Dividendos e juros sobre o capital próprio	8.959	1,43%
			Comissões sobre as vendas	5.669	0,90%
Não circulante			Outros passivos	5.468	0,87%
Realizável a longo prazo					
Tributos a recuperar	22.529	3,59%	Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.920	0,31%	Instrumentos financeiros derivativos	1.164	0,19%
Outros ativos	261	0,04%	Empréstimos e financiamentos	112.560	17,94%
			Provisão para contingências	2.664	0,42%
Intangível	66.300	10,57%	Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.812	0,61%
Imobilizado	170.635	27,20%			
			Total do passivo	297.104	47,37%
			Patrimônio líquido		
			Capital Social	298.889	47,65%
			Reserva de capital	(6.275)	-1,00%
			Reservas de lucros	22.136	3,53%
			Ajustes de avaliação patrimonial	15.319	2,44%
			Participação dos não controladores	88	0,01%
			Total do patrimônio líquido	330.157	52,63%
Total do ativo	627.261	100,00%	Total do passivo e patrimônio líquido	627.261	100,00%

(1) Análise Vertical sobre ativo – percentual em relação ao ativo total.
(2) Análise Vertical sobre passivo e patrimônio líquido – percentual em relação ao passivo e patrimônio líquido total.

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2014, o ativo circulante era de R\$ 365,6 milhões, representando 58,29% do total do ativo. O valor é composto substancialmente por caixa e equivalente de caixa, no montante de R\$ 72,5 milhões, contas a receber de clientes, no montante de R\$ 178,1 milhões e estoques, no montante de R\$ 86,8 milhões.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2014, o ativo não circulante era de R\$ 261,6 milhões, representando 41,71% do total do ativo. O valor é composto substancialmente por imobilizado, no montante de R\$ 170,6 milhões, intangível, no montante de R\$ 66,3 milhões e tributos a recuperar, no montante de R\$ 22,5 milhões.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2014, o passivo circulante era de R\$ 176,9 milhões. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 28,20% em 31 de dezembro de 2014, composto substancialmente por empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 103,1 milhões, fornecedores no montante de R\$ 22,4 milhões e salários e encargos sociais no montante de R\$ 24,9 milhões.

Passivo não circulante

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Em 31 de dezembro de 2014, o passivo não circulante era de R\$ 120,2 milhões. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 19,16% em 31 de dezembro de 2014, composto substancialmente por empréstimo e financiamentos de longo prazo no montante de R\$ 112,6 milhões.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2014, o patrimônio líquido era de R\$ 330,2 milhões. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, este era de 52,63%, representado por capital social no montante de R\$ 298,9 milhões, reservas de lucros, no montante de R\$ 22,1 milhões e ajustes de avaliação patrimonial no montante de R\$ 15,3 milhões, compensados por reserva de capital no montante de R\$ 6,2 milhões.

Fluxo de Caixa

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado para o período indicado:

(em milhares de reais)	Período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014
Caixa líquido gerados pelas operacionais	853
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(4.478)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	75.908
Ganhos cambiais sobre caixa e equivalentes de caixa	170
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	72.453

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 0,8 milhão no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014, representado substancialmente pelo lucro antes dos impostos do período no montante de R\$ 53,4 milhões e variações monetárias e cambiais, no montante de R\$ 18,6 milhões, compensados por aplicações em contas a receber, no montante de R\$ 55,3 milhões e fornecedores, no montante de R\$ 16,7 milhões.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 4,5 milhões para o período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014. Este valor é representado por aplicações no intangível e imobilizado, nos montantes de R\$ 15,5 milhões e R\$ 14,3 milhões, respectivamente, compensados por valores recebidos na alienação de imobilizados, no montante de R\$ 10,9 milhões e caixa e equivalentes de caixa incorporados na operação descrita no item 6 deste formulário, no montante de R\$ 14,4 milhões.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R\$ 75,9 milhões para o período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014. Este valor é representado substancialmente pelos aumentos de capital no montante total de R\$ 106,4 milhões em decorrência da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia, incluindo a emissão de ações no âmbito do lote suplementar, compensado pelos custos de captação no montante de R\$ 6,3 milhões, pela obtenção líquida de empréstimos e financiamentos, no montante de R\$ 0,2 milhão e pelo pagamento de mútuo com partes relacionadas, no montante de R\$ 24,0 milhões.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas anteriormente. Desta forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

(a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência

Não aplicável tendo em vista que não divulgamos projeções.

(b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável tendo em vista que não divulgamos projeções.

(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável tendo em vista que não divulgamos projeções.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(a) atribuições de cada órgão e comitê

Conselho de Administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por no mínimo cinco membros e no máximo sete membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, para um mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, no mínimo 20% dos membros do Conselho de Administração deverão ser conselheiros independentes.

Além de outras matérias previstas em lei e no Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração: (a) eleger e destituir os membros da Diretoria e fixar-lhes atribuições; (b) fiscalizar, supervisionar, aconselhar e apoiar a Diretoria no cumprimento do objeto social da Companhia; (c) convocar a assembleia geral quando julgar conveniente, ou nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (d) manifestar-se previamente sobre o voto a ser proferido no âmbito das sociedades controladas e coligadas, relativamente às operações de (i) incorporação, cisão, fusão e transformação; (ii) aquisição, alienação e oneração de bens imóveis e (iii) alteração de seus contratos sociais e regimentos internos; (e) indicar os administradores das sociedades coligadas e controladas pela Companhia; (f) estabelecer a orientação geral e o direcionamento estratégico dos negócios da Companhia e de suas controladas; (g) indicar o auditor independente da Companhia e/ou de sociedades controladas pela Companhia; (h) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (i) autorizar a prática, por suas controladas, de atos que necessitem de aprovação da Companhia, exceto se de outra forma previsto no respectivo contrato ou estatuto social; (j) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgada em até 15 dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; (k) definir lista triplíce de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia nos casos de ofertas públicas de aquisição de ações (“OPA”) para cancelamento de registro de companhia aberta ou para a saída do Novo Mercado; (l) eleger e destituir os membros do CAE (conforme abaixo definido), dentre eles, indicando o coordenador do CAE; (m) fixar o orçamento anual do CAE; e (n) examinar e aprovar alterações ao regimento interno do CAE, bem como as regras operacionais e de funcionamento do mesmo.

Ainda, estarão sujeitos à aprovação do Conselho de Administração: (i) qualquer mudança substancial na estratégia da Companhia; (ii) a participação da Companhia em qualquer *joint venture*, consórcio, sociedade em conta de participação ou empreendimento similar; (iii) a aprovação do orçamento anual e de alterações importantes a ele relativas; (iv) qualquer acordo em ação judicial ou procedimento arbitral envolvendo valor igual o superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual; (v) uma vez ultrapassado o limite global previsto no orçamento anual, a assunção de dívidas e/ou celebração de contratos financeiros envolvendo valor igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual, seja em uma única operação

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

ou em uma série de operações relacionadas; (vi) investimentos de capital individuais não previstos no orçamento anual cujo valor seja igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual; (vii) a celebração de qualquer contrato, acordo ou compromisso (exceto assunção de dívidas e contratos financeiros, os quais são regidos pelo disposto no item (v) acima) não previsto no orçamento anual e não relacionado à manutenção do giro normal das atividades mercantis da Companhia que represente obrigação em valor igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual, em um única operação ou em uma série de operações relacionadas; (viii) a aquisição, venda ou alienação de ativos fixos da Companhia não prevista no orçamento anual e que envolva valor igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual, seja em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas; (ix) a renúncia, pela Companhia, a qualquer direito (incluindo acordos com clientes) cujo valor seja igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual, em um única operação ou em uma série de operações relacionadas; (x) a prática de qualquer dos atos acima mencionados pelas sociedades controladas pela Companhia.

Diretoria

A Diretoria da Companhia será composta por no mínimo dois e no máximo cinco membros, sendo um deles Diretor Presidente e um Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores sem designação específica. O mandato dos Diretores será unificado de três anos, sendo permitida a reeleição. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, somente serão eleitos ao cargo de Diretor da Companhia, as pessoas que preencherem os seguintes requisitos: (a) possuam formação universitária completa; (b) possuam experiência profissional e capacidade técnica e de gestão adequadas aos cargos a serem ocupados; (c) tenham completado, no máximo, 67 anos à época de sua eleição, definida a idade de 70 anos como idade máxima para permanência no cargo, quando então o Diretor será compulsoriamente destituído de suas funções.

Como regra geral e ressalvadas determinadas exceções descritas em seu Estatuto Social, a Companhia se obriga validamente sempre que representada por: (a) dois membros da Diretoria; (b) um membro da Diretoria e um procurador com poderes específicos; ou (c) dois procuradores com poderes específicos.

Compete à Diretoria da Companhia, de acordo com o Estatuto Social: (a) o exercício das atribuições que a lei e o Estatuto Social lhe conferem para assegurar o pleno e regular funcionamento da Companhia e das suas controladas, coligadas e divisões de negócios; (b) apresentar, anualmente, até o encerramento de cada exercício social, à apreciação do Conselho de Administração, proposta de orientação geral dos negócios da Companhia, de suas controladas e das divisões de seus negócios, relativas ao exercício seguinte, incluindo: (i) a estratégia empresarial e as divisões de negócios da Companhia e de duas controladas e coligadas; (ii) a estrutura operacional dos negócios, indicando o Diretor que deverá ser responsável pelo acompanhamento de cada uma das suas divisões; (iii) o orçamento e plano de metas de cada divisão de negócios; (iv) a política de investimentos e desinvestimentos de cada divisão de negócios; (v) a remuneração dos administradores de cada divisão de negócios; (vi) a estrutura de capital necessária à execução do orçamento e plano de metas de cada divisão de negócios; e (vii) planejamento de pagamento de juros sobre o capital próprio; (c) apresentar, anualmente, nos 3 meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação do Conselho de Administração e dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício sócia, bem como proposta para destinação do lucro líquido; (d) coordenar o processo de alienação das ações representativas do capital social; (e) a eleição e destituição dos administradores das sociedades controladas e coligadas

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

de acordo com as indicações feitas pelo Conselho de Administração; (f) abrir e extinguir filiais, depósitos, escritórios ou representações em qualquer localidade do País e do exterior, quando as conveniências sociais o indicarem; (g) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias e de investimento; (h) transigir, renunciar, desistir, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de recursos, adquirir, onerar e alienar ativos e conceder garantias, assinando os respectivos termos e contratos, observadas as hipóteses sujeitas à aprovação do Conselho de Administração; (i) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais; e (j) cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, será composto por três membros efetivos e três suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após sua eleição, sendo permitida a reeleição.

Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário ("**CAE**") é órgão consultivo de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, regido pelos artigos 20, 21, 22, 23 e 24 do Estatuto Social da Companhia e pelo o disposto nos artigos 31-A a 31-F da Instrução CVM 308/1999, conforme alterada pela Instrução CVM 509/2011.

O CAE será composto por no mínimo três membros, todos eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um Coordenador do CAE, e será instalado com a finalidade de, dentre outras e observadas as atribuições estabelecidas nas referidas instruções e em seu regimento interno: (i) opinar sobre a contratação e destituição de auditoria independente da Companhia; (ii) revisar e supervisionar as atividades dos auditores internos e externos da Companhia; (iii) monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos e informações contábeis e financeiras da Companhia; (iv) avaliar e monitorar a exposição de risco da Companhia; (v) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas; e (vi) elaborar relatório anual resumido com a descrição de suas atividades e recomendações realizadas.

(b) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal foi instalado em 31 de julho de 2014, por meio da Assembleia Geral realizada na mesma data, e funcionará de forma não permanente. Para maiores informações acerca dos membros do Conselho Fiscal, ver item 12.6/12.8 deste Formulário de Referência.

(c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não tinha mecanismos de avaliação de órgãos e comitês.

(d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

O Diretor de Relações com Investidores possui, nos termos do Estatuto Social, as seguintes atribuições e poderes individuais: (a) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais onde os valores mobiliários de sua emissão forem admitidos à negociação; (b) representar a Companhia perante o público investidor prestando as informações necessárias; (c) monitorar o cumprimento das obrigações

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

dispostas no Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências; e (d) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM.

(e) mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía mecanismos de avaliação dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do CAE.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(a) prazos de convocação

A Companhia não adota práticas diferenciadas para convocação de Assembleias Gerais em relação ao previsto na legislação vigente. A Assembleia Geral será realizada anualmente e sempre que os negócios da Companhia assim exigirem, nos termos na Lei das Sociedades por Ações. Observado o disposto na legislação aplicável, os acionistas serão convocados para participar das Assembleias Gerais por meio de convocação publicado na forma do artigo 124, parágrafo 1º, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.

(b) competências

Como consta da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras, (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso; e (iv) aprovar a correção da expressão monetária do capital social.

Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à assembleia geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das Sociedades por Ações e ainda: (i) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; (ii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como dos membros do Conselho Fiscal; (iii) reformar o Estatuto Social; (iv) deliberar sobre operações de fusão, incorporação, cisão ou transformação em que a Companhia seja parte, sua dissolução ou liquidação; (v) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações; (vi) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia; (vii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; (viii) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; (ix) aprovar a saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA; (x) aprovar o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM; (xi) aprovar a escolha de empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta perante a CVM ou saída do Novo Mercado, dentre as empresas indicadas em lista tríplice pelo Conselho de Administração; (xii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e (xiii) aprovar investimento fora do ramo principal de atuação da Companhia.

(c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Todos os documentos pertinentes a Assembleias Gerais, tanto os relacionados à participação dos acionistas, quanto os de suporte para as deliberações, ficam disponíveis nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, bloco C, 2º andar, sala CCS 210, Distrito Industrial, CEP 014140-000; e (ii) internet: *site* da Companhia (ri.ourofino.com); *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e *site* da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br).

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(d) identificação e administração de conflito de interesses

A Companhia não adota qualquer política diferenciada de administração de conflitos de interesses em relação ao previsto na legislação societária.

(e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Os acionistas poderão fazer-se representar nas assembleias gerais por procuradores constituídos há menos de um ano e que, também, seja acionista da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos.

(f) formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A qualidade de acionista deve ser comprovada mediante exibição de documentos hábeis previstos na lei. Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procuradores constituídos há menos de um ano e que, também, seja acionista da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos.

(g) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários de acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(h) transmissão ao vivo do vídeo e/ou áudio das assembleias

A Companhia não transmite ao vivo o vídeo e/ou o áudio das Assembleias Gerais.

(i) mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não adotava mecanismos diferenciados em relação ao previsto na legislação vigente destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas pelos acionistas.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2014	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	26/03/2015
		Valor Econômico - SP	26/03/2015
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	27/03/2015
		Valor Econômico - SP	26/03/2015
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	30/04/2015
		Valor Econômico - SP	30/04/2015

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) frequência das reuniões

As reuniões do Conselho de Administração da Companhia serão realizadas, em caráter ordinário, pelo menos três vezes ao ano, e, em caráter extraordinário, sempre que os interesses sociais da Companhia exigirem.

A convocação das reuniões será realizada mediante notificação escrita enviada por correio, fax ou e-mail, todos com aviso de recebimento, ao endereço previamente indicado por cada membro do Conselho de Administração para esse propósito. A primeira notificação de convocação será enviada com, pelo menos, 10 dias úteis de antecedência da data da reunião, e, caso a reunião não seja realizada, nova notificação de segunda convocação será enviada com, pelo menos, cinco dias úteis de antecedência da nova data da reunião. O quórum mínimo requerido para a instalação das reuniões do Conselho de Administração é de quatro membros, seja em primeira ou segunda convocação.

Os membros do Conselho de Administração podem participar das reuniões por intermédio de videoconferência, teleconferência ou qualquer outro meio similar. Os membros do Conselho de Administração que não puderem participar da reunião por qualquer dos meios citados, deverão enviar seus votos por escrito ao secretário, até o momento em que a reunião for encerrada, com o respectivo registro na ata.

As reuniões poderão ainda ser dispensadas por consentimento dos membros do Conselho de Administração, sendo as matérias que delas seriam objeto, decididas por escrito, caso considerem que tais matérias já foram suficientemente debatidas por qualquer outro meio.

(b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

O Acordo de Acionistas da Companhia, em vigor na data deste Formulário de Referência, não possui qualquer restrição ou vinculação de direito de voto dos membros do Conselho de Administração. Para informações sobre o Acordo de Acionistas da Companhia, vide item 15.5 deste Formulário de Referência.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota qualquer política diferenciada de identificação e administração de conflitos de interesses, pois entende que as disposições legais em relação a esta matéria atualmente em vigor são instrumentos eficientes e suficientes para identificar, administrar e, quando necessário, coibir a tomada de decisões conflitadas pelos administradores.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nos termos do estatuto social, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Fábio Lopes Júnior	39	Pertence apenas à Diretoria	20/08/2014	3 anos
252.784.768-42	Administrador de Empresas	12 - Diretor de Relações com Investidores	20/08/2014	Sim
Dolivar Coraucci Neto	46	Pertence apenas à Diretoria	18/06/2014	3 anos
094.633.048-43	Engenheiro Químico	10 - Diretor Presidente / Superintendente	18/06/2014	Sim
Membro do Comitê de Inovação e membro do Comitê de Recursos Humanos				
Jardel Massari	59	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2016	AGO 2018
263.940.816-04	Empresário	20 - Presidente do Conselho de Administração	29/04/2016	Sim
Martín Emiliano Escobari Lifchitz	44	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2016	AGO 2018
217.201.918-67	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/04/2016	Não
Membro do Comitê de Recursos Humanos				
Norival Bonamichi	61	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2016	AGO 2018
263.572.166-15	Empresário	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	29/04/2016	Sim
Membro do Comitê de Inovação				
José Francisco Hintze Júnior	64	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2016	AGO 2018
521.302.238-34	Médico Veterinário	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/04/2016	Não
Luiz Antônio Santos Baptista	59	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2016	AGO 2018
467.551.367-00	Contador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/04/2016	Não
José Paulo Marques Netto	67	Conselho Fiscal	29/04/2016	AGO 2017
528.788.308-06	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2016	Sim
Gustavo Tenorio Reis	38	Conselho Fiscal	29/04/2016	AGO 2017
079.246.477-08	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2016	Sim
César Augusto Campezo Neto	57	Conselho Fiscal	29/04/2016	AGO 2017

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
980.271.158-68	Contabilista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2016	Sim
Lucio dos Santos Faria	44	Conselho Fiscal	29/04/2016	AGO 2017
122.383.208-22	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/04/2016	Sim
Hugo Saraiva Carvalho Júnior	41	Conselho Fiscal	29/04/2016	AGO 2017
022.105.867-20	Administrador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/04/2016	Sim
Paulo César Lima	47	Conselho Fiscal	29/04/2016	AGO 2017
099.601.838-74	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/04/2016	Sim

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Fábio Lopes Júnior - 252.784.768-42

Nascido em 1976, graduou-se em administração de empresas pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Diretor Financeiro do Grupo Ouro Fino desde 2002, o Sr. Fábio Lopes Júnior foi eleito Diretor de Relações com Investidores da Companhia desde 2014, atuando no planejamento estratégico e participando de todos os processos de mudança, crescimento e tomadas de decisões que impactam diretamente no resultado presente e futuro da empresa.

O Sr. Fábio Lopes Júnior não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

Dolivar Coraucci Neto - 094.633.048-43

Nascido em 1969, graduou-se em engenharia química pela Universidade Federal de Uberlândia, tendo cursado MBA em administração de empresas pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP), em Ribeirão Preto e mestrado em biotecnologia pela Université de Provence (Aix-Marseille I) e Universidade Federal do Paraná. Sócio do Grupo Ouro Fino e da Companhia, o Sr. Dolivar Coraucci Neto atua no Grupo Ouro Fino desde 1994, sendo responsável por toda a parte de estruturação operacional do Grupo Ouro Fino ao longo destes 20 anos de atuação, estando à frente das Operações Industriais, Garantia da Qualidade, Controle de Qualidade, Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, Registro, Supply Chain, Comércio Exterior, Recursos Humanos, Jurídico e Auditoria Interna.

O Sr. Dolivar Coraucci Neto não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

Jardel Massari - 263.940.816-04

Nascido em 1957, graduou-se como técnico agropecuário no Colégio Agrícola Federal em Muzambinho, estado de Minas Gerais e em direito pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), no estado de São Paulo. O Sr. Jardel Massari é um dos fundadores do Grupo Ouro Fino, exercendo os cargos de Presidente da Ouro Fino Agronegócio desde 2008, Vice-Presidente do Conselho de Administração do Grupo Ouro Fino desde 2011 e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia desde 2014. Atuou também como técnico em climatologia do Instituto Agrônomico de Campinas entre 1976 e 1980 e como supervisor de vendas da Socil – Empresa Francesa de Nutrição Animal entre 1981 e 1985.

O Sr. Jardel Massari não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

Martín Emiliano Escobari Lifchitz - 217.201.918-67

Nascido em 1971, formou-se com honras em economia pela Harvard University em 1998, possui MBA com alta distinção da Harvard Business School, graduando-se como George F. Baker Scholar. Possui experiência profissional na empresa LPS Brasil Consultoria de Imóveis S.A (“LPS”), cuja atividade consiste em consultoria e intermediação imobiliária, tendo sido Membro do Conselho de Administração com a finalidade de fixar a orientação geral dos negócios da LPS. É co-fundador e exerceu as funções de Diretor Financeiro, Relações com Mercado e Novos Negócios no Submarino, empresa de varejo eletrônico. Anteriormente, foi sócio da Orange Assessoria Empresarial Ltda., uma boutique de investimentos. Trabalhou para o fundo de private equity GP Investimentos e no Boston Consulting Group, em Nova Iorque. Foi sócio da Advent International, onde ingressou em Maio de 2007. Atualmente é Diretor Geral da General Atlantic Representações Ltda.

O Sr. Martin Escobari Lifchitz não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

Norival Bonamichi - 263.572.166-15

Nascido em 1955, graduou-se como técnico em zootecnia no Colégio Agrícola Federal em Muzambinho, estado de Minas Gerais. O Sr. Norival Bonamichi é um dos fundadores do Grupo Ouro Fino, exercendo os cargos de Presidente do Grupo Ouro Fino até 2008 e Vice-Presidente do Conselho de Administração do Grupo Ouro Fino desde então, sendo eleito para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia em 2014. Atuou também como supervisor de vendas da Socil Pró-Pecuária S.A. entre os anos de 1980 e 1985, gerente administrativo da Fazenda de José Pereira Martins Andrade Filho e da Fazenda de Rubens Lobato Pinheiro Dr. entre os anos de 1979 e 1980, gerente administrativo e supervisor de laticínios da Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentares (Nestlé), entre 1977 e 1979.

O Sr. Norival Bonamichi não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

José Francisco Hintze Júnior - 521.302.238-34

Nascido em 1951, graduou-se em medicina veterinária pela Universidade de São Paulo, em 1974. Entre 1975 e 2004, o Sr. José Francisco Hintze Júnior atuou na Pfizer Animal Health em São Paulo, tendo exercido o cargo de diretor administrativo em saúde animal da América do Sul e, entre 2004 e 2008, atuou como diretor sênior das áreas de projetos especiais, organização efetiva e progresso efetivo na Pfizer Inc. – Animal Health em Nova York. Recebeu certificado de conselheiro pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC em 2014.

O Sr. José Francisco Hintze Júnior não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Antônio Santos Baptista - 467.551.367-00

Nascido em 1956, graduou-se em ciências contábeis pela Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro, tendo cursado administração financeira pela IBMEC/RJ, finanças corporativas pela FGV/RJ e MBA Executivo pela COPPEAD da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atuou durante 35 anos no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico – BNDES, em operações de participação acionária e financiamento. Membro efetivo do Conselho Fiscal do Grupo Ouro Fino desde 2013 e da Companhia desde 2014, o Sr. Luiz Antonio Santos Baptista foi membro suplente do conselho de administração da Vale S.A. entre julho de 2004 a junho de 2005. Foi ainda membro do conselho de administração da Aços Villares entre julho de 2004 a junho de 2005 e da Nortec Química entre abril de 2012 até a presente data.

O Sr. Luiz Antônio Santos Baptista não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

José Paulo Marques Netto - 528.788.308-06

Nascido em 1949, é sócio aposentado da PricewaterhouseCoopers, onde trabalhou por mais de 40 anos, dos quais 22 anos como sócio ativo, encerrando sua carreira em julho de 2013. Durante esse período, trabalhou em, ou conduziu, diversos escritórios da PwC no Brasil, dentre eles os de São Paulo, Recife, Porto Alegre e Ribeirão Preto. Durante o período de 2008 a 2013, atuou como Country Geographic Leader do Equador. Possui Coach Executivo pela Universidade de Monterrey, México, e curso complementar na escola NewField, do Chile.

O Sr. José Paulo Marques Netto não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

Gustavo Tenorio Reis - 079.246.477-08

Nascido em 1977, graduou-se em economia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), tendo cursado MBA em finanças corporativas pelo IBMEC-RJ. O Sr. Gustavo Tenorio Reis exerce funções de gerência no BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico desde 2010, tendo atuado anteriormente na Petrobrás, no cargo de economista pleno, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no cargo de economista, na Embratel, no cargo de especialista econômico-financeiro, e na Fininvest, no cargo de analista econômico-financeiro sênior.

O Sr. Gustavo Tenorio Reis não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

César Augusto Campezo Neto - 980.271.158-68

Nascido em 1959, graduou-se em administração de empresas pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP) e em direito pela Universidade Paulista (UNIP), tendo cursado MBA em contabilidade na FUNDACE, da Universidade de São Paulo (USP) e direito pela Faculdade de Direito UNIP. Membro efetivo do Conselho Fiscal do Grupo Ouro Fino desde 2013 e da Companhia desde 2014, o Sr. César Augusto Campezo Neto é diretor da Campezo e Silveira Contabilidade & Associados e atuou como presidente da Associação das Empresas de Contabilidade de Ribeirão Preto e Região (AESCON-RP) nos biênios de 1999/2001 e 2003/2006, como diretor regional do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (SESCON) no período entre 2002 a 2009, como conselheiro fiscal da COOPERAC Ribeirão Preto no período entre 2006 a 2011 e diretor operacional da SICOOP COOPERAC Ribeirão Preto desde julho de 2011.

O Sr. César Augusto Campezo Neto não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

Lucio dos Santos Faria - 122.383.208-22

Nascido em 1972, graduou-se em ciências contábeis pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Possui mais de 15 (quinze) anos de experiência em auditoria, tendo realizado trabalhos em indústrias do setor alcooleiro, siderúrgicas, prestação de serviços e financeiro. Membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia desde 2014, o Sr. Lucio dos Santos Faria foi diretor da SI Investimentos, empresa que atua no setor financeiro e mercado de capitais, entre o período de 2012 a 2014 e atualmente atua, desde 2008, como diretor da LDG – Auditoria Contábil e Gestão Empresarial, empresa que presta assessoria contábil e financeira.

O Sr. Lucio dos Santos Faria não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

Hugo Saraiva Carvalho Júnior - 022.105.867-20

Nascido em 1974, graduou-se em ciências contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tendo cursado MBA em finanças corporativas em 2002 e MBA em gestão de negócios em 2012, ambos pela IBMEC. Membro efetivo do Conselho Fiscal do Grupo Ouro Fino desde 2013 e da Companhia desde 2014 até 2016, o Sr. Hugo Saraiva Carvalho Junior exerce funções de gerência no BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico desde 2004, tendo atuado anteriormente na Companhia Vale do Rio Doce, no cargo de analista, no período entre 2003 e 2004, e na Deloitte Touche Tohmatsu, como gerente de auditoria, entre 1994 e 2003.

O Sr. Hugo Saraiva Carvalho Júnior não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo César Lima - 099.601.838-74

Nascido em 1968, graduou-se em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas de Ribeirão Preto (Instituição Moura Lacerda) em 1990. É membro atual do Ibracon e possui registro ativo no CRC e no CNAI (Cadastro Nacional de Auditores Independentes da CVM). Atuou por mais de 15 anos em grandes empresas de auditoria externa, das quais mais de 10 anos na PricewaterhouseCoopers (1996 a 2006). No período de 2006 a 2011 desempenhou funções de gerente de controladoria e diretor administrativo e financeiro nas empresas Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlândia e Carol S.A., respectivamente. Em junho de 2011 fundou a empresa ValorUp Auditores Independentes, onde atua como sócio técnico até a presente data. Foi conselheiro fiscal da Cooperfértil - Cooperativa Central de Fertilizantes com sede em Campinas no período de 2008 a 2011.

O Sr. Paulo Cesar Lima não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Eduardo Scarpellini	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	30/12/2014	
138.583.208-89			45	30/12/2014	
<p>Nascido em 1971, graduou-se em Administração de Empresas com Ênfase em Finanças pela Universidade Paulista em São Paulo e em Ciências Contábeis pela Universidade Moura Lacerda em Ribeirão Preto. O Sr. Eduardo possui sólida formação em negócios com experiência de mais de 20 anos nas áreas de consultoria e auditoria. Sua trajetória é principalmente marcada por atividades de planejamento estratégico, abertura de novos negócios e reorganização empresarial, com destaque para o setor do agronegócio. Desde 2003 é sócio fundador da Exame Auditores Independentes, empresa que se tornou referência nacional em processos de recuperação e reestruturação empresarial. O Sr. Eduardo foi também Diretor Administrativo, Financeiro e Industrial da Sicad do Brasil Ltda. entre 2002 e 2003 e atuou como Gerente de Auditoria na Pricewaterhousecoopers entre os anos de 1995 e 2002. Adicionalmente, é profissional certificado como Técnico Responsável da Comissão de Valores Mobiliários, Certificado de Conselheiro Fiscal Titular pelo IBGC.</p> <p>O Sr. Eduardo Scarpellini não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.</p>					
Frederico Seabra de Carvalho	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	30/12/2014	
770.806.101-68			40	30/12/2014	
<p>Nascido em 1975, graduou-se em 1997 na Universidade de Brasília – UnB cursando Economia, e em 1998 na AEUDF cursando Direito. Posteriormente, concluiu em 2003 mestrado (LLM) em Direito Tributário na Boston University School of Law. Atualmente, trabalha na General Atlantic fornecendo expertise financeira para a GA e seu portfólio de empresas na América Latina. Previamente à sua entrada na GA em 2012, o Sr. Carvalho atuou como Chief Operating Officer na divisão de Merchant Banking do grupo BTG Pactual. O Sr. Carvalho foi também sócio do grupo de Transações de M&A da Deloitte em São Paulo, assessorando investidores de private equity e cliente estratégicos no Brasil em uma série de transações, reorganizações societárias e serviços de auditoria.</p> <p>O Sr. Frederico Seabra de Carvalho não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.</p>					
José Francisco Hintze Júnior	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Médico Veterinário	14/03/2016	
521.302.238-34			64	14/03/2016	
<p>Nascido em 1951, graduou-se em medicina veterinária pela Universidade de São Paulo, em 1974. Entre 1975 e 2004, o Sr. José Francisco Hintze Júnior atuou na Pfizer Animal Health em São Paulo, tendo exercido o cargo de diretor administrativo em saúde animal da América do Sul e, entre 2004 e 2008, atuou como diretor sênior das áreas de projetos especiais, organização efetiva e progresso efetivo na Pfizer Inc. – Animal Health em Nova York. Recebeu certificado de conselheiro pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC em 2014.</p> <p>O Sr. José Francisco Hintze Júnior não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.</p>					

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Dolivar Coraucci Neto	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro Químico	30/12/2014	
094.633.048-43	Comitê de Inovação		46	30/12/2014	
Diretor Presidente					
Dolivar Coraucci Neto	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro Químico	30/12/2014	
094.633.048-43	Comitê de Recursos Humanos		46	30/12/2014	
Diretor Presidente					
Martín Emiliano Escobari Lifchitz	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	30/12/2014	
217.201.918-67	Comitê de Recursos Humanos		44	30/12/2014	
Norival Bonamichi	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Empresário	30/12/2014	
263.572.166-15	Comitê de Inovação		61	30/12/2014	
Presidente do Conselho de Administração					
Pedro Lichtinger	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	30/12/2014	
705.887.407-72	Comitê de Inovação		61	30/12/2014	

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Os membros do nosso Conselho de Administração e os membros da nossa Diretoria não mantêm qualquer relação familiar entre si, com os membros da administração de nossas controladas, com nossos acionistas controladores ou com os membros da administração de nossas controladoras.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2014Administrador do Emissor

Norival Bonamichi

263.572.166-15

Controle

Controlada Indireta

Presidente do Conselho de Administração e Controlador

Pessoa Relacionada

Ouro Fino Saúde Animal Ltda.

57.624.462/0001-05

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Jardel Massari

263.940.816-04

Controle

Controlada Indireta

Vice Presidente do Conselho de Administração e Controlador

Pessoa Relacionada

Ouro Fino Saúde Animal Ltda.

57.624.462/0001-05

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Norival Bonamichi

263.572.166-15

Controle

Controlada Indireta

Presidente do Conselho de Administração e Controlador

Pessoa Relacionada

Ouro Fino Agronegócio Ltda.

05.480.599/0001-21

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Jardel Massari Vice Presidente do Conselho de Administração e Controlador	263.940.816-04	Controle	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> Ouro Fino Agronegócio Ltda.	05.480.599/0001-21		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u> Norival Bonamichi Presidente do Conselho de Administração e Controlador	263.572.166-15	Controle	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> Ouro Fino Pet Ltda.	07.380.067/0001-48		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u> Jardel Massari Vice Presidente do Conselho de Administração e Controlador	263.940.816-04	Controle	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> Ouro Fino Pet Ltda.	07.380.067/0001-48		
<u>Observação</u>			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Oferecemos seguro de responsabilidade civil de conselheiros e diretores (“**D&O**”), cujo limite máximo de garantia é de R\$30 milhões. O valor do prêmio líquido desta apólice foi de R\$52,5 mil e o vencimento acontece em 31 de dezembro de 2015.

Estão cobertos pelo D&O os eventuais prejuízos sofridos pelos nossos administradores e principais executivos no exercício de suas atividades profissionais, tendo por finalidade respaldar as decisões tomadas por tais pessoas, no melhor interesse da Companhia.

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas desde sua constituição em 10 de abril de 2014, (i) resumo das principais matérias aprovadas, e (ii) data de sua realização:

Evento	Principais Matérias	Data
Assembleia Geral de Constituição	Constituição da Companhia sob a denominação de A.H.N.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A.	10/04/2014
Assembleia Geral Extraordinária	Alteração da denominação sócia para Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A., endereço da sede, objeto social, eleição de diretores e aprovação de novo Estatuto Social da Companhia.	18/06/2014
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação da cisão parcial da Ouro Fino Participações e a versão do patrimônio cindido para a Companhia.	30/06/2014
Assembleia Geral Extraordinária	Eleição dos membros do conselho de administração e instalação do conselho fiscal.	31/07/2014
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação da abertura de capital da Companhia e realização de distribuição pública de ações da Companhia e do grupamento das ações de emissão da Companhia, na proporção de 3 ações para 1.	20/08/2014
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação de aumento de capital privado, grupamento de ações de emissão da Companhia, na proporção de 1.1,26170698 ações para 1 e alteração ao estatuto social da Companhia.	25/09/2014
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação da criação do Comitê Auditoria Estatutária da Companhia, da Política de Transações com Partes Relacionadas e da alteração e consolidação do estatuto social da Companhia.	29/09/2014
Assembleia Geral Extraordinária	Eleição dos membros suplentes do Conselho Fiscal da Companhia.	13/10/2014
Assembleia Geral Extraordinária	Alteração da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, eleição de Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações, reforma estatutária	31/12/2014

Informações relevantes sobre os membros da administração da Companhia

Em atendimento ao item 4.5 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, para informações relevantes acerca dos membros da nossa administração, incluindo eventuais cargos por eles ocupados no conselho de administração, conselho fiscal, comitês e órgãos executivos de outras sociedades e entidades, vide item 12.6/12.8 deste Formulário de Referência.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração salarial possui como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) a aplicação de critérios uniformes e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da empresa; (ii) proporcionar uma remuneração competitiva; (iii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam o reconhecimento e a valorização da performance individual ou de grupos multifuncionais, no que se refere à remuneração variável dos diretores não estatutários; (iv) proporcionar uma remuneração que assegure a manutenção do poder aquisitivo membros da administração; e (v) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Tanto os Conselheiros como os Diretores Estatutários recebem uma remuneração fixa, conforme aprovada em assembleia geral da Companhia. Já os Diretores Estatutários e Não Estatutários recebem além de uma remuneração fixa, também são elegíveis a uma remuneração variável.

Além disso, os Conselheiros e os Diretores, inclusive os não estatutários, fazem jus a uma série de benefícios, dentre eles (i) direito a três refeições por dia; (ii) direito a cesta básica; (iii) cartão horta, relacionada ao Projeto Nossa Horta; (iv) assistência médica; (v) assistência odontológica; (vi) convênio com farmácia; (vii) auxílio creche; (viii) centro de esporte e lazer; (ix) seguro de vida; (x) plano de previdência privada; (xi) auxílio bolsa estudo; (xii) curso de idiomas; (xiii) auxílio transporte; e (xiv) automóvel.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para o exercício social corrente:

	% em relação à remuneração total			Total
	Salário Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria	75%	25%	0%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Nossa metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração são, principalmente, os seguintes: (i) estudo de mercado para avaliação do cargo e comparação com o mercado; (ii) índices oficiais de inflação; (iii) negociação com o sindicato da respectiva categoria profissional; e (iv) IGPM.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos nossos administradores são incentivos para a melhoria de nossa gestão e a retenção de nossos executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os principais indicadores para a definição da remuneração variável dos Diretores Estatutários e Não Estatutários, são os seguintes: (i) meta de lucro líquido da Companhia; (ii) meta do EBITDA da Companhia; e (iii) metas individuais, que se baseia no alcance de resultados e metas pré-acordadas. As metas deverão ser específicas, mensuráveis, realistas e expressar o impacto final esperado pela organização do esforço empreendido por cada Diretor Estatutários e Não Estatutário.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela variável dos diretores Estatutários e não estatutários está vinculada ao desempenho da própria Companhia no período em questão. Sendo assim, os valores a serem pagos aos diretores Estatutários e não estatutários da Companhia a título de remuneração variável dependem dos resultados da Companhia e do alcance das metas individuais de tais diretores Estatutários e não estatutários.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrita procura incentivar os colaboradores da Companhia a buscar a melhor rentabilidade dos projetos desenvolvidos pela Companhia, de forma a alinhar os interesses destes com os da Companhia.

Em uma perspectiva de curto, médio e longo prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários e pacotes de benefícios compatíveis com o mercado e com o programa de participação de resultados.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Diretores estatutários: a maior parte da remuneração fixa e variável dos diretores estatutários é suportada pelas controladas da Companhia nos termos do Contrato de Rateio.

Diretores não estatutários: a remuneração fixa e variável dos diretores não estatutários é suportada pelas controladas da Companhia nos termos do Contrato de Rateio, exceto quando o diretor for alocado diretamente a uma única empresa de acordo com as funções exercidas.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2015 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	2,00	3,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	720.000,00	1.942.884,00	194.280,00	2.857.164,00
Benefícios direto e indireto	140.902,00	234.603,00	0,00	375.505,00
Participações em comitês	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
Outros	156.000,00	388.577,00	38.856,00	583.433,00
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	1.181.327,28	0,00	1.181.327,28
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	514.671,17	0,00	514.671,17
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2015, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2015, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Conforme as práticas contábeis adotadas pela Companhia, a remuneração contempla as despesas reconhecidas em decorrência do plano de outorga de opção de compra de ações da Companhia. É importante ressaltar, no entanto, que, conforme jurisprudência existente no Brasil, a Companhia entende que seu plano de outorga de opção de compra de ações não possui caráter remuneratório. Para maiores informações, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2015, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	1.076.902,00	4.262.062,45	233.136,00	5.572.100,45

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	2,00	3,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	284.000,00	1.153.238,40	60.000,00	1.497.238,40
Benefícios direto e indireto	12.973,46	113.420,10	0,00	126.393,56
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	50.301,32	28.710,63	12.000,00	91.011,95
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº12/2014, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº12/2014, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº12/2014, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	347.274,78	1.295.369,13	72.000,00	1.714.643,91

Prevista para 31/12/2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Numero de membros	5,00	2,00	3,00	10,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	647.628,00	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	485.721,00	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	N/A	-	-

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

31/12/2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Numero de membros	2,2	1,5	1,3	5,0
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Prevista para 31/12/2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Numero de membros	5,00	2,00	3,00	10,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	647.628,00	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	485.721,00	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	N/A	-	-

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

31/12/2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Numero de membros	2,2	1,5	1,3	5,0
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(a) termos e condições gerais

A Companhia aprovou seu plano de outorga de opção de compra de ações (“**Plano**”) em assembleia geral extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2014. O plano é administrado pelo Conselho de Administração, que tem amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo: (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de opções de compra de ações da Companhia, nos termos do Plano (“**Opções**”), e a solução de dúvidas de interpretação do Plano; (b) o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle (“**Pessoas Elegíveis**”), de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos beneficiários de outorgas de Opções, os quais podem ser administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle (“**Beneficiários**”); (c) a eleição dos Beneficiários e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente; (d) a emissão de novas ações da Companhia dentro do limite do capital autorizado ou a autorização para alienação de ações em tesouraria para satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano; e (e) a aprovação dos contratos de outorga de opção de compra de ações a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários (“**Contratos de Opção**”), observadas as determinações do Plano.

A outorga de Opções nos termos do Plano é realizada mediante a celebração de Contratos de Opções, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (a) a quantidade de Opções objeto da outorga; (b) termos e condições para aquisição do direito ao exercício das Opções; (c) o prazo final para exercício das Opções; e (d) o preço a ser pago pelo Beneficiário à Companhia em contrapartida às ações que adquirir em decorrência do exercício de suas Opções (“**Preço de Exercício**”) e condições de pagamento.

O Plano entrou em vigor na data de sua aprovação pela assembleia geral extraordinária e permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão de assembleia geral da Companhia, pela dissolução ou liquidação da Companhia, o que ocorrer primeiro. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das Opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

(b) principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir que as Pessoas Elegíveis, sujeito a determinadas condições, adquiram ações da Companhia, com vista a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das Pessoas Elegíveis; (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela(s) vinculados as Pessoas Elegíveis e incentivar a criação de valor à Companhia; e (d) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e administradores e empregados.

(c) forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os administradores, empregados ou prestadores de serviços que prestem serviços à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle se tornem acionistas da

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Companhia em condições potencialmente diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometer-se efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a integrar-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento da Companhia, assim maximizando seus lucros. O Plano estimula os Beneficiários, ainda, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscar a valorização imediata das ações de emissão da Companhia, sem, contudo, comprometer o crescimento e a valorização futura das ações, igualmente relevantes em face do modelo adotado. O modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores, empregados ou prestadores de serviços, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das ações da Companhia.

(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

A Companhia possui uma política de valorização do mérito individual dos administradores, empregados ou prestadores de serviços, com base na obtenção de metas operacionais e financeiras e no desempenho individual. O Plano constitui um instrumento incentivador do bom desempenho individual e do comprometimento com metas empresariais.

(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano alinha os interesses da Companhia, de seus administradores, de seus empregados e de seus prestadores de serviços na medida em que visa à otimização da gestão e a manutenção de seus principais executivos e empregados cujo comprometimento e dedicação no desenvolvimento de suas atribuições impactarão positivamente os resultados da Companhia no curto e longo prazo.

(f) número máximo de ações abrangidas

Nos termos do Plano, poderão conferir direitos de aquisição/subscrição sobre um número de ações da Companhia que não exceda 1,5% das ações representativas do capital social total da Companhia, em bases totalmente diluídas, computando-se nesse cálculo todas as Opções já outorgadas nos termos do Plano, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas sem terem sido exercidas (e que voltarão a ficar disponíveis para novas outorgas), contanto que o número total de ações da emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia. Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as ações da Companhia vinculadas a tais Opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas de Opções.

(g) número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção assegura ao Beneficiário o direito de adquirir uma ação ordinária da Companhia. Sendo assim, a quantidade de direitos outorgados está atrelada ao limite de diluição descrito no item "f" acima.

(h) condições de aquisição de ações

Anualmente, ou quando julgar conveniente, o Conselho de Administração aprovará a outorga de Opções, elegendo os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas Opções nos termos do Plano, fixando o Preço de Exercício das Opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das Opções e impondo quaisquer outras condições relativas a tais Opções.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Conselho de Administração, conforme o caso, com base na média da cotação das ações da Companhia na BM&FBOVESPA, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 últimos pregões que antecederem a outorga, corrigido monetariamente de acordo com o IGP-M.

(j) critérios para fixação do prazo de exercício

As Opções se tornarão exercíveis na medida em que os respectivos Beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administrador, empregado ou prestador de serviço da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a data de outorga e as datas especificadas conforme segue: (a) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 1º aniversário da data de outorga; (b) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 2º aniversário da data de outorga; (c) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 3º aniversário da data de outorga; (d) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 4º aniversário da data de outorga; e (e) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 5º aniversário da data de outorga.

As Opções não exercidas nos prazos e condições estipulados serão consideradas automaticamente extintas, sem direito a indenização, observado o prazo máximo de vigência das Opções, que será de quatro anos a partir do término do respectivo prazo de carência.

(k) forma de liquidação

O Preço de Exercício será pago pelo Beneficiário nas formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração. Com o propósito de satisfazer o exercício das Opções, a Companhia poderá a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações dentro do limite do capital social da Companhia; ou (b) vender ações mantidas em tesouraria.

(l) restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração poderá subordinar o exercício da Opção a determinadas condições, bem como impor restrições à transferência das ações da Companhia adquiridas com o exercício das Opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações.

As Opções outorgadas nos termos do Plano são pessoais e intransferíveis, não podendo o Beneficiário, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer modo alienar a quaisquer terceiros as Opções, nem os direitos e obrigações a elas inerentes.

(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das Opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações da Companhia por parte dos Beneficiários.

O Conselho de Administração da Companhia e as sociedades envolvidas em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações poderão, a seu critério, desde que não haja prejuízo ao Beneficiário, determinar, sem prejuízo de outras medidas que decidirem por equidade: (a) a substituição das ações da Companhia objeto das Opções por ações, quotas ou outros valores mobiliários de emissão da

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

sociedade sucessora da Companhia; (b) a antecipação da aquisição do direito ao exercício das Opções, de forma a assegurar a inclusão das ações da Companhia correspondentes na operação em questão; e/ou (c) o pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus nos termos do Plano.

Na hipótese da ocorrência de operação de reorganização societária, ou de qualquer outro tipo de operação, que implique alienação ou transferência, direta ou indireta, do controle da Companhia, o Beneficiário terá direito, a critério do Conselho de Administração, (a) à antecipação da aquisição do direito ao exercício de todas as suas Opções ou (b) ao pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus, nos termos do Plano, caso tais Opções fossem totalmente exercidas.

Caso o número, espécie e classe das ações da Companhia existentes na data da aprovação do Plano venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração realizar o ajuste correspondente no número, espécie e classe das ações objeto das Opções outorgadas e seu respectivo Preço de Exercício, de forma a manter o equilíbrio das relações entre as partes, evitando distorções na aplicação do Plano.

(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo.

Se, a qualquer tempo, o Beneficiário (a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, renunciando ao seu cargo de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço: (i) as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as Opções já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais Opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa, destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço por justa causa, todas as Opções já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (c) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa, destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço: (i) as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as Opções já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas, no prazo de 30 dias contados da data do desligamento, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (d) desligar-se da Companhia por aposentadoria normal ou invalidez permanente: (i) as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as Opções já exercíveis de acordo com o Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas no prazo de 30 dias contados da data do desligamento, após o que tais Opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (e) desligar-se da Companhia por falecimento: (i) as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as Opções já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu falecimento, poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais Opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização. Para exercício das Opções na hipótese (ii) acima, a Companhia deverá notificar os herdeiros e sucessores legais do Beneficiário.

Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado Beneficiário, desde que as novas disposições do Plano não causem impacto adverso ao Beneficiário.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

	Companhia	Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	Ouro Fino Agronegócio Ltda.	Ouro Fino México, S.A. de C.V.	Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A.
Conselho de Administração	55%	0,000002%	0,000002%	3,6%	74%
Diretoria	2,98%	0%	0%	0%	4%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%	0%

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Em 30 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração aprovou os regulamentos e contratos de adesão ao referido Plano, bem como definiu os eleitos para a primeira outorga, que totalizou 809.135 opções de compra de ações, distribuídos em 17 beneficiários.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutaria
Nº De membros	-	2
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	-	266.669
Data em que se tomarão exercíveis	-	20% em dezembro de 2015 20% em dezembro de 2016 20% em dezembro de 2017 20% em dezembro de 2018 20% em dezembro de 2019
Prazo máximo para exercício das opções	-	Dezembro de 2023
Prazo de restrição à transferência das ações	-	N.A.
Preço médio ponderado de exercício	-	R\$28,22
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	R\$12,39
Opções exercíveis		
Quantidade	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício	-	-

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia desde sua constituição, em 10 de abril de 2014.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(a) modelo de precificação

O valor justo atribuído às opções outorgadas foi determinado com base no modelo de precificação Black-Scholes-Merton, modelo este que leva em consideração o valor do ativo objeto, o preço de exercício, o tempo a decorrer até o exercício das opções, a probabilidade da opção ser exercida, a volatilidade histórica, a taxa de dividendos e a taxa de juros livre de risco.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

A tabela abaixo apresenta os dados e premissas utilizadas no modelo de precificação:

Encerramento do período de carência (vesting)	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019
Preço da ação na data da outorga	30,61	30,61	30,61	30,61	30,61
Preço estimado de exercício (<i>strike</i>)	33,45	35,41	37,46	39,35	41,38
Tempo de vida esperado (em anos)	3,0	4,0	5,0	6,0	7,0
Volatilidade esperada	26,20%	26,20%	26,20%	26,20%	26,20%
Taxa de juros livre de risco	12,80%	12,60%	12,40%	12,30%	12,20%

A taxa de dividendos esperada é de aproximadamente 1,2% ao ano. No entanto, as opções têm dividendos protegidos, uma vez que o preço de exercício decresce de acordo com os dividendos distribuídos ao longo do tempo. Dessa forma, a taxa de dividendos utilizada no modelo de precificação foi de 0,0%.

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Para levar em consideração a estimativa de exercício antecipado, foi utilizado o *Simplified Method*, uma vez que as opções se encontram praticamente *at-the-money* na data de outorga. O *Simplified Method* considera a média entre (i) o momento que as opções adquirem o direito de aquisição e (ii) o prazo máximo para o seu exercício.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade foi calculada através do retorno dos preços das ações de empresas comparáveis, utilizando como base cinco anos, ou o máximo disponível para cada empresa, retroativos para a data de outorga. O valor da volatilidade utilizada foi de 26,2%.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

	Diretoria Estatutária
Nº de membros	2
Nome do plano	Itaú Vida e Previdência S.A.
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	0
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$539.155,48
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	0,00
Possibilidade de resgate antecipado e condições	Sim*

* As condições de resgate estão contidas no plano contratado por nós.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014
Nº de membros	2,00	5,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	805.068,00	305.000,00	30.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	796.068,00	30.000,00	30.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	800.568,00	124.000,00	30.000,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não aplicável, tendo em vista que não possuímos administradores ou membros do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos nossos controladores.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia não recebem qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**Remuneração prevista para o exercício social corrente 31/12/2015**

	Diretoria Estatutária
Sociedades controladas	2.490.984,38

Remuneração para o exercício social 31/12/2014

	Diretoria Estatutária
Sociedades controladas	797.184,00
Sociedades sobre controle comum	18.000,00

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 13.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Ouro Fino Saúde Animal			
Número de Empregados			
(Por atividade)	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014
Administrativos	117	148	304
Diretoria/executivos	5	9	11
Especialista	54	78	12
Gerente	14	19	29
Operacional	369	394	472
Supervisor	41	41	57
Técnico	13	20	39
Total	613	709	924

Ouro Fino Pet			
Número de Empregados			
(Por atividade)	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014
Administrativos	3	6	4
Diretoria/Executivos	1	1	1
Especialista	12	1	0
Gerente	3	3	5
Supervisor	2	0	0
Técnico	0	0	2
Comercial	1	15	13
Total	22	26	25

Ouro Fino Agronegócio			
Número de Empregados			
(Por atividade)	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014
Administrativos	111	94	62
Diretoria/Executivos	15	15	7
Especialista	39	54	5
Gerente	21	31	24
Operacional	74	60	20
Supervisor	30	23	8
Técnico	0	0	11
Comercial	122	125	144
Total	412	402	281

14.1 - Descrição dos recursos humanos

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Ouro Fino Saúde Animal			
Número de terceirizados			
(Por atividade)	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014
Alimentação	15	18	19
Limpeza	19	25	24
Manutenção	141	154	03
Segurança	17	23	25
Transporte	31	29	27
Total	223	249	98

Ouro Fino Agronegócio			
Número de terceirizados			
(Por atividade)	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014
Alimentação	15	18	0
Limpeza	6	6	5
Segurança	5	5	0
Transporte	44	31	7
Total	70	60	12

(c) índice de rotatividade

Ouro Fino Saúde Animal		
Índice de Rotatividade		
31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014
0,04%	0,16%	0,18%

Ouro Fino Pet		
Índice de Rotatividade		
31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014
0,04%	0,16%	0,22%

Ouro Fino Agronegócio		
Índice de Rotatividade		
31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014
0,41%	0,12%	0,27%

14.1 - Descrição dos recursos humanos

(d) exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas

Para informações sobre exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas, ver os itens 4.3 e 4.7 deste Formulário de Referência.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A Companhia possui uma política de remuneração baseada na prática salarial e de remuneração variável.

A política de remuneração salarial possui como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) a aplicação de critérios uniformes e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da empresa; (ii) proporcionar uma remuneração competitiva; (iii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam o reconhecimento e a valorização da performance individual ou de grupos multifuncionais; (iv) proporcionar uma remuneração que assegure a manutenção do poder aquisitivo dos empregados; e (v) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da empresa, como por exemplo; (a) formar uma estrutura de funções adequada à realidade do Grupo Ouro Fino, onde cada cargo tenha seu valor agregado claramente definido, subsidiando os gestores na alocação de pessoas; (b) estabelecer carreiras de cargos que estimulem e proporcionem o crescimento profissional dos empregados; (c) manter e otimizar a capacidade da empresa em obter, reter e desenvolver empregados, estimulando continuamente a motivação e incentivando o desempenho para a qualidade, para a produtividade e para o comprometimento com objetivos e resultados; (d) favorecer a administração e o controle compartilhado das políticas de Recursos Humanos, através do corpo diretivo com o suporte consultivo da área de Recursos Humanos do Grupo Ouro Fino; (e) dispor de instrumentos seguros para o controle de sintonia da linha de competitividade salarial e de benefícios da empresa em relação ao seu mercado; e (f) definir critérios que ampliem e flexibilizem alternativas de crescimento dos empregados na empresa estruturando meios adequados à sua movimentação horizontal e vertical, compatibilizando, racionalizando e dirigindo adequadamente os investimentos necessários.

Para consecução dos objetivos acima, o Grupo Ouro Fino conta com uma estrutura profissional própria de apoio gerencial. Conta, ainda, com o suporte de consultoria externa independente. Periodicamente e através de consultoria externa independente, são realizadas pesquisas de mercado junto a representativas empresas que espelham o painel competitivo, selecionadas em função da similaridade de atividade econômica, tecnologia de produtos e serviços, patrimônio líquido, localização geográfica, número de empregados entre outros aspectos de natureza técnica. Esse procedimento permite manter o controle de sintonia permanente do poder competitivo das estruturas salariais, bem como contribui para diagnosticar e corrigir possível vulnerabilidade.

O Grupo Ouro Fino utiliza-se de diversas regras para a movimentação dos seus empregados e consecução de sua política de remuneração salarial, dentre as quais destacamos: (i) alteração de cargos e salários, seja de forma individual, baseado no mérito pelo desempenho, ou de forma coletiva, decorrentes de reajustes salariais, de alterações na lei ou dos acordos coletivos celebrados com os sindicatos de representação; (ii) transferência interna de seus empregados, incentivando a renovação das forças de trabalho, fator que apresenta-se como fator altamente motivacional; e (iii) reposicionamento e reavaliação dos cargos, decorrentes de alteração de deveres, responsabilidades e funções dos empregados.

A política de remuneração variável compõe a remuneração total dos empregados, como forma de remunerar o desempenho dos profissionais pelo alcance de resultados e metas pré-acordadas entre gestores e subordinados. As metas deverão ser específicas, mensuráveis,

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

realistas e expressar o impacto final esperado pela organização do esforço empreendido pelo profissional. São elegíveis os empregados até o nível da gerência das empresas do Grupo Ouro Fino.

(b) política de benefícios

O Grupo Ouro Fino possui benefícios concedidos a seus colaboradores e extensivos às suas famílias, sendo que as empresas do Grupo Ouro Fino assumem 100% dos custos destes benefícios. Dentre os diversos benefícios, destacamos: (i) direito a três refeições por dia; (ii) direito a cesta básica; (iii) cartão horta, relacionada ao Projeto Nossa Horta; (iv) assistência médica; (v) assistência odontológica; (vi) convênio com farmácia; (vii) auxílio creche; (viii) centro de esporte e lazer; (ix) seguro de vida; (x) plano de previdência privada; (xi) auxílio bolsa estudo; (xii) curso de idiomas; (xiii) auxílio transporte; (ix) empréstimo consignado; e (x) auxílio moradia.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores

São elegíveis a participar do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia (“**Plano de Opção**”) os administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia, ou outra sociedade sob o seu controle. As características do Plano de Opção encontram-se descritas no item 13.4 deste Formulário de Referência.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A Companhia não possui histórico de relacionamento com as entidades sindicais, representativas de seus colaboradores. Não obstante, sua atuação pautar-se-á pelas condutas das empresas do Grupo Ouro Fino, que sempre mantiveram uma postura de respeito à organização sindical, à liberdade de associação e ao direito à negociação coletiva, primando pelo diálogo e pela busca de soluções negociadas.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Jardel Massari						
263.940.816-04	Brasileira-SP	Sim	Sim	17/10/2014		
	14.834.135	27,500000%	0	0,000000%	14.834.135	27,500000%
Norival Bonamichi						
263.572.166-15	Brasileira-SP	Sim	Sim	17/10/2014		
	14.834.135	27,500000%	0	0,000000%	14.834.135	27,500000%
BNDES Participações S.A.						
00.383.281/0001-09	Brasileira-RJ	Não	Não	17/10/2014		
	6.666.788	12,360000%	0	0,000000%	6.666.788	12,360000%
General Atlantic Ouro Fino Participações S.A.						
20.512.120/0001-85	Brasileira-SP	Sim	Não	17/10/2014		
	8.770.507	16,260000%	0	0,000000%	8.770.507	16,260000%
OUTROS						
	8.836.742	16,380000%	0	0,000000%	8.836.742	16,380000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL						
	53.942.307	100,000000%	0	0,000000%	53.942.307	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BNDES Participações S.A.				00.383.281/0001-09	
OUTROS					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	28/04/2015
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	786
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	7
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	100

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	22.670.347	42,020000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	22.670.347	42,020000%

15.4 - Organograma dos acionistas

O organograma do grupo econômico da Companhia encontra-se no item 8.2 deste Formulário de Referência.

Partes	Norival Bonamichi, Jardel Massari (“ Acionistas Principais ”) e GA Latin America Investments, LLC (“ General Atlantic ”). Intervenientes Anuente: Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.
Data de celebração	29 de setembro de 2014.
Prazo de vigência	O acordo de acionistas entrou em vigor mediante o encerramento da oferta pública inicial de ações da Companhia (“ IPO ”). O acordo de acionistas será extinto caso a General Atlantic e qualquer de suas afiliadas se tornem titulares de menos de (i) 50% da participação por eles detida no encerramento do IPO, sendo certo que nenhum evento de diluição no âmbito do qual direitos de preferência ou prioridade não sejam concedidos à General Atlantic será considerado para o cálculo do limite estabelecido acima; ou (ii) 5% do capital social da Companhia, o que ocorrer primeiro.
Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle	Nos termos do Acordo de Acionistas, as partes comprometem-se a (i) proferir seus votos em todas e quaisquer assembleias gerais da Companhia; (ii) fazer com que a Companhia exerça seus direitos de voto nas sociedades controladas; e (iii) instruir seus representantes nos órgãos de gestão da Companhia a cumprir com as disposições do Acordo de Acionistas. Adicionalmente, o Acordo de Acionistas estabelece matérias que estarão sempre sujeitas à aprovação prévia da General Atlantic, quais sejam (i) qualquer alteração nos contratos de rateio e de licenciamento de marcas da Companhia, os quais se encontram descritos no item 16.1 deste Formulário de Referência; (ii) qualquer operação entre a Companhia e partes relacionadas que exceda o valor de R\$5 milhões anuais; ou (iii) qualquer alteração das disposições estatutárias da Companhia estabelecendo que tais transações entre partes relacionadas deverão ser aprovadas pela maioria dos conselheiros independentes do Conselho de Administração e, se aplicável, pela assembleia geral de acionistas, sem que sejam computados os votos dos Acionistas Principais. Para maiores informações sobre o Acordo de Acionistas, veja o item 6.5 deste Formulário de Referência.
Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores	Nos termos do Acordo de Acionistas, a General Atlantic terá o direito de indicar um membro do Conselho de Administração da Companhia, bem como seu respectivo suplente, conforme aplicável.
Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las	Nos termos do Acordo de Acionistas, a General Atlantic não poderá alienar ou de qualquer outra forma dispor das ações de emissão da Companhia que venha a subscrever por um período de nove meses após a liquidação do IPO (exceto por transferências para afiliadas ou para partes relacionadas).
Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto dos membros de conselho de administração	Não existem demais restrições ou vinculação do direito de voto dos membros do Conselho de Administração.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

As alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores nos três últimos exercícios sociais foram descritas no item 6.5 deste Formulário de Referência.

15.7 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 15.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

As operações da Companhia com partes relacionadas são sempre realizadas observando preço e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício ou prejuízo para a Companhia ou para quaisquer outras partes.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

Política de Transações com Partes Relacionadas

Em atenção às melhores práticas de governança corporativa, e em aderência às especificidades de seu modelo de negócio, foi aprovada, em assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 29 de setembro de 2014, e alterada em assembleia geral extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2014, uma Política de Transações com Partes Relacionadas. Esta política tem por objetivo dar transparência aos acionistas da Companhia, investidores e ao mercado em geral.

A Política de Transações com Partes Relacionadas define de forma objetiva conceitos sobre partes relacionadas e transações com partes relacionadas, além de estabelecer exigências mínimas de divulgação de informações sobre essas transações.

A Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia está disponível no website da Companhia, no seguinte endereço: <http://ri.ourofino.com/>

Em 30 de julho de 2014, a Companhia celebrou um contrato por meio do qual outorgou a licença de uso de suas marcas para a Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A., a Ouro Fino Química Ltda., a Ouro Fino Hong Kong Limited e a Shanghai Ouro Fino Trading Co., Ltd., a título oneroso, por um valor de R\$ 1.500.000,00 para o primeiro período de 10 anos de vigência do contrato. A licença para o uso referem-se às marcas de titularidade da Companhia, especificamente no que tange às atividades do segmento agroquímico do Grupo Ouro Fino.

Em 26 de setembro de 2014, a Companhia celebrou um contrato com seus acionistas controladores, Jardel Massari e Norival Bonamichi, por meio do qual outorgou a licença de uso de determinadas classes de marcas relacionadas à marca “Ouro Fino” para o condomínio rural de propriedade de seus acionistas controladores, localizado no município de Guataporã, Estado de São Paulo, a título oneroso, por um valor de R\$ 5.000,00 por ano, sendo que o contrato possui um prazo de vigência de 10 anos. A licença tem por objetivo a promoção da marca “Ouro Fino” por meio de sua exposição através das atividades pecuárias desenvolvidas em tal condomínio rural de propriedade dos acionistas controladores da Companhia, o que incluirá sua exposição e divulgação em eventos relacionados a animais de elite reconhecidos nacionalmente com ampla divulgação em campeonatos e exposições do setor pecuário.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Os quadros abaixo apresentam as operações com partes relacionadas celebradas pelas Companhia e suas controladas.

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração
Ouro Fino Química Ltda.	31/12/2014	R\$838.069,45	R\$838.069,45	R\$838.069,45	N/A
Relação com o emissor	Ouro Fino Química Ltda. é sociedade sob controle comum com a Companhia.				
Objeto do contrato	O contrato de compartilhamento de despesas é celebrado entre a Ouro Fino Saúde Animal Ltda., controlada da companhia, com as Empreendimentos S.A. e Ouro Fino Química Ltda. (“ Compartilhadoras ”), com anuência da companhia e de suas outras controladas. Em termos gerais, o contrato visa aumentar a eficiência administrativa das partes, concentrando serviços administrativos e de apoio, que são prestados pela Ouro Fino Saúde Animal Ltda., assim, o contrato tem por objeto estabelecer as regras e condições para o compartilhamento e reembolso de despesas incorridas pela Ouro Fino Saúde Animal Ltda. em relação às despesas incorridas em benefício das Compartilhadoras. Os principais serviços compartilhados são relativos a recursos humanos, auditoria interna e conservação patrimonial. O contrato prevê que o compartilhamento será realizado em base de custo real, de acordo com o tempo e a complexidade das atividades compartilhadas, por meio de notas de débito acompanhadas de descritivos das despesas, sendo as despesas contadas a partir do recebimento das notas de débito. O contrato prevê todos os critérios a serem utilizados para compartilhamento, incluindo a aprovação prévia por qualquer das partes mediante o envio de notificação escrita à outra parte com 120 dias de antecedência.				
Garantia e seguros	N/A				
Rescisão ou extinção	N/A				
Natureza e razão para a operação	Saldo a receber decorrente a rateio de despesas de Centro de Serviços Compartilhados.				

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração
Ouro Participações e Empreendimentos S.A.	31/12/2014	R\$28.639,21	R\$28.639,21	R\$28.639,21	N/A
Relação com o emissor	Ouro Participações e Empreendimentos S.A. é sociedade sob controle comum com a Companhia.				
Objeto do contrato	O contrato de compartilhamento de despesas é celebrado entre a Ouro Fino Saúde Animal Ltda., controlada da companhia, com as Empreendimentos S.A. e Ouro Fino Química Ltda. (“ Compartilhadoras ”), com anuência da companhia e de suas outras controladas. Em termos gerais, o contrato visa aumentar a eficiência administrativa das partes, concentrando serviços administrativos e de apoio, que são prestados pela Ouro Fino Saúde Animal Ltda., assim, o contrato tem por objeto estabelecer as regras e condições para o compartilhamento e reembolso de despesas incorridas pela Ouro Fino Saúde Animal Ltda. em relação às despesas incorridas em benefício das Compartilhadoras. Os principais serviços compartilhados são relativos a recursos humanos, auditoria interna e conservação patrimonial. O contrato prevê que o compartilhamento será realizado em base de custo, de acordo com o tempo e a complexidade das atividades compartilhadas, por meio de notas de débito acompanhadas de descritivos das despesas. O contrato prevê que o compartilhamento será realizado em base de custo, contado a partir do recebimento das notas de débito. O contrato prevê todos os critérios a serem utilizados para compartilhamento de despesas, e a obrigação de notificar por qualquer das partes mediante o envio de notificação escrita à outra parte com 120 dias de antecedência.				
Garantia e seguros	N/A				
Rescisão ou extinção	N/A				
Natureza e razão para a operação	Saldo a receber decorrente a rateio de despesas de Centro de Serviços Compartilhados.				

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Condomínio Rural Ouro Fino	31/12/2014	R\$78.103,63	R\$78.103,63	R\$78.103,63	N/A	Não	N/A
Relação com o emissor	Condomínio Rural Ouro Fino possui como sócios os Senhores Jardel Massari e Norival Bonamichi, acionistas controladores da Companhia.						
Objeto do contrato	Operações comerciais de venda de medicamentos veterinários						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Saldo a receber decorrente a vendas de medicamentos veterinários.						

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Executivos da Companhia e empresas controladas	31/12/2014	R\$954.480,91	R\$954.480,91	R\$954.480,91	N/A	Não	N/A
Relação com o emissor	Executivos da Companhia e empresas controladas.						
Objeto do contrato	Saldo de contas a receber em decorrência de alterações na participação societária nas controladas Ouro Fino Agronegócio Ltda. e Ouro Fino Pet Ltda..						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Saldo a receber de executivos da Companhia e empresas controladas.						

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A., Ouro Fino Química Ltda., Ouro Fino Hong Kong Limited. e Shanghai Ouro Fino Trading Co., Ltd.	31/12/2014	R\$41.666,67	R\$41.666,67	R\$41.666,67	N/A	Não	N/A
Relação com o emissor	Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A., Ouro Fino Química Ltda., Ouro Fino Hong Kong Limited. e Shanghai Ouro Fino Trading Co., Ltd. são sociedades sob controle comum com a Companhia.						
Objeto do contrato	Saldo de contas a receber em decorrência da cobrança da licença de uso das marcas Ouro Fino.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Contrato de licenciamento de marcas.						

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Ouro Fino Química Ltda.	31/12/2014	R\$221.848,83	R\$221.848,83	R\$221.848,83	N/A	Sim	N/A
Relação com o emissor	Ouro Fino Química Ltda. é sociedade sob controle comum com a Companhia.						
Objeto do contrato	O contrato de compartilhamento de despesas é celebrado entre a Ouro Fino Saúde Animal Ltda., controlada da companhia, com as partes relacionadas Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. e Ouro Fino Química Ltda. (“ Compartilhadoras ”), com anuência da companhia e de suas outras controladas (Ouro Fino Agronegócio Ltda. e Ouro Fino Pet Ltda.). Em termos gerais, o contrato visa aumentar a eficiência administrativa das partes, concentrando serviços administrativos e de apoio, que também beneficiam as Compartilhadoras, na empresa Ouro Fino Saúde Animal Ltda., assim, o contrato tem por objeto estabelecer as regras e condições para o compartilhamento e reembolso proporcional pelas Compartilhadoras à Ouro Fino Saúde Animal Ltda. em relação às despesas incorridas em benefício das Compartilhadoras. Os principais serviços compartilhados são relativos a controladoria, jurídico, tecnologia da informação, recursos humanos, auditoria interna e conservação patrimonial. O contrato prevê que o compartilhamento será realizado em base de custos incorridos, sem remuneração adicional, considerando-se o tempo e a complexidade das atividades compartilhadas, por meio de notas de débito acompanhadas de descritivos das despesas, a serem reembolsadas no prazo de 15 dias corridos contados a partir do recebimento das notas de débito. O contrato prevê todos os critérios a serem utilizados para compartilhamento. O contrato tem prazo indeterminado, podendo ser rescindido por qualquer das partes mediante o envio de notificação escrita à outra parte com 120 dias de antecedência.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Saldo a pagar decorrente a rateio de despesas de Centro de Serviços Compartilhados.						

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	15/02/2008	R\$16.156.388,00	R\$3.582.486,00	R\$16.156.388,00	15/04/2016	Sim	2,23% a.a. acima da taxa de captação de recursos externos do BNDES e 2,23% a.a. acima da TJLP
Relação com o emissor	BNDES Participações S.A. – BNDESPAR é acionista da Companhia.						
Objeto contrato	Financiamento destinado à construção de prédio corporativo para abrigar todas as unidades de negócio, internalização da produção de comprimidos, construção de unidade de orais e sólidos, ampliação da tancagem e de produção de defensivos para uso em animais, ampliação da estação de tratamento de esgoto e obras para reaproveitamento do ar condicionado das áreas limpas para os almoxarifados, todos na unidade de Cravinhos/SP, e aquisição de máquinas e equipamentos nacionais necessários aos projetos citados.						
Garantia e seguros	Norival Bonamichi e Jardel Massari prestam fiança em benefício da Ouro Fino Saúde Animal Ltda. e foi celebrada hipoteca. A prestação dessa garantia pelos acionistas controladores não implicou o pagamento de qualquer custo ou remuneração pela Companhia ou suas controladas.						
Rescisão ou extinção	Adimplemento das obrigações contratadas, vencimento antecipado (i.e. inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Companhia, ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido quórum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou ainda, a inclusão naqueles documentos, de dispositivo que importe em (i) restrições a capacidade de crescimento da Ouro Fino Saúde Animal Ltda. ou ao seu desenvolvimento tecnológico; (ii) restrições de acesso da Ouro Fino Saúde Animal Ltda. a novos mercados; (iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação) nos termos do contrato ou das disposições aplicáveis aos contratos celebrados com o BNDES ou liquidação antecipada.						
Natureza e razão para a operação	Financiamento com o BNDES						

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	12/02/2010	R\$4.816.000,00	R\$1.341.995	R\$4.816.000,00	15/08/2016	Sim	Subcrédito A - 1,95% a.a. TJLP + 1% a.a.; Subcrédito C e D - 3,15% a.a. TJLP + 1% a.a.; Subcrédito B - 1,95% a.a. TJLP; Subcrédito E - 4,5% a.a.
Relação com o emissor	BNDES Participações S.A. – BNDESPAR é acionista da Companhia.						
Objeto contrato	Financiamento destinado à construção de prédio corporativo para abrigar todas as unidades de negócio, internalização da produção de comprimidos, construção de unidade de orais e sólidos, ampliação da tancagem e de produção de defensivos para uso em animais, ampliação da estação de tratamento de esgoto e obras para reaproveitamento do ar condicionado das áreas limpas para os almoxarifados, todos na unidade de Cravinhos/SP, e aquisição de máquinas e equipamentos nacionais necessários aos projetos citados.						
Garantia e seguros	Norival Bonamichi e Jardel Massari prestam fiança em benefício da Ouro Fino Saúde Animal Ltda.. A prestação dessa garantia pelos acionistas controladores não implicou o pagamento de qualquer custo ou remuneração pela Companhia ou suas controladas.						
Rescisão ou extinção	Adimplemento das obrigações contratadas, vencimento antecipado (i.e. inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Companhia, ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido quórum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou ainda, a inclusão naqueles documentos, de dispositivo que importe em (i) restrições a capacidade de crescimento da Ouro Fino Saúde Animal Ltda. ou ao seu desenvolvimento tecnológico; (ii) restrições de acesso da Ouro Fino Saúde Animal Ltda. a novos mercados; (iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação) nos termos do contrato ou das disposições aplicáveis aos contratos celebrados com o BNDES ou liquidação antecipada.						
Natureza e razão para a operação	Financiamento com o BNDES						

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	25/05/2007	R\$12.400.000,00	R\$2.159.934,00	R\$12.400.000,00	15/01/2016	Sim	Subcrédito A e C - 3,2% a.a. acima da taxa de despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira. Subcrédito B e D - 3,7% a.a. para o B e 3,2% a.a. para o D - ambos + TJLP.
Relação com o emissor	BNDES Participações S.A. – BNDESPAR é acionista da Companhia.						
Objeto contrato	Financiamento destinado à implantação de duas novas unidades industriais para a produção de medicamentos terapêuticos hormonais e para o desenvolvimento e produção de vacinas contra a febre aftosa, no município de Cravinhos/SP e aquisição de máquinas e equipamentos nacionais necessários à esse projeto.						
Garantia e seguros	Foi celebrada hipoteca e Norival Bonamichi e Jardel Massari prestam fiança em benefício da Ouro Fino Saúde Animal Ltda.. A prestação dessa garantia pelos acionistas controladores não implicou o pagamento de qualquer custo ou remuneração pela Companhia ou suas controladas.						
Rescisão ou extinção	Adimplemento das obrigações contratadas, vencimento antecipado (i.e. inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Companhia, ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido quórum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou ainda, a inclusão naqueles documentos, de dispositivo que importe em (i) restrições a capacidade de crescimento da Ouro Fino Saúde Animal Ltda. ou ao seu desenvolvimento tecnológico; (ii) restrições de acesso da Ouro Fino Saúde Animal Ltda. a novos mercados; (iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação) nos termos do contrato ou das disposição aplicáveis aos contratos celebrados com o BNDES ou liquidação antecipada.						
Natureza e razão para a operação	Financiamento com o BNDES						

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	De 14/05/2010 até 11/04/2012	R\$5.473.029,29	R\$1.276.023,00	R\$5.473.029,29	7 à 10 anos	SIM	4,50%
Relação com o emissor	BNDES Participações S.A. – BNDESPAR é acionista da Companhia.						
Objeto contrato	Os contratos celebrados com o Banco do Brasil S.A. ou com o Banco Rabobank International Brasil S.A. são repasses de recursos da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME – integrante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para a aquisição de maquinários.						
Garantia e seguros	Em garantia ao cumprimento desses contratos, a Ouro Fino Saúde Animal Ltda. concedeu em alienação fiduciária os bens adquiridos com os recursos dos repasses e o Sr. Jardel Massari e o Sr. Norival Bonamichi, prestaram fiança em benefício da Ouro Fino Saúde Animal Ltda com as respectivas outorgas uxórias da Sra. Cilene Regina Cerantola Biasi Massari e da Sra. Lucinéia Garcia Ribeiro Bonamichi (quando aplicável). A prestação dessa garantia pelos acionistas controladores não implicou o pagamento de qualquer custo ou remuneração pela Companhia ou suas controladas.						
Rescisão ou extinção	(i) não pagar pontualmente as prestações previstas no instrumento, ou se não dispuser de saldo suficiente nas datas dos respectivos vencimentos para que o credor promova os lançamentos contábeis destinados a liquidações, conforme autorização para débito em conta; (ii) sofrer protesto cambial, requerer a sua recuperação extrajudicial, judicial ou falência ou tiver a sua falência ou insolvência civil requerida, ou por qualquer motivo encerrar suas atividades; (iii) sofrer ação judicial ou procedimento fiscal capaz de colocar em risco as garantias constituídas ou o cumprimento das obrigações assumidas; (iv) prestar informações incompletas ou alteradas, inclusive através de documento público ou particular de qualquer natureza; (v) prestar informações que, se de conhecimento do credor, poderiam alterar seus julgamentos e/ou avaliações; (vi) tornar-se inadimplente em outras operações mantidas junto ao credor; (vii) exceder o limite do crédito concedido; (viii) desviar no todo ou em parte os bens dados em garantia; (ix) não manter em dia o seguro dos bens dados em garantia; e (x) não reforçar no prazo indicado na comunicação que lhe for feita pelo credor as garantias constituídas.						
Natureza e razão para a operação	Oito contratos de financiamento para aquisição de maquinários com o Banco do Brasil S.A. ou Banco Rabobank International Brasil S.A.						

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Executivos da Companhia e empresas controladas	31/12/2014	R\$78.209,00	R\$78.209,00	R\$78.209,00	N/A	Sim	N/A
Relação com o emissor	Executivos da Companhia e empresas controladas.						
Objeto do contrato	Saldo a pagar em decorrência de aquisição de participação em empresas controladas.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Saldo a pagar à executivos da Companhia e empresas controladas.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

As informações relativas ao item 16.2 foram prestadas na seção 16.1 deste Formulário de Referência.

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse, aplicando-se à hipótese práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado e na Lei das Sociedades por Ações, segundo a qual o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável, respondendo o acionista pelos danos causados e pela restituição à Companhia das vantagens que tiver auferido.

Ao Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal é submetida a decisão acerca de todas as nossas operações, conforme competência descrita pelo nosso Estatuto Social vigente. Assim, todas as nossas operações, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos nossos órgãos decisórios a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes. Ademais, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer membro do nosso Conselho de Administração está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho de Administração, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os nossos. Entende-se por negócios celebrados em conflito de interesses aqueles não celebrados em condições normais de mercado, havendo benefício à parte relacionada e possibilidade de nos causar dano ou prejuízo. Em especial, o artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações normatiza o exercício ao direito de voto dos acionistas em assembleia geral, bem como regula a responsabilidade do acionista controlador na sociedade.

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia e suas controladas, ao celebrarem acordo ou estabelecerem relação comercial, o fazem sempre observando as condições praticadas no mercado à época da transação.

A escolha da empresa que será contratada sempre leva em consideração o critério do melhor preço, conhecimento do mercado, entre outros.

Nos casos de contratos de locação a ser celebrados com partes relacionadas, os valores praticados são baseados em laudos de avaliação elaborados por empresa independente, exclusivamente para este fim.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
13/11/2014	298.888.912,52		53.942.307	0	53.942.307
Tipo de capital	Capital Subscrito				
13/11/2014	298.888.912,52		53.942.307	0	53.942.307
Tipo de capital	Capital Integralizado				
13/11/2014	298.888.912,52		53.942.307	0	53.942.307
Tipo de capital	Capital Autorizado				
20/08/2014	550.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/06/2014	Assembleia Geral	30/06/2014	188.626.985,84	Subscrição particular	188.626.985	0	188.626.985	500,00000000	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Valor patrimonial da ação.								
Forma de integralização		Incorporação do acervo cindido da Ouro Fino Participações, avaliado em R\$188.626.985,84.								
25/09/2014	Assembleia Geral	25/09/2014	3.819.137,68	Subscrição particular	209.521	0	209.521	0,02024698	18,23	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Laudo de avaliação das quotas de emissão da Ouro Fino Agronegócio Ltda. e da Ouro Fino Pet Ltda.								
Forma de integralização		Conferência de bens, nos termos do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações, consistentes em quotas da Ouro Fino Agronegócio e da Ouro Fino Pet.								
17/10/2014	Conselho de Administração	17/10/2014	51.923.079,00	Subscrição pública	1.923.077	0	1.923.077	0,26989509	27,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Valor de mercado, definido após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding") no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia. realizado pelos Coordenadores da Oferta no Brasil, e pelas instituições financeiras que realizaram esforços de colocação das ações de emissão da Companhia no exterior, tendo sido consideradas as intenções dos investidores institucionais para a subscrição e aquisição das ações de emissão da Companhia, em conformidade com as disposições do §1º, I e §7º do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, do artigo 23, parágrafo 1º e do artigo 44 da Instrução da CVM 400, sendo este o critério mais apropriado para determinar o preço justo das ações.								
Forma de integralização		Moeda corrente nacional.								
13/11/2014	Conselho de Administração	13/11/2014	54.519.210,00	Subscrição pública	2.019.230	0	2.019.230	0,22310134	27,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Valor de mercado, definido após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding") no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia. realizado pelos Coordenadores da Oferta no Brasil, e pelas instituições financeiras que realizaram esforços de colocação das ações de emissão da Companhia no exterior, tendo sido consideradas as intenções dos investidores institucionais para a subscrição e aquisição das ações de emissão da Companhia, em conformidade com as disposições do §1º, I e §7º do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, do artigo 23, parágrafo 1º e do artigo 44 da Instrução da CVM 400, sendo este o critério mais apropriado para determinar o preço justo das Ações.								
Forma de integralização		Moeda corrente nacional.								

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
20/08/2014	188.627.485	0	188.627.485	62.875.828	0	62.875.828
Grupamento						
25/09/2014	63.085.349	0	63.085.349	50.000.000	0	50.000.000

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não sofreu reduções do capital social desde sua constituição, em 10 de abril de 2014.

17.5 - Outras informações relevantes

Nossas Práticas de Governança Corporativa e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC

Segundo o IBGC, governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeram, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, adotamos as seguintes:

- capital social da Companhia dividido somente em ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;
- manutenção e divulgação de registro contendo a quantidade de ações que cada sócio possui, identificando-os nominalmente;
- obrigatoriedade na oferta de compra de ações que resulte em transferência do controle societário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente. No caso de alienação da totalidade do bloco de controle, o adquirente deve dirigir oferta pública a todos os acionistas nas mesmas condições do controlador (*tag-along*);
- contratação de empresa de auditoria independente para análise de seus balanços e demonstrativos financeiros;
- previsão estatutária para instalação de um Conselho Fiscal;
- clara definição no Estatuto Social (a) da forma de convocação da Assembleia Geral, e (b) da forma de eleição, destituição e tempo de mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- adoção de Conselho de Administração;
- transparência na divulgação pública do relatório anual da administração;
- livre acesso às informações e instalações da companhia pelos membros do Conselho de Administração;
- resolução de conflitos que possam surgir entre a Companhia, seus acionistas, seus administradores e membros do Conselho Fiscal, por meio de arbitragem;

17.5 - Outras informações relevantes

- a assembleia geral de acionistas tem competência para deliberar sobre: (a) aumento ou redução do capital social e outras reformas do Estatuto Social; (b) eleição ou destituição, a qualquer tempo, de conselheiros de administração e conselheiros fiscais; (c) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras; e (d) transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da sociedade; e
- escolha do local para a realização da Assembleia Geral de forma a facilitar a presença de todos os acionistas ou seus representantes.

Novo Mercado

Em 2000, a BM&FBOVESPA introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a (i) emitir apenas ações ordinárias; (ii) manter, no mínimo, 25% de ações do capital da Companhia em circulação; (iii) detalhar e incluir informações adicionais nas informações trimestrais; e (iv) disponibilizar as demonstrações financeiras anuais no idioma inglês e com base em princípios de contabilidade internacionalmente aceitos ou com base na legislação societária brasileira, neste caso acompanhadas de nota explicativa que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo os critérios contábeis brasileiros e segundo os padrões de contabilidade internacionalmente aceitos, evidenciando as principais diferenças, e do parecer dos auditores independentes. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a companhia, seus administradores e acionistas controladores e a BM&FBOVESPA, além da adaptação do estatuto da companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado. As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos. As principais regras relativas ao Novo Mercado são sucintamente descritas a seguir, às quais também estaremos sujeitos.

Autorização para Negociação no Novo Mercado

Primeiramente, a companhia que tenha intenção de listar seus valores mobiliários no Novo Mercado deve obter e manter atualizado seu registro de companhia aberta junto à CVM. Além disso, a companhia deve, entre outras condições, firmar Contrato de Participação no Novo Mercado e adaptar seu estatuto às cláusulas mínimas exigidas pela BM&FBOVESPA. Com relação à estrutura do capital social, deve ser dividido exclusivamente em ações ordinárias e uma parcela mínima de ações, representando 25% do capital social, deve ser mantida em

17.5 - Outras informações relevantes

circulação pela companhia. Existe, ainda, uma vedação à emissão de partes beneficiárias (ou manutenção em circulação) pelas companhias listadas no Novo Mercado.

O conselho de administração de companhias autorizadas que terão suas ações negociadas no Novo Mercado deve ser composto por no mínimo cinco membros, eleitos pela assembleia geral, com mandato unificado de, no máximo, dois anos, sendo permitida a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração, ao menos 20% devem ser Conselheiros Independentes.

Todos os novos membros do conselho de administração e da diretoria devem subscrever um Termo de Anuência dos Administradores, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura desse documento. Por meio do Termo de Anuência, os novos administradores da companhia responsabilizam-se pessoalmente a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e com o Regulamento do Novo Mercado.

Outras Características do Novo Mercado

Entre os requisitos impostos às companhias listadas no Novo Mercado, destacamos: (i) a obrigação de efetivar ofertas públicas de ações sob determinadas circunstâncias, como, por exemplo, quando do cancelamento do registro de negociação no Novo Mercado; (ii) dever de em qualquer distribuição pública de ações a favorecer a dispersão acionária; (iii) extensão para todos os acionistas das mesmas condições obtidas pelos controladores quando da alienação do controle da companhia; (iv) obrigações de prestação de informações não financeiras a cada trimestre, como, por exemplo, o número de ações detidas pelos administradores da companhia e o número de ações em circulação; (v) dever de maior divulgação de operações com partes relacionadas; e (vi) necessária vinculação da Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal ao Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA para a resolução de conflitos que possam surgir entre eles, relacionados ou oriundos da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional (“**CMN**”), BACEN e CVM, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Adicionalmente, em decorrência da Resolução CMN 3.456/2007, que estabeleceu novas regras de aplicação dos recursos das entidades fechadas de previdência privada, ações de emissão de companhias que adotam práticas diferenciadas de governança corporativa, tais como aquelas cujos valores mobiliários são admitidos à negociação no segmento especial Novo Mercado ou cuja classificação de listagem seja Nível 1 ou Nível 2 de acordo com a regulamentação emitida pela BM&FBOVESPA podem ter maior participação na carteira de investimento de tais fundos de pensão. Assim, as ações de companhias que adotam práticas de governança corporativa passaram a ser, desde a edição da referida Resolução, um investimento importante e atraente para as entidades fechadas de previdência privada que são grandes investidores do mercado de capitais brasileiro. Este fato poderá impulsionar o desenvolvimento do Novo Mercado, beneficiando as companhias cujos valores mobiliários são ali negociados, inclusive a nossa.

Conforme disposto em nosso Estatuto Social, todos os direitos e garantias previstos no Regulamento do Novo Mercado são disponibilizados aos nossos acionistas.

Alterações recentes no Regulamento de Listagem do Novo Mercado

17.5 - Outras informações relevantes

Em maio de 2011, entrou em vigor o novo regulamento do Novo Mercado. Dentre as alterações aprovadas, destacam-se principalmente aquelas relacionadas ao conselho de administração e à limitação estatutária do exercício do direito de voto pelos acionistas.

Em relação ao exercício do direito de voto pelos acionistas, as principais alterações são (i) a vedação ao estabelecimento de limitação de voto em percentual inferior a 5% do capital social, ou seja, a companhia não poderá prever, em seu estatuto social, disposições que limitem o número de votos de acionistas em percentuais inferiores a 5% do capital social, exceto em casos de desestatização ou de limites previstos em lei ou regulamentação aplicável à atividade desenvolvida pela companhia; (ii) exceto nos casos exigidos em lei ou regulamentação aplicável, as companhias não poderão prever, em seus estatutos sociais, disposições que estabeleçam quórum qualificado para a deliberação de matérias que devam ser submetidas à assembleia geral de acionistas; e (iii) exceto nos casos previstos em lei ou regulamentação aplicável, as companhias não poderão prever, em seus estatutos sociais, disposições que impeçam o exercício de voto favorável ou imponham ônus aos acionistas que votarem favoravelmente à supressão ou alteração de cláusulas estatutárias.

Já no que diz respeito ao conselho de administração, as principais alterações aprovadas são (i) a vedação à acumulação de cargos de presidente do conselho de administração e diretor presidente ou principal executivo e (ii) a manifestação obrigatória do conselho de administração sobre os termos e condições de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da companhia, levando em consideração o interesse do conjunto dos acionistas.

Ressalta-se, ainda, outras alterações relevantes como a determinação de que as companhias deverão divulgar as políticas adotadas sobre a negociação de valores mobiliários de sua emissão, por parte da própria companhia, seu acionista controlador e administradores e, ainda, o dever de elaborar e divulgar um código de conduta que estabeleça os valores e princípios que orientam suas atividades.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Mínimo legal de 25% do saldo de lucro líquido do exercício anterior, calculado conforme a Lei das Sociedades por Ações, devem ser distribuído a título de dividendo obrigatório anual.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação da Companhia, após pagar todas as nossas obrigações, os acionistas receberão os pagamentos relativos ao reembolso do capital investido na proporção de suas respectivas participações no capital social. Qualquer acionista dissidente de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderá retirar-se do quadro acionário, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial, nos termos do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, desde que ocorra qualquer uma das hipóteses expressamente previstas nos incisos I a VI e IX do artigo 136 na Lei das Sociedades por Ações. O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da assembleia geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso, nos termos do artigo 137, IV da Lei das Sociedades por Ações.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o estatuto social da Companhia, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em assembleias gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos: (i) direito a participar da distribuição dos lucros; (ii) direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; (iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (v) o direito de voltar nas assembleias gerais e (vi) direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Direito e participação em oferta pública por alienação de controle: Nos termos do artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações, do Regulamento do Novo Mercado e do estatuto social da Companhia, caso ocorra uma oferta pública por alienação de controle da Companhia, o ofertante deverá realizar nova oferta pública de aquisição de ações direcionada a todos os acionistas da Companhia, nas mesmas condições e valores da oferta inicial.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não há, no estatuto social da Companhia, regras que representem limitações ao exercício do direito de voto. Cada ação ordinária representa um voto nas deliberações da Assembleia Geral. No entanto, há regras estatutárias que obrigam os acionistas a realizar oferta pública de aquisição de ações em determinadas situações.

O artigo 37 do nosso Estatuto Social indica que a alienação de controle da sociedade, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos demais acionistas da Sociedade, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e da regulamentação da CVM.

A oferta pública de aquisição de ações também será exigida, de acordo com parágrafo único do artigo 37 do nosso Estatuto Social: (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações emitidas pela Companhia, que venha a resultar na alienação de controle da Companhia; e (ii) em caso de alienação de controle de sociedade que detenha o poder de controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nesta alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

Para os fins deste item, os termos Acionista Controlador, Acionista Controlador Alienante, Alienação de Controle, Comprador e Poder de Controle, terão o sentido que lhes é atribuído pelo Regulamento do Novo Mercado e no nosso Estatuto Social.

Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública referida no artigo 37 do nosso Estatuto Social; e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos seis meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações de nossa emissão nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Nós não registraremos qualquer transferência de ações ao Comprador do Poder de Controle, ou àquele(s) que vier(em) a deter o nosso Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores, a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

A Lei das Sociedades por Ações e o estatuto social da Companhia facultam à Assembleia Geral o direito de suspender o exercício dos direitos dos acionistas. Além desta previsão, o estatuto social da Companhia não estabelece mais nenhuma exceção ou cláusula suspensiva relativa a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social 31/12/2014

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/12/2014	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	133.547.022	31,80	27,50	R\$ por Unidade

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía outros valores mobiliários emitidos que não suas ações.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações ordinárias de emissão da Companhia são admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA sob o código OFSA3.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

Oferta Pública Inicial de Ações

Em 20 de agosto de 2014, a Assembleia Geral da Companhia autorizou a realização de uma oferta pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão Companhia. O aumento do capital social da Companhia no contexto da oferta foi aprovado em 17 de outubro de 2014, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$51.923.079,00, passando o então capital social de R\$192.446.623,52 para R\$244.369.702,52, mediante a emissão de 1.923.077 ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$27,00.

Em 13 de novembro de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital da Companhia em decorrência do exercício da opção de ações do lote suplementar, no montante de R\$54.519.210,00, mediante a emissão de 2.019.230 ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$27,00, passando o então capital social de R\$244.369.702,52 para R\$298.888.912,52.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Até a data deste Formulário de Referência, não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de aquisição pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiros.

18.10 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 18.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de emissão própria desde a sua constituição, em 10 de abril de 2014.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, visto que a Companhia não manteve valores mobiliários em tesouraria desde sua constituição, em 10 de abril de 2014.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, visto que a Companhia não manteve valores mobiliários em tesouraria desde sua constituição, em 10 de abril de 2014.

19.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 19.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação**20/08/2014****Cargo e/ou função**

A Companhia, os administradores, os conselheiros fiscais, os funcionários com acesso a informação privilegiada, os membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, assim como os acionistas controladores, diretos e indiretos, sociedades controladas e as pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição no acionista controlador, direto ou indireto, ou em sociedades controladas, possam ter conhecimento de informação privilegiada sobre a Companhia, e que tenham aderido à Política de Negociação de Valores Mobiliários (“Pessoas Vinculadas”).

Principais características

Esclarecer as regras que deverão ser observadas visando a coibir e punir a utilização de informações privilegiadas sobre ato ou fato relevante relativo à Companhia, ou informações privilegiadas, em benefício próprio das Pessoas Vinculadas em negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia, e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM 358 e das nossas políticas internas. Tais regras também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de informações privilegiadas) e tipping (dicas de informações privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia. A adesão à Política de Negociação é obrigatória por todas as pessoas vinculadas, mediante assinatura de Termo de Adesão.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

Nenhuma Pessoa Vinculada com acesso à informação privilegiada poderá negociar a qualquer tempo valores mobiliários de emissão da Companhia, independente de determinação do Diretor de Relações com Investidores, antes que tal informação seja divulgada ao mercado. As Pessoas Vinculadas não poderão negociar valores mobiliários de emissão da Companhia nos “Períodos de Impedimento à Negociação”, que são definidos na regulamentação aplicável e pelo Diretor de Relações com Investidores. Os Períodos de Impedimento à Negociação incluem os seguintes prazos: (i) os 15 dias que antecedem a divulgação de informações periódicas pela Companhia, como ITR e DFP; (ii) o prazo em que estiver em curso a negociação pela Companhia de valores mobiliários de sua própria emissão, com base em qualquer programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia; (iii) o período entre a data de deliberação do órgão competente de aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre capital próprio e a publicação de seus respectivos editais e anúncios; e (iv) o prazo em que existir a intenção de promover incorporação, cisão, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia.

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 20.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

As normas, regimentos e procedimentos internos relativos à divulgação de informações que a Companhia adota estão descritos na sua Política de Divulgação, conforme disposta no item 21.2 deste Formulário de Referência.

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

A Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”) disciplina as regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e à aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante que origina a obrigatoriedade de divulgação ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, deliberações de assembleia geral de acionistas ou dos órgãos de administração da companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, negociais, financeiros ou econômicos relacionados aos negócios da companhia que possam influenciar de modo ponderável (i) na cotação de suas ações ou quaisquer valores mobiliários de sua emissão ou a eles referenciados; (ii) na decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais valores mobiliários; (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes aos valores mobiliários;
- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, a alteração de qualquer acordo de acionistas em que a Companhia seja parte, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à companhia em questão;
- obrigam a companhia aberta e seu Diretor de Relações com Investidores a enviar atos ou fatos relevantes à CVM, por meio de sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores e à BM&FBOVESPA (Sistema IPE), bem como divulgar ao mercado em geral, por meio de, no mínimo, um dos seguintes canais de comunicação (i) jornais de grande circulação geralmente utilizados pela referida companhia; ou (ii) de pelo menos 1 (um) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade;
- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;
- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto informem a tal companhia o número, tipo e forma de negociação das ações

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

emitidas pela referida companhia, suas controladas e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias, informação esta que será transmitida à CVM e à BM&FBOVESPA pelo Diretor de Relação com Investidores da companhia aberta;

- exigem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração ou do conselho fiscal de uma companhia de capital aberto aumente ou diminua sua participação na referida companhia em mais de 5,0%, referido acionista ou entidade divulgue as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e
- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

Em observância às normas da CVM e da BM&FBOVESPA, em 20 de agosto de 2014, o

Conselho de Administração da Companhia aprovou a “Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.” (“Política de Divulgação”), cujas regras devem ser observadas por todas aquelas pessoas relacionadas no artigo 13 da Instrução CVM 358, quais sejam: os acionistas controladores, diretos ou indiretos, os administradores, os conselheiros fiscais, diretores, os integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, os empregados e executivos com acesso a informações relevantes e, ainda, por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, nas sociedades controladoras, nas sociedades controladas e nas sociedades coligadas, tenha conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante sobre a Companhia (“Destinatários”). Os Destinatários deverão assinar o Termo de Adesão à Política de Divulgação, e guardar sigilo sobre as informações ainda não divulgadas.

A Política de Divulgação visa a prover os acionistas da Companhia e ao mercado em geral a melhor simetria possível na disseminação das informações, bem como a assegurar aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, das informações necessárias para as suas decisões de investimento, evitando, desta forma, o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da própria Companhia.

Para alcançar tais objetivos, a Política de Divulgação estabelece que cumpre ao Diretor de Relação com Investidores da Companhia a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante, cabendo a ele (i) comunicar e divulgar o ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

imediatamente após a sua ocorrência; (ii) realizar a divulgação de ato ou fato relevante de forma a preceder ou ser realizado simultaneamente à veiculação por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior; e (iii) avaliar a necessidade de solicitar, sempre simultaneamente, à BM&FBOVESPA e, se for o caso, às outras bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam ou venham a ser admitidos à negociação, no País ou no exterior, pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante, caso seja imperativo que a divulgação de ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação.

O ato ou fato relevante deverá ser divulgado por meio (i) da página na rede mundial de computadores do portal de notícias NEO1 (ii) da página na rede mundial de computadores do portal de notícias do Jornal “Valor Econômico”; (iii) da página na rede mundial de computadores da Companhia (ri.ourofino.com), em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e à bolsa de valores ou mercados de balcão organizado nas quais os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação; e (iv) do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema IPE). Não obstante a divulgação de ato ou fato relevante pelos canais de comunicação supramencionados, qualquer ato ou fato relevante poderá ser também publicado em jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia.

Consta da Política de Divulgação da Companhia lista exemplificativa de modalidades de ato ou fato relevante, conforme Instrução CVM 358, sendo que os Destinatários devem observar que (i) a ocorrência de qualquer dessas modalidades não se constitui necessariamente em um ato ou fato relevante, uma vez que essa ocorrência deve ter a capacidade de influenciar de modo ponderável a decisão de negociação dos investidores em valores mobiliários; e (ii) a lista é meramente exemplificativa, não esgotando ou limitando as possibilidades de ocorrência e caracterização do ato ou fato relevante.

De acordo com a regulamentação da CVM aplicável e a Política de Divulgação da Companhia, é considerada uma “Informação Relevante” qualquer decisão de eventual acionista controlador, deliberações de assembleia geral de acionistas ou de órgão da administração da Companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, negociais, financeiros ou econômicos relacionados aos negócios da Companhia que possam influenciar de modo ponderável (i) no preço de suas ações ou quaisquer valores mobiliários de sua emissão ou a eles referenciados; (ii) na decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou quaisquer valores mobiliários; (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes aos valores mobiliários.

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

Os Destinatários devem, ainda, guardar completo sigilo acerca de ato ou fato relevante sobre os negócios da Companhia ainda não divulgados ao mercado, devendo dar a este difusão restrita, somente quando necessária para o desenvolvimento desses negócios, sempre em caráter confidencial e de forma limitada de divulgação, nos termos da Política de Divulgação da Companhia.

Quando se tratar de informação sigilosa ou potencialmente relevante, ainda não divulgada ao mercado, os Destinatários devem obrigatoriamente, nos termos da Política de Divulgação:

- reportá-las imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores;
- certificar-se de que todos os documentos relacionados a essas informações circulem com aviso de confidencialidade e/ou de restrição de acesso e, ainda, que as correspondências, convencionais ou eletrônicas, tenham como destinatário pessoas de confiança, que estejam cientes de que as informações são prestadas em caráter sigiloso, observando nossos padrões sobre segurança de correspondência eletrônica;
- encaminhar ao Diretor de Relações com Investidores relação indicando nome, cargo e função das pessoas às quais foram franqueadas tais informações, formal ou informalmente, se deu seu conhecimento; e
- comunicar imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores sobre suspeita ou ocorrência de vazamento dessas informações do seu círculo restrito e determinável.

De acordo com a Política de Divulgação, um ato ou fato relevante deve ser imediatamente divulgado, salvo quando sua manutenção sob sigilo for indispensável para preservar os legítimos interesses da Companhia.

O ato ou fato relevante poderá, em caráter excepcional, não ser divulgado quando os acionistas controladores e/ou os administradores da Companhia entenderem que sua divulgação colocará em risco seu interesse legítimo, observando-se, adicionalmente, o que segue:

- os acionistas controladores ou administradores que decidirem pela manutenção do sigilo em seu benefício deverão cientificar imediata e formalmente o Diretor de Relações com Investidores da Companhia do ato ou fato tido como relevante em estado sigiloso, dando conhecimento das informações necessárias ao seu correto entendimento para que, por si só, sejam capazes de subsidiar eventual divulgação nos termos da Instrução CVM 358;
- o Diretor de Relações com Investidores da Companhia, ou ainda, os demais administradores ou acionistas controladores da Companhia – estes dois últimos grupos, mediante comunicação simultânea ao Diretor de Relações com

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

Investidores da Companhia – poderão solicitar a apreciação da manutenção de sigilo à CVM, desde que em envelope registrado, lacrado e com advertência de confidencialidade, tendo como destinatário o Presidente da CVM; e

- em qualquer hipóteses de manutenção do sigilo de ato ou fato relevante, ou quando a situação escapar ao controle dos Destinatários, o Diretor de Relações com Investidores da Companhia deve ser informado imediatamente e este deverá adotar os procedimentos previstos no item acima ou divulgar imediatamente o respectivo ato ou fato relevante, caso que não eximirá os acionistas controladores e os administradores da Companhia de sua responsabilidade pela divulgação.

Os administradores da Companhia são obrigados a comunicar à Companhia, à CVM e à entidade de mercado nos quais os valores mobiliários emitidos pela Companhia sejam admitidos à negociação, a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de emissão da Companhia e de sociedades controladas ou controladoras, desde que companhias abertas, de que sejam titulares. Devem, ainda, comunicar os valores mobiliários emitidos por essas companhias que pertençam (i) ao cônjuge do qual não estejam separados judicialmente; (ii) ao companheiro; (iii) a qualquer dependente incluído na declaração anual de imposto sobre a renda; e (iv) a sociedades controladas direta ou indiretamente.

Todos os Destinatários da Política de Divulgação da Companhia são responsáveis por não divulgar ato ou fato relevante de forma privilegiada, ainda que em reuniões, públicas ou restritas, devendo previamente à veiculação de ato ou fato relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior, os Destinatários deverão contatar e submeter o material objeto de exposição ou divulgação ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia, em caráter confidencial, o qual tomará as providências necessárias à divulgação simultânea de informações, se for o caso.

Exceto pelo descrito acima, não há outras normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que tais informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 21.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou aquisições ou alienações de ativos relevantes que não se enquadrassem na operação normal de seus negócios nos últimos três exercícios sociais.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não celebrou contratos com suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais nos últimos três exercícios sociais.

22.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 22.